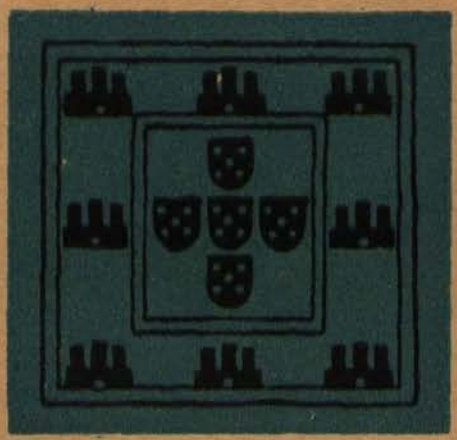
LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



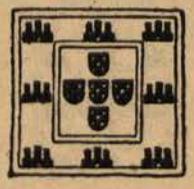
LISBOA

Fasc. X 1927

IN MEMORIAM DE D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



ANTIGA DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redactores fundadores: AFFONSO LOPES VIEIRA; AGOSTINHO DE CAMPOS; ANTÓNIO SARDINHA; ANTÓNIO SÉRGIO; CARLOS MALHEIRO DIAS; FARIA DE VASCONCELLOS; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS; LUCIANO PEREIRA DA SILVA; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES; JOSÉ DE FIGUEIREDO; REYNALDO DOS SANTOS; VIANNA DA MOTTA

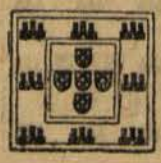
SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFONSO LOPES VIEIRA — LARGO DA ROSA, 7

REYNALDO DOS SANTOS — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



DEPÓSITO E ADMINISTRAÇÃO

LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND

RUA DE GARRETT, 73 — LISBOA

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.DA»

PREÇO DÊSTE FASCICULO ... ... 15$00

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

BIBLIOTECA DULCE FERRÃO
OFERTA - 31 JAN. 2001

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

R.85

SUMARIO

FASCICULO X — VOL. IV — OUTUBRO DE 1927

Pág.

À MEMÓRIA DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA 5

W. MEYER-LÜBKE — *CAROLINA MICHAËLIS UND DIE ROMANISCHE OPRACHWISSENSCHAFT*... 7

W. MEYER-LÜBKE — *CAROLINA MICHAËLIS E A FILOLOGIA ROMÂNICA* (Versão do artigo antecedente) 17

BIBLIOGRAFIA DE D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS 27

JOSÉ MARIA RODRIGUES — *D. CAROLINA MICHAËLIS E OS ESTUDOS CAMONIANOS* 45

DR. E. A. VORETZSCH — *A «HISTORIA DO JAPÃO» DO P.e LUÍS FRÓIS* 61

WILLIAM J. ENTWISTLE — *THE «LUSIADS», DA GAMA AND MODERN CRITICISM* 69

J. LEITE DE VASCONCELLOS — *UMA CARTA DE D. CAROLINA MICHAËLIS* 93

JOSÉ DE FIGUEIREDO — *ARTE PORTUGUESA PRIMITIVA. GREGORIO LOPES E A INFANTA D. MARIA.* (Com ilustrações)... 95

AFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID*... 105

TRANSCRIÇÕES 123

S. REINACH — *GLOZEL* 139

EDGAR PRESTAGE — «*SIR*» *RICHARD FRANCIS BURTON* ... 145

REYNALDO DOS SANTOS — *A TAPEÇARIA DE TANGER* (Com ilustrações) 155

Pág.

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLASTICAS 163

A. A. Mendes Correia: *Os Portugueses e a questão de Glozel.* — Jacob Samuel Wijler: *Isaac de Pinto, sa vie et ses œuvres.* — Samuel Schwarz: *Os cristãos novos em Portugal no século XX.* — Francisco Manuel Alves, reitor de Baçal: *Os judeus no distrito de Bragança.* — Lucien Wolf: *Report on the marranos or cryptojews of Portugal.* — *Travel and travellers of the middle ages.* — *Valoraciones. Revista bimestral de Humanidades, critica e polémica.* — Juan de Valdés: *Dialogo de doctrina cristiana.*

MARGINALIA 193

SOMMAIRE 199

«PELA BELEZA DA FORMA E A IMPORTÂNCIA DO CONTEÚDO, A LVSITANIA *ME PARECE COMPETIR FAVORÀVELMENTE COM QUALQUER EMPRÉSA INTELECTUAL DO MUNDO DE HOJE.»*

WILLIAM J. ENTEVISTLE
PROF. DE LÍNGUAS E LITERATURAS HISPÂNICAS NA UNIVERSIDADE DE GLASGOW (ESCÓCIA)

À MEMÓRIA DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA

Uma atrocidade absurda e dolorosa para a nossa sensibilidade colectiva, pela deprimente incúria da vida civil, inclina-nos hoje perante a memória do Dr. Luciano Pereira da Silva.

Professor universitário, a sua vida intelectual decorreu largos anos entre as exigências da cátedra, que sempre honrou, e as da ilustração delicadamente diletantes do espírito. A obra de Camões foi a sua estrada de Damasco; e a virtù *sugestiva do Poeta, dando-lhe o entusiasmo, forneceu-lhe, ao mesmo tempo, a matéria da nova fé. Fé de patriota, sem dúvida; mas fé de sábio acima de tudo, que não improvisa nunca, e que, disciplinando sentimentos, em prolongado diálogo interior examina sempre.*

Cultivou a monografia, porventura na actual fase da cultura histórica lusitana o melhor e mais fecundo processo de historiar. Figuras, momentos e, sôbre-tudo, o condicionalismo scientífico dos Descobrimentos foram as suas preocupações culminantes; mas gozou, com profunda consciência, o subtil prazer das ideas de conjunto e nos seus juízos ecoa, por vezes, a vibração da multidão obscura, que gerou a matéria viva dêstes empreendimentos.

Os seus escritos ou formam um todo orgânico, ou constituem a resolução de problemas que ia topando na marcha ininterrupta do estudo. Estas obras menores não são verdadeiramente poeira do caminho, nem jamais foram pensadas na disposição ininteligente do curioso. Eram pedras que ia afeiçoando, e nelas, como nas grandes construções da Astronomia dos Lusíadas *e* A arte de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Cas-

tro, *se revela sempre o sentimento da unidade em que se integram e o apuro crítico com que eram lavradas.*

Na nossa época, terrìvelmente saturada de história, o seu espírito reviveu sàbiamente a antiga disputa sôbre o valor relativo dos Descobrimentos e das Conquistas, que Heitor Pinto simbolizara num diálogo entre um matemático e um legista. Volvidos séculos, esta facêta do eterno conflito do primado da inteligência ou da acção iria ter a mesma fórmula e encontraria a mesma solução:

« ¿ Essas regiões tão separadas e tão estranhas como fôra possível descobrirem-se e conquistarem-se, se os nossos não foram instrutos no conhecimento dos movimentos dos céus, nos graus da altura, nos círculos e cursos dos planetas, na divisão dos climas, no mapa, no astrolábio, no quadrante, na propriedade e variedade dos ventos, nos eclipses, na arte da navegação, na cosmografia e sítio do mundo, na quantidade da terra, na natureza dos elementos, e finalmente no conhecimento da esfera, o que tudo consiste na matemática? »

O que para o doce místico fôra pressuposto lógico, é hoje para nós, graças ao Sr. Joaquim Bensaúde e ao Dr. Luciano Pereira da Silva, verdade histórica, indissoluvelmente ligada ao património scientífico da Nação. Pela limpidez desta conquista, secaram-se algumas flores de retórica.

Bem-digamos êste saudável benefício, e façamos com que as suas raízes espirituais se desenvolvam e dilatem noutras regiões da cultura e da consciência nacional.

Assim se honrará a memória do Dr. Luciano Pereira da Silva, porque um espírito da sua estatura é digno da excelência e originalidade de discípulos.

A REDACÇÃO.

D. CAROLINA MICHAËLIS
EM 1867

(FOTOGRAFIA INÉDITA, DE KARL ZIMMERNAN,
(BERLIM)

CAROLINA MICHAËLIS UND DIE ROMANISCHE SPRACHWISSENSCHAFT

IM jahr 1876 erschien ein büchlein «Studien zur romanischen Wortschöpfung» von Carolina Michaëlis. Es war ein novum im gebiete der sprachwissenschaftlichen forschung. Noch nie hatte sich für dieses noch frische arbeitsfeld eine frau zur mitarbeiterin gemeldet, verlangte es doch von denen, die sich da betätigen wollten, eine wissenschaftliche bildung, wie man sie sonst nur auf gymnasien und universitäten erhalten konnte. Damals aber waren in Deutschland die universitäten den frauen noch ganz verschlossen und die gymnasien natürlich erst recht, sie ersetzende mädchenschulen fehlten völlig, wie denn die höhere töchterschule erst im entstehen begriffen war. Also eine autodidaktin? Aus dem buche erfuhr man darüber nichts, denn das curriculum vitae, das bei den deutschen dissertationen als eine unerlässliche beigabe erscheint und dem bei guten arbeiten neugierigen leser die nötige auskunft über den studiengang des verfassers gibt, musste hier fehlen, da es sich eben nicht um eine doktordissertation handelt. Auch die widmung: «meinem freund und lehrer Carl Goldbeck» verriet nicht allzu viel, denn Goldbeck hat wohl auf dem gebiete der altfranzösischen, noch mehr auf dem der altenglischen wortkunde gearbeitet, war mit dem um die wissenschaftliche erkenntnis der französischen syntax und auch des altfranzösischen wortschatzes hochverdienten Mätzner eng befreundet, aber von beiden wusste man nicht, dass sie weit über das französische hinaus sahen, und ihre auffassung der wortkunde war mehr die des philologen, dem

an genauer bedeutungsbestimmung liegt, als die des linguisten, der das werden, leben und sterben der wörter verfolgt. So kam man auch von dieser seite hin zur auffassung, dass die verfasserin das allermeiste sich selber verdanke. Das weckte nicht gerade ein gutes vorurteil. Allzu oft schlagen ja autodidakten, auch wenn sie noch so begabt sind, bei ihren ersten schritten einen falschen weg ein und finden sich aus der irre nicht mehr heraus, so dass oft eine bedeutende menge an kraft nutzlos vergeudet wird. Um so viel grösser und angenehmer war die überraschung, wenn man, über titel und widmung hinweg, an das werk selber herantrat. Da ist nun keine spur von dilettantismus, da ist ernsteste wissenschaft, die vollkommen auf der höhe ihrer zeit steht, da sind gründliche kenntnisse, ein auf tatsachen aufgebautes wissen, nicht mehr oder weniger geistreiche spekulationen, da ist endlich ein gereiftes urteil, wie es bei erstlingsarbeiten keineswegs immer auftritt. Aus dem vorwort erfahren wir, dass die darstellung der «selbsttätigkeit der romanischen sprachen, die art, wie sie sich vom lateinischen lossagten, um ihre eigenen wege zu wandeln und sich zu bereichern» den gegenstand der untersuchung bilden sollte. In diesem betonen der verselbständigung der romanischen sprachen liegt jenes moment, das der arbeit einen besondern reiz verleiht: der stoff ist nicht nur verstandesmässig, er ist auch gefühlsmässig erfasst; nicht bloss das interesse an der sache sondern ebenso sehr die liebe zu einem gegenstande, der erst sich volle anerkennung erwerben muss, der sich gegenüber den längst anerkannten heraufzuarbeiten alles recht hat, sind bewusst oder unbewusst die triebfedern zu diesen studien. Noch war die romanistik wenig angesehen, und doch barg sie probleme, wie sie von den älteren verwandten disziplinen keine kennt, und das aufzuzeigen, lag der jungen gelehrten am herzen, wie es ihr am herzen lag, zu erweisen, dass auf diesen gebieten die frau nicht hinter den männern zurückzustehen braucht. Der satz, den später der Däne Jespersen in seinem mit recht berühmten buche «growth in language» zu grunde legte, dass die sprachveränderungen nicht verfall, sondern wachstum seien, diesen satz lesen wir s. 9: «im grossen und ganzen ist jede sprachveränderung eine entwicklung». Gerecht und bescheiden fügt die verfasserin aber hinzu, dass die menschliche sprache nur scheinbar und vom einzelnen aus betrachtet im rückschritt, vom ganzen her immer im fortschritt

und zuwachs ihrer inneren kraft begriffen angesehen werden muss. Darwinsche weltanschauungen treten uns dann entgegen in der weiteren ausführung dieses gedankens: «Die sprachbildung ist ein fortdauernder zum siege schreitender kampf, in dem tod und verderben natürlich nicht ausbleiben, gänzliches weichen und verschwinden aber nur dem einzelnen, schwachen und zweckwidrigen oder zwecklosen vom stärkeren und zweckentsprechenden zu teil wird». Und nun die freudig stolze nutzanwendung der romanistin auf ihr spezielles arbeitsgebiet: die tochtersprachen, stehen auf einer höheren entwicklungsstufe als «die mutter oder, wenn man es so nennen will, sie sind reicher als jene» (s. 9).

Neben manchem, was heute nicht mehr stand hält, bringt die einleitung viel beachtenswertes zur wortbildung, sammlungen namentlich aus dem spanischen und portugiesischen mit weitgehender heranziehung der umgangssprache, der mundartlichen entwicklungen; sie betrachtet die suffixe nach ihrem gefühlswert, betont die bedeutng auch der geschlechtsnamen für die grammatische forschung.

Der eigentliche zweck dieser sammlungen ist, die gründe für die erweiterungen des wortschatzes und die art und weise, wie diese erweiterungen vollzogen werden, zu zeigen, die quellen der wortschöpfung aufzudecken. Wer jetzt, nach einem halben jahrhundert, diese zeilen liest, wird mancherlei ausgesprochen finden, was heute in wenig veränderter gestalt als neue gesichtspunkte ausgegeben wird; ist die beurteilung des verhältnisses der mundarten zur schriftsprache etwas kindlich, zeigt sie den standpunkt des gebildeten grosstädters, der das landleben und die ländlichen kreise nicht kennt, so erfreut daneben die doch schon recht klare einsicht in die wichtigkeit der mundartenforschung. Im ganzen kann man sagen, wir sehen die allgemeinen ansichten über wortveränderungen, die die damalige zeit hatte, vorgetragen von einer jugendlichen gelehrten, die selbständig darüber nachgedacht hat, auch im gedanklichen weiter zu kommen sucht, die das material aus einer sprache schöpft, die bisher wenig herangezogen war, die auch scharf zu beobachten weiss, beispielsweise für die germanischen elemente im spanischen gesichtspunkte hat, die noch nicht genügend fruchtbar gemacht worden sind.

Eine der hauptquellen der wortbereicherung in allen romanischen sprachen ist das lateinische selber, die ja jahrhunderte lang

noch weiterlebende schriftsprache, aus der man immer wieder neuen stoff beziehen konnte. Dadurch sind manche wörter in doppelter gestalt vorhanden, einer altererbten, volkstümlichen und einer erst später übernommenen, dem lateinischen näher stehenden. So ist span. *horma* alt, *forma* jung, jenes ererbt, dieses entlehnt. Das zeigt uns die form, das *h* aus *f* des ersten wortes, die strengere bewahrung der lateinischen laute bei dem letzteren, das zeigt uns die bedeutung, die bei *horma* ja auf die unteren kreise hinweist. Das wusste man natürlich schon längst und vor D. Carolina hatte der Franzose A. Brachet ein « Dictionnaire des doublets » herausgegeben und A. Coelho einen kleinen aufsatz « Formes divergentes de mots portugais » geschrieben. Das setzt nun D. Carolina für das spanische fort, aber mit ungleich reicherem material als ihre vorgänger. Sie kritisiert Brachets einteilung sehr scharf, zeigt dabei, dass sie sich im französischen ebenso gründlich umgesehen hat, wie im spanischen, gibt dann eine klug ausgedachte einteilung und nur zur bequemeren übersicht am schlusse eine einfach alphabetische aufzählung.

Es liegt in der natur einer solchen arbeit, dass in sehr vielen fällen die ursprungsfrage der wörter neu überlegt werden musste. In der tat treffen wir eine grosse zahl von neuen oder etwas veränderten etymologien, z. t. eingehend begründet, z. t. nur angedeutet oder ausgesprochen., so dass diese « Studien » die grundlage einer geschichte des spanischen wortschatzes sind, auf der nun weiter gebaut werden konnte. Das sollte in einem « der vollendung entgegengehenden spanisch-portugiesischen etymologikum » geschehen, in dem teils die begründung von manchem, in diesem erstling nur ausgesprochenen erfolgen, dann aber also der gesamte wortschatz nach seiner herkunft dargestellt werden sollte. Der plan ist nicht zur ausführung gelangt. Des öftern erwähnt ihn die unermüdliche forscherin, noch bei unserem letzten zusammensein im frühjahr 1925 sprach sie mir davon, aber die schwierigkeiten, die man in der jugend übersieht oder unterschätzt, treten mit dem alter immer deutlicher ins bewusstsein; der berechtigte wunsch, etwas fertiges zu schaffen, wo doch all unser tun nur stückwerk bleibt, lähmt die hand: wie so oft ist auch hier das bessere der feind des guten gewesen. Und doch besass D. Carolina die für den etymologen notwendigen eigenschaften: eine genaue kenntniss der älteren sprachformen, worin ihr wenige

gleich kamen, einen feinen sinn für die bedeutungswandelungen, ein verständniss für die lautlichen umgestaltungen, den genügenden überblick auch über die anderen romanischen sprachen, um ein wort der iberischen halbinsel nicht zu isoliert zu betrachten und dadurch einen falschen masstab zu bekommen. Von zeit zu zeit tat sie übrigens einen griff in ihren reich gefüllten schrein und breitete ihre schätze vor uns aus, so 1886, als den beiden früh verstorbenen viel versprechenden italienischen romanisten N. Caix und U. Canello ein denkmal in form einer sammlung wissenschaftlicher arbeiten errichtet werden sollte, wieder fast ein dezennium später mit der veröffentlichung von 82 etymologien im 3ten bande der Revista Lusitana, 1905 in dem festband zu ehren des italienischen linguisten G. J. Ascoli, 1908 im 11ten bande der Revista Lusitana, 1910 im anschluss an die veröffentlichung der «Tratados de Alveitaria e Cetreria des Mestre Giraldo» und endlich zum schluss in dem erst nach ihrem tode herausgegebenen «Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal», ganz abgesehen von rahlreichen kleineren beiträgen, die in der bibliographie leicht zu finden sind. Die kunst der etymologie wird von vielen gepflegt, von berufenen und unberufenen, sie scheint manchem sehr leicht und einfach und sie gehört vielleicht zum schwierigsten, wie man schon daraus entnehmen kann, dass in so vielen fällen die ansichten über die deutung der wörter so weit auseinander gehen; dass manches scheinbar felsenfeste wieder umgestürzt wird; dass gar viele der wörter auch unserer heutigen sprachen, deren entwicklung so reich dokumentiert ist, deren sprachquellen im ganzen deutlich vor uns offen liegen, doch jeder deutung zu spotten scheinen. Wenn wir nun das von D. Carolina in dieser hinsicht geleistete überblicken, so können wir wohl sagen, dass ein ungewöhnlich grosser teil als bleibender gewinn verzeichnet werden kann, dass die zahl der missgriffe, wie sie uns allen begegnen, verhältnissmässig gering ist. Der grund dafür dürfte nicht nur in den schon genannten Eigenschaften, nicht nur in der gewissenhaftigkeit und der gründlichkeit, mit der sie arbeitete, nicht nur in ihrem grossen wissen, nicht nur in einem gewissen etymologischen spürsinn, der sie das richtige treffen liess, sondern vor allem auch in einer grossen wissenschaftlichen bescheidenheit liegen. Sie wollte nicht neue wege gehen, nicht glänzen und blenden mit kühnen aufstellungen, die wenig halt haben und nur dadurch fruchtbar werden, dass sie

zum widerspruch reizen. In ruhiger selbstverständlichkeit, ohne prangen und prunken, legte sie vor, was sie ebenso ruhig glaubte ermittelt zu haben, mit schlichter, aber dafür umso gründlicherer beweisführung.

Auf den anderen gebieten der historischen grammatik ist unsere forscherin weniger hervorgetreten. Dass sie mit der lautgeschichte und ihrem wesen gut vertraut war, ist ja für einen etymologen selbstverständlich, zeigen auch ihre berichte über die historische portugiesische grammatik im «Kritischen Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie». Auf dem grenzgebiet zwischen flexionslehre und syntax ist ein aufsatz über den flektierten infinitiv im portugiesischen schon dadurch bemerkenswert, dass er vielfach neues material bringt, während er allerdings in seinen schlussfolgerungen namentlich von Schuchardt abgelehnt worden ist. Da ist es nun interessantzusehen, mit welcher vornehmen feinheit sie ihren standpunkt bei aller anerkennung von Schuchardts überlegenem wissen und denken verteidigt und dabei wieder aus dem vollen schöpft, aus einer kenntniss des lebendigen portugiesischen sprachgebrauchs, wie sie nur besitzt, wer mit dem volkstümlichen denken die engste fühlung hat.

Neben der vorwiegend sprachgeschichtlichen forschung, wie sie uns namentlich in den wortdeutungen entgegen tritt, spielt im wissenschaftlichen leben D. Carolinas die mehr philologische herausgebertätigkeit eine ebenso grosse rolle, und beide ergänzen sich bei ihr in der glücklichsten weise. Hiebei zeigt sie eine erstaunliche vielseitigkeit. Kunstdichter der Renaissance wie Sá de Miranda hat sie mit derselben liebe behandelt, wie die ältere hofdichtung, die uns in den verschiedenen liederbüchern überliefert ist; der volkstümliche Gil Vicente fesselt sie ebenso sehr, wie die tractate über die krankheiten der pferde und der jagdvögel, die der arzt des königs Dinis, Mestre Giraldo, 1318 zusammenstellte. Camões lag ihr nicht weniger amherzen, wie die heutigen Romanzen. Zum vollen verständniss der texte durchzudringen, war ihr, ziel; die zeitverhältnisse, die gesellschaft, die lebensumstände, unter denen die werke entstanden waren, suchte sie zu ergründen, um zu einem vollen verständniss zu gelangen, dunkelheiten des ausdrucks aufzuhellen, fehler in der überlieferung zu korrigieren. Ein reiches wissen auf den verschiedensten gebieten ist in den einleitungen zu den ausgaben und in den anmerkungen zer-

streut und harrt z.t.einer systematischen zusammenstellung, damit es den wahren nutzen stiften kann, nicht nur vorübergehend dem dient, der den text zufällig in die hand bekommt. Welch reiche mine gerade für formenlehre und syntax diese ausgaben sind, das zeigt das «glossario do cancioneiro de Ajuda», das in der Revista Lusitana 1920 abgedruckt und jedem unentbehrlich ist, der sich mit älteren portugiesischen texten beschäftigt.

Ist das zusammenfassende etymologicum nicht zu stande gekommen, so ist uns dagegen als reife und reiche frucht die «geschichte der altportugiesischen litteratur» geschenkt worden. Wie es oft im leben geht, ein äusserer zwang, die aufforderung von G. Gröber, in dem von ihm geleiteten grossangelegten «Grundriss der romanischen Philologie» dieses kapitel zu bearbeiten, brachte D. Carolina dazu, ihr reiches wissen, viel von dem, was in zerstreuten abhandlungen bald da bald dort erschienen war, zusammenzufassen, auch die von ihr noch nicht in solchen einzeluntersuchungen behandelten fragen durchzudenken und nach dem stande des damaligen allgemeinen und ihres speziellen wissens darzustellen. Kann man darin eine krönung ihrer bisherigen leistungen auf dem gebiete der literaturgeschichte erblicken, so war diese krönung doch kein abschluss, im gegenteil vielleicht ein anfang, sofern manches in dem knappen raum nur angedeutete eine ausführliche darstellung verlangte, die nie ermüdende verfasserin auf neue probleme brachte, deren lösung sie dann später bot. Auch hier genügt ein blick in die bibliographie um zu zeigen, dass sie mit dem jahr 1896, in welchem dieses werk erschien, keineswegs sich von diesem studienzweig abwandte. Die glückliche vereinigung von einzelforschung und synthese, die allein wirklich bleibendes und auf weitere kreise fruchtbar wirkendes schafft, eignet dieser ersten streng wissenschaftlichen darstellung des älterens nschrifttums Portugals in hohem grade. Wohltuend wirkt auch in allen arbeiten D. Carolina über literatur das fernhalten geistreicher redereien, die ja im augenblicke erfreuen, aber sehr bald das gefühl der leere zurücklassen; das bestreben rein sachlich zu bleiben, alles das, was zum verständniss eines dichterwerkes und zur richtigen würdigung innerhalb seiner zeit nötig ist, zu geben, auf dass der leser dann zum werke selber greife und nun nach seiner eigenen veranlagung es auf sich wirken lasse. Der artikel umfasst 167 seiten und schliesst mit Bernardim Ribeiro; die fortsetzung, beginnend mit Sá de

Miranda und bis João de Deus führend hat T. Braga auf 84 seiten dargestellt. Das missverhältniszwischen den zwei teilen ist berechtigt, denn an untersuchungen und zusammenfassenden schilderungen der späteren epochen fehlt es nicht, wenn man auch über ihre qualität oft ein hartes urteil fällen muss. Für die ersten jahrhunderte aber war der bau sozusagen neu aufzuführen, viele bausteine erst herbeizubringen und zu behauen. Wenn aber das interesse D. Carolinas, der ganzen richtung der zeit, in der sie schuf, entsprechend, mehr dem mittelalter zugewendet war, so zeigt doch ein blick in ihre ausgabe Sá de Miranda oder ihre beiträge zur Camões-forschung, dass sie die beschäftigung mit späteren epochen nicht verschmähte.

Verglichen mit den studien zur wortschöpfung zeigen die späteren arbeiten in sofern einen unterschied, als jene in erster linie dem spanischen gewidmet sind. Nur gelegentlich wird auch das portugiesische berührt, doch fast nur da, wo die betrachtung des spanischen dadurch gewinnt. Die vertauschung der berliner heimat mit Oporto aber brachte naturgemäss ein immer stärker werdendes interesse für das portugiesische, so zwar, dass später die rollen vertauscht wurden und das spanische nur noch herangezogen wird, wo es irgendwie der erforschung des portugiesischen dienstbar gemacht werden kann. Von allgemeinromanistischem standpunkte aus kann man das als eine glückliche fügung bezeichnen, — dass sie es vom portugiesischen aus ganz besonders ist, braucht hier nicht betont zu werden. Die portugiesischen bücher gelangen noch viel schwieriger über die Pyrenäen, als die spanischen. Wenn seinerzeit der begründer der romanischen philologie Friedrich Diez mit einem büchlein über die portugiesische hofpoesie aufgetreten ist, so war das durch besondere umstände gegeben, und wenn der Cancioneiro de Resende ebenfalls einen deutchen herausgeber gefunden hat, so sind das ausnahmen.

Im ganzen muss man sagen, dass fast alle die arbeiten, die D. Carolina veröffentlicht hat, der art sind, dass sie ausserhalb Portugals schwer zu machen waren. So hat sie nicht nur zur aufhellung der portugiesischen sprachgeschichte das ihre beigetragen, sie hat damit auch die möglickeit gegeben, ausserhalb Portugals dieser geschichte in der gesamtromania den richtigen platz anzuweisen.

Gemeinsame geistige arbeit eint die völker und veredelt den

austausch, den der verkehr mit sich bringt. Sie lehrt die eigenart des andern kennen, verstehen und anerkennen und führt so jenem ziele der civitas dei entgegen, von dem uns der weltkrieg, der immer noch nicht beendete, so weit weg gebracht hat. Gestalten wie die der Norddeutschen, die im äussersten südwesten unsers erdteils ihre zweite heimat gefunden haben, verkörpern in ihrer geistesarbeit dieses ideal.

W. MEYER-LÜBKE.

CAROLINA MICHAËLIS E A FILOLOGIA ROMÂNICA

(VERSÃO DO ARTIGO ANTECEDENTE)

NO ano de 1876 foi publicado um pequeno livro: *Studien zur romanischen Wortschöpfung*, por Carolina Michaëlis. Era uma surprêsa no campo da investigação scientífica filológica. Jamais havia acontecido que, neste campo de trabalho ainda novo, uma mulher se tivesse anunciado como colaboradora, — nesse campo em que se exigia, dos que nêle se propunham trabalhar, uma cultura scientífica que só os gimnásios e as universidades podiam ministrar. Mas, nesse tempo, ainda as universidades alemãs se não tinham aberto à mulher, e menos ainda os gimnásios; faltavam as escolas femininas correspondentes, e os liceus femininos mal começavam a desenvolver-se. ¿Era, portanto, uma autodidacta, a autora? O livro nada dizia a tal respeito, porque o *curriculum vitae*, indispensável em qualquer dissertação alemã, como apenso destinado a informar o leitor curioso sôbre a carreira escolar e universitária do autor, faltava, por se não tratar de uma dissertação de doutoramento. A dedicatória: «Ao meu amigo e professor Carl Goldbeck» não adiantava muito. Com-efeito, Goldbeck trabalhara no ramo da lingüística e etimologia do francês e, mais ainda, do inglês arcaico; era amigo de Maetzner, grande investigador das bases scientíficas da sintaxe e lingüística do francês primitivo; mas de nenhum dêles se sabia que tivessem ampliado os seus estudos para além do francês, e a concepção que da sciência das palavras tinham era mais a do filólogo, — a quem importa a interpretação exacta do significado de uma palavra, — que a do lin-

güísta, — a quem seduz o viver e o morrer das palavras. Assim, por êste lado também, éramos levados a concluir que a autora devia a si-mesma a maior parte do seu saber, hipótese esta que correspondia a um preconceito pouco favorável. De facto, com freqüência o caminho por que víamos enveredar autodidactas dos mais talentosos, se antolhava errado e os conduzia a desvios, dos quais não conseguiam mais regressar ao bom campo, resultando inúteis esforços consideráveis, dignos de melhor sorte.

Tanto maior e mais agradável era a surprêsa reservada a quem, deixando para trás titulo e dedicatória, penetrava no texto. Ali se não mostrava sombra de diletantismo: havia a sciência mais severa, perfeitamente à altura do seu tempo; revelavam-se conhecimentos profundos, sciência baseada em saber, alheia a especulações mais ou menos espirituosas; e imperavam um critério seguro e uma opinião formada, como nem sempre se encontra num primeiro trabalho.

A introdução dizia que seriam objecto de estudo «a verificação da independência das línguas românicas, e a forma como se separaram do latim para seguirem seu rumo e enriquecerem seu vocabulário». É exactamente na acentuação desta evolução independente das línguas românicas, que se encontra o principal atractivo daquele trabalho: o assunto está tratado com o raciocínio e, ao mesmo tempo, com o coração: não moveu a autora apenas o interêsse scientífico, moveu-a o amor pelo assunto tratado, que tinha de ser reconhecido na sua importância e para o qual tinha de ser conquistada a posição que merecia em relação à sciência tradicional. Eram estes os motivos que sciente ou inconscientemente haviam levado a autora ao seu trabalho.

Ainda então a romanística era pouco apreciada, muito embora contivesse problemas de tanto interêsse, como nenhuma das disciplinas congéneres tradicionais. E era isto precisamente o que a jovem sábia pretendia provar, ao mesmo tempo que provaria que uma mulher se poderia medir com o saber dos homens.

A pág. 9 lêmos a afirmação, sôbre a qual mais tarde o dinamarquês Jespersen baseou o seu célebre livro *Growth of language:* que as modificações de uma língua não são decadência, mas progresso: «No sentido geral pode dizer-se que cada modificação de uma língua é uma evolução progressiva». Justificadamente, e na sua modéstia, a autora acrescenta que já J. Grimm se exprimira

nesse sentido, nos seguintes termos: «Conclui-se que a língua humana só aparentemente, e olhando a pormenores, retrograda; observada em conjunto, devemos considerá-la em progresso e aumento de sua potência.» São ideias darwinistas que nos surgem no desenvolvimento dêste pensamento. A evolução das línguas é uma luta incessante e vitoriosa, na qual não faltam a morte e o aniquilamento, mas em que só desaparecem e sossobram elementos isolados, fracos e impróprios, que cedem o lugar aos mais fortes e adequados.

E veja-se a conclusão que, orgulhosamente, a romanista aplica ao seu campo de estudos especial: «As línguas derivadas estão numa fase de desenvolvimento superior à da língua mãe, ou, se assim o preferirmos dizer: são mais ricas do que esta (pág. 9)».

A-par de afirmações que, hoje, não podem ser consideradas subsistentes, a introdução contém valiosas contribuïções sôbre a formação das palavras; exemplos do espanhol e do português, para os quais a linguagem familiar e a evolução dos dialectos largamente contribuíram.

Os sufixos são analisados pelo seu valor estimativo; é acentuada a importância dos nomes próprios para a investigação gramatical. O objectivo desta colecção de exemplos é mostrar as razões que levaram às ampliações do vocabulário e a forma como elas se efectuaram; o mesmo, portanto, que descobrir as fontes de formação das línguas. Quem ler agora, meio século passado, essas palavras, encontrará nelas contidas muitas afirmações que actualmente são enunciadas como novos pontos de vista da sciência.

A maneira como é encarada a relação entre os dialectos e a linguagem clássica, não é exacta, por ser aquela a que o habitante da grande cidade, desconhecendo a vida rural e o meio rústico, era naturalmente levada. E, todavia, é para notar a nítida compreensão da importância do estudo dos dialectos.

Os conhecimentos gerais sôbre a evolução das palavras, próprios daquela época, são expressos por uma jovem erudita, com ideias próprias, proficientemente submetidas à sua crítica, com exemplos tirados de uma língua que, até ali, pouco havia sido utilizada para êsse fim; e perspicazmente observados, com conclusões cuja síntese, por exemplo para os elementos germânicos na língua espanhola, ainda está por explorar devidamente e como merecia.

Uma das origens mais fecundas do aumento dos vocabulários

de tôdas as línguas românicas é o latim, à qual, como língua literária e curial, viva através de séculos, se ia buscar sempre de novo a matéria-prima para novas formas. De aí o haver palavras sob duas formas: uma arcaiça, popular, outra posterior, mais próxima do latim. Assim o espanhol *horma* é antigo, *forma* é recente; aquela é a feição arcaica, esta é derivada, como o comprova o *h* da primeira palavra e o *f*, isto é, maior semelhança com o latim da segunda; como o comprova também o significado, que na palavra *horma* indica a sua localização nas camadas populares.

Naturalmente, estas verificações não eram novidade e, antes de Carolina Michaëlis, já o francês A. Brachet publicara um *Dictionnaire des doublets* e A. Coelho escrevera um pequeno trabalho, *Formes divergentes de mots portugais*. Mas a forma como Carolina Michaëlis continuou êste estudo para o espanhol, juntando um material muitíssimo mais abundante que o dos seus predecessores, fazendo a crítica severa da coordenação de Brachet, e a própria coordenação por ela feita (à qual ajuntou, ùnicamente para mais fácil verificação, um índice alfabético), mostram que a autora havia estudado o francês tão bem como o espanhol.

Era natural que, num trabalho desta ordem, tivessem de ser examinadas de novo as origens de muitas palavras. Com-efeito, encontramos aí grande número de etimologias novas ou modificadas, muitas das quais pormenorizadamente justificadas, outras só enunciadas ou esboçadas; e, assim, esses «Estudos» constituíam uma base para a história do vocabulário espanhol, sôbre a qual era preciso trabalhar d'ora-avante. Êsse trabalho seria uma «Etimologia hispano-portuguesa em via de conclusão», na qual viriam a ser justificadas e comprovadas as afirmações do primeiro trabalho e estudado todo o vocabulário das duas línguas, sob o aspecto das suas origens. Semelhante plano não obteve realização. Freqüentes vezes a incansável trabalhadora se lhe refere; ainda ùltimamente, na Primavera de 1925, a êle se referiu, em conversa comigo; porém os anos vêem acentuar-se as dificuldades que à juventude escapam, ou que ela julga fàcilmente vencer. O desejo de produzir trabalho perfeito e completo e, ao mesmo tempo, a consciência de que tôda a nossa obra será imperfeita e incompleta, — retêm a pena. E, dêste modo, também aqui o melhor foi inimigo do bom.

Todavia, D. Carolina Michaëlis possuía tôdas as qualidades indispensáveis no etimólogo: o conhecimento exacto das formas do vocabulário antigo, saber em que poucos a igualavam; finíssimo tacto para as mutações de significação; perfeita compreensão das evoluções sónicas; conhecimento suficiente das outras línguas românicas, para poder analisar qualquer palavra da Península Ibérica, sob o ponto de vista geral e sem êrro na escala das comparações.

De vez em quando, escolhendo de entre o seu riquíssimo cabedal, trazia à luz alguns dos seus tesouros: como em 1886, quando se tratou de perpetuar a memória dos dois sábios romanistas italianos, — N. Caix e V. Oanello, tão prematuramente roubados à sciência, — numa colectânea de trabalhos eruditos; como, quási um decénio depois, com a publicação de 82 etimologias no 3.º vol. da *Revista Lusitana;* como em 1905 no volume publicado em honra do lingüísta italiano G. J. Ascoli; em 1908, no 11.º vol. da *Revista Lusitana;* em 1910, na publicação dos *Tratados de Alveitaria e Cetraria* de Mestre Giraldo e, finalmente, no *Homenaje ofrecido a Menéndez Pidal,* publicado já depois da morte da autora; e em muitas publicações isoladas de que a sua bibliografia dá conta.

Muitos cultivam a arte da Etimologia; muitos dignos dela, muitos outros indignos; e a muitos se afigura simples e fácil. No entanto, julgo que é sciência das mais difíceis, como se depreende de as opiniões divergirem tão fundamentalmente em muitos casos; de factos, estabelecidos como seguríssimos, caírem por terra, e de haver inúmeras palavras da nossa linguagem actual, cuja evolução está largamente documentada, cujas origens se nos afiguram existir com grande clareza, — e cuja explicação, todavia, não conseguimos dar.

Examinando as obras de D. Carolina Michaëlis, é-nos dado afirmar que é notàvelmente grande a parte que nelas se pode considerar como pecúlio fundamental e basilar para a sciência, e que o número de interpretações erróneas é bem resumido em relação à vastidão do trabalho. Êste resultado é devido às qualidades a que já me referi: à forma cuidadosíssima, e conscienciosa em extremo, com que trabalhava; à sua profunda sciência; à sua intuïção etimológica, que quási espontaneamente lhe indicava a solução verdadeira. Sôbre tudo, porém, à sua modestia scientífica.

D. Carolina não pretendia trilhar caminhos novos, e brilhar, ofuscar com hipóteses ousadas, de insuficientes fundamentos, cuja única utilidade está às vezes na controvérsia que provocam. Punha sob os olhos dos estudiosos, serenamente e sem o menor alarde, aquilo que, serenamente, no seu labor incessante, julgava ter encontrado, acrescentando-lhe a demonstração simples, mas sempre concludente, pela qual chegara ao resultado que apresentava.

É menos vasta a obra da grande romanista nos outros ramos da gramática histórica. Como não podia deixar de ser numa etimologista, possuía vastos conhecimentos da fonética, como o comprovam os seus estudos sôbre a história da gramática portuguesa no *Kritischer Jahresbericht ueber die Fortschritte der romanischen Philologie*. É notável um trabalho seu sôbre o infinitivo português flectido, pertencente a um capítulo que interessa por igual à sintaxe e as flexões, pela matéria nova que contém, muito embora Schuchardt não concordasse com as suas conclusões. E é interessantíssimo observar como, a-pesar-de reconhecer e prestar homenagem ao alto saber e critério de Schuchardt, ela defende com nobilíssima elegância a sua opinião, buscando novos pontos de vista no seu conhecimento perfeito do uso da língua portuguesa, viva, e mostrando estar perfeitamente integrada no sentimento e no espírito da linguagem popular.

Ao lado da investigação lingüístico-histórica, documentada principalmente pelos seus trabalhos filológicos, D. Carolina exerceu uma actividade igualmente intensa e desempenhou um papel do mesmo modo preponderante no campo pròpriamente filológico. Ambas essas suas actividades se equilibram de uma forma felicíssima. A sua obra filológica é extraordinária, vasta e diversa. Ela tratou com igual amor um Sá de Miranda, poeta do Renascimento, e os trovadores medievais cujas obras os Cancioneiros trouxeram até nós. Ocupou-se com igual proficiência do popular Gil Vicente, como de um tratado de 1318, do físico de D. Denis, Mestre Giraldo, sôbre as doenças dos cavalos e falcões; interessou-a igualmente Camões, como o vasto romanceiro de hoje. Sempre buscou chegar à perfeita compreensão dos textos, integrar-se na época, na sociedade, nas condições de vida e do tempo em que cada obra tinha sido concebida, porque só assim entendia vir a poder compreendê-la, esclarecer as passagens obscuras, elucidar expressões, corrigir erros de transcrição. En-

contramos acumulado um vastíssimo saber sôbre os mais variados assuntos nas introduções às suas obras e nas respectivas anotações. É mister fazer a compilação e o inventário sistemático desta erudição, para que possa ter a máxima utilidade, superior à que resulta do estudo ocasional no momento da leitura do texto a que se refere. O glossário do *Cancioneiro da Ajuda*, reproduzido na *Revista Lusitana*, em 1920, é indispensável a todo aquele que queira estudar textos arcaicos portugueses: é mina de riquezas para a morfologia e para a sintaxe.

Não nos deixou D. Carolina a etimologia geral, mas legou-nos como jóia do maior valor e do mais alto quilate a *História da Literatura Portuguesa antiga*. Como muitas vezes sucede, devemos a uma causa incidental, a um compromisso contraído com G. Groeber, essa obra, com a qual colaborou na publicação de larga envergadura dêsse editor, o *Grundriss der romanischen Philologie*. Nesse estudo D. Carolina concentrou, num trabalho de vasto saber, os resultados dos seus escritos esparsos e de um estudo minucioso dos problemas de que ainda se não ocupara, reünindo de tal modo os conhecimentos gerais do nosso tempo sôbre a época da literatura portuguesa arcaica, com o seu saber acêrca desta, que podemos considerar semelhante obra como o coroamento dos seus trabalhos sôbre a história da literatura. Coroamento êste que não foi, no entanto, um fecho dos seus trabalhos sôbre tal matéria, mas antes o ponto de partida de futuros estudos, visto que a forma resumida e sucinta com que aí teve de tratar o assunto, sugeriu à infatigável erudita o estudo de novos problemas, aos quais desde logo se dedicou. A sua bibliografia mostra que o ano de 1896, em que foi publicada a *História da Literatura*, não fechou de modo algum êste ciclo dos seus trabalhos. O processo felicíssimo de combinar os labores de investigação singulares com a síntese geral, — do qual ùnicamente pode resultar um conjunto de valor duradouro e fecundo, — foi aplicado pela autora com o mais brilhante resultado à exposição por ela feita, referente aos primeiros períodos da história da literatura portuguesa. Valoriza singularmente os seus estudos sôbre esta matéria a ausência de divagações retóricas, cuja leitura pode agradar de momento, cuja utilidade é porém nula. O seu fim é apresentar ao leitor, com a maior objectividade possível e sem devanear, tudo o que possa

servir para a compreensão da obra em si e em relação ao tempo da respectiva criação, para que, adquiridos êsses conhecimentos, o estudioso lance mão da obra e se deixe sugestionar por ela, ao sabor do próprio temperamento, do próprio espírito e coração.

O artigo sôbre a *História da Literatura* tem 167 páginas e termina com Bernardim Ribeiro. A continuação, que começa com Sá de Miranda e se prolonga até João de Deus, foi feita por Teófilo Braga em 84 páginas. Justifica-se a desproporção do tamanho de ambas as partes, pela existência de obras de pormenor e conjunto que abrangem a segunda época, muito embora a sua qualidade nem sempre justifique um juízo benévolo. Para os primeiros séculos da literatura portuguesa, o trabalho tinha de ser feito inteiramente novo em tôdas as suas partes.

Segundo a tendência geral da época, os estudos de D. Carolina foram concentrar-se principalmente no período literário da Idade-Média. Todavia, um simples golpe de vista sôbre a sua edição de Sá de Miranda e sôbre os seus trabalhos acêrca de Camões, mostram com que amor se dedicou ao estudo das épocas posteriores.

Os seus primeiros trabalhos etimológicos são dedicados principalmente ao espanhol. Só ocasionalmente se ocupa do português, e quási só onde os estudos espanhóis a isso a conduzem. A sua vinda para o Pôrto despertou, como era natural, maior interêsse pelo português, de tal sorte que os papéis se inverteram e, desde então, o espanhol só por ela é tratado quando o seu estudo é destinado a auxiliar a investigação de qualquer problema português.

Sob o aspecto do interêsse geral do estudo da Sciência Romanística, devemos considerar essa evolução como uma circunstância feliz; que ela o foi, eminentemente, sob o ponto de vista português, não precisa ser aqui acrescentado. Os livros portugueses dificilmente transpõem a barreira dos Pirenéus, mais dificilmente ainda do que os espanhóis. Foi acaso que o fundador da filologia românica, Frederico Diez, tivesse podido publicar um livro sôbre os trovadores portugueses, e é uma excepção que o *Cancioneiro de Resende* haja encontrado editor germânico. Os trabalhos de D. Carolina dificilmente poderiam ter sido publicados fora de Portugal. Assim, a sua obra não só contribuiu para que se fizesse luz sôbre a história da língua e literatura

portuguesas, como também fêz com que, fora de Portugal, se tornasse possível atribuir-lhes o lugar que merecem na vida das línguas românicas em geral.

O trabalho espiritual une os povos e ennobrece as relações que o universal comércio cria. Por êle os povos conhecem-se e aprendem a compreender-se e a aquilatar-se pelo justo valor. Por êle os povos são conduzidos a êsse ideal da *Civitas*, do qual a Grande Guerra, ainda não terminada, nos afastou tão desmedidamente. Figuras como a desta filha da Alemanha do Norte, que veio encontrar no extremo ocidental e sul do nosso Continente uma segunda Pátria, simbolizam no seu trabalho intelectual êsse Ideal a que aspiramos.

W. MEYER-LÜBKE.

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS EM 1876

(ÉPOCA DO SEU CASAMENTO)

FOTOGRAFIA, INÉDITA, DE G. B. SALVINI, PORTO

BIBLIOGRAFIA DE D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

A Bibliografia que LVSITANIA tem a boa fortuna de publicar a seguir, foi elaborada pelo Sr. Dr. Gerhard Moldenhauer, Privatdozent da Universidade de Halle (Saale), sob a direcção da Senhora D. Carolina Michaëlis, durante uma estada daquele distinto hispanista no Pôrto. É uma peça verdadeiramente capital, e provinda da excepcional circunstância de a eminente professora — que nunca teve secretários — nela haver cooperado.

A esta Bibliografia terão, pois, de recorrer, de ora em diante, todos os estudiosos que às Obras da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos hajam de vir buscar o seguro ensinamento.

N. DA R.

1867. — 1. *Altspanische Prosadarstellung der Crescentiasage von A. Mussafia. — Wien, 1866.* — *A S N S L* 41 (1867), 106-12.

1868. — 2. *Johann Gottfried von Herder, Der Cid... hrsg. von Julian Schmidt.* — Erläuterungen zu Herder's Cid. — Leipzig (Brockhaus) 1868, 127-52.

1870. — 3. Quindecim signa ante iudicium. — *A S N S L* 46 (1870), 33-60. — *Cf. Lista*, p. 275.

— 4. Tres flores del teatro antiguo español: Las moce-

dades del Cid, El Conde de Sex, El desdén con el desdén. — Leipzig (Brockhaus) 1870, 348 p. — *Colección de Autores españoles* XXVII, — *Cf. J r e L* XI (1870), 333-4. — *Cf. Lista*, p. 270.

1871. — 5. Nachträge zu den Apuntes biográficos y críticos in Band XXVII der Colección de Autores españoles. — *J r e L* XII (1871), 37-43.

— 6. Romancero del Cid. — Nueva edición añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances. — Leipzig (Brockhaus) 1871, 368 p. — *Colección de Autores españoles* XXX. — *Cf. J r e L* XII (1871), 415-7. *R* I (1872), 123-6. — *Bibliographia Crítica de Historia e Litteratura* I (1873-5), 337-41. — *Cf. Lista*, p. 270.

— 7. Fiori della poesía italiana antica e moderna. — Leipzig (Brockhaus) 1871, 396 p. — *Biblioteca d'Autori Italiani* XI.

1873. — 8. Étymologies espagnoles. — *R* II (1873), 86-91.

— 9. Neues aus Spanien und Portugal. — *Magazin für die Literatur des Auslandes* XLII (Berlin, 1873), 387-9, 400-2, 411-3.

— 10. Os Lusiadas, de Luiz de Camões. — Nova edição, segundo a do Visconde de Juromenha, conforme à segunda publicada em vida do poeta; com as estâncias desprezadas e omitidas na primeira impressão do poema e com lições e notas. — Leipzig (Brockhaus) 1873. VII, 266.

1874. — 11. Spanische Volkspoesie. — *Magazin für die Literatur des Auslandes* XLIII (1874), 7, 26-7, 44-6.

— 12. Etymologisches. — *J r e L-N F* I (1874) 202-7, 308-7. — *Cf.* n.° 17.

1875. — 13. Hamlet in Spanien. — *Jahrbuch der Deutschen Shakespeare-Gesellschaft* X (Weimar, 1875), 311-54.

— 14. Antología Española. Colección de poesías líricas. Primera parte: Poetas de los siglos XV-XVIII. Leipzig (Brockhaus) 1875. 394 p. — *Colección de Autores españoles* XXXIV.

— 15. *Auguste Scheler. Dictionnaire d'Etymologie Française... Bruxelles, 1873. Bibliographia Crítica* I (1873-5). Pôrto, 1875, 369-82 — *Cf. Lista*, p. 271.

1876. — 16. Studien zur romanischen Wortschöpfung. — Leipzig (Brockhaus) 1876, VIII, 300. — *Cf. Z r P* I (1877), 442-6, II (1878), 463-9. — *Jenaer Literaturzeitung*, 1876, 766-8. *Magazin für die Literatur des Auslandes*, (1878), 217. *Göttinger Gelehrte Anzeigen* (1877), 1263-70. *Giornale di Filologia Romanza* II (1879), 66-70.

— 17. Nachträge und Berichtigungen. — *J r e L-N F* III (1876), 57-64.

1877. — 18. A cartilha portugueza e em especial a do Snr. João de Deus, *O Ensino* I (Pôrto, 1877), n.º 2, 9-15; n.º 3, 17-9; n.º 5, 33-9.

1880. — 19. Shakespeare in Portugal. — *Jahrbuch der Deutschen Shakespeare-Gesellschaft* XV (Weimar, 1880), 266-97.

— 20. Etwas Neues zur Amadis-Frage. *Z r P* IV (1880), 347-9.

— 21. *W. Storck. Luis de Camoens' Sämmtliche Gedichte...* Paderborn, 1880-2. I. *Band* — *Z r P* IV (1880), 591-609; II. *Band* — *Z r P* V (1881), 101-36; III. *und* IV. *Band* — *Z r P* VII (1883), 131-57. Neues zum Buche der kamonianischen Lieder und Briefe. — *Z r P* VII (1883), 407-53. Neues zum Buche der kamonianischen Elegien. — *Z r P* VII (1883), 494-530; VIII (1884), 1-23. *Cf. Lista*, p. 269.

1881. — 22. Ein portugiesisches Weihnachtsauto. — Prática de três pastores na noite do Natal — *A S N S L* 65 (1881), 1-52.

— 23. Zum Cancionero General de Nagera. — *Z r P* V (1881), 77-9.

— 24. Zum Cancioneiro Geral. — *Z r P* V (1881), 80-5.

— 25. *Theophilo Braga, Bibliographia Camoniana servindo de Catalogo official da Exposição Camoniana do Centenario*. — Pôrto (Typ. Occidental) 1880. — *Z r P* V (1881), 136-8.

— 26. *Parnaso de Luis de Camões. — Edição de Ferreira de Brito, com uma introducção de Theophilo Braga.* — *Z r P* V (1881), 393-402.

— 27. Zum Cancioneiro d'Evora. — *Z r P* V (1881), 565-71, VII (1883), 94-9.

— 28. Julius Platzmann e os seus trabalhos sobre as Lin-

guas Americanas. — *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto* I (1881), 3-8.

1882. — 29. Zur Salman-Morolfssage. — *Beiträge zur Geschichte der Deutschen Sprache und Literatur* VIII (1882), 313-6.

— 30. A Infanta D. Maria. — *Plutarcho Portuguez* II (Pôrto, 1882), 25-32.

— 31. Poesias apocryphas, attribuidas a Camões. — *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto* II (Pôrto, 1882), 105-25.

— 32. Kant e o terremoto de 1755. — *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto* II (Pôrto, 1882), 271-4.

— 33. Palmeirim de Inglaterra. — *Z r P* VI (1882), 37-63, 216-55.

1883. — 34. Port. Etymologien. — *Z r P* VII (1883), 102-15.

1884. — 35. Mitteilungen aus portugiesischen Handschriften. I. Der Cancioneiro Juromenha. — *Z r P* VIII (1884), 430-48, 598-632; IX (1885), 360-74.

1885. — 36. Studien zur hispanischen Wortdeutung. — *Miscellanea di Filologia dedicata alla memoria dei prof. Caix e Canello.* Firenze (Monnier) 1885, 113-66.

— 37. Poesias de Francisco de Sá de Miranda. — Edição feita sôbre cinco manuscriptos inéditos e todas as edições impressas, acompanhada de um estudo sôbre o poeta, variantes, notas, glossário e um retrato. Halle (Niemeyer) 1885. CXXXVI, 949. — *Cf. Lista* 269.

1886. — 38. Portugiesische Sprache und Literatur. Brockhaus' Conversationslexikon. 13. Auflage, Band 13 (Leipzig, F. A. Brockhaus) 1886, 197-204.

1887. — 39. O Judeu errante em Portugal. — *R L* I (1887-9), 34-44.

— 40. « Hilo português ». — *R L* I (1887-9), 63.

— 41. Tangro-mangro. — *R L* I (1887-9), 66.

— 42. Materiaes para uma edição crítica do refraneiro português. — *R L* I (1887-9), 69-72.

— 43. Etymologias portuguesas. — *R L* I (1887-9), 117-32, 298-305. [*Cf.* Lettera aperta do Sr. Stanislao Prato. *R L* III (1895), 362-5 e contestação da Sr.ª D. C. M. de V., 365-6.]

— 44. «A maneira do apiahá». — *R L* I (1887-9), 379-81.

1889. — 45. Contribuições para a Bibliografia camoniana. — *C C* I (1889-90), 19-25, 58-9, 69-71, 165-7.
— 46. Materiaes para um índice expurgatório da lírica camoniana. — *C C* I (1889-90), 30-2.
— 47. «Sette annos de pastor Jacob servia». — *C C* I (1889-90), 149-59.
— 48. Notas camonianas. — *C C* I (1889-90), 199-205.
— 49. «Justa fue mi perdicion». — *C C* I (1889-90), 293-9.
— 50. Primeiros anos de Camões. — *C C* I (1889-90), 373-83.
1890. — 51. Portugiesische Sprache und Literatur. — *Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie... hrsg. v. Karl Volmöller*, I (1890), 582-616; IV (1895-6), I, 321-47; II, 187-238.
— 52. O Judeu errante em Portugal. — *R L* II (1890-92), 74-6. *Cf. N.º 39 e Stanislao Prato, Note... R L* VI (1896), 78-9.
— 53. Achar menos. — *R L* II (1890-92), 79-80.
— 54. Estudos sôbre o romanceiro peninsular. — *R L* II (1890-92), 156-79, 193-240.
1892. — 55. Romanzenstudien. — *Z r P* XVI (1892), 40-89, 397-421.
1893. — 56. Der « portugiesische » Infinitiv. — *R F* VII (1893), 49-122. — *Cf. L g r Ph* XIII (1892), 197-206.
— 57. Zur Cibdáreal-Frage. — *R F* VII (1893), 123-37. — *Cf. R* XXIII (1894), 617-8.
1894. — 58. *Obras de Christovão Falcão. Edição critica, annotada p. Epiphanio da Silva Dias. Porto* 1893. *L g r Ph* (1894), 267-77.
— 59. Kordgien und Dr. C. Michaëlis de Vasconcellos. — Portugiesischer Sprachführer. Leipzig (Bibliographisches Institut) 1894. — Neue Ausgabe, 517 p.
1895. — 60. Duas palavras sôbre a collocação do adjectivo em português. — *R L* III (1895), 84-6.
— 61. Fragmentos etymologicos. — *R L* III (1895), 129-90.
— 62. Uma passagem escura do « Chrisfal ». — *R L* III (1895), 347-62.
— 63. Zum Liederbuch des Königs Denis von Portugal. — *Z r P* XIX (1895), 513-41.

— 64. *Henry R. Lang, Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal.— Halle* 1894.— *Z r P* XIX (1895), 578-615.
— 65. Publia Hortensia de Castro. — *Arte Portuguesa* I (Lisboa, 1895), 137-40.
1896. — 66. *Visconde de Sanches de Baena, Gil Vicente, Lissabon*, 1894. — *L g r Ph* XVII (1896), 87-97.
— 67. *Adolfo Mussafia, Sull'antica metrica portoghese.— Osservazioni... Wien*, 1895. — *L g r Ph* XVII (1896), 308-18.
— 68. Anthero e a Allemanha. — *Anthero de Quental, In Memoriam.* Pôrto (Mathieu Lugan) 1896, 385-425.
— 69. « Congresso Feminista de Berlim ». — Série de artigos publicados no Commercio do Porto n.os 275, 277, 280, 281 e 282, 19 a 27 de Novembro de 1896. — (Traduzidos em allemão num jornal de Hamburgo por D. Luísa Ey). *Cf. Lista*, n.º 118.
— 70. Randglossen zum altportugiesischen Liederbuch. — I. Der Ammenstreit.— *Z r P* XX (1896), 145-218. II. Ein Mantel-Lied. III. Vom Mittagbrod hispanischer Könige. IV. Penna veira. — *Z r P* XXV (1901), 129-74. V. Ein Seemann möcht' ich werden, ein Kaufmam möcht' ich sein! VI. Kriegslieder. — Genetes. — Non ven al mayo! — *Z r P* XXV (1901), 278-321. VII. Ein Jerusalemspilgrim und andere Kreuzfahrer. — *Z r P* XXV (1901), 533-60. Anhang zu VII. 669-85. VIII. Tell'Affonso de Meneses. IX. Wolf-Dietrich. X. Das Zwiespaltslied des Bonifacio Calvo. — *Z r P* XXVI (1902), 56-75. XI. Im Nordosten der Halbinsel. XII. Romanze von Don Fernando. — *Z r P* XXVI (1902) 206-19. XIII. Don Arrigo. — *Z r P* XXVII (1903), 153-72, 257-77, 414-36, 708-37. XIV. Guarvaya. — *Z r P* XXVIII (1904), 385-434. XV. Vasco Martinz und D. Afonso Sanchez. — *Z r P* XXIX (1905), 683-711.
1897. — 71. « Distracciones filológicas. — Carta particular dirigida a E. S. Dodgson, e por elle publicada num jornal de Huelva, intitulado El Defensor, de 11 de Fevreiro de 1897. Notas autobiográficas ». *Cf. Lista*, n.º 122.
— 72. *Dr. H. A. Rennert... Der spanische Cancioneiro des Brit. Mus. Ms. A DD 10 431... Erlangen 1895.* — *R F*, X, 1. — *L g r Ph* XVIII (1897), 127-43.

— 73. Zwei Worte zur Celestina-Frage. — *Z r P* XXI (1897), 405-9.

— 74. Garci Sanchez de Badajoz. — *Revista Crítica de Historia y Literatura* II (1897), 114-33.

— 75. Gracian e Sá de Miranda. *Revista Crítica de Historia y Literatura* II (1897), 212-3.

— 76. Geschichte der Portugiesischen Literatur von... und Theophilo Braga. — *Grundriss der Romanischen Philologie. II. Band, 2. Abteilung. Strassburg (Trübner)* 1897, 129-382. Tradução de Alfonso Hincker em «O Instituto» XLVII (1900), 225-30, 356-66.

1898. — 77. Wilhelm Storck, Vida e obras de Luís de Camões. — Primeira versão do original allemão anotada por... Lisboa, Academia das Sciências, 1897-98. 744 p. — *Cf. Lista*, 269.

— 78. Portugiesische Literatur, Portugiesische Sprache. *Meyers Grosses Konversations-Lexikon. 6. Aufl. Leipzig und Wien (Bibliographisches Institut)*, 1907, Bd. 16, 188-95.

— 79. *Antonio Pena Filho, Contos maravilhosos para a infancia. Lisboa (Libanio e Cunha)* 1898. — Carta-Prefácio sôbre «Contos populares portugueses».

— 80. *P. de Andrade Caminha. — Poesías ineditas, publicadas por J. Priebsch. Halle, 1898. Deutsche Literatur-Zeitung* XIX (1898), 1124-8.

1899. — 81. Estatinga, estantiga ?. — *A Tradição*, Ano I, série I, p. 161-71, Lisboa (Mendonça & Duarte) 1899. Sep. 15 p.

— 82. Note sur les Bibles portugaises, par M.me C. M. de V. et S. Berger. *R* XXVIII (1899), 543-56.

— 83. Uma obra inédita do Condestavel D. Pedro de Portugal. — *Homenaje a Menéndez y Pelayo. Estudios de erudición española.* Madrid (Suárez) 1899, I, 637-732. — Condestável D. Pedro de Portugal: Tragédia de la insigne reina Doña Isabel. 2.ª edição revista e prefaciada... Coimbra (I. da U.) 1922, XI, 167. *Cf. R* XXIX (1900), 314. *B H* I (1899), 223. *Cf. Lista*, p. 268.

— 84. Recuerde el alma dormida... (Duas palavras ao auctor da antologia de poetas liricos, III, 100-16; VI, CIV-CLI). *R H* VI (1899), 148-62.

85. Soror Maria do Divino Coração, superiora do Bom Pastor do Porto. — *O Commercio do Porto, 28 de Junho de 1899.*

1900. — 86. Notas aos Sonetos anonymos. *R H* VII (1900), 98-118.

— 87. *Ramón Menéndez Pidal, Estantigua.* — *R H* VII (1900), 5-9. — Réplica, ibid., 10-9; — *cf.* 390-453.

— 88. Portugal. Littérature. *La Grande Encyclopédie*, XXVII (1900), 394-7.

— 89. Lais de Bretanha. — *R L* VI (1900-1), 1-43. — *Cf. R* XXIX (1900), 633.

1901. — 90. Die Frauenbewegung in Spanien und Portugal. — *Handbuch der Frauenbewegung.* I, Berlin (Moeser) 1901, 421-55. *Traducido por Duarte Leite:* O movimento feminista em Portugal. *O Primeiro de Janeiro, 11 a 14, 16, 18 de Setembro de 1902.* (N.os 215-19, 221).

— 91. Pedro de Andrade Caminha. — Beiträge zu seinem Leben und Wirken, auf Grund und im Anschluss an die Neuausgabe des Dr. Josef Priebsch. *R H* VIII (1901), 338-450.

— 92. Zum Cancioneiro de Modena. *R F* XI (1901), 201-22.

— 93. Yengo (Engo) — Enguedat — Engar. *Miscellanea Linguistica in onore di Graziadio Ascoli, Torino (Loescher)* 1901, 523-37. — *Cf. R* XXX (1901), 576-7.

— 94. *R. Foulché-Delbosc, Comedia de Calisto y Melibea... Barcelona-Madrid, 1900.* 2. *Ders.*, Observations sur la Celestine. *Paris. 1900. L g r Ph* XXII (1901), 19-32.

— 95. *La Celestina, Tragicomedia de Calisto y Melibea por Fernando de Rojas... ed. D. Marcelino Menéndez y Pelayo. Vigo, 1900. L g r Ph* XXII (1901), 32-8. — *Cf.* 70.

1902. — 96. *Fried Aug. von Ammon, Deveres maternos e educação primeira da infancia, traduzido... pelo Dr. Albino Moreira de Sousa Baptista...* Revista e prefaciado por D. C. M. de V. Pôrto (Figueirinhas) 1902, 16 p.

— 97. Observações sobre alguns textos lyricos da antiga poesía peninsular. — *R L* VII (1902), 1-32.

— 98. Dizer d'alguem cobras e lagartos. *R L* VII (1902), 232-9, *cf.* 230-2.

— 99. Nuevas disquisiciones acerca de Juan Álvarez Gato.
— *R L* VII (1902), 241-3.
— 100. Notas camónianas. — *Homenagem a Camões (Porto, 1902)*, 26-48.
— 101. A Infanta D. Maria de Portugal (1521 a 1577) e as suas damas. — Pôrto (Sousa & Irmão, 1902) 121 p. *Cf. Lista*, p. 269.
— *Cf.* 70.

1903. — 102. Tostia. *R L* VIII (1903-5), 221-2.
— *Cf.* 70.

1904. — 103. Cancioneiro da Ajuda. Edição critica e comentada. Vol. I. — Texto, com resumos em alemão, notas e eschemas metricos. Halle (1904). XXVIII, 924. — Vol. II. — Investigações bibliographicas, biographicas e historico-litterarias. Halle (Niemeyer) 1904. 1001 p. — *Cf. Mélanges Chabaneau, Erlangen* 1907, 339-85. — *A S N S L* 121 (1908), 197-208 ; 122 (1909), 193-206. — *Z r P* 32 (1908), 129-60, 290-311, 385-99.
— *Cf.* 70.
— 104. *Henry R. Lang, Cancioneiro Gallego-Castelhano.* Vol. I : Text, Notes and Glossary. New-York — London. *Z r P* XXVIII (1904), 200-31.

1905. — 105. Obras de Luis de Camões : Os Lusiadas. *Bibliotheca Romanica* 10 (1905), 86 p. ; 25 (1906), 76 p. ; 45 (1907), 80 p. ; 51 (1908), 104 p.
— 106. As capellas imperfeitas da Batalha e a lenda das devisas gregas. — *A Arte e a Natureza em Portugal* V. Pôrto (Biel & C.°) 1905, 5 p.
— 107. As capellas imperfeitas e a lenda das devisas gregas. Pôrto, 1905. 14 p. — *Cf. Lista*, n.° 110.
— 108. Algumas palavras a respeito de pucaros de Portugal. *B H* VII (1905), 140-96. 2.ª ed. (revista e aumentada). Coimbra (I. da U.), 1921. VII, 90. — *Subsidios para a Historia da Arte Portuguesa* II.
— 109. Zum Sprichwörterschatz des Don Juan Manuel. — *Bausteine zur romanischen Philologie. Festgabe für Adolfo Mussafia. Halle (Niemeyer)* 1905, 594-608.
— 110. Tausend portugiesische Sprichwörter. — *Festschrift*

zum siebzigsten Geburtstage Adolf Tobler's. Braunschweig (1905), 13-48. — *Cf. R L* IX (1906), 182-6.

— 111. Enger, incar. Zu Zschr. XXVIII, 364. — *Z r P* XXIX (1905), 601-17.

— 112. Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra « Lusiadas ». *O Instituto* LII (1905), 241-50.

— 113. Lucius Andreas Resendius Lusitanus. *Archivo Historico Portuguez* III (1905), 161-78.

— *Cf.* 70.

1906. — 114. Bussaco. — *A Arte e a Natureza em Portugal* VI. Pôrto (Biel & C.º) 1906.

— 115. Manual de conversação, alemão-português. Destinado a collegiales e viajantes por Jaime Connor e... Heidelberg (J. Groos) 1906. VIII, 230.

— 116. *José Joaquim Rodrigues de Freitas, Paginas avulsas. Porto (Chardron) 1906.* Preâmbulo, XI-XVI.

— 117. *Contos côr de rosa, traducidos por Henrique Marques Junior. Lisboa, 1906.* Preâmbulo. 36 p.

1907. — 118. Arredores de Coimbra. — *A Arte e a Natureza em Portugal VII. Porto (Biel & C.º)* 1907, 4 p.

— 119. Tanty F., Grammatica Franceza... Segunda edição revista por Gaston de Boucher e... Heidelberg (J. Groos) 1907. VIII, 499.

— 120. Estudos sobre o romanceiro peninsular, romances velhos em Portugal. *Cultura Española. Madrid*, VII (1907), 767-803, VIII (1907), 1021-57, IX (1908), 93-132, X (1908) 435-512, XI (1908) 717-58, XIV (1909), 434-83, XVI (1909), 697-732. — *Cf. A S N S L* 126 (1911), 261-9.

1908. — 121. Contribuições para o futuro diccionario etimológico das linguas hispánicas. — *R L* XI (1908), 1-62. [*Cf.* A. R. Gonçalvez Viana, Lécsico Português, *R L* XI (1908), 238-47]. — *Cf. R L* XI (1908), 238-47.

— *Cf.* 120.

1909. — 122. Notas ao Cancioneiro inédito. — *R H* XXI (1909), 362-70.

— 123. Taibo. — *R L* XII (1909), 133-8.

— *Cf.* 120.

1910. — 124. Investigações sobre sonetos e sonetistas portugueses e castelhanos. — *R H* XXII (1910), 509-614.

— 125. *Trindade Coelho, Autobiographia* e *Cartas. Com um prefacio* (p. XI-XXV) de D. C. M. de Vasconcellos. Rio de Janeiro — S. Paulo — Bello Horizonte (A Editora) 1910.

— 126. As cem melhores poesias (líricas) da lingua portuguesa. — London — Glasgow (Gowans & Gray), 1910, XX, 236. — *Cf. Lista*, 270.

— 127. Mestre Giraldo e os seus tratados de alveitaria e cetraria. — *R L* XIII (1910), 149-432. — *Sep.:* Parte I: Estudo literário; parte II: Estudos etimológicos. Contribuições para o futuro diccionario etimológico das línguas românicas peninsulares. — Lisboa (Imprensa Nacional), 1911, 312 p.

1911. — 128. A ortografia nacional. — *O Primeiro de Janeiro, n.os 61 a 63, de 15 a 17 de Março de 1911.*

— 129. Novos estudos sobre Sá de Miranda. — *Boletim da Segunda Classe, Actas e Pareceres, Estudos, Documentos e Noticias.* Vol. V (1911), 9-230.

1912. — 130. Sobre um verso de Gil Vicente. Carta aberta a Henrique Lopes de Mendonça. Diario de Noticias, 4 de Fevereiro de 1912. — Reimpressa na *R L* XV (1912), 271-41, *cf.* 268-71, 275-89.

— 131. Filologia portuguesa. Prelecções feitas pela Ex.ma Sr.a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Doutora em Filologia ao curso do 1.º ano da Faculdade de Letras de 1912-1913. — Coimbra (Tip. Commercial) 1912, 153 p. — [Id. até] Filologia portuguesa... de 1913-1914. Coimbra (Neves & Vieira) s. a., 94 p.

— 132. Historia de uma canção peninsular: «Ven muerte, tan escondida». — *Scritti varii di Erudizione e di Critica in Onore di Rodolfo Renier.* — Torino (Bocca) 1912, 627-49.

1913. — 133. Notas Vicentinas. Preliminares de uma edição crítica das obras de Gil Vicente. I: Gil Vicente em Bruxelas. *R U C* I (1912), 205-93, *cf.* 212. II: A rainha velha e o monologo do vaqueiro. *R U C* VI (1917), 263-303. III: Romance à morte del Rei Dom Manuel e à aclamação de Dom João Terceiro. *R U C* VII (1918), 35-61. IV: Cultura intelectual e nobreza literária. Coim-

bra (I. da U.) 1922. 439 p. (Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Vol. IX). — *Resenha em Correio de Coimbra, III, 26 de Julho de 1924 por Mendes dos Remedios.*

— 134. Liçoes (!) praticas de português arcaico. Leitura e explicação de textos dos seculos XIII e XIV. (Em facsimiles de manuscritos antigos), feitas pela Ex.ma Sr.a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Doutora em Filosofia, coordenadas por Francisco Pinto d'Almeida. — Coimbra (Minerva Central) 1913. 151 p.

1914. — 135. A Saudade portuguesa. — Divagações filológicas e literar-históricas em volta de Inês de Castro e do cantar velho « Saudade minha? Quando te veria? » — Edição da Renascença Portuguesa. Pôrto (1914) 144 p. 2.a edição revista e acrescentada, 1922. 190 p.

— 136. O Marramaque. — *O Arquivo Histórico Português* IX (1914), 163-76.

— 137. D. Francisco Manuel de Melo. — Notas relativas a manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra. — *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da U. de C.* I (1914), 329-46; II (1915) 20-32, 53-64.

— *Cf.* 131.

1915. — 138. Este es el Calbi Orabi. — *R L* XVIII (1915), 1--15. *Sep.:* Notas sobre a Canção perdida: Este es Calbi Orabi. — Pôrto (Sequeira), 1915, 16 p.

— 139. A propósito de Martim Codax e das suas cantigas de amor. — *R F E* II (1915), 258-73.

1916. — 140. João Lourenço da Cunha a «Flor de Altura» e a cantiga Ay donas por que em tristura? — *R L* XIX (1916), 5-26.

1917. — 141. Etymologische Einfälle. — *R L* XX (1917), 316-9, — *cf.* 319-21. *Carta do Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos a propósito das quatro etimologias precedentes.* — *Cf.* 133.

1918. — 142. Introdução a lições de Filologia portuguesa na Universidade de Coimbra. Curso de 1917-18. *R L* XXI (1918), 5-32.

— 143. O lais galego-português ¡Leonoreta fin roseta! e as origens do adjectivo « fin ». — *Lusa*, Revista de Viana-do-Castelo, II (1918), 113-7.

— 144. Notulas sobre cantares e vilhancicos peninsulares e a respeito de Juan del Enzina. — *R F E* V (1918), 337-66.

— 145. No seio da Virgem-Mãe. *Lusa* II (1918-9), 145-6, *cf.* 152.

— *Cf.* 133.

1919. — 146. Ernesto Monaci. *R L* XXII (1919), 249-52. — *Sep.:* Edição corrigida de um artigo da Revista Lusitana, vol. XXII. — Pôrto (Tip. Sequeira) [1919] 8 p.

— 147. André de Resende e a crónica do Mouro Rasis. — *O Archeologo Português* XXIV (1919-20), 177-93.

— 148. O vilancete de Luís de Camões aos olhos-Gonçalves, p. 7-26. II. O imperfeito do conjuntivo da língua latina e sua evolução portuguesa para infinito pessoal, p. 27-46. [Precede uma carta] ao Ex.mo Sr. Professor José Maria Rodrigues, p. 3-6. — *Boletim da Segunda Classe*, vol. XII (1917-18), 289-331. Coimbra (I. da U.) 1920, 46 p.

1920. — 149. Glossário do Cancioneiro da Ajuda. — *R L* XXIII (1920), 1-95.

1921. — 150. *Ricardo Jorge, A intercultura de Portugal e Espanha...* com um prefácio (p. XIII-XXIV) da Professora D. C. M. de V. — Pôrto (Araujo e Sobrinho) 1921. — *Cf.* 108.

1922. — 151. Autos Portugueses de Gil Vicente y de la Escuela Vicentina. Edición facsimil con una introducción. Madrid, 1922. 129 p.

— 152. *O romance de Amadis, composto sôbre o Amadis de Gaula de Lobeira, por Affonso Lopes Vieira.* — *Lisboa (Sociedade Editora Portugal-Brasil*, 1922. — Prefácio (p. XIII-XLI) de C. M. de V. — *Cf.* n.º 158. — Reimpresso na nova edição (texto definitivo) de 1926.

— 153. Estudos Camonianos. I. O Cancioneiro Fernandes Tomás. Índices, nótulas e textos inéditos. Coimbra (I. da U.) 1922. IX, 171.

— 154. No seio da Virgem-Mãe. Considerações sôbre a história de uma quadra popular. Viana-do-Castelo (Biblioteca da Revista Lusa), 1922, 12-21, *cf.* n.º 145.

— 155. *Dr. J. M. Teixeira de Carvalho, Notas de um*

Escrivão do Povo. — Com um Prefácio (p. V-XIX) de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. — Coimbra (I. da U.) 1922.

— 156. Uriel da Costa, notas relativas à sua vida e às suas obras. — Coimbra (I. da U.) 1922. 180 p. — *(Publicado pelo) Instituto de Estudos históricos e filosóficos.* — *Cf.* 133, 135.

1923. — 157. Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão. Obras. — Nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. — Coimbra (I. da U.) 1923, 2 vol. Vol. I: [D. C. M.] 322 p. Vol. II: [B. F.] 157 fol. — *Biblioteca de escritores portugueses.* — *Série A.*

1924. — 158. *Le Roman d'Amadis de Gaule. Reconstitution du Roman Portugais du XIII^e siècle par Affonso Lopes Vieira. Traduite en Français par Philéas Lebesgue, avec des bois de René Blot d'après d'anciennes gravures. Paris (Claude Aveline)* 1924. Préface (p. 23-44).

— 159. Uriel da Costa. Notas suplementares relativas à sua vida e sua obra. — *L* fasc. I (1924) 5-22.

— 160. A questão da naturalidade de Diogo Bernardes e Frei Agostinho da Cruz. (Carta aberta ao Ex.^mo Sr. Juiz de Direito António de Magalhães Barros de Araujo Queiróz). — *Almanaque de Ponte de Lima de 1923. Ponte de Lima*, 1924. 291-7.

— 161. A arte na escola. — *Educação Nova* I (1924). N.º 2, p. 1.

— 162. Nota crítica a « Contos e Lendas da nossa terra » de Maria da Luz Sobral. — *Renascença Portuguesa* (Pôrto, 1924), 195-9.

— 163. Em volta de Sancho II. — *L* II, fasc. I (1924), 7-25.

— 164. Nótulas relativas a « Menina e Moça » na edição de Colónia (1559). — Coimbra (I. da U.) 1924. 28 p.

— 165. Estudos Camonianos. II: O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro. — Coimbra (I. da U.) 1924. 129 p.

1925. — 166. Miscelas Etimológicas. — *Homenaje a Menéndez Pidal.* Madrid (Editorial Hernando) 1925. Tomo III, 441-73.

— 167. Pedro, Inês e a Fonte dos Amores. — *L* II (1925), 159-182.

— 168. Nótulas Histórico-Literárias. — *Biblos* I (1925), 364-6.

s. a. — 169. Literatura antiga portuguesa. — *Biblioteca Internacional de Obras Célebres, VII*, 3081-3100. *Sociedade Internacional. Lisboa, Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Paris.*

— 170. Gil Vicente. *Biblioteca Internacional de Obras Célebres*, VIII,... (?).

Obras Completas de Gil Vicente, ed. fac-simile conforme a de 1562. Prefácio. (No prelo da Biblioteca Nacional de Lisboa).

RESUMO

DAS PUBLICAÇÕES

I. Em livro:

2. 4. 6-7. 10. 14. 16. 38. 59. 77. 103. 105. 115. 119. 126. 131. 134-135. 151. 153. 157. 164-165.

II. Em colecções ou revistas:

1. 3. 5. 8-9. 11-13. 17. 20. 22-24. 27-37. 39-57. 60-63. 65. 68-71. 73-76. 78-81. 93. 97-102. 106-114. 118. 120-124. 127-130. 132-133. 136-149. 154. 156. 159. 163. 166-170.

III. Introduções e críticas:

15. 21. 25-26. 58. 64. 66-67. 72. 79-80. 94-96. 104. 116-117. 125. 150. 152. 155. 158.

IV. Filologia românica em geral :

12. 16-17. 111. 146.

V. Língua e literatura portuguesas :

9. 10. 18-22. 24-27. 31. 33-35. 37-38-56. 58-68. 70. 75-82. 85-86. 88. 91-92. 97-108. 110. 112-118. 120-145. 147-170.

VI. Língua e literatura espanholas :

1. (2). 4-6. 8-9. 11. 13-14. (20). 23. 36. 57. 72-74. 83-84. 87. 90. 93-95. 97. 109. 120-121. 124. 127. 132. 138. 150.

VII. Filologia francesa e italiana :

7. 15. (89). 119.

VIII. Assuntos vários :

28-30. 32. 69. 71. 96.

LISTA DAS ABREVIATURAS

ASNSL — Archiv fuer das Studium der neueren Sprachen und Litteraturen
ASNL — NF — *como acima* — Neue Folge
BH — Bulletin Hispanique
CC — Circulo Camoneano
JreL — Jahrbuch fuer romanische und englische Litteratur
L — Lusitania — Lisboa

BIBLIOGRAFIA

LgrPh — Litteraturblatt fuer germanische und romanische Philologie
R — Romania
RF — Romanische Forschungen
RFE — Revista de Filologia Española
RH — Revue Hispanique
RL — Revista Lusitana
RUC — Revista da Universidade de Coimbra
ZrPh — Zeitschrift fuer romanische Philologie
hrsg.v. — herausgegeben von: *editado por*
I. da U. — Imprensa da Universidade
Lista — Carolina Michaëlis. Lista dos seus escritos, publicados de 1876 a 1911 por Leite de Vasconcellos em: Boletim da segunda classe da Academia das Sciências de Lisboa V (1921), pags. 246-297
Sep. — Separata. Foram publicadas Separatas de quasi todos os artigos aparecidos em revistas. Só se acham mencionadas quando o titulo principal ou o seu conteùdo tiveram alteração.

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

COM SEUS NETOS MAIS VELHOS, MANUEL E JOAQUIM ERNESTO (1911)

FOTOGRAFIA, INÉDITA, DE MAGALHÃES E C.ª, PORTO

D. CAROLINA MICHAËLIS E OS ESTUDOS CAMONIANOS

ENTRE as numerosíssimas publicações devidas ao profundo saber e infatigável actividade da ilustre Senhora a cuja veneranda memória é consagrado êste número da *LVSITANIA*, ocupam um lugar preeminente as que versam assuntos relativos à vida e obras de Camões.

Foi em. 1880, por ocasião do terceiro centenário da morte do Poeta, que D. Carolina Michaëlis iniciou a longa série dos seus trabalhos camonianos.

Com efeito, os dois primeiros volumes da tradução alemã das obras de Camões, nesse ano dados a lume pelo benemérito professor W. Storck, motivaram três extensos artigos, que ela publicou na *Zeitschrift für romanische Philologie* de Gröber, t. IV, V e VII (1880, 1881 e 1883). E os volumes terceiro e quarto da referida versão, aparecidos respectivamente em 1881 e 1882, forneceram-lhe assunto para outros três artigos, que saíram na mesma *Zeitschrift*, t. VII e VIII (1883 e 1884). E nela se ocupou também, por esta ocasião, do *Parnaso de Luís de Camões*, organizado pelo Dr. Teófilo Braga (Pôrto, 1880), e dum *Cancioneiro* que o Visconde de Juromenha possuia e aproveitou na sua edição das obras de Camões (*Zeitschrift* de 1881 e 1883).

As valiosas anotações com que o bem conhecido professor de Münster enriqueceu a sua primorosa trasladação e os oito notabilíssimos artigos de D. Carolina Michaëlis abriram uma nova época na história dos estudos camonianos.

Até então, o esquecimento das regras mais elementares da crítica dos textos, levado até o ponto de se alterar o que o Poeta

havia escrito [1], e o prurido de aumentar, fosse como fosse, o número das suas composições, tinham dominado os que destas faziam cópias ou as divulgavam pela imprensa.

Ainda *Os Lusíadas* não tinham saído das mãos do Poeta e já Diogo de Couto (que havia de comentar alguns dos seus cantos) lhes estropiava o titulo, chamando-lhe *As Lusíadas* [2]; ainda o poema não tinha sido entregue ao tipógrafo que o havia de compor, e já nêle se faziam despropositadas emendas [3].

E depois de publicada a primeira edição, quantas supostas correcções, baseadas quási tôdas no desconhecimento das fontes de que o Poeta se servira e dos intuitos que presidiram à elaboração da epopeia! E a complicar tudo isto, a edição apócrifa, que por tanto tempo se supôs ser a *princeps*, a que reproduzia o texto directamente emanado do Poeta.

Muito mais dificil foi sempre a questão das *Rimas*, das poesias menores. Com efeito, só em 1595, isto é, só quinze anos depois da morte de Camões é que estas começaram a ser publicadas, não por manuscritos originais ou autenticados pelo autor [4], mas por cópias mais ou menos alteradas, o que levou o primeiro editor, Lôbo Soropita, a observar no respectivo prefácio:

«Os erros que houver nesta impressão não passaram por alto a quem ajudou a copiar este livro; mas achou-se que era menos inconveniente irem assim como se achavam, por conferencia de alguns livros de mão, onde estas obras andavam espedaçadas, que não violar as composições alheias, sem certeza evidente de ser a emenda verdadeira... E porisso se não boliu em mais, que só naquillo que claramente constou ser vicio de pena; e o

[1] Basta confrontar as diferentes edições, quando se não copiam.

[2] «Aquelle inverno que esteve em Moçambique acabou de aperfeiçoar as suas Lusiadas para as imprimir» (Déc. VIII, c. XXVIII). E não faltaram também editores que lhes chamassem *A Lusíada*.

[3] Cf., por ex., o *aparato crítico* da edição fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa.

[4] É certo que mais de um editor se gabou de publicar autógrafos de Camões. Fê-lo Domingos Fernandes em 1616, na *Segunda parte das Rimas*, e Álvares da Cunha em 1688, na *Terceira parte*. Mas não temos a certeza de que se não trate de um reclamo.

mais vai assi como se achou escrito e muito diferente do que houvera de ir, se Luis de Camões em sua vida o dera á impressão. »

Mas as dificuldades não provinham só do estado do texto; resultavam também da possibilidade de se atribuir ao Poeta o que lhe não pertencia ou de deixar ficar fora da colecção o que era realmente obra sua.

E foi o que aconteceu logo na primeira edição, em que, por um lado, faltam muitas das poesias de Camões, posteriormente descobertas e publicadas, e, por outro, figuram algumas que lhe não pertencem [1].

E nas edições posteriores, se o primeiro inconveniente se foi remediando, o segundo agravou-se extraordinàriamente.

Acresce ainda que no texto das *Rimas* autênticas se introduziram, logo desde o princípio, erros crassos, alguns bem fáceis de corrigir, mas que, para vergonha nossa, deixamos correr, até que camonistas estrangeiros no-los viessem apontar. Dois exemplos apenas. Nas *Oitavas sobre o desconcerto do mundo*, Camões, depois de se referir à loucura do grego Trasilau, prossegue (texto corrente, desde a primeira edição):

> Não tardou muito tempo, quando um dia
> Huncrito, seu irmão, que ausente estava,
> Á terra chega [2] etc.

[1] Para se ver como eram organizadas as colecções manuscritas a que os editores das *Rimas* tinham de recorrer, basta notar que em uma delas, elaborada em 1577, portanto ainda em vida de Camões e de Diogo Bernardes, e designada pelo nome de *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, se achavam repetidos três sonetos, que eram dados primeiro como de Bernardes e depois como de Camões, e que algumas poesias, indiscutivelmente camonianas, eram apresentadas como sendo da autoria de Bernardes. Sôbre esta colecção, que hoje só conhecemos pelo índice, veja-se D. Carolina Michaëlis, *Estudos Camonianos*, II: *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*. Coimbra, 1924.

[2] Est. 18. Os nossos editores ainda se não deram ao fácil trabalho de numerar os versos das poesias que entram nas *Rimas*, o que muito facilitaria as citações.

Ora a lição « Huncrito » motivou êste justo reparo a W. Storck, nas notas à sua tradução: « É extraordinário que nenhum editor ou comentador, que eu saiba, tenha reparado no *Huncrito*, contrário à índole da língua grega. O ms. de Juromenha traz bem: Hum Crito. O próprio Faria e Sousa explica sem cerimónia: *Huncrito era hermano de Trasilao*».

Outro caso. Na égloga VI são interlocutores Agrario (pastor) e Alicuto (pescador). Ora Alicuto não é nada e a palavra grega *halieutes* (pescador) exige a fácil emenda Halieuto.

Bastava recordar o nome do poema (hoje perdido) que Ovídio compôs sôbre a pesca e a que deu o título de *Halieutica* [1].

E aos « erros que de longe vinham » acresceram outros, reveladores de não menor desleixo, nos inéditos, verdadeiros ou supostos, de Camões, publicados modernamente. Assim, por ex., o visconde de Juromenha encontrou nos manuscritos de Faria e Sousa, atribuida a Camões, a *Carta a uma senhora*, cuja estrofe inicial foi assim impressa:

Senhora, quando imagino
O divino
Vosso gesto, claro e bello,
De alguma hora merecê-lo
Me conheço por indino;
Que se sento
Ser altivo o pensamento
Que me inclinou,
Vejo que Amor vos destina
Para mór merecimento.

No manuscrito utilizado pelo referido editor lê-se naturalmente, no v. 8, « inclina », como a rima o pede. Mas, ainda que nêle

[1] Observação de W. Storck, nas notas à sua tradução: « Ja de ha muito que eu tinha presumido (refere-se a uma edição anterior das églogas) se poderia ler Alieuto, por causa do grego *Halieutes* (pescador). Faria e Sousa lembra o Halicuticon (!) de Ovídio e não faz porisso reparo nenhum no Alicuto. Cf. em L. A. de Resende *(Antiq. Lusit.*, I, 75): Halicutico.» O mais curioso é que W. Storck deixou ficar no texto o « Alicuto », que repete na *Vida de Camões* (p. 332 da versão portuguesa).

houvesse um *lapsus calami*, esta correcção desde logo se impunha. Teófilo Braga, em uma edição que se diz «crítica», reproduziu o êrro [1]. E fói necessário que o viesse expungir um estrangeiro: W. Storck.

Outro exemplo. No *Cancioneiro* de Luís Franco Correia há uma ode que Juromenha publicou como sendo de Camões, a XIII, e que começa pelas palavras *Fôra conveniente*. Ora entre outros erros de cópia merece especificar-se um que se encontra na 1.ª quintilha da estrofe 3.ª:

A vós, por quem já cresce
O lusitano nome a tanta gloria,
Que a seu pesar esquece
De Vergilio a memoria
Mantua, e de suas obras a alta Hesperia.

Assim copiou Juromenha, mas no último verso sem grande dificuldade se lê «historia» no manuscrito. E Teófilo Braga deu por boa a substituição daquele camonista [2]. Pois bastava a necessidade da rima (*ababb* em tôdas as quintilhas), para se ver que ela era inaceitável.

Mas não são só os maus tratos infligidos ao texto que caracterizam a primeira época dos estudos camonianos.

De boa ou de má fé, por ignorância ou de propósito, não tem faltado, desde o século XVI até nossos dias, quem tenha atribuido a Camões versos que lhe não pertencem, composições que outros poetas têm o incontestável direito de revindicar como suas ou que foram forjadas com o intuito de passarem como dêle.

Deixando as chamadas «estancias omitidas» de *Os Lusíadas*, ex-

[1] *Obras completas de Luiz de Camões. Edição crítica com as mais notáveis variantes.* T. II, v. 5.º, p. 181. Pôrto, 1874.

[2] Cit. *Obras completas*, t. I, vol. 2.º (*Canções, sestinas e odes*), p. 122. Pôrto, 1874.

crescências apócrifas que não resistem a um rápido exame crítico [1], é sabido que, logo na primeira edição das *Rimas*, Lôbo Soropita introduziu por engano alguns sonetos e redondilhas que não são de Camões e os editores que se lhe seguiram, especialmente Faria e Sousa [2], procederam por forma que as produções atribuidas ao maior dos nossos líricos passaram a formar um denso matagal, enredado por uma complicada vegetação parasitária. E os dois editores modernos dessas poesias, Juromenha e T. Braga, vieram ainda agravar a situação.

Vejamos o que sôbre isto escreveu D. Carolina Michaëlis: « O sr. visconde de Juromenha... incluiu na sua grande edição certas poesias que não podem atribuir-se a Camões, que nem são mesmo inéditas; publicou ainda outras que pecam contra a pureza da rima e a beleza poética em cada verso. O sr. T. Braga, seu sucessor, não soube também emancipar-se da influência da tradição e dos casos hipotéticos que ela nos legou, a-pesar-de uma grande massa de material, acumulado pela crítica europeia, principalmente a alemã, e a-pesar do remédio que tinha à mão, nos axiomas da sua filosofia positiva. Na sua edição de 1873 aumentou a fábula com mais um apócrifo e em 1880 enriqueceu-a com mais quarenta e dois, que enchem uma parte da edição do *Parnaso*. Dêste modo a questão toma proporções impossíveis. Dêsses quarenta e dois inéditos, oferecidos ao público por ocasião do centenário, nem um só é autêntico; são todos atribuidos a Camões sem motivo algum, intrínseco nem extrínseco, isto é, sem sombra de critério [3] ».

E à pregunta que naturalmente formulou o seu elevado senso crítico: « Como é possível que tais factos ocorram? » — responde:

« Não achamos senão uma explicação. Os modernos admiradores de Camões não comparam suficiententemente; leem principalmente o Poeta e não estudam bastante os seus predecessores, os mestres com os quais aprendeu; não estudam bastante os con-

[1] Cf. a introdução à edição fac-similada da Biblioteca Nacional.

[2] A respeito dêle escreve D. Carolina Michaëlis: «Benemérito mas fanático camonólogo, caluniador e rouba-honras de todos os mais poetas quinhentistas, como me não farto de registar» (*O Cancioneiro Fernandes Tomás*, p. 73). Cf. *O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro*, p. 2, 114; etc.

[3] *O texto das Rimas de Camões*, na *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, 2.º ano (1882), p. 107.

temporâneos e os seus sucessores, porque tudo isto é preciso. É porisso que êles imaginam que uma poesia de Camões é um fenómeno à parte, que não se confunde com cousa alguma ».

Neste deplorável estado, cujas causas são francamente apontadas, se achavam as *Rimas* de Camões, três séculos depois do seu falecimento. Entre elas figuravam composições dos seguintes autores (sirvo-me da lista organizada por D. Carolina Michaëlis [1]): Garci Sanchez de Badajoz, Garcia de Resende, Garcilaso de la Vega, Jorge de Montemor, Sá de Miranda, Diogo Bernardes [2], Miguel Leitão de Andrade, André Falcão de Resende, António Ferreira, Soropita, B(ernardo) R(odrigues) ou B(ernardim) R(ibeiro), Francisco de Figueiroa, Vasco Mousinho de Quevedo, Fr. Bernardo de Brito, Baltasar Estaço, Estêvão Rodrigues de Castro, Francisco Galvão, D. Manuel de Portugal, Jorge Fernandes, Francisco de Andrade, o infante D. Luís, Martim de Castro, Simão da Silveira, Luís Álvares Pereira, Aires Pinhel, Marquês de Astorga, Pedro da Cunha ou Luís de Ataíde, Álvaro Vaz, conde de Vimioso, duque de Aveiro, Valentim da Silva e ainda alguns anónimos [3].

O desleixo e a ignorância chegaram a ponto de se terem atribuido a Camões poesias que já corriam impressas antes de êle ter nascido! É o que acontece com três redondilhas de Garcia de Resende, que, publicadas no *Cancioneiro geral* (1516), ainda são atribuidas a Camões, por exemplo, na « edição crítica » do Dr. T. Braga. São as que começam pelos versos: *a) Pois é mais vosso que meu; b) Senhora, pois minha vida; c) Esperei, já não espero* [4].

Curioso é também o que aconteceu com uma composição do

[1] Cf. a *Revista* citada.

[2] Êste, só por si, forneceu aos editores de Camões onze redondilhas, vinte e um sonetos, cinco églogas, duas elegias e as oitavas a Santa Úrsula.

[3] Cf. a lista alfabética no *Cancioneiro do P. P. Ribeiro*, p. 41-42, n.

[4] Cf. o *Cancioneiro*, ed. de Coimbra, V, 334 e 347, e a ed. citada das *Obras de Camões*, t. II, v. 5.º, p. 109 e 172. Para confronto e... edificação,

Dr. António Ferreira e que D. Carolina Michaëlis narra da forma seguinte :

« A *Égloga* ou antes *Carta I a D. Sebastião*, impressa desde 1598 nos *Poemas Lusitanos* (e posteriormente em tôdas as reedi-

transcreverei a primeira destas poesias. Lê-se no *Cancioneiro*, entre as composições de Resende :

« Grosa sua a êste moto :

Meus olhos, lembreuos eu

Pois é mais vosso que meu,
senhora, meu coraçam,
pois vosso catiuo sam,
meus olhos, lembreuos eu.

Lembreuos minha tristeza,
que jaa mais nunca me deixa,
lembreuos com quanta queyxa
se queixa minha firmeza.
Lembreuos que nam he meu
o meu triste coraçam ;
pois tendes tanta rrezam,
meus olhos, lembreuos eu ».

O primeiro editor das *Rimas*, naturalmente iludido por algum manuscrito, eliminou o « moto » glosado por G. de Resende, considerou a primeira quadra como mote próprio de Camões e alterou ou encontrou ligeiramente alterados os vv. 10 e 11 :

Este triste coração ;
E pois ha tanta razão.

E todos os outros editores, mesmo os que conheciam o *Cancioneiro*, copiaram Soropita. Foi preciso que em 1880 um alemão, W. Storck, nos viesse dizer que estes versos eram de André de Resende e acrescentasse que até então ninguém o tinha notado. E o mesmo adverte com relação às outras duas redondilhas.

ções), foi propagada em vida do Dr. Ferreira em manuscrito, como todos os versos de clássicos portugueses. De aí a possibilidade de ter sido intercalada, com atribuição errónea, em Florilégios e Poéticas Silvas. — Em nome de Camões apareceu em 1668, na *Terceira parte das Rimas*, publicada por Álvares da Cunha. Assim mesmo a imprimiram os editores da *Biblioteca Portuguesa*, em 1852; e o próprio Visconde de Juromenha, embora conhecesse o verdadeiro autor, não a excluiu da sua opulenta edição (vol. III, 237; cf. p. 512). Como novidade (!) deu-a o Sr. Barata no seu variegado *Cancioneiro geral* (de Évora), p. 183. E o seu apresentador, Teófilo Braga, fêz suposições gratuitas sôbre o autor *desconhecido (!)*, afirmando que aquela linguagem máscula, setenciosa e vibrantemente poética *só a possuia Camões!* (ib., p. XXII). Leia-se o que a êste respeito escreveu o general Brito Rebêlo no *Archivo Historico Portuguez*, I, 140. E também o que o próprio T. Braga dissera na *Biblioteca da Actualidade*, vol. III,p. V-VI»[1].

Foi da Alemanha — é pouco airoso para nós termos de o confessar, mas assim o exige a justiça — foi da Alemanha que partiu a reacção contra esta incrível falta de senso crítico. Como escreve D. Carolina Michaëlis, «foi principalmente o prof. Storck, o eminente tradutor (de Camões), quem prestou neste assunto os maiores serviços. Graças a um estudo de trinta anos sôbre o texto camoniano em tôdas as suas relações e ajudado por uma sagacidade excepcional, por uma erudição a tôda a prova e por uma imparcialidade digna de ser admirada, porque a aplica ao seu poeta — graças a estas qualidades e recursos pôde o autor alemão provar a procedência de numerosos apócrifos, com argumentos irrespondíveis»[2].

E Aquela de cuja pena saíram estas palavras de justiça não se

[1] *O Cancioneiro de Fernandes Tomás*, p. 78-79, nota. Coimbra, 1922. No passo citado (t. 2, vol. III) diz T. Braga: «No presente volume suprimimos a Elegia XXII (da edição Juromenha), dirigida a El-Rei Dom Sebastião, porque esta Elegia pertence ao Doutor António Ferreira, e anda publicada por seu filho desde 1598 nos *Poemas Lusitanos*, muito antes de D. António Álvares da Cunha a atribuir a Camões na edição de 1668».

[2] *Revista* cit., p. 110.

limitou a divulgar os trabalhos do consciencioso professor alemão: foi a sua acérrima continuadora. E possuindo, como ninguém entre nós, as qualidades que ela exalta no seu precursor, deixou, por assim dizer, concluidos os trabalhos indispensáveis para, entre tudo o que se tem atribuido a Camões, se poder discriminar o que com certeza ou com probabilidade lhe pertence daquilo que é manifestamente obra alheia [1].

Isto só bastaria para conferir à benemérita Senhora um lugar de honra na história dos estudos camonianos, para a considerar como a inauguradora, entre nós, da fase definitiva dêstes estudos.

[1] O meu ilustre amigo e insigne homem de letras brasileiro, Dr. Afrânio Peixoto, a quem os estudos camonianos devem mais de um assinalado serviço, julga que D. Carolina Michaëlis na questão Camões-Bernardes acabou pela dúvida: « A questão principal, Camões-Bernardes, persiste. D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que no seu livro « O Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro », Coimbra, 1924, parecia vir fazer a revisão do « magno processo insidiosamente instaurado » (pág. 1), depois do estudo, começado com piedade e justiça, acaba, no scepticismo scientífico da sua ínclita isenção, por concluir, quanto aos sonetos: « há portanto dúvidas e controvérsias a respeito de três, mais trinta e cinco, mais onze — « summa summarum » quarenta e nove sonetos » (pág. 103). Dúvidas e controvérsias. Se parece reabilitar Diogo Bernardes de plagiário, sôbre a posse do tesouro discutido continua na dúvida, passível de controvérsia » *(Luís de Camões: Dinamene. Introdução e notas de Afrânio Peixoto*, Rio de Janeiro, 1925. Pág. 65). Dúvidas para outros, mas não para a eruditíssima Senhora, que nunca as teve, a começar nos artigos publicados em 1880 na *Zeitschrift* de Gröber até a monografia sôbre o *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro.* Transcrevo desta os seguintes passos: « Êsse processo (dos plágios de Bernardes) precisava de revisão. Porque, se as suspeitas lançadas contra Francisco Rodrigues Lôbo e Fernão Álvares do Oriente se desvaneceram sem grande esfôrço, se Falcão de Resende, Vasco Mousinho de Quevedo, Baltasar Estaço estão absolvidos do crime de plagiários, e se os poetas menores interessam pouco a crítica, as muito mais numerosas e violentas imputações lançadas contra o suave cantor do Lima subsistem ainda em parte. Sustentadas por T. Braga desde 1871 sem escrúpulos e critério, até que em 1907, ao conhecer o *Índice (do Cancioneiro do Padre P. Ribeiro)*, como conto expor, mudou de opinião, servindo-se, quanto aos pormenores, da crítica de Storck e da que traça estas linhas, elas subsistem ainda em muitos cérebros, abrandadas todavia » (p. 2). E êste mesmo modo de pensar se acha expresso a p. 95 (em um parágrafo que termina pela conclusão aduzida na *Dinamene):* « Volto pela última vez aos supostos furtos e plágios, para dar aos interessados

ESTUDOS CAMONIANOS

Outro capítulo importantíssimo dos estudos camonianos — capítulo igualmente cheio de dificuldades — é o que tem por assunto a vida do Poeta.

Pois também aqui se revelou o inesgotável saber de D. Carolina Michaëlis.

Traduzindo a obra de W. Storck que versa esta matéria, a laboriosíssima Senhora divulgou entre nós as investigações e conjecturas do célebre camonista alemão, e ao mesmo tempo enriqueceu êste trabalho com valiosas notas e preparou um volume que se lhe devia seguir, mas que infelizmente ficou inédito, por motivos de ordem económica [1].

A respeito dos amores de Camões, complicado problema, de cuja solução depende não só a interpretação exacta da maior parte das *rimas* que dêle possuimos, mas também a explicação da sua agitada vida, legou-nos D. Carolina Michaëlis a sua última palavra [2] em um artigo publicado no *Diário de Lisboa*, n.º 866, de 4 de Fevereiro de 1924, e que por mais de um motivo deve ficar aqui registado.

Sob o título: *Camões enamorado*, escreveu a tão meticulosa Senhora: « O grande artista que disse:

> Amor é um fogo que arde sem se ver,
> é ferida que doe e não se sente,
> é um descontentamento descontente,
> é dôr que desatina sem doer,

---

a lista dos sonetos todos que, atribuídos em 1577 a Bernardes no *Cancioneiro* do Padre Pedro Ribeiro, e em parte, em 1594 e 1596 pelo próprio nos seus *Florilégios*, foram ainda assim metidos nas *Rimas* de Camões, paulatinamente. Ao princípio talvez por mero engano, por realmente andarem em seu nome em manuscritos particulares, feitos com aquela incúria de que falei, e depois propositadamente, por Faria e Sousa, que os escolheu, porque eram dignas de Camões: *pareciam de Camões; deviam ser de Camões; podiam ser de Camões; só podiam ser de Camões* ».

[1] Cf. *O Cancioneiro de Fernandes Tomás* (Coimbra, 1922), p. 75, n. 4. É indispensável que esta obra seja publicada. Exige-o o nosso brio nacional.

[2] A *última palavra* e as *últimas palavras* que, me parece, escreveu a respeito de Camões. O *Cancioneiro do Padre Pedro Ribeiro* foi publicado no mesmo ano de 1924, mas o prefácio tem a data de 15 Julho de 1919. Veja-se a p. 14.

definindo admiràvelmente nas catorze exclamações de um soneto o que é o Eros dos Helenos e o que são as lágrimas das cousas; o que na Canção autobiográfica confessa que

> ... as lagrimas da infância já manavam
> com uma saudade namorada...
> e o som dos gritos que no berço dava
> já como de suspiros lhe soava...

claro que foi sem dúvida alguma, mais do que um Namorado, foi um verdadeiro Apaixonado.

E sempre apaixonado! Desde a cabeça de oiro e neve de Coimbra, pela alma gentil de Natércia, os corpos ardentes de Bárbara e de Dinamene, a nobreza de D. Francisca de Aragão, e a excelsa Infanta D. Maria, que platònicamente amava, mas « *de profundis* » adorava! constantemente amava.

Querermos restringir na nossa memória os amores de Camões a um só veneno amoroso, à triaga de um só doce e piedoso mover de olhos, parece-me falso, mesquinho e desumano.

De apenas um exemplo clássico de amor único sei. É o superiormente exteriorizado de Petrarca, na *Vida e Morte* de Madonna Laura. Mas, belo embora, êle é para mim... teatro. A realidade era outra, como sabem muito bem os que estudam a história das literaturas e sôbre tudo a Vida humana. »

Com uma ou outra modificação, encontra-se, a meu ver, nestas palavras, a chave da vida amorosa de Camões e portanto a da exegese da maior parte das suas *rimas*, muitas das quais constituem preciosos documentos autobiográficos.

a) A principal dessas modificações é a exclusão de Natércia, de Catarina de Ataíde [1], da lista das amadas de Camões. A Natércia do soneto *Na metade do céu* — único lugar em que o

[1] Trata-se, é claro, da filha de D. António de Lima e D. Maria Boccanegra.

Poeta usou dêste anagrama [1] — não é necessàriamente uma Catarina, como, por exemplo, o Almeno das églogas *Ao longo do sereno* e *Passado já* também não é nenhum Manuel, mas o próprio Luís de Camões [2].

Nem a idade da suposta Natércia [3] nem a seqüência dos amores do Poeta, que pôs de parte a prima, Isabel Tavares, por se ter apaixonado pela infanta D. Maria, se coadunam com a inclusão daquela na lista acima transcrita.

Escusado é referir a circunstância de que, não sendo, como não era, a categoria social de Camões inferior à de D. Catarina de Ataíde, seriam inexplicáveis as expressões empregadas em tantas poesias amorosas que se supõe dirigidas a esta, a começar pelo soneto *Todas as almas*, em que se encontra a exclamação interrogativa:

> Oh! porque fez a humana natureza
> Entre os nascidos tanta diferença?

[1] O resto são falsificações de Faria e Sousa, como muito bem o demonstrou W. Storck na *Vida* do Poeta. É curioso que, depois desta demonstração, o exímio camonista escrevesse as seguintes palavras: «Como quer que fosse, Catherina de Athaíde é, ainda assim, o verdadeiro nome da dama do Poeta. Esta particularidade parece-me superior a tôdas as dúvidas» (p. 339 da versão portuguesa).

[2] No soneto citado, dirigido a Isabel Tavares, a *menina dos olhos verdes* de algumas encantadoras redondilhas, a *testa de neve e de ouro* da canção *Vão as serenas aguas*, não convinha ao Poeta, por qualquer circunstância, usar do anagrama *Belisa*, que noutras poesias se encontra.

Que o soneto se não refere à filha de D. António de Lima mostra-o o terceto final:

> Porque te vás de quem por ti se perde
> Para quem pouco te ama? (suspirava)
> E o eco lhe responde: Pouco te ama.

Cf. a égloga *Cantando por um vale*, especialmente v. 118 e segg.

[3] «Presumo que nasceria em 1530 ou pouco antes... Camões avistou-a em 1544». Storck, *Vida*, p. 345.

E no soneto *Senhor João Lopes*, contemporâneo do precedente:

Oh! mal haja a Fortuna e o Moço cego!
Ele, que os corações obriga a tanto,
Ela, porque os estados desiguala! [1]

b) Emquanto ao platonismo dos amores de Camões pela infanta D. Maria, êste iria até onde lho consentissem, como é próprio de tais platonismos. O tresloucado Poeta chegou a supor que não era indiferente ao coração da filha do Rei Venturoso. Leia-se, por exemplo, o soneto seguinte:

Onde mereci eu tal pensamento,
Nunca de ser humano merecido?
Onde mereci eu ficar vencido
De quem tanto me honrou co vencimento?

Em gloria se converte o meu tormento,
Quando vendo-me estou tão bem perdido;
Pois não foi tanto mal ser atrevido,
Como foi glória o mesmo atrevimento.

Vivo, Senhora, só de contemplar-vos;
E pois esta alma tenho tão rendida,
Em lagrimas desfeito acabarei:

Porque não me farão deixar de amar-vos
Receios de perder por vós a vida,
Que por vós vezes mil a perderei [2].

Não perdeu a vida, mas foi obrigado a saír de Lisboa,

[1] Vejam-se também os sonetos *Num tão alto lugar; Crescei, desejo meu; O filho de Latona;* etc.

[2] Cf. os sonetos *Amor, que o gesto humano,* e *Diana prateada.*

teve de ir para Ceuta e de embarcar para o Oriente e pôde mais tarde dizer de si com tôda a razão (soneto *Em prisões baixas*):

Vi máguas, vi misérias, vi desterros [1].

Os Lusíadas prenderam também, como não podia deixar de ser, a atenção de D. Carolina Michaëlis. Além de artigos e notas sôbre pontos especiais [2], publicou em 1904, na *Biblioteca Românica* de Estrasburgo, uma edição crítica do poema, precedida de uma extensa introdução, na qual, entre outras considerações, indica as normas por que se dirigiu na fixação do texto: «A edição princeps dos Lusíadas, impressa em vida do autor, ...deveria merecer absoluta confiança e não dar margem a dúvidas. Existem todavia duas impressões do mesmo ano de 1572... Iguais na aparência, elas divergem em centenas de pormenores, sôbre tudo técnicos e ortográficos; mas também quanto a palavras inteiras do texto... Eu considero como constituidores da edição 1.ª os exemplares raríssimos, em que, no frontispício gravado, o pelicano apresenta o bico virado para a direita do leitor, e em que na estrofe primeira (v. 7) se lê *Entre* (e não *E entre*)... Reimprimo a 1.ª, à qual até agora haviam recorrido pouquíssimos autores, como o Morgado de Matheus. Da 2.ª adopto o que é emenda necessária» (p. 20-23).

Estou convecido que hoje a Mestra insubstituível, cuja perda todos deploramos, modificaria neste ponto as suas opiniões.

Autorizam-me a crê-lo as palavras com que ela, na 4.ª das *Notas Vicentinas* (*Revista da Universidade de Coimbra*, vol IX, p. 208, ano de 1925), se refere à edição facsimilada dos *Lusíadas*,

[1] Do apócrifo que se apresenta como a redacção primitiva da *Década VIII* de Couto e em que «Dinamene» é dada como chinesa, me ocuparei desenvolvidamente em outro lugar.

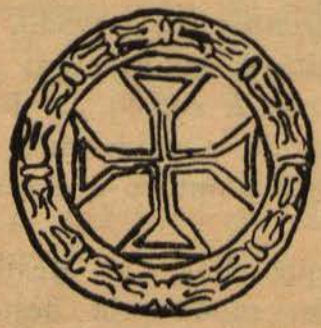
[2] *Lucius Andreas Resendius, inventor da palavra Lusíadas*, no *Instituto* de Coimbra, *Pregão = pregoeiro* nas *Notas Camonianas*; etc.

dada à luz pela Biblioteca Nacional de Lisboa: «gloriosa empresa da Biblioteca Nacional e seu activo director» [1].

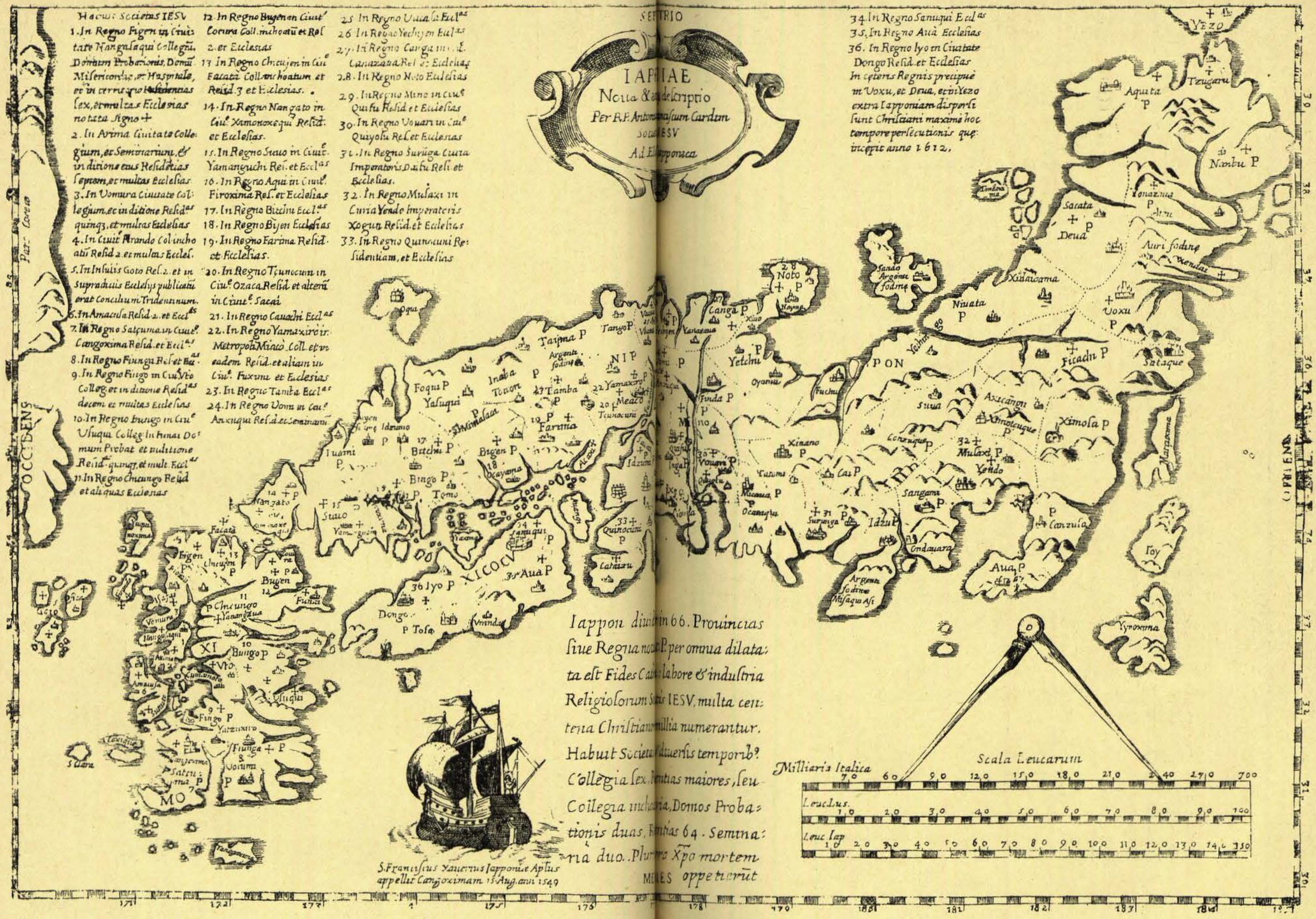
Em conclusão: ao nome de D. Carolina Michaëlis pertencerá sempre um lugar primacial na história dos estudos camonianos, tal a importância dos serviços que a estes prestou a ilustre senhora.

Gondim, Valença, 31-VIII-926.

JOSÉ MARIA RODRIGUES.



[1] Como todos os espíritos superiores, que só aspiram à posse da verdade, D. Carolina Michaëlis não tinha dúvida nenhuma em se corrigir a si própria, quando descobria que tinha errado, nem em aceitar as observações fundamentadas que outros lhe fizessem. Sabem-no bem os que têm lido as suas obras e os que com ela se correspondiam.



MAPA DO JAPÃO COM OS ESTABELECIMENTOS DA COMPANHIA DE JESUS

PUBLICADO PELO CARDIM EM 1646

A «HISTÓRIA DO JAPÃO» DO P.E LUÍS FRÓIS

O Sr. Dr. E. A. Voretzsch, ilustre Ministro da Alemanha em Portugal, ingressou já agora, e com títulos brilhantes, na falange distintíssima dos eruditos germânicos que, de Storck a Justi e ao Sr. Hümmerich, aos Estudos lusitanos têm dedicado privilegiada atenção de método e saber, e têm dilatado o âmbito dos valores universais com a contribuïção dos valores portugueses. Recentemente afirmou o Sr. Dr. Voretzsch, a-propósito das inscrições da Penha Verde, em Sintra, que quem quiser conhecer as relações da Europa com o Oriente no século XVI, tem de vir a Portugal. Tais palavras bastam para aquilatar o interêsse scientifico com que o sábio orientalista considera o nosso país. LVSITANIA tem a honra de apresentar ao Sr. Dr. Voretzsch os seus agradecimentos pela notável contribuïção que se dignou enviar-nos para êste fascículo, onde S. Ex.ª colabora na sua qualidade de erudito. Todavia, a qualidade diplomática do Sr. Dr. Voretzsch confere a essa colaboração um especial carácter: — a homenagem oficial do país de origem à Senhora que, no país de adopção, tão benemèritamente trabalhou em prol da cultura portuguesa e universal.

N. DA R.

O DISTINTO poeta Sr. Afonso Lopes Vieira, secretário desta Revista, dirigiu-me o honroso convite de contribuir para o número dedicado à memória da fundadora e primeira directora da *LVSITANIA* com um artigo sôbre a *História do Japão*, do P.e Luís Fróis, traduzida e comentada recentemente por G. Schurhammer

e por mim: *Die Geschichte Japans (1549-1578) von P. Luis Frois, S. J., nach der Handschrift der Ajudabibliothek in Lissabon übersetzt und kommentiert von G. Schurhammer und E. A. Voretzsch. Verlag der Asia Major, Leipzig, MCMXXVI.*

Foi com sincero prazer que aceitei o convite, pois trata-se duma obra curiosíssima, de cujo estudo me ocupei nos últimos tempos, e que é digna do maior interêsse não só dos sábios portugueses, mas de todos os orientalistas.

Para resumir esta obra, limitar-me hei a extractar a introdução da *História do Japão*, na qual se acentua o seu valor.

Entre os numerosos manuscritos da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, encontram-se, além de outras preciosidades, 61 volumes de pequeno formato (todos mais ou menos de 31×22 cm.) com o título *Jesuitas na Ásia* e que constituem uma preciosa mina, até hoje pouco explorada, para a história da China, do Japão e do Tonquim.

A extinção da Companhia de Jesus, no século XVIII, importou o desaparecimento dos arquivos das missões jesuíticas na Ásia, não se tendo provado a suposição de que o Marquês de Pombal os tivesse feito destruir. Esta perda é insubstituível; mas felizmente conservaram-se cópias de partes valiosas dos Arquivos das missões sino-japonesas, como os 61 volumes *Jesuitas na Ásia*.

No princípio do século XVIII houve em Roma o desejo de obter documentos sôbre a questão dos ritos na China, e por então o P.e Montanha, S. J., que em 1742 veio a Macau, foi encarregado de mandar copiar o Arquivo da Província Japonesa da Sociedade de Jesus em Macau para a Biblioteca da Procura da Missão da chamada Missão Jesuítica Japonesa em Lisboa. Não se desobrigou imediatamente êste frade da missão que lhe fôra cometida; e por isso foi incumbido dêste trabalho o procurador da Missão em Macau, o irmão de João Álvares, S. J., e no qual, em 1745, ocupou sete copistas. (Ajuda, 49-5-29 fl. 121). Foi ainda êste padre quem mandou fazer cópias do Arquivo da Missão de Pequim e é precisamente nesta esplêndida colecção que se encontra a preciosa *História do Japão*. Seu autor foi o P.e Luís Fróis, também chamado, numa das suas cartas, Policarpo, natural de Lisboa, onde nasceu à volta de 1522. Fôra funcionário da Secretaria Real; mas em Fevereiro de 1548 entra na Com-

panhia de Jesus e logo um mês depois, noviço ainda, parte para a Índia Oriental. Em Goa conheceu Francisco Xavier, o fundador da Missão Jesuítica na Índia Oriental, e entusiasma-se pelo povo japonês, o melhor dos povos descobertos até então, como disse Francisco Xavier. Em carta de 25 de Outubro de 1564 escrevia Frois a Frei Tomás Correia, em Roma, que não foi sem razão que o P.e M. Francisco deixou de parte muitos outros impérios no caminho, e que foi com o desejo mais ardente de anunciar a lei de Deus para êste país tão remoto. Nesta ocasião — continua êle — lhe ouviu dizer muitas vezes que em todo o caminho de Roma até ao Japão não havia povo nenhum mais hábil ou com qualidades melhores para aceitar o cristianismo que os japoneses. E a experiência mostrou que valia ainda mais êste povo do que se supunha.

Foi em 1562 que os seus superiores o mandaram para o Japão, onde permaneceu até morrer. Os trinta e quatro anos da sua actividade de missionário neste país das maravilhas, embora nêles se registe o primeiro decénio da perseguição, marcam o início da evolução grandiosa da missão jesuítica e coïncidem com uma das épocas mais interessantes e decisivas na história política do Japão. É a época de Oda Nobunaga e Toyotomi Hideyoshi e da luta agitada entre a idade-média dos Ashikaga e a renascença do Império dos Tokugawa. Frois viu tudo isto, em geral no teatro dos próprios acontecimentos, em Miyako e Sakai, mais tarde em Bungo e Nagasaki e sempre em relações estreitas com os dirigentes do país. No outono de 1563, Frois, que tomara ordens na Índia, entra no Japão com o P.e Giov. Bapt. de Monte e Br. Diogo Gonsalvez, em Yokoseura, um pequeno pôrto de Dom Bartolomeu, Ōmura Sumitada, do Daimyō de Ōmura em Hizen (Kyūshū), que havia pouco se convertera ao cristianismo.

O êxito coroava a obra missionária, e era com entusiasmo que os P.P. Cosme de Tôrres e frei João Fernandes, companheiros de Francisco Xavier na fundação da missão japonesa, saüdavam os novos colaboradores. Entretanto realiza-se uma grande aspiração de Frois: é-lhe destinada a missão, fundada pelo P. Gaspar Vilela e pelo japonês frei Lourenço, em Miyako, capital do Japão. A estadia no centro da cultura e da sciência japonesas confirma-lhe inteiramente a alta opinião que formara dêste povo.

Escreve três meses depois da sua chegada, de Miyako, que o P.e M. Francisco [Xavier], não sem um forte impulso do Espírito Santo, procurou com tanta vontade nas regiões extremas do mundo descoberto esta nação tão distante e alheada do seu Criador. Na sua cultura, nos seus hábitos e costumes ela excedia em muitas coisas os Espanhóis, tanto que era uma vergonha dizê-lo.

Em 1565 é assassinado o Shogun e durante quási quatro anos domina, sem entraves, o partido anticristão. Fróis sai, então, da capital; mas nos fins de Março de 1569 regressa, e o novo dominador Nobunaga favorece a missão. Sôbre êste Nobunaga diz Fróis, numa carta de 1 de Novembro de 1570, de Miyako ao frei Alcaçova em Goa que não fôsse pensar que o Nobunaga era como um príncipe de Malabar, de corpo nu cingido com um pedaço de lenço, cavalgando um elefante, ou como um mouro de Ormuz, de turbante na cabeça e mãos, bôca e peito cheios de betel e areca... Nobunaga era um rei poderoso que quási sempre trazia um séquito de 1500 jovens, todos de espada e punhal, e mais de 300 dêstes com bainhas de ouro puro.

Sob o govêrno de Nobunaga a missão atingiu o seu período áureo. Bastará dizer que realizara 20.000 baptisados, na maioria de nobres, e no sul do Japão mais de 130.000. O assassinato dêste príncipe, em 21 de Junho de 1582, e as lutas subseqüentes puseram em risco o futuro do cristianismo no coração do Japão; mas doze dias depois da morte de Nobunaga, o seu assassino caía, vítima da vingança dos seus adversários, e Hideyoshi, antigo chefe das tropas, substituia-o como dominador do Japão. Fróis, no outono de 1581, regressara ao Sul, onde o encontramos nos anos seguintes ao lado do chefe da missão, em Kuchinotsu, Nagasaki e Katsusa; e durante os quatro anos, em que aqui permaneceu (1582-1586) ocupa-se exclusivamente na redacção da *História do Japão*, tendo escrito as últimas linhas em Dezembro de 1586, em Nagasaki.

As suas cartas, remetidas anualmente para a Europa, e nas quais relatava os mais importantes sucessos da missão, foram impressas e deram a conhecer o seu talento de escritor. Quando o P. G. B. Maffei, S. J., encarregado pelo Cardial-Rei D. Henrique de escrever a *História da Índia Portuguesa*, veio a Portugal, em

1579, procurou colaboradores para êste difícil trabalho, e desde logo o nome de Fróis lhe ocorreu como o mais competente.

Infelizmente Hideyoshi transformou-se inesperadamente de protector da missão em acérrimo inimigo do cristianismo e em 24 de Julho de 1586 decreta o infame édito de perseguição dos cristãos. Começa então o período sangrento do martirológio, de cujas primeiras vítimas Fróis informa o General da Companhia, na última carta que escreveu.

Após uma vida operosa, em 8 de Julho de 1597, Fróis exala o último suspiro.

Fróis, como narrador dos acontecimentos, é um amigo dos factos e dos pormenores. As suas cartas são extensas, mas não superabundantes de palavras. Historiador nato, tem uma verdadeira paixão pelos nomes, números e factos, mas não renuncia às grandiosas descrições quando isso se torna necessário. Esta abundância de detalhes e nomes sôbre as guerras no Japão dá aos seus relatórios um notável valor para a investigação histórica, mas era excessivamente pesada para agradar aos leitores europeus. Só assim se explica que a maioria das suas cartas só fragmentàriamente tivessem sido impressas e que a sua obra principal tivesse ficado inédita, com pesar dos historiadores Bartoli e D. António Franco, S. F. António Franco refere-se ao livro de Fróis, citando uma carta por êste dirigida aos seus irmãos de Évora e Coimbra, e na qual declara que por ordem do vice-provincial do Japão, P. Gaspar Coelho, estava a escrever a *História do Japão*, na qual se ocuparia durante 5 ou 6 anos, escrevendo diàriamente dez horas pelo ardente desejo de a concluir e remeter aos seus confrades. Nesta carta fala na divisão da *História* em três partes.

Diogo Barbosa Machado reproduz, na *Biblioteca Lusitana* (Lisboa, 1752, III, 102), o testemunho de Franco, mas ignorou o paradeiro da *História do Japão* e nem o poderia saber, porque o único exemplar existia no Arquivo da Província do Japão da Sociedade de Jesus, inacessível aos investigadores europeus. Uma cópia dêste manuscrito chegou a Portugal pouco antes da expulsão dos jesuitas, em 1759, e, como tantos outros livros, ficou esquecido. Só em 1894 e 1895, o P. Joseph Marie Cros, S. F., o infatigável investigador de Xavier, descobriu a cópia na Biblioteca da Ajuda.

Cros traduziu em francês alguns trechos, porém duma forma

incompleta e enxertando-lhe palavras suas. Em 1904, Hans Haas referiu-se ao estudo de Cros, e Cristóvão Aires, em 1906, publicou algumas passagens da *História do Japão* no seu interessante livro *Fernão Mendes Pinto no Japão, Pontos Controversos, Discussão, Informações Novas* (História e Memórias da Academia Real das Sciências em Lisboa, Nova Série, Classe de Sciências Morais, etc., tom. X, Parte II), Lisboa, 1906. A tradução alemã, acima citada, é completa.

Para concluir, duas palavras sôbre a atitude de Fróis acêrca do Japão. Referimo-nos já ao seu entusiasmo pelo povo japonês, pela sua inteligência, cultura e espírito nobre e cavalheiresco. Sempre com novos exemplos, êle sabe descrever na sua *História* as qualidades superiores dos japoneses, principalmente quando se ocupa de eminentes personalidades, como Nobunaga, Wadakoremasa, Takayama Hida-no-kami e Takayama Ukon, Ōtomo Yoshishige e Ōmura Sumitada, ainda hoje conhecidos no Japão. Mas quando fala dos bonzos, as suas palavras tornam-se ásperas e duras, a-pesar-de, por vezes, aludir a algumas nobres figuras e louvar em muitos a sinceridade no amor e busca da verdade. Fróis tinha o temperamento ardente da sua pátria e era um filho do seu tempo.

O século XVI foi na Europa o período belicoso dos conquistadores, das lutas religiosas e da intolerância dominada pelo princípio *Cujus regio, eius religio*. Pelo contrário, êste século marca na história do Japão a fase da mais profunda decadência política, o triunfo do direito do mais forte, e das constantes guerras civis, em que participavam os próprios bonzos e das quais só o punho férreo dum Nobunaga, Hideyoshi e Iyeyasu salvou o país. A compreensão psicológica dum pensamento religioso diferente e o mistério da arte asiática eram alheios ao século XVI. A estas dificuldades quási insuperáveis outras acresciam como a leitura dos caracteres chineses e a falta de subsídios para a interpretação dos volumosos livros canónicos do budismo, pois os bonzos ansiosamente os esconderam aos odiados estrangeiros e nada lhes revelaram da sua doutrina esotérica.

Como é óbvio, a nossa publicação interessa principalmente os historiadores e mais designadamente os que se dedicam à história das missões e da cultura do Oriente; mas para o grande público pode ser uma fonte de ideas, porque o espectáculo dos primórdios

do cristianismo no Japão oferece-nos a imagem fiel duma primitiva comunidade cristã, assistindo-se ao seu desenvolvimento, primeiro entre os pobres e oprimidos, e, depois, irrompendo como uma faísca eléctrica, no coração dos ricos e dos desiludidos do mundo. É com o maior interêsse que se acompanha esta evolução, assim como se reconhece a íntima coerência da queda final. Como cronista do Oriente, Fróis perdurará e a sua obra ocupará sempre um lugar de relêvo.

DR. E. A. VORETZSCH.

THE «LUSIADS», DA GAMA AND MODERN CRITICISM

Não recorreu em-balde às vivas simpatias da malograda senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos nenhum estudante sincero da civilização hispânica; e é para mim singular privilégio atestar neste fascículo comemorativo de LVSITANIA o meu agradecimento e o da novíssima geração de lusófilos ingleses e escoceses. O seu optimismo esperava conseqüências dos estudos dos mais humildes; a sua cortesia punha à disposição de todos as riquezas incomparáveis da sua sciência. E, contudo, a obra da ilustríssima doutora, como a de Camões, era em si «tôda uma literatura». Mediante intenso labor de reconstrução scientífica, D. Carolina «criou» no seu Cancioneiro da Ajuda *a vida inteira do século XIII português; às obras-mestras da baixa Idade-Média, ofuscadas pelos fumos da adoração de Braga, deu clareza e definição o seu sábio cinzel, oferecendo ao leitor estrangeiro não já ídolos, senão estátuas bem lavradas — coisas de beleza e jóias para sempre. Os seus estudos renascentistas versavam especialmente sôbre o texto e a exegese de Gil Vicente e Camões; mas não devemos olvidar que é seu também o juízo mais profundo sôbre a intenção do escritor dos* Lusíadas.

São algumas conseqüências críticas da sua observação que

tratamos de precisar no trabalho seguinte, lição de abertura da nova Cadeira de Línguas e Literaturas Hispânicas da Universidade de Glasgow, Escócia.

W. J. ENTWISTLE.

PRINCIPAL SIR DONALD MACALISTER, LADIES AND GENTLEMEN :

THE munificence of the donor of this Chair, who has established Hispanic Studies in this capital of the intellect and energy of Scotland, coincides happily with our national recognition of the truest greatness of the Spanish peoples. To have given peace and an ordered civilization to barbarous races, to have called a continent into life and being, to have inspired a score of new-born nations with the spirit of vigour and hope, independence and self-control -these are the marks of supreme colonizing genius, shared with us in modern times only by the two Iberian nations. In the visit of the heir of our realm to the most flourishing of the South American nations, we unmistakably acknowledge that the current of imperial life which flowed in splendour through Spain and Portugal in their age of gold, now surges with the same vigour in their daughters of the West, and will surely gather strength and depth and majesty in the days that are to come. The Stevenson Chair is thus, as it were, the microcosm of our homage to the greatness of Spain, its counterpart in the intellectual sphere. It does not initiate these studies either in Scotland or in Glasgow, where the languages are already taught in the schools and publishers have already established a claim to the gratitude of students ; but in Scotland it capitalizes, in your city it coordinates, with an equipment and a status comparable to the other humanities, this important and indispensable branch of the knowledge of mankind. The English-speaking teacher of Spanish falls heir to a great opportunity and a great tradition, the professors of which have been a Ticknor, a Longfellow, a Russell Lowell, a Fitzmaurice-Kelly : he will seek inspiration in a distinguished literary ancestry, Hookham Frere, Lockhart, Southey

Trench, Fitzgerald, Churton, Chorley, MacColl, Burton; the historians Robertson, Prescott, Irving; the travellers Ford, Borrow, Hudson, Cunninghame Graham and many others. Our language was prompt to welcome the genius of Cervantes and Camoens, to interpret Don Quixote, to found by two monumental works the literary history of Spain, to write the special histories of her novels and early stage, to remodel the historiography of the New World, to compose standard biographies of Cervantes, Góngora, Lope de Vega, Luis de León, Mello, Rivas, Bolívar. Forty or fifty American scholars, some of the highest brilliance and industry, and the English names of Thomas, Prestage, Bell and Peers are witnesses that the services of the Anglo-Saxon mind to Spain have not diminished in scope or zeal. British and American scholarship has, in fact, a special mission of sympathy and understanding to the Peninsular peoples: and it is in the spirit of that mission, however small the share that falls to me, that I would take up the duties of this Chair.

This year, which marks the entry of Spain's former colonies into the comity of great nations, is also dedicated to the memory of a great protagonist of discovery. The quatercentenary of the death of Vasco da Gama follows hard on that assigned for the birth of Camoens, and happily links the poet to the hero, him who achieved a vast national deed to him who caught its meaning, the founder of an empire that has passed or been transmitted to the framer of a thought that grows through the ages. The date of the birth of Luis Vaz de Camoens, fixed by decree for the year 1524, is not yet capable of scholarly determination. An inference, which is not very sound, offers us the year 1519: a document that is false indicates 1525: a recent manuscript, doubtfully purporting to be the original draft of Couto's Decades, seems to bring the date down towards 1542: and it is lassitude rather than scholarship which has inclined critics to prefer the period 1524-5. The poet's death, however, is much more precisely determined, for he died with his country in 1580. His tercentenary, which thus came to be celebrated in 1880, was accompanied with great éclat and a marvellous effusion of books. Though nothing was immediately done to better the edition by the Viscount of Juromenha, which

had then been current for eleven years and still remains the standard of reference, Theophilo Braga set out to encumber the poet's life with fresh hypotheses, which are now being weeded out, Innocencio da Silva contributed a solid bibliography, Burton and Duff translated the works, the former with a valuable traveller's commentary, Storck began his German rendering (1880-5) which was crowned in 1890 by his famous biography. Centenary enthusiasm raged as fiercely in Rio de Janeiro as in Lisbon, and it was found that the poet's genius was still the strongest tie between the colony and the motherland: there was a flood of Eulogies, Judgments, Panegyrics, Notes and Studies, linking Camoens' name to every conceivable topic — to the history and nationality of Portugal, to epic and lyric achievement, to the union of sword and pen, to botany, to zoology, to geography, to folk-lore, to his genuine works and his apocrypha. In the generation that has followed the festival of 1880, though some advance has been made in the exegesis of the epic by the studies of Dr. José Maria Rodrigues, the main line of advance was that indicated by Storck's Life: for not only did the German poet issue the first satisfactory version of Camoens' lyrics, and the best, according to competent judgment, of the epic, but he insisted that the best and surest understanding of the poet lay through the right ordering of his work, and in particular of his occasional pieces. In translating the whole lyrical corpus rightly or wrongly attributed to Camoens, he made discriminating notes on their authenticity and drew chronological and biographical deductions from their phrasing. The well-known tale of the loss of Camoens' own collection of poems is one of the most grievous tragedies of literary annals. Couto found him in the island of Mozambique, in the year 1569, depending on the charity of his friends and suffering great misery, but diligently writing in a book which bore the then original title of the Parnassus of Luis de Camoens: but on his arrival at Lisbon, some unspeakable ruffian, presumably devilling for a pirate printer, stole the manuscript, which has never been discovered. Against this, the hardest blow of a hard life, the poet made no parry: he withdrew from the hope of publishing his lyrical work and rested his whole fame on teh Lusiads. We do not know, therefore, nor are ever likely to know, what order and arrangement the poet intended to impress on his

work, whether chronological, formal or emotional: we can never receive his personal judgment on their expression or on the inclusion or rejection of worthy or unworthy matter: we can never quote his own verdict of authenticity. His lyrics remained dispersed in manuscripts in the possession of individuals, transcripts of all dates and of varying fidelity and scruple, which came together fifteen years after the poet's demise in a well-meaning and single-minded, but not exhaustive, issue of some 172 pieces, sonnets, canzons, a sextine, odes, elegies, octaves, eglogues and roundels. The just popularity of the Rimas led to further interest in Camoens remains, and his corpus was increased by 129 fresh items between 1598 and 1663: but five years later Antonio Alvares da Cunha, offering the world 118 inedita deriving from the unscrupulous fancy of Faria e Sousa, wrecked the canon with spurious attributions, and a turbid and mixed stream continued through the seventeenth and eighteenth centuries. In the nineteenth, with Juromenha and Braga, apocryphal attribution was, as it were, canonised, and it became a principle of criticism that all meritorious work, whether anonymous or belonging to known authors, could be annexed to the poet's glory.

It thus resulted that when Storck set about the germanization of Juromenha's collection of six hundred pieces, he found that one in every four poems was undoubtedly spurious. Nor was it possible to detect the poet's hand, as Ferdinand Denis averred, by the peculiar « Stamp which identifies them »; for the work of some camonistas and contemporaries can hardly be distinguished from the style, sentiment and development of the master, and in some planes (notably in the religious sonnets by Prince D. Luis) they rise above his competence; while, on the other hand, Camoens' genius was itself unequal and at least sometimes unworthy of itself, for lack of data it is hard to distinguish between immaturity and lack of art, there is much written in common form as a weary exercise in traditional moulds, and none of his lyrics bear his imprimatur. In such circumstances, and in connection with a work of the highest rank in universal literature, it is natural that the greatest interest and progress of Portuguese scholarship has centred on the lyrical canon. This labour is especially connected

with the honoured name of D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos, and has progressed so far as to promise for the near future a complete edition of Camoens' genuine lyrics. It is our highest centennial hope.

The movement of textual criticism initiated by Storck and now approaching its end seems to have had a curious repercussion on aesthetic appreciation : for there has been a progressive tendency, not merely to promote Camoens' lyrics to their deserved station among the masterpieces of Europe, but even to exalt them at the expense of the epic. We were not entirely ignorant of his fame as a lyrist, and most of us have intoned Friedrich Schlegel's phrase that Camoens is « a literature in himself ». We were, no doubt, willing to affirm that Portuguese poetry has been bound by the Camonian circle ever since ; but we have usually classed him among the great epic poets, if only through ignorance of any title other than the Lusiads. « Camoens is unknown in Europe », said Joaquim de Vasconcellos in 1879, « as a lyric poet... it is only in Germany that he is studied ; and since the movement must come from thence, it is there that men prepare his apotheosis ». The apotheosis came. « Without expectation of any grounded contradiction », said Dr. Storck, « we can assert : The lyrical Camoens is superior not merely to all other lyric poets of the sixteenth century, of whatever nationality they be, by the number, variety and significance of his poems, but he stands shoulder to shoulder in the front rank among the greatest lyric poets of all times and peoples ». « To assign him his special rank », says Sra. Michaëlis de Vasconcellos, « Camoens has been compared to the greatest lyric and epic poets of Europe. As an epic writer we generally award him... in spite of the undeniable echo of Vergil the first place among the moderns... As a lyrist, we first earned to know his sonnets, and as a composer of sonnets Schlegel set him next to Petrarch... The greater part of feeling, truth, variety and individuality is on the side of Camoens : now a singer of deep pathos and patriotism, now an accomplished cavalier and a witty, quizzical courtier, an easy man of the world, an earnest critic of morals, a swashbuckler and adventurer, a delicate observer of nature, a passionate, sensuous, sensitive, pessimistic, querulous

ovelr, bitterly sarcastic and of profound thought; playing the trumpet as skilfully as the flute, handling with extreme virtuosity as many diverse metres as he has varying shades of emotion ». « In the opinion of many competent judges, Camoens only attains his true stature in his lyrics » : Professor Prestage wrote in the Encyclopedia Britannica, « and a score of the sonnets, two or three of the canzons, eglogues and elegies, and the Babylonian roundels will bear comparison with any composition of the same kind that other literatures can show ». The latest biographer of the poet, Mr. Aubrey Bell, pays enthusiastic tribute to « the force and precision, the amazing ease and rapidity, the crystalline transparency, the sad saudade, and above all the deep sincerity that mark so much of his work », and pronounces this judgment : « It is as a great lyric poet that Camoens stands supreme, and whatever blemishes the Lusiads may have, it will always remain one of the world's greatest poems by reason of its magnificent lyric flights (praises of Portugal, the account of D. Inês de Castro's murder, the battle of Aljubarrota, Gama's departure from Belem, the vision of Adamastor, the island of Venus) ». Thus far modern criticism : but have we not gone too far ?

It is at all events clear that if we wish to maintain the traditional account of the poetry of Camoens, if we subscribe to his own verdict and what was that of his own nation for centuries, we are bound carefully to reconsider the Lusiads. Mr. Bell's criticism is no loose transfer of generic description from the lyric to the epic, but in the latter deliberately prefers the parts to the whole, and implicitly denies the unity of the Lusiads. This unity does not readily catch the eye, and has often since the day of its publication escaped the critics, who have crudely experimented with leit-motives foreign to the thought of its author. In a summary account of the plot of the great epic, such as is now almost traditional in essays on Camoens, the action appears to be broken into two interests — the voyage of Da Gama to Calicut and the history of Portugal. The poem opens with a magnificent presentiment of the breadth and range of its action : the Portugueseheroes are discovered at the gates of the Indian Ocean,

They walked the water's vasty breadth of blue,

and in two cantos Da Gama penetrates the growing hatred of Moslem traders until he arrives at the court of the king of Melinde, to whom he relates the perils that attended the circumnavigation of the Cape, with those unforgettable word-pictures of the Southern Cross, Saint Elmo's fire, waterspout and Adamastor, the unparadised Titan who guards the secrets of the East and Antarctic, which excited the scientific admiration of Humboldt. The voyage to Calicut and the traffic there occupy the sixth and seventh cantos, in which Bacchus, now a pagan god, now a fakir, forms plots, which are defeated by Venus and Thetis. The return to Portugal, which commences with the opening lines of the ninth canto is interrupted by the argonauts' visit to Venus' delightful island, where each sailor obtains a bride by capture, irrespective of his other compromises. These nymphs, we are informed, are allegories of Fame. Fame herself dominates the tenth canto; sweeping the regions of the new-found East as over the chords of a lyre, she makes splendid music of the future achievements of the Lusitanians in the Indian Vice-royalty. The tenth canto also concludes the historical interest of the third, fourth, sixth and eighth, which rise through an account of the origin, liberty and maritime persistence of Portugal, the chivalrous bearing of tis folk, the self-forgetful devotion of an unbroken line of heroes, to the secure establishment of the sonorous Lordship of the Discovery, Navigation and Conquest of Asia and Africa; nor will it cost our pride anything to concede that no nation's effort has achieved results so portentous with resources so small since Greek faced Persian on the beach of Marathon.

The most meagre sketch of the plot of the Lusiads suffices to indicate its derivative inspiration: it is the most exact of the neo-Vergilian epics, the most faithful of commentaries, the most discriminating of interpretations; yet self-reliant, unprejudiced, personal. In its plot the Lusiads is essentially an Aeneid with the masses transposed. The initial epic impulse and the technique of the verse are due to Ariosto, whose influence is seen in Camoens, as in Milton, still more in a negative sense, in the

revulsion from mere fabling which has become their characteristic mark. Camoens' contact with Homer is uncertain, and Scripture and prophecy (wherein he differs so markedly from Milton and Dante) leave but the faintest traces. But the great lines of Vergil rolled on his ear with a purity of intonation and a conservatism of sense, which are the special privilege of speakers of the neo-Latin tongues. The Orlando he may spurn, Homer excel. Vergil he can but hope to equal. In Vergil he reveres, like Dante, the Master of his style; and yet what greater antithesis is there to the style of the Lusiads than that of the Divina Commedia? For the Vergilian form he shows the single-minded, persistent, line by line devotion that Vida preached, undisturbed by the Tassonian importation of Aristotelian canons, but modified and matured by the resolute independence of his genius, by his profound though latent originality and by his wide experience of life and art. But, above all, he found in Vergil that supreme presentation of a grand historical theme which came to be his ideal of the heroic poem. Where the Mantuan and the Florentine meet, Camoens is not there: neither in the pregnant half-line, nor in the universality of empire, nor in the dark probings into human destiny, nor in the reconcilement of the seen and the unseen: for the Portuguese, Vergil was the poet-preacher of the national life of Rome, whose eldest daughter was his motherland, whose tongue (« with but slight corruption ») his own, whose periods and rhythms, whose

> style grandiloquent that flows untiring,

and

> blast of trumpet loud and long resounding

were the destined perfections of his style. Holding firmly to the historical significance of the Aeneid, omitting the descensus Averni with its load of unexplained anguish, restricting the scope of Dido's death, the games and the fabulous battling, Camoens found himself to be most Vergilian in splendid pæans on the history of

his country, its past, its present, its limitless future, massing these passages more heavily in his scheme and distributing them evenly over his plot.

Da Gama and the Indian voyage are not essential to the conception of the Lusiads. The comparison with the Aeneid illustrates the profound originality of Camoens' design, not the spurious originality of words and plots which our modern writers show, but that true originality with reaches through the assimilated experience of the past to new thoughts of truth or beauty. Camoens aimed at an exact historicity, and a credible tradition affirms that the original design of the epic, laid down shortly after the poet's college days, did not exceed this strictly historical narration. At a later time, either through perusal of the first Decades of Asia, or as the result of his forced travels to India, or through meditation on the laws of the epic kind, he determined to set his half-written chronicle into the frame of a great national labour, sufficient to draw together the fragments of recitative and panegyric into a sublimated unity by virtue of its symbolic truth, and so to convert annals into history. Imperfectly and without great assurance Aeneas displays the characteristic virtues of the Senatus Populusque Romanus and their just claim to lordship. Turnus is the Italian opposition. Dido's dying imprecations were fulfilled by the Barcidæ. Under these colours the Vergilian gods were ranged. Julian Venus strives with Phoenician Juno. But we feel that this typification, though undoubtedly present and intentional, is intermittent and irresolute in the Aeneid, and yields in interest to the tragic intensity, philosophic depth or pathetic brooding of the parts. In Camoens it is omnipresent, interfused with the historical statement, and itself historical: true, and a fit vessel for truth.

> However much, o'er much, they have refined
> Such fabled tales, which Poet's fancy prove,
> The simple naked truth my story telleth
> All their grandiloquence of writ excelleth.

The primary note of the Lusiads, therefore, whether considered as an outpouring of original genius or with reference to its

model, is its historicity. It is not, however, annalistic, but seeks to impress on and through events a sense of their inevitable oneness, significance and heroic worth. This is the service of the official subject of the narration, the voyage of Da Gama to India, an historical event, the consummation of an historical process. Its antecedents were the century of experiment and striving initiated by Henry the Navigator, made possible by the independence secured by the house of Avis, and based ultimately on the first stirrings of the national spirit: its consequences were the Manueline splendour, the rich cargoes for ever sailing towards Lisbon, the conquest of arts and aggrandisement of empire, the extension of the faith, the assurance of an exalted destiny, the vision of a future bounded only by infinity. Where Da Gama walks, Fate walks with him: whither he sails, his country sails. What marvel, then, that the Odyssey of the Lusiads should feel the pressure of the supernatural? that the gods debate the fortunes of the voyage and cause or smooth the difficulties of their path? that the triumphant mariner should be received, like a new Moses, into the mount of vision, to behold Orient and Occident, present and future, in magnificent panorama? that every single sailor-man should wed immortal renown? Yet it can hardly be disputed that in the use of « machinery » we find the breaking point of the Lusiads. The confounding of Christian and pagan, Moslem and heathen, classical and modern, myth and truth, cannot but be inconvenient and produce a certain sense of incongruity. The gods intervene tardily, as in the Aeneid, when a peril is almost passed or a resolution taken, as if to deny the heroes the credit of a decision. But not only must we concede to Camoens the licence we grant readily to Milton and Spenser, if like them he have subdued his materials to his hand: but we must also admit that had he refrained from all the supernatural save such as is documented by the Lives of the Fathers or Holy Writ, he could not have escaped incongruity even at the cost of vitality and suggestion. Had he avoided the supernatural, his poem would have lost one dimension. The gods have never functioned quite credibly in the heroic poem: in Homer they are comic relief. Vergil's philosophy hardly admits their efficacy, and they do little but molly-coddle his hero. « Machinery » is but the means by which the narrative poet, being for the most part limited

to objective representations of his ideas, seeks to escape into the eternal verities, to exhibit the true relationship of events, and to present a contemporary posterity. In the selection of divine roles Camoens is judicious and happy. Bacchus, not the lord of the grape, is the Nysæan hero, the victor of India, the effeminate god-less multitudes of Asia, the East striving to withold its arcana from the West. Venus, the Julian Venus, is the patroness of the Latin peoples, the embodiment of the fullness, grace and winsomeness of Western life, and Mars is the prowess of Europe, her most natural supporter. Thetis and Tethys, voluntarily confounded by the poet, is the Ocean whose love is won by so much gallantry and devotion, who not merely acquiesces in the new dominion but glories in furthering it. How grand and full-blooded the new mythology may be is seen in the myth of Adamastor, that lonely Titan who, clutching at the wraith of his dear Thetis, was chilled to the stone of the Cape of Good Hope. The mythology is not at fault, for he has chosen the best and must needs adopt some, but its fusion is imperfect with his subject. The path of the classical allusion is fatally easy. There is a fallacious resemblance of things incompatible: we cannot escape the associations of a traditional personality, the pampered Venus and the reeling Bacchus. Camoens' spiritual nature cannot, like Milton and Dante, overwhelm his borrowed Olympus. His conceptions are sensuous, as poetry demands, but over-sensual for the bearing of his thought, he seems to us deficient in metaphysical curiosity and religious abstraction. He is cool towards the philosophical strata of the Vergilian epic; in the lyrics he frequntly slides over casuistry by an allusion to the Ars Amatoria or the Metamorphoses; thus filling in the body and feeling of the poem without stopping the logical breach. His religious poems, though few, and his religious thought as a whole, appears to us unexalted, secular and carnal, without a trace of mysticism or higher spirituality. And so the mythology of the Lusiads, so vivid and rich, so full of colour and life, glosses over gaps which the intellect refuses to fill. When we have read the lush and gorgeous description of the Isle of Venus, with its breathless chase of the nymphs and luxurious espousals, sweet as the music of Acrasia's bower, tropically splashed with colour and riotous as the bacchants of Titian or

Rubens, — then it is useless to aver that all this is cold allegory :

> For, all our Ocean-maids so fair, so sprightful,
> Tethys, and eke her Isle of angel-ground,
> None other thing be they but the delightful
> Honours that make our human life renowned.

They are not allegory, but the concrete experience of the poet and of a people as warm-blooded as himself: they are real, human, fleshly, and by what they exceed in corporeal fact, by that they are deficient in spiritual suggestion.

The association with divinity and allegory, absent from other parts of the poem, is not all that Da Gama and his companions owe to their symbolic employment: to it they resign a large portion of their character. The other works of Camoens are not conclusive evidence of gifts for character-painting: but the depression of the heroes in the epic is, I think, intentional and directed toward the true interest of the poem. They are not themselves, they are what they stand for. It would be strange, of course, if any poet of the sixteenth century should depict characters insufficiently motivated for action, or stagnantly contemplative as we would have them: but beyond what is necessary for the performance of an allotted programme, Camoens is not curious to develop in Da Gama a marked personality. Even Aeneas, who is shadowy enough at times, and far more irresolute that his Portuguese descendant, evolves some sort of character in his contact with Dido (though we hate him for it), and in his friendship with Pallas (which moves our faint esteem). But in the Lusiads the reader may feel a blank. « It is », in the judgment of Mr. Bell, « a bundle of episodes, and on the central theme, Gama's voyage of discovery, is hung with great skill the whole of Portugal's glorious history. Gama is present throughout, and the time of the action is eighteen months (March 1498 to September 1499). Although present throughout, Gama is, however, not prominent. Camoens could sum up a character or a situation in a concentrated

phrase, and if the critics, as Burton remarked, « find him poor in character painting », that is partly because his object was not to sing of one hero but of a thousand, while the time of the poem really covers many centuries. With a fine audacity Camoens begins « As armas e os barões »: arms and the men I sing, as compared with Vergil's arma virumque. He takes for his subject a whole nation, and as a result his epic, like Milton's Paradise Lost, is without a hero. On such lines it required a true genius to compose a spirited and living poem. The voyage of Gama gives a faint unity of action, and the sense of proportion is, as a rule, maintained ». The lyrical criticism of the Lusiads finds in it an Odyssey without Odysseus, an Iliad without Achilles or the least of his peers: is it an epic?

It is an epic. It has a hero. Its unity of action is not faint, but sustained.

It must be admitted that the unity of action and person is not readily apparent. By a change of gender Tapia and Tasso, Lope de Vega and Diogo do Couto understood it as the « heroic actions of the Portuguese », and with a more precise restriction the scribes of King Sebastian's court spoke of the « book which he made concerning Indian affairs ». Descending from feminine plural to feminine singular, the Lusíada came to resemble the Alfonsiada, Iberiada, Cristiada, Braziliada, and other deturpations of the Aeneid and Iliad, which were soon to infest the Peninsular literatures: and there have been found Germans who entitled the poem Luisiada, the work of the poet Luis! But none of these explanations satisfy the case. It is plain that Da Gama is not the hero, for his character is intentionally undefined and vague, he is absent from the original conception of the poem, he is even the subject of the poet's invective: nor is the Indian voyage the action, for it occupies less than half the poem and is symbolical of something greater. « The basic idea of the Lusiads is new », says Sra. de Vasconcellos. « No one before Camoens had ventured to make into an epic hero the people and the motherland, that is to say, an entire nation.

Vasco da Gama is the leader in the heroic enterprise which forms the middle point of the treatment, but by no means the hero after the fashion of Aeneas (though compared to him by the poet himself) or Odysseus or Achilles. The hero of the epic is the Lusiads, as the title and both the introductory verses declare, and the whole narrative proclaims. I sing: As armas e os barões (in the plural) and not Arma virumque cano. The poet voluntarily dispenses with the art of interesting the reader in the character and fortunes of a single human being, and thereby his composition is entirely different from all preceding epics. It is of history and truth that he will sing, not of a fable, as he has declared over and over again».

But though the hero is a whole people, he is not multiple, as Mr. Bell implies, but single:

> I chant the noble Lusitanian soul.

The nation has a single personality which acts and moves in the acts and movements of her members. It is the nation, not Da Gama, who discovers India, and to whom he resigns his individuality. It is the nation that espouses Tethys, though Adamastor wooed in vain. The spirit and personality of Portugal fill the protagonists of Portuguese history, heroic when they breathe her breath, base when they desert her. The mind of Camoens recurs with ever-increasing fondness to his country, whom time and again he views under a new aspect, and enjoys under a new guise. He traces her birth to the distant Viriathus, the shepherd that made Rome tremble, her growth, her emancipation from tutelage, her maturity in the achievement of the supreme national exploit, the conquest of India. Portugal finds herself and her destiny when she wars with Affonso Henriques against the Saracen supremacy in Europe, straining to the utmost her infant resources. With the magnanimity of youth, she preserves the vast encroaching Castile from the supreme risk of Rio Salado. When the Castilian, now stronger grown, invades her land,

Portugal and John of Avis do not despair of the right, though her kin — like the brothers of Nun'Alvares — stand in the opposing ranks. Carrying the war across the Straits, Portugal continues to shield Europe from the Moors. She persistently explores the African coast, ever in the van of civilization : she reaches forth hands to Prester John. She dreams, with King Manuel, that Indus and Ganges are calling her : she achieves with Da Gama that which requires all her strength to perform. And all the time, the endearing epithets lavished by the poet on his country, soften and humanise the portrait. She is « my nest paternal », « my happy, dear-loved country », and her power, when fully exerted, is « so single and so small ».

To you, O race from Lusus sprung, I say,
To whom such puny part of Earth is doled,
Nay, what say I of Earth, but of His sway
Who ruleth all the rounded skies enfold ?
You, whom ne dangers dure ne dire dismay
From conquering brutal Heathenesse withold,
But eke no greed of gain may wean from love
Of Mother-essence throned the Heavens above.

Ye Portingalls ! as forceful as ye're few,
Who e'er disdain to weigh your weakly weight ;
Ye who at cost of thousand deaths be true
The Law of Life Eternal to dilate :
Cast by the heavenly lots your lot ye drew,
However poor or mean your mundane state,
Great deeds for Holy Christendom to show :
So high, O Christ, exaltest Thou the low !

In Portugal's cause Camoens thunders his contempt against the powerful, idle nations of Christendom, who occupy the seat of the scornful : the « stiff-necked Germans » who « choose a new shepherd, a new sect invent », Italy « sunk by the curse of thousand sins, who dost thyself adverse », the Gaul who supports his title of Christianissimus by perverting, not maintaining, Christianity,

See the hard Englander proclaim his right
Of that old Sacred City king to be,
Where reigns and rules the base-born Ishmaelite.

The destiny against which the nation struggles, and over which she triumphs, appears to amantle her insufficient forces with robe of courage and pathos. The pathos of Camoens is of a darker tinge than that of Vergil and its bitterness more all embracing ; it is not systematized through introspection, but born of saddest experience ; it is the pessimism of a participant in life and not an onlooker, it does not suspend or negative performance. There is no cloistered gloom in those pessimistic closes which seem so disconcerting : when Inês de Castro appeals so eloquently, so in vain ; when the poet dwells on the hard fate of that newly wed pair, wrecked on the African coast, who struggled against the bitter hardships of fatigue, only that the wife be stripped by the cruel Kaffirs, and the lovers clasped in a last embrace as their souls escape from their « lovely, fair and most unhappy prison ». In the same spirit Adamastor foretells the wrecks and sufferings that the Portuguese are to experience on his inhospitable cape ; and the old man of Restelo, as the navy slips seaward from Belem, foresees disaster, enmity and degeneration. Camoens passes to bitter reproach, not of his country, but those whose vices make them unworthy of her, the covetous, the slothful, the self-seeking, the ambitious, the demagogue, the unjust, the rapacious, the uncultured, the harsh and mean-spirited Gamas : and his searching pessimism anathematises the very idea of progress in verses whose echo of the urbane Horace covers an abyss of despair. But for all that, Camoens is the poet of action, and it is for action that he esteems his country. The reward and deeds of self-realised Portugal occupy his concluding canto ; the eighth cites instances of daring, devotion, abnegation, foresight, generosity and Christian fortitude, exhibited by the nation through her paladins ; gallantry and chivalry are ascribed to her in the tale of Magriço ; the service of beauty pervades the poem, which is impregnated with sensuous concepts ; classical taste and pride belongs to a people whose language is « the Latin tongue, a trifle worse for wear » ;

and even the rough, merry jesting of the countryside is heard in the episode of Velloso.

I trust it is no pedantry to assert that this character of the Portuguese people, this

illustrious Lusitanian soul,

depicted with such loving intimacy and such human attributes, pervading and inspiring with unity the whole poem, possesses the qualities required of a personal hero; the more so in that it is the portrait of one of the purest of heroes, — the poet Camoens himself. From the documents and lyrics, of course, we know a Camoens, a roysterer in the streets of Lisbon, who earned a sobriquet among ruffians and stabbed a man during a religious procession, a lampooner of Fios-Seccos, a facile versifier on many disparate themes, an indiscrete and versatile lover, a man of sharp tongue and habits incompatible with society, one who summed up his life in a pregnant line :

Mine errors, evil hap and flaming love.

But there is another Camoens, not less real, on which tradition has rightly fixed, a Camoens freed from the ephemeral, purified through fire from his faults, sublime, impassioned, sensuous, melancholy, gallant, chivalrous and intensely patriotic—the Camoens that might have been, the Camoens who appears in the splendid Vinde cá, Simonides, Babylonian roundels and the best of the lyrics, and in every line of the great epic. In the epic he enshrined for ever his essential virtues and his highest resolves, shining in the clear light of his much-buffeted patriotism. Driven for a quarter of a century over three-quarters of the globe, rebuffed, exiled, impoverished, forgotten, imprisoned, never quite at peace with his environment or himself, his mind reverted unceas-

ingly to his paternal nest and darling, happy country, identifying her with his fortunes and arraying her with the trophies of his mind. How pathetically, on his return, does he attempt to enter into her spirit and life, never able to divine nor willing to admit that the Portugal of glorious hope was gone, and that the Portugal of corruption and formula was hastening only to its grave. He and his country were weak in material assets, struggling in a world distraught against fates that made all things vain ; but full of confidence, steadfast in the presumption of a high calling, courageous, undivided in belief, indifferent or scornful of the scorn of the unworthy. She and he feel passionately the attraction of sensuous beauty ; she and he could be at once rustic, chivalrous, devoted, generous, regal ; she and he had the pessimism of intense longings, unfulfilled and incapable of fulfilment, the mood the Portuguese call saudade. She and he are classical in tongue as children of Rome and the Aeneid, and Christian at heart with the Christianity of the sword and council-chamber, a matter of fact, not of contemplation.

Great Pilgrim-poet of the Sea and Land,
Thou life-long sport of Fortune's ficklest will,
Doomed to all human and inhuman ill,
Despite thy lover-heart, thy hero-hand :
Enrollèd by thy pen what marvellous band
Of god-like Forms thy golden pages fill ;
Love, Honour, Justice, Valour, Glory thrill
The Soul, obedient to thy strong command:
Amid the Prophets highest sits the Bard,
At once Revealer of the Heaven and Earth,
To Heaven the guide, of Earth the noblest guard ;
And, 'mid the Poets thine the peerless worth,
Whose glorious song, thy Genius' sole reward,
Bids all the Ages, Camoens ! bless thy birth.

The Lusiads is, therefore, as Voltaire noted, a new type of epic, distinct from the Iliads and Aeneids of antiquity. Imposing itself by the unity and sublimity of its thought, it formulates its own canons of art and exacts its own discipline of appreciation.

If we reaffirm the unity and supremacy of the Lusiads, we do

not detract from the lyrics. From among the latter we must deduct the apocrypha and the unworthy, the immature and all that lacks the rubric of the poet's true genius, and what remains (« a score of the sonnets, two or three of the canzons, eclogues and elegies, and the Babylonian roundels », as Professor Prestage has it) are of the highest worth and the most intense individuality, and in proportion to their length exceed all but selected moments of the epic. But such triumphs are always within reach of lyrical poetry. The epic achievement is rarer, for it depends on a greater number of external factors, a larger combination of poetic gifts, a more sustained and equable inspiration, a more watchful self-discipline and economy of talent. To understand the epic requires in the reader a severe schooling : he must endeavour to share the patriotism of the singer, to recreate and identify himself with a Portugal that is no more and that, perchance, never existed save in the fervent imagination of the poet. In the lyrics, great as the lyrics are, he is one of many : in the epics he ranks among half a dozen. The author of the Lusiads rises to the stature of Vergil, Milton and Gœthe ; though less than the unapproachables, Homer, Dante and Shakespeare, who portray the infinite variety of the human race, either without comment or under a formula so vast as to include the whole universe of God. But in the work of the poets I have named a fallible element intrudes, and their reputation is affected by external circumstances. History has made Vergil's Rome a mother of many nations and the source of all our culture ; he wrought the Aeneid better than he knew. The Paradise Lost has shifted from the author's intention, but it is anchored to many of our religious feelings and to the conquering English tongue. The Lusitanian soul of Camoens has faded from the councils of Europe, and its speech ceased, perhaps, to convey notions of culture. Yet in it and of her is one of the world's noblest voices ; may he never and nowhere be stilled !

WILLIAM J. ENTWISTLE.

Professor of Spanish in the University of Glasgow.

THE "LUSIADS,,

RESUMO DO PRECEDENTE ARTIGO

O eminente hispanólogo sr. W. J. Entwistle dignou-se redigir em excelente português a dedicatória do trabalho tão notável que consagrou à memória da nossa veneranda Mestra e Directora. Isto mostra a intimidade do professor de Glasgow com a nossa língua e é novo título da gratidão que lhe devem todos os bons portugueses. Quanto ao artigo pròpriamente dito, não tínhamos o direito de apresentá-lo traduzido do inglês em que foi originalmente concebido, redigido, e lido às autoridades escolares e aos estudantes da universidade escocêsa. Cumpre-nos portanto dar, ao menos, um resumo em língua nacional dos principais pontos tratados e das teorias críticas apresentadas e defendidas. É o que faremos em seguida:

A obra das duas nações peninsulares na América do Sul revela o supremo génio colonizador que as caracteriza e as torna as únicas rivais da Grã-Bretanha nos modernos tempos. A cadeira de Estudos Hispânicos de Glasgow, devida à munificencia do doador Stevenson, é por assim dizer o microcosmo da homenagem britânica à grandeza da Península. Longa e brilhante se apresenta a tradição de professores, literatos, historiadores e viajantes de língua inglesa, desde Ticknor e Fitzmaurice-Kelly a Prestage e Bell, que se ocuparam com o estudo das literaturas peninsulares.

Entrando pròpriamente na matéria da sua lição e partindo do facto do centenário de Vasco da Gama, celebrado no mesmo ano em que aquela foi dita, o prof. Entwistle alude em seguida à incerteza da data do nascimento de Camões, e à maravilhosa efusão de publicações a que deu lugar em 1880 o 3.º centenário da morte do Poeta. Relembra as edições e trabalhos de Juromenha, Teófilo, Inocêncio, Burton, Duff, Storck, e os do dr. José Maria Rodrigues na geração seguinte, e conclui esta parte da lição expondo as lamentáveis incertezas e confusões que reinam acêrca da lírica de Camões, recordando os esforços de Storck e D. Carolina Michaëlis para estabelecer alguma ordem nesse casos, e consignando a esperança de que possa organizar-se em breve uma edição completa das autênticas poesias líricas do grande poeta.

A crítica dos textos camonianos ou pseudo-camonianos, iniciada por Storck, revelou uma tendência progressiva não apenas para dar às líricas de Camões o seu devido lugar entre as obras-primas europeias, senão também para exaltar em Camões o poeta lírico à custa do poeta épico. Joaquim de Vasconcelos, Storck, D. Carolina, Prestage, Aubrey Bell, todos colaboraram nessa exaltação. E o prof. Entwistle pregunta: « ¿ Não terá a crítica moderna avançado de mais por tal caminho ? »

Tôda a restante parte do trabalho (dois terços ou três quartos dêle) é a resposta a esta pregunta; essa resposta apresenta-se afirmativa e resume-se neste aforismo: « Pela sua lírica, por grande que ela seja,

Camões é um entre muitos; na epopeia, género em que o êxito ou a perfeição se mostram muito mais raros, Camões enfileira-se entre meia dúzia dos maiores génios, a par de Vergílio, Milton ou Goethe, e embora menos universal que Homero, Dante ou Shakespeare.» A estes três chama o sr. Entwistle «the unapproachables» — os que não teem quem lhes chegue.

Para atingir êste resultado crítico recapitula o Autor a arquitectura de *Os Lusíadas*, começando por contestar a opinião do sr. Aubrey Bell, que, preferindo na epopeia as partes ao todo, implicitamente lhe nega unidade. Esta unidade tem escapado aos críticos, porque não salta aos olhos de qualquer que leia aquele poema histórico de uma nação cujo esfôrço conseguiu, como o de nenhuma outra e desde que o Grego se defrontou com o Persa na praia de Maratona, resultados tão portentosos com tão pequenos recursos. Comparando Camões com Homero, Vergílio e Ariosto, Dante e Milton, chega-se à conclusão de que a primordial característica de *Os Lusíadas* é a sua historicidade. A confusão dos dois maravilhosos, cristão e pagão, produz impressão de incongruência; no emtanto foi Camões judicioso e feliz na distribuição dos papéis reservados a cada divindade. Mas o Poeta parece deficiente na curiosidade metafísica e na abstracção religiosa; nos seus próprios poemas religiosos, aliás poucos, êle aparece-nos sem arroubamento, é secular e carnal, destituído de misticismo e alta espiritualidade. Inútil, por exemplo, querer-nos o Poeta convencer de que as ninfas da Ilha dos Amores e a luxúria dos ajuntamentos que ali se fazem são pura alegoria. Aquilo não é simbolismo, é realismo; é a experiência concreta de Camões e de um povo tão esquentado de sangue como êle próprio; são reais, humanas, feitas de carne, essas ninfas; e, quanto mais se nos impõem como realidades físicas, tanto menos conseguem incutir-nos qualquer espiritual sugestão.

Os Lusíadas são uma epopeia. Teem um herói. A sua unidade de acção, em vez de ténue, é bem mantida. Mas o herói não é o Gama, cujo carácter está, no poema, intencionalmente indefinido e vago, nem o assunto é a viagem à Índia, que ocupa menos de metade da epopeia e aparece com símbolo de alguma cousa maior. Em seguida transcreve e adopta o Autor a opinião de D. Carolina de Vasconcelos «A ideia básica de *Os Lusíadas* é nova; ninguém antes de Camões, se aventurara a apresentar como herói de epopeia um povo e a sua mãe-pátria, isto é: uma nação inteira... O herói *são* os Lusíadas, como explica o título e os versos prologais. *Eu canto as armas e os barões* (no plural), e não *arma* virum *que cano*. O Poeta desiste propositadamente de interessar o leitor no carácter ou destino de um único ser humano, donde resulta que a sua composição difere de todas as epopeias anteriores. O que êle quer cantar é a história e a verdade, e não qualquer fábula — como êle próprio a cada passo declara.» E, com ser todo um povo, nem por isso o herói é múltiplo, mas individual: *Eu canto o peito ilustre lusitano*. A nação é *uma* personalidade, que actua e se move com os actos e movimentos dos que a compõem; e repetidas vezes o retrato dela se

suaviza e humaniza por meio de carinhosos epítetos: *o ninho meu paterno, esta é a ditosa pátria minha amada...*

A emoção, o patético de Camões, veem da dura experiência, e não da simples meditação, como em Vergílio; é o pessimismo de alguém que viveu e sofreu a vida, e não o de um mero espectador. Por-isso, em vez de negar a acção, exalta-a, até quando traz sofrimento ou desastre, porque Luís de Camões é o poeta da acção, e é pela acção que êle estima o seu país. Aliás retrata-se no poema um dos mais puros heróis — que é o próprio poeta Camões. Há, de-certo, um Camões estroina, brigão, companheiro de rufiões, namorador versátil e indiscreto, má-língua e sem hábitos de boa sociedade. Mas temos outro Camões não menos real e no qual a tradição se fixou com justos motivos: um Camões liberto do efémero, purificado a fogo dos seus próprios erros, sublime, apaixonado, sensível, triste, bravo, cavalheiresco e intensamente patriota — o Camões que encontramos na canção *Vinde cá,* na elegia de *Simónides,* nas redondilhas *Sôbolos rios,* e em cada verso da grande epopeia. Sempre em guerra com o ambiente ou consigo próprio, expulso, vagabundo, exilado, empobrecido, esquecido, repudiado, preso, incessantemente o espírito se lhe voltava para o ninho seu paterno e a ditosa Pátria sua amada. E, quando regressou a Lisboa, não quis nunca admitir que o Portugal da gloriosa esperança tinha acabado, e que outro Portugal se lhe substituíra, servo da corrução e da fórmula, a caminho da sepultura. Tanto êle como a nação eram fracos de bens materiais e lutavam, num mundo hostil, contra o destino que tudo torna vão, mas confiantes, firmes na crença de uma alta missão, corajosos, indiferentes ou desdenhosos em face do desdém dos indignos. Tanto êle como a pátria sentiam apaixonadamente a atracção da beleza sensível; tanto êle como ela eram ao mesmo tempo rudes e cavalheirescos, desinteressados, generosos, magníficos; tanto êle como ela sentiam o pessimismo dos intensos anelos, insatisfeitos e impossiveis de satisfazer — êsse modo de ser a que os Portugueses chamam *saüdade:* tanto êle como ela são clássicos na língua, como filhos de Roma e da Eneida, e cristãos no coração, mas do Cristianismo da espada e da política, religião activa, e não contemplativa.

Novo tipo de epopeia, como já notara Voltaire, *Os Lusíadas* impõem-se pela elevação e sublimidade do seu pensamento, formulam os seus próprios cânones artísticos e exigem um critério particular de apreciação. Mas, reafirmando assim a unidade e supremacia da epopeia, nem por isso detraímos a lírica. Separando desta o que é apócrifo ou inferior, inacabado ou indigno do verdadeiro génio do Poeta, o que fica (uns vinte sonetos, duas ou três éclogas, canções e elegias, e as redondilhas *Sôbolos rios,* como quer o Prof. Prestage) é do mais alto valor e da mais intensa individualidade. Semelhantes triunfos estão, porém, sempre ao alcance da poesia lírica, ao passo que a perfeição épica é mais rara, dependente como se encontra de um maior número de factores externos, de uma combinação mais vasta de dotes poéticos, de mais contínua e equilibrada inspiração, de mais severa disciplina e economia de talento.

O final do trabalho do Prof. Entwistle soa algum tanto como dobre de finados por alma da inditosa pátria nossa amada. Por isso mesmo o vamos dar em tradução íntegra, como aliás fizemos já com alguns passos anteriores, mais característicos. Procedemos assim, não por estarmos de acôrdo com a ideia de que Portugal haja abdicado definitavemte de ter alma, ou de a fazer ouvir aos outros, mas por entendermos que, para quem se mostra susceptível de educação ou reeducação, a censura, a restrição, a própria ofensa, e até a certidão de óbito, são mais educattvas que o elogio.

«A reputação das obras dos poetas que citei (Vergílio, Milton Goethe, Homero, Dante e Shakespeare) foi favorecida por circunstâncias exteriores ou por um elemento falível: a história fêz da Roma de Vergílio mãe de muitas nações e fonte de tôda a nossa cultura, de modo que o poeta romano realizou com a *Eneida* obra melhor do que êle prório supunha; o *Paraíso Perdido* garrou da intenção de Milton, mas está ancorado a muitos dos nossos sentimentos religiosos e à conquistadora língua inglesa. A alma lusitana de Camões desapareceu das assembleias da Europa e a língua em que ela se exprime deixou talvez de transportar noções de cultura. Há ali, porém, uma das mais nobres vozes do mundo, que oxalá nunca e em parte alguma se cale!»

A REDACÇÃO

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

NUM GRUPO DE FAMILIA, NA SUA CASA DAS AGUAS SANTAS

(FOTOGRAFIA INÉDITA)

UMA CARTA DE D. CAROLINA MICHAËLIS

A SNR.ª Professora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos pertence ao número daquelas pessoas que só raramente aparecem no mundo. Que espírito tão claro! Que vigor de trabalho! Que coração tão bom!

O que escreveu acêrca da língua, literatura e etnografia portuguesas, já consideradas em si-mesmas, já em relação com a língua, literatura e etnografia espanholas, ficará como monumento imorredouro de inteligência e de sciência, e como inesgotável fonte de consulta para quem quiser dedicar-se àqueles assuntos.

Falta-me tempo para, em vez das breves linhas que estou traçando, falar um pouco desenvolvidamente de tudo quanto deu a lume. Como, porém, de um lado, eu me socorro dela a cada passo em meus escritos, o que consta das citações, e, do outro, me esforcei por lhe prestar tributo de admiração em duas obras, embora modestas, que lhe dediquei [1], e, além disso, quando faleceu, proferi a seu respeito umas palavras em sessão da Academia das Sciências, e outras aos meus alunos da Faculdade de Letras: creio que ninguém se lembrará de me alcunhar de ingrato ou menos venerador da memória de tão ilustre Sábia; e poderei pois circunscrever a minha colaboração na *LVSITANIA*,

[1] *Estudos de Filologia Mirandesa*, 2 volumes, 1900 e 1901; *Carolina Michaëlis* (méritos gerais, e bibliografia até à data da publicação), 1912.

reproduzindo em seguida a última carta que a mesma Senhora me escreveu. Ei-la:

«*Porto 12-III-25.*

... Sabe pelo meu filho que ando adoentada. Ainda assim farei o possível para fazer boa companhia ao Meyer-Lübke e familia, tanto aqui como em Coimbra.

Diga-me que noticias tem deles? Já cá tenho cartas, a êles destinadas. Para onde hei-de remetê-las? Ou guardo-as aqui?

O Afonso Lopes Vieira informou-me de que V. projecta festas. Se pudesse, lá ia. Mas nem pensar em tal! infelizmente.

Cumprimentos saudosos da amiga (etc.).

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.»

Alude-se na carta à primeira visita que fêz a Portugal o universalmente conhecido Professor de Filologia Românica da Universidade de Bona, e nosso comum amigo, D.^{or} Meyer-Lübke, e à cerimónia literária com que a Faculdade de Letras de Lisboa, o acolheu.

Se, por casualidade, a carta não versa assuntos scientíficos, como tantas que possuo da Snr.^{a} D. Carolina Michaëlis, e que, no todo ou em parte, eu poderia também copiar, nem por isso deixa de ser, nas circunstâncias em que foi redigida, já no ponto culminante da doença, e a oito meses de distância da morte, documento de ternura, que há de despertar sem dúvida emoção em todos os que tiveram a honra e a fortuna de conhecer directa ou indirectamente a signatária.

Campolide, 7 de Julho de 1926.

J. LEITE DE VASCONCELLOS.

RETRATO DA INFANTA D. MARIA

ORIGINAL DE GREGORIO LOPES, DE CERCA DE 1540

(Museu Condé, Chantilly)

ARTE PORTUGUESA PRIMITIVA

GREGORIO LOPES E A INFANTA D. MARIA

Depois de termos feito um agrupamento que abrangia já quási tres decenios da obra do «mestre do retábulo de S. Bento», e de, por motivos que julgavamos suficientes, termos proposto a identificação dêsse artista com o pintor régio Gregório Lopes, reivindicando para êle o painel representando a «Virgem com o menino e anjos num jardim», do museu nacional de arte antiga, erradamente dado ao «mestre do retábulo do Paraíso», quiz a boa fortuna que o Prof. Luciano Freire achasse as provas que documentam estas nossas afirmações. Encontrou-as verificando que êste último painel não provinha, como sempre se supoz, do Convento do Paraíso, de Lisboa, mas da Igreja do Convento de Cristo, de Tomar, para cuja charola fôra pintado em 1536, segundo documento publicado por Sousa Viterbo[1]. *A obra de Gregório Lopes ficava assim definitivamente comprovada, e o seu nome, que era para mim, já há muito, uma rialidade, deixava de ser por esta forma, fôsse para quem fôsse, uma interrogação, para ser mais uma altíssima afirmação da nossa vitalidade artística na primeira metade do século XVI.*

Tendo trabalhado, mais de uma vez, em comunidade com

[1] *Com esta verificação, ainda inédita, apura-se que êste painel era o retábulo da capelinha de Nossa Senhora da Graça (assunto da pintura). Essa capelinha, cujas proporções eram reduzidissimas, dava para a charola da Igreja do Convento de Cristo e ficava sob a torre sineira, tendo sido o seu retábulo deslocado no segundo quartel do século XIX, por ocasião da extinção dos conventos.*

outros artistas seus contemporâneos e, sobretudo, com Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes, depois de ter sido colaborador de seu sogro, o pintor régio Jorge Afonso, e ajudante de Francisco Henriques, seu tio, a obra de Gregório Lopes apresenta por isso, freqüentes vezes, pontos de contacto comuns com a obra dêsses artistas, pontos de contacto que podem levar a confusões quem não tenha um conhecimento profundo da obra dos pintores portugueses do século de quinhentos. Foi isso, pelo que respeita a Gregório Lopes, o que me sucedeu; e, comigo, a Bertaux e a Haupt, para só falar dos estrangeiros que, mais recentemente e com olhos de ver, se ocuparam dêstes assuntos. E, entretanto, e uma vez bem estudada a obra dêsses pintores, o que só me foi possível após o exame de um grande conjunto dos seus paineis, êles aparecem-nos bem diversos, bastando para os definir, juntamente com a rubrica das suas técnicas, as características do seu sentimento, em ambos bem diferente, típico e definido.

Gregório Lopes, objectivista e realista até ao ponto que o seu naturalismo de português lh'o permitia, é um observador calmo e sereno dos modêlos a que a sua retina empresta assim apenas a elegancia do seu estílo de artista de raça, mais desenvolvida e afinada na côrte em que vivia e onde os modêlos tinham geralmente a distinção que a casta e o meio lhes imprimiam.

Cristóvão de Figueiredo, essencialmente dramático e por isso mais subjectivo e mais em contacto com o povo cujas mascaras convinham melhor à realização da sua maneira de sentir, deixou-nos ficar, no que é exclusivamente da sua mão, a marca do seu modo de ser por uma forma tão inuludivel que, agora e uma vez feita a separação, o erro em que caímos parece-nos quási impossível. E, em Cristóvão de Figueiredo, é isto tão fundamental que não foi unicamente quando êste artista trabalhou isoladamente que deu a preferência a tudo o que era verdadeiramente emocionante, como o mostram os seus paineis já por mim

PORMENOR DO PAINEL DE GREGORIO LOPES, A «VISITAÇÃO»

PINTADO CERCA DE 1530

(MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA)

identificados e a que ajuntarei agora: o tríptico do museu de Posen, cuja parte central representa Cristo descido da Cruz, o tríptico do museu de Lisboa, em cujo painel central se vê o Calvário, e o tríptico de Vila Viçosa, cujas tábuas representam todas assuntos da Paixão[1]. *Essa preferência mantinha-a êle ainda, e decerto com o consenso de todos, quando trabalhava em comunidade, como ainda recentemente o constatamos, ao observarmos, pela primeira vez em boas condições, o antigo retábulo do altar-mór da Igreja de Jesus, de Setubal.*

Nêsse rétabulo, tudo o que diz respeito ao martirio e morte de Cristo é da sua mão, pertencendo sobretudo a Gregório Lopes os assuntos menos dramaticos da Vida de Jesus e outros que ainda se ligam com estes, mas que melhor cabem sob a epigrafe: «as alegrias da Virgem» (les joies de la Vierge)[2]. *E esta feição era nêle tão dominante e essencial que foi certamente por isso e pelo conhecimento que todos tinham dessa sua modalidade que, nas grandes obras feitas em Santa Cruz de Coimbra, na primeira metade do século XVI, êle foi o escolhido para pintar o retábulo da capela-mór cujo assunto era a História da verdadeira cruz, onde afirmou superiormente a medida do seu grande poder dramático no «Calvario», ou seja o pai-*

[1] *Neste último triptico, que eu tenho fortes razões para julgar dever ter sido pintado cerca de 1536, trabalhou também Garcia Fernandes; mas essa colaboração é tão mínima e secundária que o seu interêsse é o dessa colaboração em si mesma, mas o das conclusões de ordem diversa que ela nos permite tirar.*

[2] *Além dêstes paineis, ao todo dez, há ainda, misturados com eles, mais quatro de assuntos franciscanos, ou sejam: a «stigmatisação de S. Francisco», «Santos Martires de Marrocos», tres Santos Franciscanos: «Santo Antonio, S. Boaventura e S. Luiz» e «Aparição da Virgem a Santa Clara, Santa Ignez e Santa Colecta», que são estranhos ao retábulo do altar-mór, e que devem ter feito parte de outro retábulo da mesma ou de outra Igreja. Em nenhum deles, há a intervenção de Christóvão de Ftgueiredo. São obra de Gregório Lopes com a colaboração de seu filho Cristóvão Lopes.*

nel central dêsse retábulo, que se vê hoje na sacristia daquela Igreja. Dentro do mesmo sentimento, cabe ainda o «Ecce Homo», que ali se encontra igualmente, e a «Deposição de Cristo no Tumulo», agora no museu das Janelas Verdes, mas que veiu de Santa Cruz e que para ali foi feita na mesma época e, provàvelmente, para a capela da enfermaria dêsse Convento . [1]

Por tudo isso, Cristóvão de Figueiredo que parece, de resto, não ter sido nunca pintor régio, embora tivesse prestígio na côrte, não devia também, lògicamente, ter sido o artista preferido dos que brilhavam nela. Os velhos físicos e as monjas, com tudo o que as mascaras de uns e outras podiam dizer ao artista que se revela tão extraordinàriamente nos doadores da «Deposição de Cristo no Túmulo», eram os modêlos que verdadeiramente convinham ao seu modo de sentir, servido admiràmente pela sua arte de colorista sui generis, *em que o desenho, sem deixar de ser impecável, se dilui comtudo na mancha graduada e sem violências. Para nos convencermos disso basta olhar essas duas cabeças, maravilhosas, de homens envelhecidos na luta com as doenças mais horriveis e perigosas, e vêr como o tom surdo em que são realizadas convém, como nenhum outro,*

[1] *Corrigindo Justi, que deu os tres paineis maiores da sacristia de Santa Cruz: «Calvario», «Ecce Homo» e «Pentecostes», ao autor dêste último, isto é a Velascus, Bertaux, tendo reconstituido o antigo retábulo da capela-mór dessa Igreja, distribuiu êsses três quadros por três mestres diferentes, propondo, com dúvidas, a atribuição do «Calvário» a Cristóvão de Figueiredo, que identificava com o «mestre do Paraíso». O «Ecce Homo» era, segundo Bertaux, obra do mestre da «Deposição do Cristo no Túmulo», do museu de Lisboa, e Velascus o autor do «S. Pedro», de S. João de Tarouca.*

As dúvidas que Bertaux tinha de ter sido, na verdade, Cristóvão de Figueiredo o autor do «Calvário» não tem hoje razão de ser. Essa demonstração já foi feita por nós. Bertaux enganou-se porém dividindo os tres paineis por tres mestres, por isso que Cristóvão de Figueiredo nada tem que vêr com o «mestre do retábulo do Paraíso», e o «Ecce Homo» e o «Calvário» são

RETRATO DA INFANTA D. MARIA

COPIA DO RETRATO PINTADO CERCA DE 1541

(Convento da Encarnação, Lisboa)

às suas expressões graves e contidas, sem que entretanto por isso e (aqui o colorista realiza um milagre análogo ao de Nuno Gonçalves com o painel dos frades) elas deixem de integrar-se na tonalidade geral que, num ou noutro ponto, atinge altas e verdadeiras vibrações.

Diferentemente dêste, era sem dúvida a Gregório Lopes, pintor régio desde D. Manoel e cada vez mais em favor na côrte, como o demonstram os documentos que se lhe referem, que devia caber a tarefa de retratar reis e príncipes; e só a incuria, os terramotos e os outros desastres é que podem explicar a não existência dêsses retratos, de que temos entretanto reflexos admiráveis nas mascaras das donas, senhoras e pagens que, sob outros aspectos, povoam os seus paineis, como os que constituiam o antigo rétabulo do altar de Santa Auta, da Igreja da Madre de Deus. Sente-se de facto, na quási totalidade das personagens dêsses paineis, a obcessão plástica das grandes raças e a sugestão de Carpaccio e das festas venezianas da época de oiro nada tem de excessiva para essas composições do artista português a que a vastidão das águas do Tejo dá rial grandesa.

ambos obra de Cristóvão de Figueiredo, como o é também a «Doposição de Cristo no Túmulo».

De Gregório Lopes, que Bertaux também confundiu com o «mestre do Paraíso», mas que nada tem com èle, há, de facto, mais de um painel em Santa Cruz, mas nem Bertaux nem crítico algum tinha feito êsse registo. Exposta em más condições, a única obra que dêsse pintor era mais fàcilmente visível e que se encontrava, com o «Calvário» e os outros paineis citados, na Sacristia de Santa Cruz, era uma tábua representando «Santo António», mas êsse painel passou despercebido até que nós o identificamos. E não é só essa tábua, aliás da boa época do artista, o que êle ali deixou. São igualmente da sua mão e do mesmo período os outros quatro Santos de igual formato que existem na capela-relicario de Santa Cruz, sendo do mestre de Palmela (Francisco Henriques?) os demais painéis quinhentistas que se encontram nessa dependência.

De resto, os doadores da sua «Adoração dos Reis Magos» do Museu de Lisboa, são só por si suficientes para nos dizerem como o artista sabia vêr, ao retratal-os, esses seus modêlos e como, sem prejuizo da verdade e carácter das mascaras, êle não desprezava, antes valorizava, a riqueza dos trajes e acessórios. E isto era mais uma prova de quanto a sua visão era justa, pois a indumentária não têm aqui apenas valor decorativo, mas é, mais do que isso, um elemento essencialmente característico, por isso que é a marca oficial da situação e poder que êsses personagens tinham na côrte.

*

* *

Não dispondo de todos êstes elementos e não conhecendo o retrato de Chantilly, que só foi vulgarizado mais tarde, o erro da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em dar como retrato da Infanta D. Maria o que reproduz no seu livro, é mais que explicável. Esse retrato tinha então, no Museu do Prado, essa atribuição e, sem pontos de referência seguros, a eminente Professora não podia portanto proceder de forma diferente por que procedeu. E contudo e a-pesar do pouco pormenorizada e expressiva que é a figura minuscula que se vê num painel representando «Nossa Senhora das Mercês», então nos Jeronimos e hoje no museu das Janelas Verdes, o sr. Joaquim de Vasconcelos, firmando-se apenas nessa pobríssima imagem, emitiu, no «Aditamento» à obra de sua mulher, dúvidas sôbre a identificação da figura retratada no quadro do museu do Prado. Não tendo porém elementos para ir mais longe, teve que limitar-se a isso, o que não quer contudo dizer que o facto não mereça registo e que não baste para, mais uma vez, comprovar a competência e probidade do ilustre historiador de arte.

Nestas condições, a correcção definitiva do equivoco deve-se

a D. Elias Tormo. Conhecendo o retrato de Chantilly, aliás publicado já por M.me Roblot-Delondre, o ilustre historiador de arte, visitando o Convento das «Descalzas Reales», de Madrid, pôde constatar a identidade que havia entre aquele desenho e um retrato de Senhora de cerca de trinta anos, ali existente, e que, com o mais absoluto fundamento, o eminente erudito espanhol considera copia do que pintou Moro quando, em 1552, esteve em Lisboa. Verificando assim o erro da Senhora D. Carolina Michaëlis, D. Elias Tormo fêl-o contudo, como era de esperar, com o carinho e o respeito que a eminente sábia lhe merecia, e êsse facto é mais um motivo de reconhecimento a juntar aos muitos que todos os portugueses lhe devem.

Examinando de novo os quatro retratos que conhecemos, em Portugal [1] da Infanta (os dois da Luz: Igreja e Colegio, e os da

[1] *Além do retrato de Chantilly, a que nos vimos referindo, e da copia dêste existente no mesmo museu, conhecemos ainda, no estrangeiro, dois outros retratos da Infanta o que, com o das* Descalezas Reales, *eleva a cinco o número dos seus retratos existentes fóra de Portugal.*

Um é o do «recueil d'Arrás», mencionado por M.me Roblot-Delondre, no seu belo livro «Portraits d'Infantes», e em que dificilmente se poderá reconhecer a Infanta, o que é talvez explicável por esse desenho, como todos os dessa colecção, não passar duma copia feita no século XVI e ao que parece por Jacques Leboucq, genealogista e pintor mediocre, falecido em 1573. A ser exacto, deve representar a Infanta bastante mais tarde e ter sido feito sôbre um original de Cristóvão Lopes, com cuja arte esse desenho tem de facto afinidades.

O outro, a-pesar de bastante estilisado e de época aproximada à do retrato de Chantilly e à dos que existem em Portugal, é do grande gravador flamengo Hieronymus Cook, (1510-1570), amigo e colaborador de Vasari, cuja obra, desconhecida em Portugal até que nós a revelamos, constitui um dos elementos mais valiosos que conhecemos para a nossa iconografia no séc. XVI. O único exemplar de que temos conhecimento está na celebre colecção Lazaro, de Madrid, e procede da colecção Carderera.

Encarnação[1] *e Museu das Janelas Verdes), não podemos ter a menor dúvida sôbre a identificação de D. Elias Tormo. Exceptuando o do museu, que aliás também confirma aquela identificação, os outros três procedem todos de um retrato perdido e que é provàvelmente repetição daquele cuja recepção a mãe acusa entre fins de 1541 e começo de 1542; devendo o que existe na Encarnação, e que a representa aproximadamente na mesma época em que a dá o de Chantilly, ser copia exacta daquele outro, embora essa copia tenha sido feita por artista inferior e que não soube por isso conservar-lhe o caracter do original. O traje, que, nessa copia, veste a Infanta, é um traje francês que a mãe de-certo lhe mandou e que a Infanta por isso mesmo escolheu ao* poisar *para o retrato que era destinado aquela. E o da Igreja da Luz, que é da segunda metade do século XVI, foi pintado sôbre o original que serviu aquela copia, sendo o do Colégio Militar, e que é já do século XVII, uma réplica do daquela Igreja. Todos retratam assim a Infanta na mesma idade, isto é quando ela tinha cêrca de vinte anos. Quanto ao desenho de Chantilly, a admitir-se a data de 1536 que o sr. Moreau-Nélaton lhe dá e que é aceite pela Direcção daquele Museu, êle seria anterior em quatro a cinco anos aos outros retratos; mas o que serviu de base a essa indicação foi o traje que, nêsse retrato a infanta enverga e que o sr. Moreau-Nélaton entende ser daquele ano. O sr. Moreau-Nélaton ignorava porém que o atrazo com que as modas chegavam então a Portugal era, por vezes, ainda superior ao que seria necessário para que a idade da princesa fôsse também aí aproximadamente a mesma que tinha no retrato perdido.*

[1] *Êste retrato foi gravado, no séc. XIX, por Domingos José Silva, sôbre um desênho de José da Cunha Taborda, para a publicação, concluida em 1817, «Retratos e elogios dos Varões e Donas que ilustraram a nação portuguesa».*

RETRATO DA INFANTA D. MARIA

COPIA DO ORIGINAL PINTADO POR ANTONIO MORO?, EM 1552

(NAS DESCALEZAS REALES, DE MADRID)

Repetindo o erro de M.me Roblot-Delondre, de ter a Infanta residido na côrte de França junto de sua mãe, D. Elias Tormo aceita como sendo dos Clouets o retrato de Chantilly, o que lhe pareceria menos crível se soubesse, como escreve a Sr.ª D. Carolina Michaëlis, que a Infanta saíu apenas do país uma vez, no começo de 1558, para ir vêr sua mãe a Badajoz. Ora como não consta que os Clouets tenham estado em Portugal e o desenho é evidentemente feito do natural, o retrato não podia assim ser obra deles. E com isto concorda ainda o caracter dêsse desenho, que é bem o desenho de um pintor acostumado a vêr sobretudo a mancha e a realizal-a com grande riqueza de materia, longe portanto da maneira admirável, mas muito mais escripta e desenhada, *daqueles celebres artistas franceses.*

Assim e eliminada essa hipótese, por todos os motivos inadmissivel, fica de pé o ter sido o retrato de Chantilly, como aquele de que o da Encarnação é copia, obra de artista português em voga na côrte e a que a Infanta teria naturalmente recorrido para mandar à mãe a sua imagem. E esse artista não podia ter sido senão Gregório Lopes. A situação oficial na côrte dêste pintor e o caracter da sua obra (desenho, movimento e composição) são razões mais que suficientes para se lhe atribuir tanto êste desenho, como o retrato a oleo perdido e mandado para França, entre 1541 e 1542.

Feito a negro e sanguina e com os cabelos realçados de amarelo e vermelho, o que está de harmonia com o tom arruivado daqueles, o desenho de Chantilly, se não esquecermos a fascinação que a Infanta parece ter exercido sôbre Brantôme, não está contudo em grande desacordo com a descrição lisongeira que dela nos deixou êste célebre aventureiro francês.

Se D. Maria não era «très belle», como êle diz, o que ela era, com certeza, era «agréable, douce et de bonne grâce», como Brantôme também escreve. Alguns pormenores da sua fisionomia e, sobretudo, o nariz, estão, na verdade, longe da correcção indis-

pensável à verdadeira beleza; mas a bondade e inteligencia que a sua expressão denota e que a sua grande cultura corrobora, dão grande espiritualidade à sua máscara. E ainda com o encanto da dôce melancolia que o artista não se esqueceu de dar-lhe, a sua fisionomia devia ser, a-pesar disso ou antes por isso mesmo, até certo ponto estranha e picante, *se se pensa no mixto de sensualidade e idealismo que não podia deixar de imprimir-lhe o conjuncto de certas feições um pouco discordantes e que eram o resultado do sucessivo cruzamento de raças opostas, como o escarlate e o espesso dos lábios, o tom fulvo dos cabelos e o verde acinzentado dos olhos: o que tudo melhor explica as paixões que a Infanta parece ter despertado entre os que mais de perto a trataram e conheceram.*

Março de 1927.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

A AFRONTA DE CORPES

(CONTINUAÇÃO E FIM)

XII

JÁ pesa aos Carrions que el-rei faça côrtes em Toledo: temem que a estas assista o Cid Campeador. Depois de se aconselharem com a parentela, rogam a el-rei que os dispense de comparecer.

— Tal não farei, assim Deus me salve! — tornou-lhes dom Afonso. — O Cid virá às côrtes, e vós, que tanto o agravastes, haveis de responder a suas demandas. Quem não quiser ir às côrtes, que deixe o meu reino, pois por vassalo o não tenho!

Aqui entenderam os Carrions que tinham de ir às côrtes. Tornaram a aconselhar-se com os parentes; e o conde dom Garcia Ordóñez, o inimigo do Cid, também os aconselhou por cartas.

Chegava o prazo. Todos se encaminhavam para as côrtes. Entre os primeiros iam o bom rei dom Afonso, o conde dom Henrique, o conde dom Raimundo, — pai, êste, do bom imperador, — o conde dom Fróila e o conde dom Birbon. E acorreram de todo o reino muitos outros sabedores de Direito, e todos os melhores de Castela: o conde dom Garcia, por alcunha o Crespo de Grañon, Álvaro Díaz, o que mandou em Oca, Ansuor Gonçálvez, Gonçalo Ansuórez e Pedro Ansuórez.

Diogo e Fernando de Carrion lá iam também, rodeados de numeroso bando, cuidando em embair o Cid Campeador.

De tôdas as partes acodem os que em Toledo se juntam. Só

não havia ainda chegado o que em boa-hora nascera, e não aprazia a el-rei essa tardança. Ao quinto dia, em-fim, chegou o Cid, que enviara adiante Álvaro Fáñez a beijar as mãos a el-rei e a anunciar-lhe a sua chegada nessa noite.

Alegrou-se el-rei com tal nova; e, cavalgando com muita da sua gente, foi receber o que nascera em boa-hora.

Vinha o Campeador mui bem ataviado, assim como todos os seus: ricas companhas para senhor tal. Quando viu o bom rei dom Afonso, o Cid desmontou e queria honrar a seu senhor, humilhando-se-lhe diante, mas el-rei atalhou-o:

— Por Santo Isidro, Cid, cavalgai, se não quereis desprazer-me! Beijar-nos hemos de alma e coração. O que a vós pesa, a mim dói. Deus permita que as côrtes se honrem por vós!

— Amén! — disse o Campeador.

E, tendo beijado a mão a el-rei, beijou-o depois na bôca:

— Louvado seja Deus que vos vejo, senhor! Humilho-me diante de vós, do conde dom Henrique, do conde dom Raimundo e de quantos aqui estão. Deus guarde a nossos amigos e a vós, senhor, mais que a todos. Minha mulher dona Ximena, dama de prol, beija-vos as mãos, assim como minhas filhas, para pedir-vos que de quanto nos sucedeu tomeis vossa parte de dor.

Tornou-lhe el-rei:

— Por Deus, que assim o faço!

XIII

Ia el-rei voltar a Toledo, mas nessa noite não quis o Cid atravessar o Tejo:

— Mercê, oh rei, assim Deus vos salve! Tornai vós, senhor, à cidade, que eu me albergarei com os meus em San Servan. Chegaram esta noite minhas companhas; velarei neste santo lugar e amanhã cedo entrarei na cidade, indo às côrtes antes de comer.

— Seja assim — disse el-rei, partindo.

Em San Servan, onde pousa nessa noite, mandou o Cid acender luzes e pô-las no altar. Conforta-o ficar ali velando, falando com Deus à puridade e rezando-Lhe as suas orações.

Minaya e os outros cavaleiros estão preparados quando rompe

a alva. Rezaram Matinas e Primas, e ouviram missa antes que o Sol raiasse. Já os do Cid fizeram valiosa oferta.

Recomendou-lhes o Campeador:

— Vós, Álvaro Fáñez Minaya, que sois o meu melhor braço, vireis comigo em companhia do bispo dom Jerónimo, de Pero Vermúdoz, Muño Gustioz, Martim Antolínez, o leal burgalês, Álvaro Álvarez, Álvaro Salvadórez, Martim Muñoz, que em feliz ponto nasceu, e de meu sobrinho Félix Muñoz. Virão também Mal Anda, esperto sabedor de Direito, e Galin Garcíaz, o bom aragonês. Junte-se a estes um cento dos nossos melhores. Vestide as túnicas acolchoadas para agüentar bem as armaduras; ponde em cima as lorigas resplendentes, e, sôbre estas, arminhos e pelotes. Apertai bem os cordões, para se não verem os férros. Sob os mantos levai as espadas. Assim me quero ir às côrtes, para ali fazer valer meus direitos e declarar minhas razões. Se os de Carrion me armarem cilada, descansado estarei com tal gente que levo.

— Assim faremos, senhor — asseguraram os seus.

Como êle o disse o fizeram todos.

Preparou-se então sem detença o que em boa-hora nasceu. Vestiu calças de bom pano, calçou sapatos belamente obrados. A camisa que leva é de linho tão alvo como o Sol; apertam-na botões de prata e ouro e cai bem sôbre os punhos, que assim o Campeador a mandou talhar. Sôbre esta vestiu mui rico brial de brocado de ouro, cujos lavores scintilam. E por cima pôs a pele vermelha com franjas de ouro, que sempre costumava trazer. Na cabeça enfiou uma coifa de tela preciosa, tecida de ouro, a qual usava a-fim-de que ninguém lhe pudesse puxar os cabelos; e à sua longa barba (queria ir aparelhado para tudo) atou-a com um cordão.

Por fim, cobriu-se com um manto de tanto valor que o admiravam quantos o viam.

E, com os seus cem bem precavidos, saíu de San Servan, cavalgando. Dêste modo ia o Cid às côrtes de Toledo.

XIV

Ao portal apeou e, rodeado do lustroso cento, avança mesuradamente o Campeador. Quando viu entrar o que em boa-

-hora nascera, o bom rei dom Afonso levantou-se, e, com el-rei, os condes dom Henrique e dom Raimundo e todos os outros das côrtes. Recebem-no com grandes honras. Não quiseram levantar-se o conde dom Garcia, nem nenhum do partido dos Carrions.

El-rei tomou o Cid pela mão:

— Sentai-vos ao-pé de mim, Campeador, neste escano que me destes de presente. Embora a alguns pese, valeis mais do que nós.

O que Valência havia ganho, respondeu:

— Como rei e senhor, ficai no vosso escano. Eu ficarei aqui, com os meus que me acompanham.

E sentou-se num escano torneado, tendo à volta os cem da sua guarda.

Agradou muito a el-rei a resposta do Cid. Entanto iam mirando ao Campeador quantos se juntavam em côrtes: admiravam-lhe as longas barbas, e viam nêle um varão, nas obras e na presença.

O moços Carrions não se atreviam a encará-lo, com vergonha.

Então o bom rei dom Afonso ergueu-se e disse:

— Ouvide, mesnadas, assim Deus vos salve! Mais não fiz que duas côrtes desde que sou rei: umas em Burgos, outras em Carrion. Estas de Toledo as faço por amor do Cid, o que nasceu em boa-hora, a-fim-de que reclame seu direito aos moços Carrions. Que estes lhe fizeram grande agravo, todos o sabem. Sejam juízes do pleito o conde dom Henrique e o conde dom Raimundo, e todos os condes que não são do bando. Apurai vossas mentes neste sucesso, e, pois o conheceis, dizei da vossa justiça, que injustiças não as aprovo eu. De uma e outra parte, mantenhamos paz. Juro por Santo Isidro que deixará meu reino e perderá minha amizade aquele que turbar estas côrtes. Queixe-se agora o Cid Campeador, e saberemos depois o que os moços Carrions alegam.

Beijou o Cid a mão a el-rei e assim falou:

— Muito vos agradeço, como a rei e senhor, que por mim hajais feito estas côrtes. O haverem os moços Carrions deixado a minhas filhas, não me desonra, pois vós, rei, as casastes, e hoje ditareis o que se há de fazer. Mas no tempo em que

lhes queria de alma e coração e êles levaram de Valência a minhas filhas, dei-lhes duas espadas: a Colada e a Tizona, as quais ganhei à guisa de varão, e com que eu desejava se honrassem, e a vós, senhor, servissem. Quando deixaram a minhas filhas na selva de Corpes, perderam todo o meu amor: entreguem-me, pois, essas espadas aqueles que já não são meus genros.

Os juízes sentenciaram:

— O Cid tem razão.

— Respondamos a isto — disse o conde dom Garcia.

E, apartando-se os Carrions, os parentes dêstes e todo o bando, concertaram à-pressa a resposta:

— Grande mercê nos faz ainda o Cid Campeador em nos não demandar pela desonra das filhas. Com el-rei dom Afonso havemos de entender-nos. Entreguêmo-lhe as espadas e cerre-se aqui a demanda, a-fim-de que as leve das côrtes e não tenha mais direitos sôbre nós.

Com esta resposta preparada, voltaram às côrtes:

— Mercê, rei dom Afonso, senhor nosso! Não podemos negar que recebemos as duas espadas: pois as requere quem no-las deu, diante de vós lhas entregamos.

E tirando a Colada e a Tizona, depuseram-nas nas mãos de el-rei. Quando as espadas scintilaram, iluminaram-se as côrtes: maçãs e copos são todos de ouro. Os condes maravilham-se de olhá-las.

El-rei chama o Cid e entrega-lhas. Recebe-as o Campeador, beija as mãos a el-rei e torna ao seu escano. Empunha as espadas e remira-as: o Cid conhece-as bem; não lhas podem trocar. E, alegre de as mirar, sorri-lhes do coração! Afagando as barbas, diz:

— Por estas barbas, que nunca ninguém me arrancou, assim iremos vingando dona Elvira e dona Sol!

Chamou a Pero Vermúdoz e, estendendo o braço, deu-lhe a Tizona:

— Toma-a, sobrinho, que melhora de dono...

Chamou depois a Martim Antolínez, o leal burgalês, e deu-lhe a outra espada:

— Martim Antolínez, meu bom vassalo: tomai a Colada. Ganhei-a a nobre dono: Remont Verenguel, conde de Barcelona. Por isso

vo-la dou para que muito a estimeis. Sei bem que, em vindo o lance, com ela ganhareis mais honra e preço.

Martim beijou-lhe a mão e guardou a Colada.

Tornou o Cid a levantar-se:

— Graças a Deus e a vós, meu rei e senhor, contente estou quanto a Colada e Tizona. Tenho, porém, outra queixa contra os moços Carrions: quando levaram de Valência a minhas filhas, dei-lhes três mil marcos de ouro e prata. Isto lhes fiz eu; sabeis o que me êles fizeram! Entreguem-me, pois, êste dinheiro aqueles que já não são meus genros.

Aqui veríeis queixarem-se os Carrions!

O conde dom Raimundo atalhou-os:

— Dizei se sim ou não!

Respondem êles:

— Se entregámos as espadas ao Cid Campeador, foi para que nada mais nos pedisse e se cerrasse a demanda.

E o conde dom Raimundo:

— Com licença de el-rei vo-lo requeremos: respondei à demanda do Cid!

— Assim o outorgo — confirmou o bom rei.

O Campeador ajuntou:

— Dizei se me tornareis o dinheiro ou se me dareis razão dêle.

Apartam-se outra vez os Carrions e os do seu bando, para resolver; mas não acham nenhuma saída porque a quantia era grossa e já a haviam gastado.

Voltam a falar, e dizem:

— Muito nos aperta quem ganhou Valência, mas pois tanto apetece nossa fazenda, pagar-lhe hemos com as nossas herdades de Carrion.

Vendo reconhecida a dívida, sentenciaram os juízes:

— Se isso aprouver ao Cid, a tal nos não opomos. Mas mandamos em nosso juízo que lhe pagueis aqui nas côrtes.

Neste ponto falou el-rei dom Afonso:

— Bem sabemos que o Cid demanda com bom direito. Dêsses três mil marcos recebi eu duzentos, como presente dos afilhados. Quero devolver-lhos, porque ficarão pobres. Entreguem êste dinheiro ao Campeador, pois se têm de dar o que haviam, não quero guardar o que dêles recebi.

— Moeda, não a havemos — disse Fernando Gonçálvez.

Ao que logo retorquiu o conde dom Raimundo:

— Já gastastes o ouro e a prata. Damos, pois, esta sentença ante el-rei dom Afonso: pagai em espécie.

Entenderam os Carrions que aquilo tinha de ser.

E ali fizeram trazer grande cópia de cavalos corredores, de robustas mulas, de palafréns finos, e preciosas espadas guarnecidas. Sôbre os duzentos marcos que el-rei dom Afonso recebera, pagaram os Carrions ao que em boa-hora nasceu. E como lhes não chegue o que têm, pedem emprestado.

Sabei que mal parados ficam desta!

XV

Tomou o Cid aquela fazenda, que ficou sob a guarda dos seus. Mas, quando isto houve feito, passou a tratar do maior agravo:

— Mercê, rei e senhor, por caridade: não me posso esquecer da grande queixa! Ouçam-me as côrtes e doa-lhes comigo. Aos moços Carrions, que tanto me ofenderam, não os hei de deixar sem desafio!

O Campeador prosseguiu:

— Dizei-me, moços Carrions: ¿que mal vos fiz jamais de qualquer modo? Aqui o repararei em juízo das côrtes. ¿Por que me cortastes os fios do coração? Á saída de Valência entreguei-vos minhas filhas, fazendo-vos honras e dando-vos riqueza. Oh cães traidores! se as não queríeis, ¿para que m'as levastes de seus mimos? ¿Por que as feristes a golpes de tagantes e acicates? Deixaste-las ao desamparo na selva de Corpes, à mercê das feras do mato e das aves do monte. Por quanto fizestes vos heis aviltado. Se o não reconheceis, julguem-no estas côrtes!

O conde dom Garcia levantou-se:

— Mercê, oh rei, o melhor de tôda a Espanha! A estas celebradas côrtes veio o Cid das longas barbas, as quais tanto deixou crescer que a uns espanta e a outros amedronta. São os de Carrion de tão alta linhagem que nem para barregãs deviam de querer aquelas com quem casaram! ¿Quem lhas poderia dar por mulheres legítimas e suas iguais? Se as deixaram, usaram de seu direito. A quanto êle diz, não damos pêso!

Ergueu-se o Campeador, afagando as suas barbas:

— Louvado seja Deus, que manda Céus e Terra! ¿Que tendes

vós, conde, que dizer da minha barba? Se é comprida é porque desde que me apontou a tratei com regalos. E sabei que nunca jamais ma arrancou filho de mulher, mouro ou cristão, como eu arranquei a vossa, conde, no castelo de Cabra! Quando tomei o castelo, tomei-vos também pelas barbas, e arranquei-lhes um punhado. As que eu vos arranquei não se comparam com as minhas. As vossas trago-as aqui, na bôlsa!

Fernando Gonçálvez levanta-se para dizer em altas vozes:

— Basta, Cid! Já estais pago de vossos haveres. Não cresça entre nós o pleito! Somos da linhagem dos condes de Carrion: devemos de casar com filhas de reis ou imperadores. Filhas de infanções não eram para nós. Ao deixá-las, usámos de nosso direito. E por isso valemos mais, que não menos!

O Cid Rui Dias olha a Pero Vermúdoz:

— Anda, Pero *Mudo*, varão que tanto calas! Se são minhas filhas, são tuas primas co-irmãs. A mim falam-me, mas a ti puxam-te as orelhas. Se respondo antes, não tomarás as armas.

Vai então Pero Vermúdoz para falar, mas a língua embrulha-se-lhe e não atina:

— Cid, costumais sempre chamar-me Pero Mudo nas côrtes. Bem sabeis que isto é mais forte do que eu. Mas nem por isso deixarei de fazer o que devo!

Súbito dispara a falar Pero Vermúdoz e, desde que começa, nunca mais acaba:

— Fernando: em quanto disseste, mentiste! Foi pelo Campeador que valeste mais! E agora contarei aqui as tuas manhas. Lembra-te de quando lidámos cêrca da grande Valência e tu pediste a honra dos primeiros golpes ao leal Campeador. Viste um mouro e fôste sôbre êle, mas, antes que o mouro se chegasse, fugiste!... Se ali não estou, ria-se de ti! Mas eu matei-o e dei-te em segrêdo o seu cavalo. Até hoje nunca o contara a ninguém. E tu fôste gabar-te a todos da façanha. Todos acreditaram, mas sabem agora a verdade. Eras bonito, mas medroso! E ousas falar, língua sem mãos?! Nega lá, se podes: não te lembra o caso do leão? Sim, ¿que fizeste tu quando o leão se soltou em-quanto no paço de Valência o Campeador dormia? Escondeste-te de-baixo do seu escano! Mais uma vez te envileceste. Nós cercámos o escano para guardar a nosso senhor. O Cid, quando acordou, foi meter o leão na jaula. Mas,

entre os seus vassalos reünidos, em vão buscou os genros! Fernando: desafio-te por mau e traidor. E aqui sustento, ante el-rei dom Afonso, em honra das filhas do Cid, dona Elvira e dona Sol: pelas haverdes deixado, valeis menos. São mulheres, mas, por tôdas as razões, valem mais do que vós. Quando combatermos, tu próprio dirás, se Deus quiser, que és traidor, e eu hei de sustentar a verdade de quanto digo!

Diogo Gonçálvez falou por sua vez:

— Somos da linhagem dos mais limpos condes! Oxalá nunca nos houvéssemos aparentado com o Cid! Ainda nos não arrependemos de haver deixado a suas filhas. Em-quanto viverem, hão de elas suspirar por causa do feito com que as assinalámos! Isto hei de manter ao lidar com o mais valente: pelas deixarmos, honrámo-nos!

Neste passo, Martim Antolínez levantou-se:

— Cala-te, aleivoso, bôca sem verdade! Não devias esquecer o caso do leão: lançaste-te pela porta, correste ao pátio e fôste-te esconder atrás da viga do lagar! Nunca mais pudeste pôr o manto e o brial que trazias. Em combate o hei de manter: pelas haverdes deixado valem mais do que vós, por tôdas as razões, as filhas do Cid! E, na hora do combate, por tua bôca dirás que és traidor e que mentiste em tudo o que disseste!

Ia aqui a disputa quando entrou Ansuor Gonçálvez. Arrastava um manto de arminho e, como acabara de almoçar, vinha rubro.

Sem decôro, falou:

— Oh! senhores! quem viu nunca uma cousa destas?! Que nos ennobrecemos pelo Cid! Vá-se êle a Bivar, ao rio de Ovirna, picar moinhos e cobrar as maquias, que isso lhe convém! Quem lhe diria que havia de aparentar-se com os Carrions?...

Muño Gustioz levantou-se e respondeu-lhe:

— Cala, aleivoso, mau e traidor! Primeiro almoças, depois vais rezar, e aos que dás o ósculo de paz, enojas! Nem a amigo nem a senhor dizes verdade, refalsado para todos e para Deus! Não haja eu parte de tua amizade. Hei de fazer-te dizer que és tal qual como digo.

El-rei dom Afonso falou então:

— Cerre-se aqui a disputa. Os reptados hão de lidar, assim Deus me salve!

XVI

Acabavam de disputar como ouvistes, quando dois cavaleiros entraram pelas côrtes: a um chamam Ojarra, ao outro Inigo Simenones. O primeiro vem por mensageiro do infante de Navarra; o segundo, da parte do infante de Aragão. Beijam as mãos a el-rei dom Afonso.

E pedem as filhas do Cid Campeador, como legítimas espôsas, para rainhas de Aragão e Navarra.

Tôda a côrte, em silêncio, escuta.

O Cid Campeador está de pé:

— Mercê, rei Afonso, que sois o meu senhor! Agradeço a Deus o pedirem de Aragão e Navarra as minhas filhas. Primeiro casastes-las vós, que não eu. Eis que às vossas mãos as torno a confiar: sem vosso mando, não decido nada.

— Cid, — tornou-lhe el-rei — avisado Campeador: rogo-vos que aceiteis, e eu outorgá-lo hei. Ajustem-se os casamentos hoje aqui. Por êles crescereis em feudos e honras.

Beijou o Campeador as mãos a el-rei:

— Senhor, pois vos apraz, eu o concedo.

— Deus vo-lo pague! A vós, Ojarra, e a vós, Inigo Simenones, vos outorgo em casamento as filhas do Cid, dona Elvira e dona Sol, para mulheres de bênção dos infantes de Navarra e de Aragão.

Beijaram as mãos a el-rei o Ojarra, Simenones e, depois, o Campeador.

Estão lavradas as promessas, feitos os juramentos: tudo se há de fazer tal como se disse, ou melhor.

Agrada isto a muitos da côrte. Mas já vêdes quanto custa aos Carrions!

XVII

Neste ponto levantou-se Álvaro Fáñez Minaya:

— Peço-vos mercê como a senhor e rei, e não pese isto ao Cid Campeador. A todos ouvi calado; quisera agora dizer de minha justiça.

— Falai, Minaya — tornou-lhe el-rei. — Ouvir-vos hemos com gôsto.

— Rogo às côrtes me escutem, pois dos moços Carrions tenho também queixa grave. Em nome de el-rei dom Afonso dei-lhes as minhas primas por minha própria mão, para as tomarem por mulheres. O Campeador encheu-os de riqueza. E, de modo tão cru, êles deixaram-nas. Por maus e traidores os repto! O vosso sangue, Carrions, vem dos Vani-Gómez, dos quais saíram condes de preço e valor. Mas bem sabemos o que êle hoje vale! Agradeço ao Criador que hajam sido pedidas minhas primas para os infantes de Aragão e Navarra. Antes as havíeis por vossas iguais; agora tereis de beijar-lhes as mãos e de as tratar por senhoras. Louvado seja Deus! E também o rei Afonso! Assim cresce em honra o Campeador. Tais sois vós como eu o digo: e, se houver quem me desminta, saiba que sou Álvaro Fáñez para os mais valentes!

Gómez Peláez retorquiu-lhe, porém sem o desmentir:

— ¿Que vale, Minaya, o vosso arrazoado? Cá nesta côrte há muitos para vós, e, se houver quem o negue, será para dano próprio. Se Deus nos ajudar e nos saírmos bem, vereis depois se é certo o que dissestes.

— Acabe-se a disputa — mandou el-rei. — Seja o combate amanhã, ao raiar do Sol: três contra três.

— Rei, — disseram os Carrions — amanhã não pode ser; marcai-nos maior prazo. Entregámos armas e cavalos ao Campeador, e temos de nos ir a nossas terras.

El-rei voltou-se para o Cid:

— Seja esta lide como vós a mandardes.

— Senhor, mais quero tornar-me a Valência que ir a Carrion.

— Bem, — tornou-lhe el-rei. — Dai-me os vossos cavaleiros armados; eu os levarei e dêles hei de curar. Respondo por êsses, como o devo a tão bom vassalo. E aqui designo o prazo de três semanas para que em minha presença lidem nas veigas de Carrion. Quem não vier no prazo, perca seu direito: tenha-se por vencido e haja-se por traidor.

Os Carrions dão-se por entendidos.

— Deixo em vossa mão aos meus três cavaleiros, — disse o Cid a dom Afonso, beijando-lhe as mãos — e como a rei e senhor vo-los encomendo. Ei-los apercebidos para cumprir o que devem. Enviai-mos honrados a Valência, por amor do Criador!

— Deus o queira! — concluiu el-rei.

Então tira o Cid a sua fina coifa alva como o Sol e deixa ver os cabelos; desata o cordão e solta a formosa barba. Os da côrte não se fartam de o mirar. Adianta-se o Campeador para os condes dom Henrique e dom Raimundo e abraça-os do coração, rogando-lhes tomem do seu quanto lhes aprouver. O mesmo diz a outros que tem da sua parte, e dêsses há os que aceitam e há os que não. Perdoa a el-rei os duzentos marcos das bodas. E escolhe do resto o que lhe convém.

— Mercê vos peço, rei, por amor do Criador! Agora que estas coisas se acham arrumadas, beijo-vos as mãos e, com vossa licença, senhor, quero ir-me até Valência, a que eu ganhei com afan.

Mandou também o Cid presentear aos mensageiros de Aragão e Navarra, e despediu-os.

E el-rei dom Afonso cavalgou, com os melhores senhores da sua côrte, para acompanhar o Cid até fora da cidade. Quando chegaram ao Zocodover, disse el-rei ao Campeador, que ia montado em Bavieca:

— Dom Rodrigo, gostava de vos ver correr nesse cavalo de que tanto tenho ouvido falar.

— Senhor, — tornou-lhe o Cid, sorrindo — tendes em vossa côrte muitos altos varões que correm tão bem como eu.

— Cid, fazei-me porém o favor de correr nesse cavalo.

O Cid pica de esporas e larga em tal carreira que todos se maravilham de ver correr assim.

— Juro por Santo Isidro de Leão — exclamou el-rei, benzendo-se — que em tôdas as nossas terras não há varão tão bom!

O Cid beijou as mãos a el-rei:

— Mandastes-me correr no Bavieca e já vistes que nem mouros nem cristãos têm outro igual. Eu vo-lo dou de presente: senhor, dignai-vos aceitá-lo.

— Tal não será — disse el-rei. — Se vos eu privasse dêle, não haveria o cavalo tão forte cavalgador. É bom para varrerdes mouros do campo e os alcançardes. Não valha o Criador a quem vo-lo quiser tirar, pois por vós e pelo cavalo ganhamos mais honra.

Á despedida o Campeador recomendou aos seus cavaleiros:

— Eia, Martim Antolínez, Pero Vermúdoz e vós, meu ilustre vassalo Muño Gustioz: sêde firmes na lide como varões. Lá espero em Valência as boas-novas.

— Para que o dizeis, senhor? — retrucou Martim Antolínez. — Tomámos o encargo: havemos de cumpri-lo. Podereis ouvir falar de mortos, não porém de vencidos!

Alegrou-se de isto ouvir o que nasceu em boa-hora e disse adeus a todos os seus amigos. O Cid torna a Valência e el-rei vai para Carrion.

XVIII

Correram as três semanas do prazo; os do Cid estão prontos para cumprir o encargo de seu senhor. Protege-os dom Afonso, o de Leão. Chegaram dois dias antes dos Carrions. Estes apresentam-se mui bem providos de cavalos e armas. Aconselharam-nos seus parentes a que, se pudessem colhêr os do Cid, os matassem, para desonra de quem êles serviam. Mas nem começar-se pôde tal ruim propósito, por temor ao Afonso leonês.

Velaram as armas os do Cid e rezaram. Passa a noite, rompem os alvores, e já muitos ricos-homens acorrem para ver a celebrada lide. El-rei dom Afonso cuida em que valha o direito, não a injustiça. Já os do bom Campeador vestem as armas, e todos três se concertam no serviço do seu bom senhor. Em outro lugar se estão armando os Carrions, aos quais o conde Garcia Ordóñez dá conselhos. Entretanto vão ter com el-rei e requerem-lhe que não entrem na lide a Colada e a Tizona, que êles se arrependiam de haver entregado.

Não o concedeu el-rei:

— Quando fiz côrtes, não mo requerestes. Agora, se tendes boas espadas, servide-vos delas, que assim farão os do Campeador. Eia, moços Carrions! entrai no campo. É mister que lideis à guisa de varões. Os do Campeador lidarão assim. Se vos saírdes bem, honrar-vos heis. Se fôrdes vencidos, não vos queixeis de mim, pois todos sabem que o buscastes vós.

Já os Carrions muito se vão arrependendo do que fizeram. E desejariam não o haver feito por quanto havia em Carrion.

Armados os três do Cid, foi vê-los el-rei dom Afonso. E dizem-lhe os do Campeador:

— Como a rei e senhor vos pedimos para serdes juiz do campo. Valha o direito, a injustiça não. Aqui têm os Carrions

o seu bando, e não sabemos se armarão cilada. A vossas mãos nos confiou nosso senhor. Mantende o direito, por amor de Deus!

— De alma e coração! — tornou-lhes el-rei.

Trazem-lhes bons cavalos corredores, e êles, depois de benzerem as selas, prestes cavalgam. Levam ao pescoço os escudos com brocais de metal; empunham as hastes das lanças agudas, onde pendões flutuam, e vêm rodeados de muitos homens-bons. Chegam ao campo onde estão os sinais, e decididos todos três a bravamente ferir. Eis aí doutra parte os Carrions, com mui boa companhia de sua parentela. Designou-lhes el-rei os juízes do campo, a-fim de dizerem o que é de direito e o que não é, para se não baralharem o sim e o não.

Quando todos se acham a postos, fala el-rei dom Afonso:

— Ouvide o que vos digo, moços Carrions: em Toledo pudera haver-se feito a lide, mas vós o não quisestes. Aos três cavaleiros do Cid Campeador trouxe eu guardados até Carrion. Pugnai agora por vosso direito e não desejeis injustiça, que a quem desejar injustiça eu lho saberei vedar, e não há de achar paz em todo o meu reino.

Cada vez os Carrions estão mais arrependidos!

XIX

Os juízes e el-rei assinalam as extremas e juntos saem do campo, depois de haverem dito a todos seis que se dê por vencido quem tais extremas passar. Rodeiam o campo as gentes, à distância de seis hastes de lança desde a extrema. Sorteado o campo, partido o sol, saem os juízes, cara a cara, até meio campo. Arremetem de aqui os do Campeador e de acolá os Carrions. Cobrem-se com os escudos, abaixam as lanças, acicatam os cavalos, inclinam-se nos arções, e tal estrupido faz tremer a terra!

Avança cada um para o seu contrário; eis se juntam os seis, três contra três, e já se cuida vê-los caír mortos. Pero Vermúdoz, o que reptou primeiro, enfrenta-se com Fernando Gonçálvez e ambos se golpeiam os escudos. O de Vermúdoz é atravessado, mas o golpe feriu o vazio, a lança partiu-se e o cavaleiro ficou firme. Então dom Pero ensopa-lhe a lança nos peitos, cêrca do coração. O Carrion tem três dobras de lo-

riga, e isso lhe vale: duas romperam-se, a terceira ainda resiste, mas não tanto que a camisa, o acolchoado e a guarnição lhe não entrem na carne, na largura de uma mão, e que o golpe não faça bolsar sangue pela bôca ao que o recebeu e ficou derrubado no cavalo assente sôbre as ancas. Deixando embebida a lança, Pero Vermúdoz mete mão à espada. Vendo-a relampejar, o Carrion reconhece-a: — é a Tizona! E, sem esperar o golpe, diz:

— Estou vencido!

Como os juízes isto outorgam, Pero Vermúdoz deixa-o.

Dom Martim e Diogo Gonçálvez arremetem e com o furor quebram as lanças. Então Antolinez desembainha a espada, e tão límpida e clara ela brilha que o campo todo ilumina-se! De um talho de través arranca o elmo ao Carrion: corta-lhe as correias, fende-lhe capuz e coifa, rapa-lhe os cabelos e embebe-lhe o aço no casco. Depois que a preciosa Colada despediu tal belo golpe, viu Diogo de Carrion que lhe não escaparia com vida. Ainda endireita o cavalo ao inimigo, mas já não emprega a espada que empunha. Recebe-o Martim Antolínez na ponta resplendente da Colada, e põe-se Diogo aos berros descompostos:

— Valha-me Deus, que está no Céu! Livra-me, Senhor, desta espada!...

Fugindo da temerosa lâmina, passa as extremas do campo, onde dom Martim ficou.

Neste ponto disse el-rei ao leal burgalês:

— Vinde cá para o pé de mim, que já vencido haveis.

E pois esta é a verdade, os juízes assim o outorgam.

Dois já estão vencidos. Agora vos direi como Muño Gustioz combateu com dom Ansuor.

Começaram os lidadores por golpearem os escudos. Êste Ansuor de Carrion era possante e bravo: rompeu com uma lançada a armadura de Gustioz, mas o ferro não mordeu carne. Investe por sua vez Muño Gustioz: fura o centro do escudo do inimigo, mete-lhe a lança com o pendão pelo corpo dentro, atravessando-o uma braça; sacode-o na sela pela haste da lança cra-

vada e deita-o por terra ao sacar esta, que vem tinta de sangue, como sangrentos vêm haste e pendão.

Todos deram Ansuor por morto.

Muño Gustioz aponta-lhe ainda a lança e vai sôbre êle. Mas Gonçalvo Ansuórez bradou-lhe:

— Basta, por Deus! Está o campo vencido. Acabou-se!

Os juízes o confirmam:

— Já ouvimos.

Mandou despejar o campo o bom rei dom Afonso, e tomou para si as armas espalhadas. Partem cheios de honra os do grã Campeador: graças a Deus, venceram. Grandes pesares vão por terras de Carrion. Ordenou el-rei aos do Cid que saíssem de noite, para não haver temor de assalto. Êles, como avisados, caminham de noite e de dia. Ei-los em Valência, com o Cid Campeador.

Mal-parados deixaram os Carrions: cumpriram bem o que seu senhor lhes mandou. Que contente ficou o Cid! E os Carrions ficaram infamados.

A quem escarnecer de boa senhora e depois a deixar, tal venha a suceder, ou ainda pior.

XX

Deixemos os Carrions, aos quais o castigo tanto amarga. Falemos, sim, do que nasceu em boa-hora. Grandes alegrias vão por Valência, a maior, por tão honrados tornarem os cavaleiros do bom Cid.

Rui Dias afaga as barbas, e exclama:

— Louvado seja Deus: minhas filhas estão vingadas! E agora estão quites de suas herdades de Carrion... Casá-las hei sem vergonha de ninguém, doa a quem doer!

Os de Navarra e Aragão fizeram seus ajustes, tiveram conselho com el-rei dom Afonso, e casaram com dona Elvira e dona Sol. Se as primeiras bodas foram luzidas, estas o foram muito mais.

Vêde, pois, como cresce em honra o que em boa-hora nasceu, que já suas filhas são senhoras de Navarra e de Aragão.

O POEMA DO CID

Hoje os reis de Espanha são seus parentes, e todos mais honra alcançam pelo que nasceu em boa-hora.

O Cid, senhor de Valência, passou desta a melhor na Páscoa do Espírito Santo. Cristo lhe haja perdoado.

E assim seja connosco, justos e pecadores!

Estes são os feitos do Cid Campeador, e aqui se acaba o poema.

1923-1924.

AFONSO LOPES VIEIRA.

NOTA

Por êste *In Memoriam* ser, como devia, reservado aos eruditos, nêle não colaboro com artigo especial. Como discípulo e amigo gratíssimo da eminente Senhora, do seu espírito guardo, a-par de encantadoras lembranças, vasta e importante correspondência. Em diversos livros meus, enalteço o muitíssimo que fiquei pessoalmente devendo à Senhora D. Carolina Michaëlis — além do muitíssimo que, como Português, lhe devo. Recorda-se, por ser aqui o lugar próprio, que o *Poema do Cid* foi deliberadamente trasladado ao nosso idioma para ser ofertado à Mestra incomparável de saber e coração magnânimo. Êste projecto de trabalho logrou cativar o espírito sempre tão animador da Senhora D. Carolina Michaëlis. Em carta de 27 de Agosto de 1923, escrevia-me:

« Que boa ideia! o *Poema del Cid*, na sua singela e varonil nobreza épica, é bem digno de ser lido. E V. ..., encontrará no Vocabulário português os termos cheios e as proposições certas — concisas — com que possam reviver os velhos Cantares. Se precisar de mim ou dos meus livros (agora em Coimbra) queira falar. Traduções, não tenho. E se no fim desejar nova Introdução, de boa vontade a farei. O *Cid* foi, em Berlim, o primeiro assunto literário e histórico de que me ocupei — infantilmente, e em alemão, bem se vê. »

POST-SCRIPTUM

Pois que sempre busquei impregnar-me do espírito — vivo e palpitante — que anima o admirável *Cantar*, devo indicar as duas alterações que me permiti introduzir-lhe. Ambas respeitam aos judeus Raquel e Vidas, e não creio que no original do Poema (escrito, por um poeta desconhecido, até 1140) se encontrassem nem a omissão, nem, sôbre-tudo, o acrescentamento

que se acham na cópia única que do Poema se possui (a de Pedro Abad, de 1307.) A omissão consta do pagamento dos juros das arcas de areia aos judeus onzeneiros. Entre os encargos que o Cid comete a Minaya quando êste parte para Castela, não inclui Rui Dias, com-efeito, o pagamento da dívida de honra. O eminente filólogo Sr. Menéndez Pidal, o qual, pelos completos estudos que dedicou ao Poema e ao Herói, verdadeiramente tem sido o Minaya espiritual do Campeador, nota que esta omissão se remediou na Refundição do *Cantar*, conhecida no século XIII pelas Crónicas. De aí passou o mesmo pensamento reparador para o Romanceiro do Cid, onde o herói belamente recomenda ao emissário que diga aos judeus da sua própria parte:

rogarles heis de mi parte
que me quieran perdonar,
que con acuita lo fice
de mi gran necessidad;
que aunque cuiden que és arena
lo que en los cofres está,
quedò soterrado en ella
el oro de mi verdad.

Na lição portuguesa entrou o pensamento de estes versos (fascículo II, pág. 250).

No *Cantar das Bodas*, porém, voltam os Judeus a aparecer quando Minaya torna a Castela a-fim-de levar para Valência Dona Ximena e as filhas do Cid. E nesse passo os vemos não só como não pagos ainda, mas tão lastimosamente queixosos que mandam rogar ao Campeador lhes pague ao menos o capital, pois, os juros, já lhos perdoam. Semelhante situação temo-la por espúria, como indigna do carácter do Herói.

São os seguintes os versos desprezados na lição portuguesa:

Afevos Raquel e Vidas a los pies le caen,
Merçed, Minaya, cavallero de prestar!
Desfechos nos ha el Çid, sabet, si non nos val,
Soltariemos la ganançia, que nos diesse el cabdal.

A. L. V.

TRANSCRIÇÕES

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

LA mort de M^me^ Michaëlis de Vasconcellos, douloureusement ressentie en Portugal, est un deuil pour la science européenne. Jamais érudit n'entra mieux armé dans le champ des études hispaniques. Née à Berlin en 1851, elle avait commencé, à l'exemple des Diez et des Delius, par se donner une vaste culture embrassant le latin, le grec, le sanscrit, l'hébreu, les langues slaves et germaniques. Orientée de bonne heure vers la philologie romane, elle possédait assez bien le portugais pour être choisie, à dix-huit ans, comme interprète de son gouvernement. Dès 1873, elle publiait dans les revues spéciales des articles remarqués sur la Péninsule ibérique. Mais le Portugal, à cette date, ne l'intéressait que dans la mesure où il complète l'Espagne. C'est alors qu'elle rencontra Joaquim de Vasconcellos. Il venait de se préparer par un long séjour en Allemagne à son rôle de futur historien de l'art portugais. Un amour commun de la science les rapprocha. L'année même de son mariage, en 1876, paraissaient les *Studien zur romanischen Wortschöpfung*. Mais au printemps suivant, déjà conquise par le pays qui allait devenir sa seconde patrie, elle entreprend de copier et de déchiffrer le précieux manuscrit de la bibliothèque d'Ajuda, connu, depuis l'édition de l'Anglais Stuart, tirée à vingt-cinq exemplaires en 1823, sous le nom de *Cancioneiro* du Collège des Nobles.

Dès lors elle a rencontré sa voie. Elle songe à utiliser dans ce domaine restreint l'expérience acquise par l'étude comparée les langues et des littératures méridionales. Son projet mûrit lentement, encouragé, l'année du centenaire de Camoens, par une correspondance avec Mónaci, l'éditeur des *Cancioneiros* de la Vaticane et de Colocci-Brancuti. Mais sur la route à peine déblayée les obstacles surgissent. Elle ne consentira, par scrupule de conscience, à livrer les résultats, même partiels, de ses recherches qu'après avoir rétabli et interprété le texte des mille et quelques pièces qui constituent, en attendant de nouvelles révélations toujours à prévoir, le *Cancioneiro* général de la Péninsule. Ces travaux d'approche lui permettent de rédiger pour le *Grundriss* de Groeber, en 1894, une hisloire de la littérature portugaise en collaboration avec Theophilo Braga

où elle se réserve la période médiévale. Puis viennent, à partir de 1896, les *Randglossen zum alt-portugiesischen Liederbuch.* Entre temps, elle collabore aux *Romanische Forschungen*, à la *Zeitschrift für romanische Philologie*, à l'*Instituto* de Coïmbre, à la *Revista lusitana* et son activité embrasse le folklore, la linguistique, l'ethnologie [1]. Une savante unité préside à ce désordre apparent. Elle a compris que sa formation exceptionelle, en lui donnant l'avantage sur les érudits trop spécialisés, la désigne pour résoudre, en dehors de tout préjugé national et patriotique, les problèmes d'influence réciproque. Deux périodes l'attirent, le XIII^e^ siècle, où les poètes lyriques espagnols ou portugais adoptent d'un commun accord le dialecte galicien, et le XVI^e^, où les classiques, à l'exception de Ferreira, érigent le bilinguisme en système. Son édition monumentale de Sá de Miranda, en 1885, marque une étape de plus vers un but nettement entrevu. Car elle a voulu suivre et reconstituer l'évolution du lyrisme courtois, de la *medida velha*, depuis les premiers balbutiements de la muse populaire jusqu'à l'invasion de l'italianisme. Aussi la publication, en 1904, des deux volumes consacrés au *Cancioneiro da Ajuda* marque-t-elle, à notre avis, le point culminant de sa carrière. Les *Notas Vicentinas*, de 1912 à 1917, en sont comme le prolongement; elle retrouve chez le précurseur de la comédie le fonds permanent du folklore, « l'interpénétration » des langues et des littératures. Il est à craindre que sa mort nous prive de l'édition annoncée de Gil Vicente sans laquelle toute tentative de traduction semblerait aujourd'hui téméraire ou prématurée.

M^me^ Michaëlis de Vasconcellos a exercé dans sa patrie d'adoption, par l'enseignement et par l'exemple, une action féconde. Il existait déjà, avant son arrivée en Portugal, un courant qui portait la génération dite de Coïmbre vers la philologie. Theophilo Braga, avec plus d'enthousiasme que de vraie science, y prolongeait la tradition du comtisme. D'autres penchaient vers les méthodes germaniques. Les travaux de Bellermann et de Diez, consacrés à l'ancienne poésie portugaise, avaient accru le prestige de l'érudition allemande. M^me^ Michaëlis se retrouva, dès l'abord, dans un milieu sympathique d'initiés. Elle applaudit aux efforts d'Adolpho Coelho, de Consiglieri Pedroso, de Leite de Vasconcellos. Elle mena comme eux le bon combat contre les improvisateurs bien doués. Avec la sévérité qu'elle professait à l'égard des autres et d'elle-même, elle maintint, au risque de compromettre d'utiles amitiés, la rigueur de la discipline philolo-

[1] Notre Bulletin a eu l'honnoeur de publier d'elle un article important sur les *pícaros* (1905).

gique. Son rôle d'intermédiaire entre les deux cultures implique une double influence. Il est prouxé que Storck, sans les secours qu'elle lui prodiguait, n'aurait pas mené à bonne fin sa traduction intégrale de Camoens. Elle essaya, vraisemblablement, de le retenir sur la pente des généralisations hasardeuses. Quand le professeur de Bonn publia sa biographie, à la fois romanesque et documentée du chantre des *Lusiades*, la version de Mme Michaëlis, accompagnée de notes suggestives, fut une sévère mise au point. Il est vraisemblable, d'autre part, qu'elle a contribué, directement ou indirectement, à orienter le poète Antero de Quental vers la philosophie de Schopenhauer, de Hartmann et Du Bois-Reymond. On peut même conjecturer que, sans le mouvement d'idées qu'elle encourageait, l'historien Oliveira Martins aurait fait moins d'emprunts à la sociologie des Lazarus, des Lilienfeld et des Schaeffle.

A ces échanges, elle-même avait gagné. Elle s'était fait, à force de vivre dans la Péninsule, un esprit latin. Certes elle n'abdiquait rien de ses principes. Elle n'a jamais reculé, quand le sujet réclamait la précision. Mais la science qu'elle voulait scrupuleuse, elle savait la rendre discrète. A la documentation étalée, elle préférait, avec une sorte de delicatesse féminine, celle qui se dissimule dans les notes. Ses études préalables l'avaient prémunie contre le pédantisme à la cavalière. Elle a su, à l'heure même où triomphaient ses méthodes, mettre en garde ses disciples contre l'exagération. Autant que le gôut de l'hypothèse et de la conjecture, elle a combattu l'affectation dans la minutie. Les textes littéraires sont pour elle chose vivante, éducative. Afin de les rendre accessibles à tous, elle aplanit les avenues au lieu de les hérisser d'épines. Mais la mesure qu'elle apporte dans l'exposé, toujours modeste, de ses découvertes, on la retrouverait dans ses jugements. Jamais érudit n'a mieux nuancé la gamme de ses affirmations, mieux marqué les limites qui séparent le certain du probable, du vraisemblable et du possible. Assez courageuse pour s'attaquer aux réputatione consacrées, elle a cru fermement que l'honnêteté intellectuelle lui interdisait de viser au succès par l'effet.

Cette modestie ne va pas sans inconvénients. Mme Michaëlis a négligé de réunir, pour en faire profiter le grand public, ses articles dispersés dans les revues allemandes. Elle avait annoncé une suite à ses grands ouvrages qui n'est pas venue. Certains projets, accueillis avec enthousiasme par la critique, n'ont reçu qu'un commencement d'exécution. Vraisemblablement des scrupules d'ordre scientifique ou littéraire l'ont arrêtée. Nous ne serions pas surpris qu'on découvre parmi ses manuscrits des travaux

déjà utilisables qu'elle aura jugé imparfaits. Un autre, moins prodigue de conseils et plus ambitieux de gloire immédiate, aurait tiré de cette vaste documentation une bibliothèque entière. Elle y gagnera du moins — et il est bien regrettable que Theophilo Braga n'ait pas médité cet exemple — qu'on ne peut la juger que sur des œuvres mûries et definitives. Son édition critique de Sá de Miranda restera le modèle du genre. Qu'il s'agisse de décrire ou de classer les manuscrits, de rapprocher les variantes, de corriger les erreurs imputables au poète ou à ses éditeurs, de faire le relevé des lusitanismes ou des « hyperespagnolismes » trahissant la main d'un copiste portugais trop zélé, de choisir entre les diverses leçons pour des raisons de fait sans jamais s'en rapporter à un type abstrait et convenu du style *mirandesco*, de dater les pièces, d'en établir l'authenticité, d'en préciser les allusions en retraçant la biographie des personnages contemporains, de mesurer les influences exercées ou subies, sa patience n'a d'égale que sa prudence. Elle aborde avec autant de tact que de décision les problèmes intéressant l'amour-propre de deux peuples, comme la question du bilinguisme, ou de trois nations, comme celle de l'hendécassyllabe. Elle ramène à ses justes proportions la gloire d'un novateur qui a souvent désespéré de faire entrer la langue nationale dans les mètres nouveaux et qui ne s'est jamais exprimé dans un castillan très pur. Enfin elle lui restitue son véritable titre d'honneur qui fut de renfermer dans les rythmes populaires de la *décima* et de la *quintilha* une sagesse traditionnelle mais renouvelée par la méditation et par l'expérience d'une époque où la splendeur cachait le germe de la décadence.

On comprend que Mme Michaëlis, sans abandonner les droits de l'esprit critique, ait éprouvé quelque tendresse de cœur pour l'austère et mélancolique Sá de Miranda:

Homem de um só parecer,
D'um só rosto, uma só fé,
D'antes quebrar que torcer.

Ne nous a t-elle pas confié dans une préface, elle qui aime chez autrui la persévérance et la fidélité à un même idéal, qu'elle avait adopté pour son usage, en l'interprétant librement, l'énigmatique devise des *capelas imperfeitas*, « *tanaz serei* » ? C'est qu'il entre dans tous ses travaux, même lorsqu'elle se retranche derrière l'impassibilité apparente de l'érudition, un

élément affectif. Il est visible qu'elle s'est passionnée pour le grave et tendre Portugal d'autrefois. Son admiration remontait même au delà du *Condado portucalense*, car elle a cru — et par là s'explique son ascendant sur les nouvelles générations — à l'existence d'un sentiment national autérieur à la formation de la nationalité. Les *cantares de amigo*, les *cantos de romaria* et les *bailades primaveris* en seraient la survivance et l'expression ingénue. L'incontestable originalité de cette veine poétique, elle ne cherche pas à l'expliquer par la notion suspecte de race. Elle ne croit pas plus au celticisme d'Oliveira Martins qu'au ligurisme de Theophilo Braga. Mais elle se plaît à suivre le même courant populaire, depuis les plaintes de la jeune fille galicienne accompagnant sa mère au pèlerinage de Compostelle, à travers les imitations ingénieuses des troubadours de haute lignée, jusqu'au théâtre de Gil Vicente. De nos jours elle reconnaît l'accent de la *dona virgo* dans les *desafios* de Minho, les *ruadas* de Galice et le *fado* de Lisbonne. On peut, dans l'admirable enquête de Mme Michaëlis sur le *Cancioneiro* d'Ajuda, vanter d'autres mérites. Elle y révèle, notamment, une parfaite connaissance de l'ancienne littérature française, de langue d'oc et de langue d'oïl. Mais on lui sait gré surtout, en Portugal, d'avoir réussi là où Garrett avait échoué. La preuve qu'il cherchait vainement dans les romances postérieurs au xve siècle et dont la plupart sont importés d'Espagne, c'est une étrangère qui l'apporte en faveur de l'autonomie de la tradition littéraire. Que cette Allemande de Berlin ait été préparée par une affinité de race à distinguer ce qui fait l'essence même du génie portugais, nous le contesterons d'autant moins qu'elle-même a pris la peine, entre la *Saudade* et la *Sehnsucht*, d'établir un parallèle en forme. La genèse même de son œuvre, telle que nous pouvons la reconstituer d'après la préface du *Cancioneiro* d'Ajuda et la citation qui la termine, tendrait néanmoins à prouver que son admiration pour le Portugal d'autrefois, grandissant avec les services qu'elle lui rendait, loin de répondre à une vague sentimentalité préalable, fut une acquisition raisonnée de la science :

Vaglia-mi il lungo studio e 'l grande amore.

Aussi l'on comprend que Mme Michaëlis soit devenue, sans y prétendre, en raison de son incontestable autorité scientifique, le porte-étendard d'un

certain patriotisme rajeuni de forme érudite. Les épigones du romantisme, exagérant les tendances de Garrett et d'Herculano qui cédaient, au retour d'un exile où leur amour-propre avait souffert, à l'ambition légitime de réhabiliter leur patrie, avaient discrédité le nationalisme. Les sarcasmes d'Eça de Queiroz, s'acharnant sur Pinheiro Chagas, rendaient l'optimisme ridicule. Or on vit surgir à la veille de la guerre, du pessimisme de la génération d'Antonio Nobre, une mystique, un dynamisme de l'espérance. Il appartenait à l'érudition de donner un corps aux aspirations nébuleuses du sébastianisme et du saudosisme. La science a marqué, depuis la phase des manifestes littéraires et poétiques, certain nombre de conquêtes, les unes contestées, les autres définitivement acquises. Elle a revendiqué, dans le domaine de l'astronomie nautique, la priorité d'Abraham Zacuto sur Martin de Behaim. Elle a fait valoir, en littérature, les droits du Portugal sur le *Palmeirim* de Morais, l'*Inês* de Ferreira, l'*Amadis* de Lobeira, la *Diane* de Montemayor. Et pour mieux établir, à l'occasion du centenaire de l'indépendance du Brésil, l'antériorité de Cabral sur Pinzón et Lepe, elle démontre, sinon par des preuves concrètes, au moins par un système coordonné de présomptions, que de nombreux voyages de reconnaissance avaient préparé, avant 1500, l'expédition secrètement préméditée qu'il fut de mode, durant de longues années, d'attribuer au hasard d'une tempête ou à la deviation du courant océanique. Ce serait faire beaucoup d'honneur à M^me^ Michaëlis que de lui accorder, dans um mouvement d'idées qu'elle n'a pas crée et qui la dépasse, un rôle prépondérant. Néanmois elle a présidé, depuis 1924, aux destinées de la revue *LVSITANIA*, qui se propose, avec le double correctif d'une information largement cosmopolite et d'une aplication sévère et prudente des méthodes scientifiques, la *re-criação* de l'esprit national.

Aucune consécration officielle n'a manqué, de son vivant, à la gloire de M^me^ Michaëlis de Vasconcellos. Récemment, l'Université de Coïmbre prenait l'initiative de publier en son honneur une *Miscelânea* que sa mort va changer en *In Memoriam*. Cet hommage serait utilement complété par une bibliographie méthodique de son œuvre. On pourrait y joindre la traduction de ses principaux articles et de son précis d'histoire littéraire parus en allemand. Envisagée dans son ensemble, la production M^me^ Michaëlis de Vasconcellos témoigne d'une haute probité scientifique. Elle ne saurait, pour l'ampleur, rivaliser avec celle d'un Menéndez y Pelayo. Mais elle ne lui est pas inférieure en qualité. Par sa rigoureuse spécialisation professionelle, par son dédain de l'apriorisme, sa méfiance à l'égard des séduisantes hypothèses, sa ferme volonté de ne jamais affirmer sans preu-

ves et de ne jamais dépasser, en vue d'un effet littéraire ou pour des raisons patriotiques, sa propre pensée, elle fut, dans toute la force du terme, avec la valeur morale que lui attache l'école de Gaston Paris, un philologue. Il ne semble pas qu'elle ait sonhaité d'autre éloge et rêvé une gloire plus éclatante.

G. LE GENTIL

Bulletin Hispanique, Tome XXVIII, n.º 1 — Janvier-Mars 1926.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

GRAVE pérdida para las letras de la Península representa la muerte de D.ª Carolina Michaëlis de Vasconcellos, acaecida en Oporto el 16 de noviembre del corriente año. Nacida en Berlín el 15 de marzo de 1851, formada en la Luisenschule de dicha capital, pronto comenzó a dar pruebas de su extraordinario talento y a mostrar su inclinación hacia los estudos lingüísticos. El idioma español fué, precisamente, su primera preferencia. A los diez y siete años publicaba en Leipzig su primera obra: *Erläuterung zu Herder's Cid.*

Completada su formación lingüística con el estudio de las otras lenguas románicas, de los idiomas germánicos y eslavos, del latín, del griego, del hebreo, del árabe y del sánscrito, pronto comenzó a crecer la serie de sus publicaciones, actividad que sólo la muerte había ya de interrumpir Primero, ediciones de textos españoles. Después, en 1876, los *Studien zur romanischen Wortschöpfung*, que fueron saludados con entusiasmo por la crítica alemana. Y en este mismo año de 1876 ocurrió algo que iba a tener inmediada trascendencia en la dirección de los estudios de nuestra escritora: su matrimonio con D. Joaquim de Vasconcellos, conocido historiador del arte portugués.

Los trabajos de la Sra. de Vasconcellos versan de aquí en adelante principalmente sobre el idioma y la literatura de su segunda patria. Verdad es que las relaciones con lo portugués venían ya de antiguo: una hermana de D.ª Carolina había redactado un diccionario alemán-portugués, y nuestra escritora, por su parte, conocía a los diez y ocho años la lengua portuguesa, como lo prueba el haber sido nombrada intérprete de esta lengua por el Gobierno de su país natal. Nunca llega a olvidarse,

sin embargo, de aquella primera preferencia por el español, y así escoge períodos y aspectos de la literatura portuguesa en los que las referencias a la literatura hermana forzosamente han de ser constantes : los cancioneros, Sá de Miranda, Gil Vicente...

¡ Cuánta actividad desplegada en su ejemplar y laboriosa vida ! Trabajos sobre literatura portuguesa en general o en alguno de sus grandes períodos, entre los que hay que contar la mayor parte de la Historia de la literatura portuguesa del *Grundriss*, de Gröber; el artículo *Littérature portugaise* de *La Grande Encyclopédie*, y posteriormente la *Literatura antiga portuguesa*, en la *Universal Anthology* de Nueva York ; estudios sobre temas concretos de lingüística peninsular y monografías literarias diseminadas por las principales revistas europeas : etimologías portuguesas y españolas (*Romania*, II ; *Rev. Lusitana*, III, XI y XIII ; *Zeitschrift für rom. Phil.*, VII...) ; estudios sobre sonetos y sonetistas portugueses y castellanos (*Rev. Hisp.*, VII y XXII) ; trabajos sobre el Romancero peninsular (*Rev. Lusitana*, II ; *Zeitschrift für rom. Phil.*, XVI ; *Cultura Española*, núms. 7-15) ; estudios folklóricos, monografías acerca de Pedro de Andrade Caminha, Andrés de Resende, etc. Al mismo tiempo trabajaba en dos obras de gran empeño : la edición del *Cancionero de Ajuda* y la de las poesías de Sá de Miranda. Ésta quedaba realizada de modo magistral en el año 1885. Del *Cancionero de Ajuda* aparecen dos tomos en el año 1904, el primero contiene el texto y el segundo investigaciones biográficas, bibliográficas e histórico-literarias.

Nombrada en 1911 para desempeñar la cátedra de « Germanística » de la Facultad de Letras en la Universidad de Lisboa, fué trasladada al año seguiente, a petición propia, a la Facultad de Letras, grupo de Filología románica de la Universidad de Coimbra. Desde entonces la labor docente absorbe gran parte de su tiempo, pero aún le sobraban fuerzas para seguir constantemente publicando. A este período corresponden estudios sobre los elementos vascos en Portugal, sobre D. Francisco Manuel de Melo, el glosario del *Cancionero de Ajuda*, las *Notas Vicentinas*... y la dirección de la revista *Lusitania*.

En la *Revista de Filologia Española*, con cuyos redactores, así como con el Centro de Estudios Históricos, guardó constantes y amistosas relaciones, había publicado los siguientes trabajos : *A propósito de Martin Codax e das suas Cantigas de Amor* (II, 258-273) y *Notulas sobre cantares e vilhancicos peninsulares e a respeito de Juan del Encina* (V, 337-366). En el *Homenaje a Menéndez Pidal* colabora con unas *Miscelas etimologicas* (III, 441-473). Y suya es también la introducción que va al

frente de la edición facsímil de los *Autos portugueses de Gil Vicente e da escola vicentina*, editados por el Centro de Estudios Históricos, 1922.

La Sra. Michaëlis de Vasconcellos procedía siempre partiendo de una rigurosa y sistemática preparación del tema que había de tratar. A estos delicados escrúpulos tenemos que achacar el que no poseamos la edición de Gil Vicente por ella tantas veces anunciada. Pero su labor no era nunca un despliegue pedante y seco de pormenores. De sus escritos brotaba siempre un interés humano y vital en el que se mezclaban lo literario, lo lingüístico y lo histórico. Su nombre llena una época de los estudios históricos portugueses. ¡Descance en paz la ilustre hispanista y que la semilla por ella aportada dé frutos gloriosos para las letras portuguesas y españolas!

Da *Revista de Filologia Española*, 4.º caderno, 1925.

CAROLINA MICHAËLIS

HÁ poucos dias falei do desaparecimento de Cândido de Figueiredo, que nos deu o mais rico dos lexicos portugueses.

Alguém censurou-me a frívola displicência com que falei do saüdoso mestre. Creio que é ainda cousa mais frívola chorar copiosamente sôbre a campa (expressão lacrimosa e romântica) dos homens ilustres.

Não. Entendo que a morte é o momento da glória e não dos estafados necrológios.

Agora, tenho o mesmo sentimento quanto a êsse assombroso e incomparável génio da erudição que foi Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Escreveu uma vez Menéndez Pelayo que era ela o anjo da guarda enviado por Deus às terras da Ibéria. Quantos estudam as línguas românicas e mormente o português e o espanhol, podem avaliar o imenso tesouro que nos legou a eminente senhora.

Tive o cuidado, como era obrigação minha, de enviar-lhe os meus pobres estudos, que ela acolhia com aplauso e benevolência, sem deixar de criticá-los e apontar os defeitos, falhas ou imperfeições, sob a mais comovente simpatia.

Assim o fêz em várias revistas alemãs e latinas, onde mereci a honra de uma menção da sua pêna.

E o que mais grangeou a minha estima foram as dádivas de *separatas* que de outro modo me seriam inacessíveis.

Para compensar muito de longe essas distinções pessoais escrevi um artigo biográfico e uma notícia, incompleta embora, dos seus trabalhos dispersos, no *Almanaque Garnier*, que eu então dirigia, fazendo gravar o retrato que a grande romanista me oferecera e que o impressor com razão bastante achou que era melhor não restituir-me.

O último sinal de simpatia e carinho que recebi da excelsa senhora foi a sua lição de abertura na Universidade de Coimbra, já lá vão alguns anos.

Carolina Michaëlis deixou mil ensinamentos na história da literatura, na filologia, no folclore e na arqueologia portuguesa em pequeninas monografias, que serão um dia reünidas entre os seus escritos menores (Kleinere Schriften), mas de valia insuperável.

De proporções monumentais resta a grande edição do *Cancioneiro da Ajuda*, de que há pouco publicou o *Glossário*, e a edição crítica de Sá de Miranda.

Como deixam prever as *Notas Vicentinas*, ela preparava a edição definitiva do fundador do teatro português, e creio que deveria tê-la quási pronta para o prelo.

A filologia portuguesa com ela perdeu o maior dos seus mestres.

JOÃO RIBEIRO.

Do *Jornal do Brasil*, 22/II/925.

MEMENTO

Na Revista *Die Neueren Sprachen*, a Doutora Elise Richter, Professora da Universidade de Viena, inseriu sôbre D. Carolina um artigo magistral.

A Revista *Frau und Gegenwart* publica em 15 de Março de 1926 um artigo de D. Luisa Ey, em que esta, lamentando que D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos não viva nesse dia do seu 75° aniversario, em que certamente grandes homenagens de todas as partes do mundo culto lhe teriam sido prestadas, descreve a personalidade de D. Carolina, com a qual conviveu durante quási trinta anos.

TRANSCRIÇÕES

Cita a frase de Storck pronunciada há 30 anos, que D. Carolina era a mulher mais douta do seu tempo.

O artigo da distinta lusofila está cheio de reminiscencias pessoais do tempo da sua convivencia com D. Carolina e com a sua família.

Artigo da mesma autora na Revista *Die Frau* (Fev. 1926).

A Revista *Alemania Ilustrada*, de 2 de Janeiro de 1926, referindo-se ao falecimento de D. Carolina diz que «en el terreno de la literatura y de la filologia supo poner en nível muy alto el buen nombre de las disciplinas alemanas. Estas formában los solidos conocimientos que mas tarde habian de arcarle la reputacion excelsa de «decima musa», como le llamaba Menéndez y Pelayo».

Na Revista *Fuers Laus*, Frau von Hopffgarten recorda num extenso artigo a acção de D. Carolina sob o ponto de vista feminista e atribui à sua pessoa a maior influência na evolução do espírito da mulher culta em Portugal.

Em *Das Echo* dc 24-XII-25 a mesma douta escritora alemã publica a biografia de D. Carolina e um resumo da sua bibliografia.

A Revista do *Deutscher Lyceums Club*, no seu número de Fevereiro de 1926, refere-se em sentidos termos à morte de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos e cita as palavras pronunciadas pelo representante da Universidade de Coimbra no seu funeral: que «nela perdera a Universidade de Coimbra um dos seus maiores lentes de todos os tempos».

Casa Consistorial da Corunha. 9-XII-26.

Homenagem promovida pelo presidente do Instituto de Estudos Galegos, Sr. Casas, com a assistência de D. Berta de Rohan.

Carré Aldáo leu um discurso em galego, pois naquela língua tão amada da ilustre polígrafa queria que fôssem as primeiras palavras que se ouvissem em seu elogio.

D. Martinez Morás referiu-se à gratíssima emoção que sentiu a alma de D. Carolina quando viu realizadas as suas esperanças de que o Manuscrito Colocci-Brancuti fôsse ornamento da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Em Santiago de Compostela o Seminário de Estudos Galegos promoveu, em 15 de Março de 1926, uma homenagem à memoria de D. Carolina e na qual os catedráticos do Instituto Orensano, Otero Pedrayo e Vicente Risco, fizeram o seu elogio, referindo-se êste principalmente ao Cancioneiro da Ajuda e à Obra de D. Carolina para a ressurreição da cultura galega, que outrora caminhava a par da portuguesa. O professor Lugres Freire fez um estudo da personalidade literária de D. Carolina Michaëlis e analisou a sua obra.

Em *La Nacion* de Buenos Aires, de 7 de Fevereiro de 1926, pena de mestre faz o necrológio de D. Carolina, reüne as palavras em que Gaston Paris, Storck, Sánchez Moguel, Scheler, Menendez y Pelayo, Ricardo Jorge, Leite de Vasconcelos, quiseram sintetizar a sua opinião sôbre D. Carolina e o seu trabalho; cita as suas obras e diz como foram objecto de obras-primas suas o *Amadis*, Sá de Miranda, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Camões, Andrade Caminha, a Infanta D. Maria, o Condestavel D. Pedro, Uriel da Costa, *Palmeirim de Inglaterra*, Antero de Quental, e como a par destas grandes figuras e criações da literatura portuguesa, o seu labor abrange também a literatura espanhola e a galaico-portuguesa.

No *Estado do Paraná*, D. Mariana Coelho faz o elogio fúnebre de D. Carolina Michaelis de Vasconcellos: «Arrancou ela aos tempos medievais valiosos documentos que vieram enriquecer o grande património da literatura lusa,— desconhecido, em parte, até então, pelo próprio País. Desvendou não só ao publico da Alemanha, França, Italia e Espanha a literatura dos áureos tempos do humanismo português,— antigas maravilhas que ela tanto admirava,— como aos próprios portugueses que as desconheciam».

Filóloga e romanista colocada a par dos principais, conquistou na sua nova pátria a justa fama de sábia, sendo o seu nome acatado não só nas classes scientíficas e literárias de Portugal, como nas de tôda a Europa. Foi sempre citada com respeito pelos mals notáveis filólogos portugueses e brasileiros.

Cita a frase do Conde de Sabugosa pronunciada na sua entrada para a Academia das Sciências: «Carolina Michaëlis não é uma académica, é por si só uma Academia».

TRANSCRIÇÕES

A *Patria Portuguesa*, do Rio de Janeiro, faz no «Flos Sanctorum das Mulheres Portuguesas» (10 de Janeiro de 1926) a biografia de D. Carolina.

Da autoria do professor J. J. Nunes publicou o *Jornal de S. Paulo*, de 27 de Janeiro de 1926, um esboço biográfico em que é analizada a obra literária de D. Carolina, a sua acção como professora e lente, e traçado o seu perfil como sábia e mulher.

Entre outros estudos publicados em Portugal na ocasião do seu falecimento, recordaremos a conferência do Dr. Mendes dos Remédios, realizada aos 15 de Maio de 1926 na Universidade do Pôrto, e os artigos dos srs. Aarão de Lacerda (*Comércio do Pôrto*, 19-XI-25), Vieira de Almeida (*O Século*, 23-XI-25).

NO FUNERAL

No funeral da Senhora D. Carolina Michaëlis — em que *LVSITANIA* se achava representada por Afonso Lopes Vieira — o delegado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dr. Joaquim de Carvalho, pronunciou estas justas e altas palavras:

«Em nome do Ex.mo Reitor da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Letras da mesma Universidade, venho cumprir a mais dolorosa missão da minha vida de professor, porque a obrigação que me impuseram circustâncias do momento coage-me a exteriorizar sentimentos que eu preferia concentrar, vivendo-os silenciosa e intimamente. Não há um intelectual que neste momento se não curve humildemente perante o cadaver da que foi a mais sábia das mulheres; mas quando a êste sentimento intelectual se juntam as recordações afectivas do melhor e do mais bondoso dos corações, não há palavras que possam traduzir o nosso estado de alma atribulado. É o meu caso. Fui seu discipulo, e nas suas lições, nos seus livros e nos seus conselhos formei em grande parte o que sou, e foi com o seu voto, que eu tive a maior honra da minha vida: ser seu colega; mas a recordação dêstes factos e da mais generosa e indulgente das amizades, alterou de tal fórma o meu espírito que

deveria aguardar a calma para poder dizer o que representa de irreparavel êste falecimento. A Universidade de Coimbra perde com a professora Carolina Michaëlis de Vasconcellos um dos seus mais insignes professores de tôdos os tempos, e o seu nome, como os de Pedro Nunes, Ribeiro dos Santos e Avelar Brotero, é já hoje inseparável da sua história, quer dizer, da Nação.

Da Nação, sim, porque a obra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos tem de ser considerada como o mais rico e fecundo património humanista da nossa época. Pela sua pena, Portugal e o génio literário português adquiriram direitos de cidadania nos meios cultos europeus, especialmente alemães, onde até então havia um vago conhecimento ou uma simpatia romântica. Depois do *Cancioneiro da Ajuda*, da *História da Literatura Portugeusa*, das *Randglossen*, foi possível haver lusólogos, e a sua falange foi aumentando na proporção em que a obra da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos se ia difundindo. Mas não é apenas como veículo da simpatia por Portugal que devemos admirar esta obra. O seu espírito, o seu método e os seus resultados marcam-lhe um lugar inconfundível na história da erudição europeia e jamais ninguem a lerá sem sentir a sedução das acções honestas.

Apurar factos, seria-los e sistematiza-los não era para o espírito da Senhora D Carolina Michaëlis de Vasconcellos um trabalho exterior, de passatempo frio e paciente. Na história via sempre o geral e era o elemento humano e as concepções da vida que ela procurava nos despojos aparentemente inertes do passado. Uma universal curiosidade levou-a a estudar e a surpreender o génio português em tôdas as suas manifestações —dêsde as palavras às ideas, dêsde o homem às instituïções, dêsde a etnografia aos mais elevados e subtis movimentos espirituais. Humanizando a cultura com o ardor dum renascente do século XVI, reformou ao mesmo tempo a erudição e os seus processos.

Não há nas suas páginas nem a ênfase fradesca do século XVIII, nem o bruxolear fumoso do saber acodémico do século passado.

Tudo o que escreveu é harmonioso e equilibrado e se alguma crítica se lhe pode opôr é ser severamente scientífico.

Jamais afirmou um facto que o não documentasse, e as suas sínteses ou generalizações não surgem misticamente, nem precipitadamente, mas aparecem-nos como a cúpula duma arquitectura delineada e alicerçada.

Desprezou as bagatelas e nunca se entreteve em curiosidades. O seu espírito só viveu para o que era digno intelectualmente : dêsde o sentir medieval à *virtù* renascente.

Estas atitudes intelectuais, de probidade nos processos e dignidade nos assuntos, eram o espêlho da sua alma, bondosa e grave. O dever para consigo própria, e o amor da humanidade eram por-ventura os polos da sua concepção da vida, toda impregnada de razão e de virtude.

Com os seus discípulos era duma indulgência comovente, própria só duma inteligência que, por tudo compreender, tudo perdoa.

Como colega era o modêlo da lealdade. Nas horas de alegria como de provação, sempre D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos acompanhou a Faculdade, sacrificando tudo, encantos de família, tempo e comodidades de residência, à *Alma Mater Conimbricensis*.

Com a morte de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra perde o seu mais egrégio professor, bem devendo dizer-se que fica vago para sempre o lugar que ocupava. Pela minha voz apagada a Faculdade presta apenas nêste momento a derradeira homenagem à pessoa de D. Carolina Michaëlis, reservando-se o dever de condigna e elevadamente testemunhar ao seu espírito e à sua memória o culto de que são dignos.

Meus Senhores: A vida da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos foi uma obra-prima de ternura, de razão e de trabalho. Não atacou nunca ninguém, e tudo sacrificou aos únicos dogmas em que acreditava: a verdade, o dever e a humanidade. Foi corajosa quando era necessário sêl-o e as suas opiniões jamais sofreram as oscilações do mundo exterior.

Os grandes admiravam-na, e os pequenos, os humildes de espírito ou de condição, devotavam-se-lhe comovidamente.

Curvemo-nos, porque vai baixar à sepultura o cadáver de *alguém* que pensou e nobremente procedeu, cuja obra perdurará no convívio dos sábios e cujo espírito viverá na saüdade dos homens bons».

GLOZEL

GLOZEL est le nom, désormais célèbre, d'un hameau situé à environ 25 Km. au S. E. de Vichy. A un kilomètre de là, on descend, par une pente gazonnée rapide, vers la rive droite d'un ruisseau, le Vareille, affluent du Souchon, qui coule dans l'Allier. La rive est escarpée; on y accède après avoir traversé un étroit plateau qui est l'emplacement des découvertes. Autrefois, tout était boisé; les arbres ont été coupés il y a une trentaine d'années. Voulant tirer parti de ce terrain pour la culture, la famille Fradin, qui en est propriétaire, y avait envoyé, en 1924, le jeune Emile pour remuer le sol. Il trouva une brique portant des empreintes régulières en creux, qui éveilla sa curiosité; il la montra à une institutrice qui passait là et celle-ci en parla à un instituteur. Pendant ce temps, Emile Fradin continuait à fouiller et trouvait une construction ovale, pavée de briques, dont les murs étaient vitrifiés par la chaleur. On ne sait pas encore ce qu'était cette construction, qui n'est certainement pas une tombe; les curieux du voisinage l'ont d'ailleurs à peu près détruite avant qu'elle pût être étudiée.

La Société archéologique de Moulins, ayant refusé un petit subside pour continuer les recherches, dans l'idée fausse que le gisement était romain, le Docteur Morlet, de Vichy, qui en avait reconnu la haute antiquité, loua le terrain pour neuf ans et reprit l'exploration à ses frais. Il se garda d'y mettre des ouvriers, mais, ayant des loisirs, fouilla toujours seul, avec le jeune Emile Fradin.

Le niveau où l'on trouve des objets — terres cuites, tablettes avec ou sans inscriptions, galets avec dessins d'animaux au trait et inscriptions, pierres perforées, pierres polies, objets en os, etc... — est une couche d'argile jaune très compacte; au-dessus, il y a environ 30 centimètres de terre végétale. A la partie inférieure de cette couche, on recueille des fragments de grands récipients en grès, parfois vernissés à l'intérieur, dont on n'a pu encore fixer la date, peut-être assez récente. Dans l'argile, les

objets ne sont généralement pas brisés, mais il, est difficile de les en retirer tout à fait intacts, tant la terre, mul cuite, est devenue friable. Ils ne forment pas un amas confus, comme le serait le contenu d'un sanctuaire ravagé; les plaques inscrites et les statuettes semblent avoir été rangées horizontalement et verticalement, en bon ordre. Cela n'est pas le moindre mystère de ce gisement; on dirait un dépot d'objets consacrés à quelque divinité qui aurait été respectée par des générations successives et protégé seulement par une mince couche d'humus déposée au cours des siècles.

Le Docteur Morlet, au mois d'Avril 1926, publia un premier article sur ses trouvailles dans le *Mercure de France* [1], et y donna quelques spécimen des inscriptions qu'il attribuait à l'époque néolithique. Cet article fut accueilli avec scepticisme; on en parla d'ailleurs assez peu. L'été venu, un rédacteur du *Mercure*, l'ethnographe Arnold Van Gennep, vint à Glozel, fouilla lui-même, trouva quelques objets caractérisques, et publia dans sa Revue un article où il affirmait sa conviction. Deux opinions contraires à la sienne se firent jour: alors que le grand historien de la Gaule, Camille Jullian, de l'Académie Française, déclarait publiquement qu'il s'agissait de la boutique d'une sorcière gallo-romaine, que les inscriptions étaient en mauvais latin, et que quelques-unes, d'ailleurs, étaient fausses, d'autres, beaucoup plus nombreaux, estimaient que Messieurs Morlet et Fradin se moquaient du monde et fabriquaient les antiquités qu'ils prétendaient exhumer. On repoussait, comme absolument inadmissible et contraire aux faits les mieux avérés, l'hypothèse d'une écriture dáveloppée dans l'Ouest de l'Europe à l'époque néolithique.

Désireux de me former une opinion, alors que les trois brochures du Docteur Morlet et l'article de M. Van Gennep ne m'avaient pas encore convaincu, je me rendis à Glozel, assistai à des découvertes faites sous mes yeux dans l'argile vierge et, à mon retour, fis part de ma conviction sans réserves à l'Académie des Inscriptions. Au moment de revenir à Paris, j'avais rencontré à Vichy l'archéologue portugais M. Leite de Vasconcel-

[1] Cette Revue avait signalé la première brochure du Dr Morlet le 1er decembre 1925, p. 487.

los, qui, conduit à son tour à Glozel, déclara que toute hypothèse de fraude était inadmissible. Peu après, M. le Commandant Espérandieu, de l'Académie des Inscriptions, et M. Depéret, de l'Académie des Sciences, allèrent à Glozel, assistèrent à des fouilles heureuses et se prononcèrent énergiquement dans le sens de l'authenticité. Comme moi, ils n'hésitaient pas à suivre le Docteur Morlet en attribuant les objets découverts à l'époque néolithique, vu l'absence de tout fragment de poterie gauloise ou romaine, de tout objet em métal, de toute monnaie.

Les *Comptes-rendu de l'Académie des Inscriptions*, tels qu'on les trouve, par exemple, dans le *Journal des Débats* de chaque dimanche, conservent le souvenir des adhésions successives données ainsi par des savants informés à une thèse qui paraissait d'abord si paradoxale [1]. Dans une de ces séances, rappelai-je les titres d'Estacio da Veiga, archéologue portugais, et ecux d'Edouard Piette, qui avaient entrevu la vérité (1891, 1896), et particulièrement ceux de Ricardo Severo, autre Portugais, qui avait publié en 1903 les résultats de la fouille d'un dolmen de Tras os Montes, tout à fait semblables, par les fragments d'inscriptions qu'ils fournirent, à ceux des fouilles de Glozel. Il faut entrer à de sujet dans quelques détails rétrospectifs.

Edouard Lartet, dès 1865, avait publié un os gravé quaternaire où l'on distinguait quelques signes ressemblant à de l'écriture. D'autres os, portant des signes plus nombreux, furent signalés depuis ; mais ce pouvaient être des marques conventionnelles plutôt qu'une écriture proprement dite. En même temps, quelques chercheurs aventureux croyaient reconnaitre des signes graphiques sur les pierres de certains dolmens français ; leurs assertions trouvèrent peu de créance. Lorsque, en 1893, je publiai mon mémoire intitulé *Le Mirage Oriental*, où je m'élevais contre le préjugé répandu qui fait naitre toute civilisation en Orient, je ne parlai pas de l'écriture. Tout le monde était d'accord que celle dont nous faisons usage était due à une invention géniale des Phéniciens, qui avaient puisé les éléments de leur alphabet soit dans l'écriture égyptienne, soit dans l'écriture crétoise

[1] Voir aussi le *Mercure de France*, 1er octobre 1926, p. 193 et suig., avec bibliographie.

dite *minoeune*, que révélaient alors les fouilles de Sir Arthur Evans à Chossos (1900).

Pourtant, dans la péninsule ibérique, une opinion différente tendait à prévaloir, fondée surtout sur l'étude de l'écriture indigène, dont l'origine phénicienne n'était pas du tout évidente. Dès 1891, au tome IV des *Antig. monumentaes do Algarve* (p. 298), M. Estacio da Veiga, commentant des objets d'argile avec signes linéaires qu'avait signalés Gongora (1868), écrivait ceci : « Em presença de tão significativas provas ficava demonstrado do modo mais positivo que, na ultima edade da pedra, já existia no territorio peninsular uma linguagem escripta ou figurada por caracteres graphicos, identicos aos das inscripções transtaganas da edade de bronze e das inscripções do Algarve pertencentes á primeira edade do ferro. »

Personne, dans le reste de l'Europe, ne fit attention à ces lignes. Edouard Piette les ignorait lorsque, en 1896, il publia les galets coloriés avec signes alphabétiformes qu'il avait découverts au Mas d'Azil (Ariège), dans une couche intermédiaire entre le paléolithique et le néolithique. Il compara ces signes à ceux des écritures de la Méditerranée Orientale et indiqua clairement qu'à son avis les Phéniciens avaient reçu les éléments de leur alphabet de l'Europe occidentale. Il ajouta prophétiquement (*l'Anthropologie*, 1896, VI, p. 413) : « Peut-être plus tard la découverte heureuse de quelques anciennes inscriptions, *soit dans la péninsule ibérique*, soit dans d'autres terres plus éloignées, permettra d'interpréter les vieux graphiques des galets coloriés. »

En vérité, cette découverte avait déjà eu lieu, mais on ne s'en doutait pas !

En 1894, deux religieux, les RR. PP. Brenha et Rodriguez, fouillant un dolmen de type très ancien dans la province portugaise de Tras os Montes, dans la chaîne d'Alvão, avaient découvert des fragments d'inscriptions en caractères inconnus, mais apparentés aux nôtres, des pierres avec gravures grossières d'animaux et signes graphiques, des idoles féminines, des galets ornés de symboles solaires, etc. Bien qu'il ait été question de ces trouvailles dans l'*Archeologo Portuguès* (vol. I, N° 11, p. 36), il fallut attendre, pour en connaitre l'ensemble, un long article illustré de M. Ricardo Severo dans *Portugalia* (t. I, 4ème fascicule, 1903), article encadrant les relations des deux religieux. M. Severo re-

connut, après avoir quelque peu hésité sur l'authenticité des objets, qu'ils étaient non seulement authentiques, mais néolithiques, et donnaient raison à Estacio da Veiga, comme à Piette, dans la question de l'origine de notre écriture, aux confins des temps paléolithiques.

R. Severo ne fut pas écouté. Cartailhac et moi exprimâmes notre scepticisme dans l'*Anthropologie* et la *Revue Archéologique*. Sauf Wilke et Lichtenberg, en Allemagne (1912-1913), on peut dire que tous les savants le partagèrent, malgré la réponse faite dans *Portugalia* par R. Severo (1906). En 1924 encore, écrivant l'article *Alvão* dans le *Lexique préhistorique* d'Ebert, grande entreprise allemande, M. J. de Serra-Rafola s'exprimait ainsi, après avoir résumé le mémoire de Severo : « Cela reste un matériel douteux, dont l'importance est réduite par son isolement, car le groupe est unique dans le néolithique européen, et suggère tout d'abord l'idée d'une falsification. Un problème difficile et non résolu est celui des plaques de schiste avec inscriptions qu'on a rapprochées des inscriptions ibériques ; *si elles sont authentiques*, on peut se demander si vraiment elles appartiennent à l'inventaire d'un dolmen. »

Au moment où ce jugement réfléchi s'imprimait, Emile Fradin découvrait à Glozel les premières tablettes inscrites !

Ceux qui ont examiné et comparé les deux séries d'Alvão et de Glozel n'éprouvent aucun doute : il s'agit de la même civilisation, et les deux trouvailles, si injustement contestées, se confirment l'une l'autre. A Glozel, comme à Alvão, il y a des survivances grossières du bel âge du renne (gravures d'animaux) ; il y a des galets à cupules presque identiques ; il y a des idoles féminines comparables à celles de l'Aveyronn et de la Marne en France, de l'Archipel et de Troie dans la Méditerranée orientale ; il y a surtout des inscriptions de type protoibérique qui sont la grande révélation archéologique et historique de notre temps.

Glozel a déjà donné plus de 60 inscriptions et une douzaine de statuettes en argile d'un type nouveau, dont le caractère essentiel est l'indication schématique des yeux et du nez — sans bouche — comme dans les vases de Troie où Schliemann crut reconnaitre des têtes de chouette. Pour porter un jugement sur des trouvailles aussi extraordinaires et en tirer toutes les conséquen-

ces qu'elles comportent, il faut attendre la suite et la fin des fouilles qui, exécutées avec une sage lenteur, une extrême prudence, sont loin encore d'avoir dit leur dernier mot.

La chronologie d'Alvão est fixée par le caractère primitif du dolmen qui a fourni les objets: c'est le néolithique ancien. La même détermination s'impose pour les trouvailles de Glozel, où des vases très épais et mal cuits, des anneaux plats en pierre dure et d'autres indices interdisent de descendre plus bas. Mais, au point de vue de la chronologie *absolue*, on peut, dés à présent, tirer de ces faits une conclusion importante. On admettait généralement que le bel âge du renne, le *Magdalénien*, caractérisé par une floraison merveilleuse du dessin linéaire, a duré de 25000 à 8000 environ avant Jésus Christ; le néolithique aurait commencé vers 4000. Cette chronologie n'est plus recevable. Tant à Glozel qu'à Alvão, les survivances très nettes du style magdalénien (déformé, mais reconnaissable) ne permettent pas d'admettre un intervalle de 40 siècles entre cet âge et celui qu'il continue. Il devient évident que le Magdalénien a dû finir vers 4.500, que l'Aurignacien et el Solutréen n'ont pas eu la durée énorme qu'on leur attribue; seuls le Moustérien, l'Acheuléen et le Chelléen qui précèdent ces époques peuvent remonter à une antiquité très reculée. Le commencement de la civilisation *agricole et sédentaire* se place donc à peu près, dans le cours des siècles, là où le met le récit biblique, entre 4.000 et 5.000 avant notre ère. La science babylonienne, dont la *genèse* nous apporte un écho, devait être parvenue, il y a des milliers d'années, à la détermination chronologique approximative où des découvertes faites dans l'Europe occidentale nous ramènent aujourd'hui.

S. REINACH.

«SIR» RICHARD FRANCIS BURTON

O ESCRITOR, O VIAJANTE E O CAMONISTA

OS ideais e interêsses comuns formam a melhor base da amizade, e se bem que diferença de génio pode servir de impedimento, prova a experiência que essa mesma disparidade é, por vezes, o mais seguro vínculo de afeição. Cada qual é atraído pelas qualidades que vê noutro e que êle próprio não possui, e por isso mui acertadamente diz o rifão: «os extremos tocam-se». Basta citar como exemplo a amizade de Portugal e Inglaterra: individualmente o Inglês difere do Português em muitos sentidos, como fàcilmente se verifica; porém as duas Nações estão ligadas pela mais antiga das alianças. Os interêsses de cada uma não bastam para explicar êste laço — històricamente único — que, não obstante revoluções políticas e religiosas, une os dois países desde 1385. ¿Não será lícito supor que, de qualquer modo extraordinário, se complementam? Pois de outra forma ¿como se há de explicar o bom sucesso das núpcias — se o têrmo é permissível — de Portugal e Inglaterra, apenas perturbado por leves desacordos; ou o estranho facto da mor parte dos lusófilos serem inglêses e não, por exemplo, franceses, ainda que estes últimos se aproximem dos Portugueses em raça, linguagem e religião? Divergências, nestes últimos pontos, geralmente afastam os povos, mas não separaram a Inglaterra de Portugal.

Seja qual fôr a razão, é inegável que, além das excelentes relações entre Inglêses e Portugueses, tanto no continente como no ultramar, em país algum tem a história de Portugal e a sua literatura merecido tanto estudo, apreciação e tradução como na Inglaterra; e inegável também é que, entre êsses «obreiros em

terras estranhas», difícil será encontrar figura de maior relêvo que a do titular desta pequena memória. O convite de meu amigo e ilustre poeta, Afonso Lopes Vieira, para colaborar na *LVSITANIA*, proporciona-me o ensejo de prestar homenagem, ainda que insuficiente, ao grande viajante e lingüista que me animou, com seu exemplo e conselho, quando eu, há quarenta anos, começava interessadamente a seguir o rumo de estudo que desde então nunca abandonei.

Não há rapaz sàdio que não tenha um fundo de aventura. Seus heróis são fatalmente os grandes homens de acção — os Gamas, os Albuquerques e Colombos; e estes, no século XIX, reproduzem-se, *mutatis mutandis*, em Burton. Nascido em 1821, de extracção irlandesa, em Torquay, no canal da Mancha, diz *miss* Georgiana Stisted (um de seus biógrafos) que Burton, quando menino, era buliçoso, «mau como as cobras» e dado a explosões de mau génio, mas corajoso e cheio de afectos, qualidades estas que conservou tôda a vida. A má saúde de seu pai (que era militar) obrigou a família a viver no sul da Europa; ora aqui, ora acolá, em vários pontos da Itália e da França, e nestas circunstâncias Ricardo recebeu a sua primeira e pouco metódica instrução das mãos dum explicador. O seu estudo favorito era porém a esgrima, nestes anos de adolescência, chegando a ser perito tanto na prática como na teoria dessa sciência, como o prova o seu tratado *O Livro da Espada* e o título de Mestre de Armas ganho por êle em anos futuros. Uma desavença amorosa, a primeira de muitas — tôdas porém de carácter ligeiro — e uma sova que deu no explicador, determinaram o coronel Burton a trazer o rapaz para a Inglaterra. Tinha então 19 anos. Depois duma breve estadia num colégio (onde brigou constantemente com seus condiscípulos) Ricardo entrou para Trinity College, Oxford. Aí começou aprendendo a língua árabe, mas o seu desprezo pelos regulamentos universitários cedo o levaram à expulsão. Contentíssimo por assim poder entrar para o exército, Burton em breve recebeu a patente de oficial, e eis que em 1843 o vemos partir para a Índia, acompanhado do seu fiel *bull-dog*. A bordo aprende o Hindustani com os criados, e quando chega a Bombaim contrata serviçais de Goa, dos quais provàvelmente ouviu pela primeira vez a língua portuguesa.

Fêz escala por Bassein, Diu e Surat, a caminho de Baroda, onde estava o seu destacamento. Como as exigências da tropa eram poucas, Burton pôde dedicar a mor parte do seu tempo a exercícios físicos e à aquisição da língua Guzerati e dum pouco de Sânscrito. Em 1844 foi nomeado para um pôsto no serviço de topografia, em virtude das suas aptidões matemáticas. Para conhecer mais intimamente as raças indígenas, Burton disfarçou-se de índio, montando uma loja em Karachi, e chegando até a andar de aldeia em aldeia como vendedor ambulante. No ano de 1846 visitou Goa e Calicut, o que o levou a escrever *Goa Montes Azuis*.

Foi provàvelmente nessa jornada que êle pela primeira vez leu os *Lusíadas* e concebeu a sua admiração por Camões, seu Mestre, como de aí em diante o designou. No ano seguinte obteve, num exame em Bombaim, a primeira classificação na língua persa, mas é bom notar que Burton dava aprêço a línguas — chegou a conhecer vinte e oito — sôbre tudo porque elas lhe abriam novos horizontes. Sabendo o árabe, penetrou no *Alcorão*, e, por via do persa, aprendeu a filosofia Sufi. Agora começou a sonhar em empreender a peregrinação a Meca — descrita na mais popular das suas obras. Realizou o projecto em 1853, fazendo a viagem com grande risco de vida e disfarçado de muçulmano. Burton chegou mesmo a preferir a religião do Profeta a tôdas as outras, se bem que nessa matéria era um tanto cínico. O poema *Kasidah*, onde revela o seu íntimo pensar, parece indicar que era mais Oriental que Europeu.

Voltou então a Inglaterra para recuperar a saúde e durante uns quatro anos viveu na sua pátria; mas como tinha um espírito inquieto e cosmopolita, constrangia-o a vida social. Falta de tacto e uma tendência para dizer verdades pouco oportunas criaram-lhe inimigos, e o costume byroniano de imputar a si mesmo actos de violência que nunca cometera, apenas para ofender a susceptibilidade dos seus ouvintes, fêz com que muitos se afastassem. Burton comprazia-se mesmo em atacar preconceitos, em ferir vaidades. Semelhante a Camões, não aturava tolos, nem sabia lisonjear, e pouco se preocupava com o sucesso da sua carreira; e, assim, não é para admirar que se visse freqüentemente embaraçado em questões de dinheiro.

Seus ataques de melancolia alternavam com ruidosas ebuli-

ções de alegria, nas quais vibrava ditos dos mais cáusticos e espirituosos, pois quando queria era excelente camarada e jovial; soube mesmo cativar muitas amizades. Entre seus admiradores contou o poeta Swinburne, que lhe dedicou sentidas linhas quando da sua morte.

Após uma viagem à Somalilândia, em 1854, Burton publicou os *Primeiros Passos na África Oriental.* No ano seguinte partiu para a guerra da Crimea, mas, com grande pena sua, não tomou parte em nenhum dos combates. Fêz depois uma viagem de dois anos ao Lago Tanganica e ao Vitória Nianza, com o fim de determinar as nascentes do Nilo, e foi nessa ocasião que teve uma dolorosa questão com o seu companheiro Speke. Êste último tirou-lhe a glória da descoberta e foi subseqüentemente galardoado com um obelisco em Hyde Park. Burton nada obteve; nem um monumento.

Em 1850 Burton visitou e descreveu Salt Lake City, a cidade dos Mormons. Em 1861, voltando a Inglaterra, casou com Isabel Arundel, uma linda senhora de nobre família e católica devota. Maior antítese não se podia imaginar, e, não obstante, as núpcias não foram infelizes. Burton era por natureza frio, mas sua espôsa adorava-o e acompanhou-o na maior parte das suas peregrinações subseqüentes. Escassês de meios obrigou-o então a aceitar o pôsto de consul em Fernando Pó, que foi para êle um ponto de partida para explorar os Camarões. Em 1865 foi deslocado para Santos, e, na viagem para o Brasil, fêz escala por Portugal, onde passou dois meses felizes. Foi no Brasil que travou conhecimento com Aubertin, outro tradutor de Camões, e que empreendeu uma expedição ao interior, regressando à costa pelo rio de S. Francisco — uma viagem de 2.700 quilòmetros em piroga. Tanto em Fernando Po como em Santos, Burton mostrou bem como aborrecia os serviços burocráticos. Não podia parar por muito tempo no mesmo sítio; havia de estar sempre a andar, a explorar, a observar; e fazia-o proficientemente, pois tanto Cameron como Stanley testificaram a exactidão das suas descrições dos locais que visitara.

Foi no Brasil que Burton traduziu grande parte dos *Lusíadas*, dum exemplar hoje em meu poder e que me foi dado por Lady Burton, depois da morte de seu marido. É uma pequena edição lisboeta, de 1842 *(Typographia Rollandiana)* e na página do

título está inscrito: «Richard F. Burton. 1843, Goa» [1]. Na fôlha da guarda, Lady Burton escreveu o seguinte: «Os Lusíadas do meu querido Ricardo, que êle trazia sempre consigo e que traduzia nos seus momentos vagos. Deu-mo como lembrança. Morreu a 20 de Outubro 1890. Estou a arrecadar os seus haveres (23) Ai! com quanta dor. R. I. P. Isabel Burton. Trieste».

Êste volumezinho está anotado pela mão de Burton, em árabe e inglês, e as suas páginas têm manchas de água, talvez de rios africanos ou brasileiros.

Para onde ia, Burton levava consigo os seus poetas predilectos, que eram Hafiz, Camões, Horácio e Martial.

Tomás Wright, também seu biógrafo, conta a seguinte anedota, que confirma o apontamento feito por Lady Burton. Estava uma vez Burton em Londres, e foi com a espôsa a um sarau. Como os convidados o aborrecessem, Burton saíu da sala, foi-se sentar na escadaria e... prosseguiu na tradução de Camões. O correspondente dum jornal americano lobrigou-o no seu esconderijo e observou que o lugar era pouco próprio para tal ocupação. Respondeu Burton: «Em qualquer parte posso ler ou escrever, e trago Camões sempre comigo. Como vê, é um volume pequeno. Tôdas as minhas traduções têm sido feitas assim, durante momentos roubados, ou como o senhor diz, em lugares pouco próprios.»

Depois de visitar os campos de batalha no Paraguai, em 1868, e a costa ocidental da América do Sul, Burton foi nomeado cônsul em Damasco, e aí teve mais daquelas aventuras que nunca lhe faltavam, por um triz escapando a uma morte violenta das mãos dos Drusos e dos Gregos. A protecção que dava aos sírios contra os agiotas judeus e as restrições que impôs a um missionário protestante pouco discreto, indispuseram-no com os seus superiores na metrópole. Os Turcos declararam-se contra êle — era esta a primeira contenda que tinha com muçulmanos — e o resultado foi Burton ser exonerado do seu pôsto. Estava passeando a-cavalo quando recebeu a notícia do seu afastamento. Leu-a e logo escrevinhou a lápis esta mensagem a sua mulher:

[1] Não se pode confiar demasiado na data, pois, nessa matéria, Burton era pouco cuidadoso.

« Paga, faz as malas e segue-me quando fôr conveniente. » E imediatamente abalou para a costa e daí para a Inglaterra, deixando a espôsa a levantar o arraial doméstico.

Fêz então uma viagem à Islândia e, no regresso, foi nomeado para o último pôsto oficial que preencheu — o consulado de Trieste, que, pela sua importância secundária, pouco exigia do talento de Burton. Esta nomeação foi para êle um enorme desapontamento, tanto que chamou a essa residência o « Destêrro » e se comparava com Ovídio banido. Esperava ir para Constantinopla ou ao menos para Tânger — sempre para o mundo muçulmano! — mas viu-se obrigado a passar os últimos dezoito anos da sua vida naquele pôrto do Adriático. O lugar tinha a vantagem de ser uma sinecura, podendo o cônsul ausentar-se quando quisesse, o que permitiu a Burton viajar na Midian, à procura do ouro, e na Africa Ocidental. Percorreu também a Europa e fêz nova visita a Goa. Pôde outro-sim escrever copiosamente; a tradução que publicou das *Mil e Uma Noites*, em 10 volumes, trouxe-lhe £ 10.000, o que lhe permitiu passar os últimos anos da vida com confôrto, se bem que a sua esplêndida constituïção tivesse sido gravemente minada pelas privações que sofrera nas explorações.

Burton era um escritor polígrafo, uma enciclopédia ambulante; cada país que visitara lhe proporcionou matéria para uma nova obra ou obras, que êle próprio ilustrava. A lista das suas publicações, constante da *Bibliographia Anotada* do Snr. N. M. Penzer (Londres, 1923) é extensa. Só sôbre Camões produziu seis volumes, dois de comentários: *Camões, Vida e os Lusíadas*, e quatro de traduções: *Os Lusíadas* e os *Poemas Líricos* (Sonetos, Canções, Odes e Sextilhas). As anotações do poema épico figuram na primeira destas obras e são dum alto valor, dado o íntimo conhecimento de Burton nas matérias do Oriente. O volume 1.º contém: *a)* a biografia de Camões, condensada da do Visconde de Juromenha; *b)* uma apreciação do carácter do Poeta, penetrante e expressa com aquela franqueza e originalidade que eram o cunho de tudo quanto Burton escrevia; *c)* um estudo sôbre Camões, no qual Burton pondera as opiniões dos críticos e oferece a sua; *d)* e *e)* capítulos sôbre a arte de traduzir, e sôbre traduções inglêsas dos *Lusíadas*, seguindo-se a biografia dos tradutores e uma análise dos seus defeitos.

"SIR„ RICHARD FRANCIS 'BURTON

Sabe-se que Burton começou a sua tradução dos *Lusíadas* durante a primeira estadia em Goa; foi dessa cidade que êle mandou umas estrofes ao *Bombay Times*. Continuou a obra em Fernando Pó, no Brasil, em Damasco e em Trieste, levando-a a cabo no Cairo, em 1880. No conceito dos críticos e da mor parte dos leitores, Burton estragou a tradução pelo uso que fêz de vocábulos e expressões arcaicas, para dar à obra um sabor quinhentista. O público não reclamou uma segunda edição da tradução, como fizera com a versão de Aubertin. Todavia Burton compenetrou-se do espírito dos *Lusiadas* mais do que qualquer dos tradutores que o precederam, e excedeu-os a todos em fôrça rude de expressão. Sob muitos aspectos, foi um intérprete ideal de Camões, ainda que lhe faltassem a fé cristã e o génio do Poeta. Tão literal como Aubertin, Burton é mais «canoro e belicoso». Mas a ambas as versões falta o lirismo do original, o que não é para estranhar, visto a língua inglêsa não possuir o carácter melódico da portuguesa, nem ter tantas terminações vogais.

O segundo volume contém capítulos valiosos, mas demasiadamente discursivos, sôbre a cosmografia de Camões, a viagem do Gama, as jornadas do Poeta no Extremo Oriente, notas sôbre os dez cantos e bibliografia. A obra termina mui caracteristicamente com um *post-scriptum* de Lady Burton, intitulado *O crítico criticado*, onde se dizem verdades nuas e cruas. Dum modo geral esta obra não cativou os críticos, mas nem todos foram hostis; alguns chegaram mesmo a louvá-la em termos desmedidos. Oswaldo Crawford, cônsul britânico no Pôrto, declarou: «A tradução do Capitão Burton é de-certo a que mais se aproxima do original, a mais flexível e poética que ainda apareceu da grande epopeia portuguesa.» Êste elogio não é de todo aceitável, pois se bem que Burton trabalhou com grande diligência e exactidão, e mostrou habilidade excepcional de versificação, nem sempre conseguiu dar aplicação feliz a estes dotes. Em certos trechos Burton quási que atinge a excelência do original, mas noutros demonstra bem que não era pròpriamente um poeta, o que, aliás, êle era o primeiro a confessar.

Não obstante estes defeitos, a simpatia que ligava o discípulo ao mestre era deveras real; e, no prefácio dos *Lusíadas*, Burton conta-nos que as nobres aspirações de Camões o inebria-

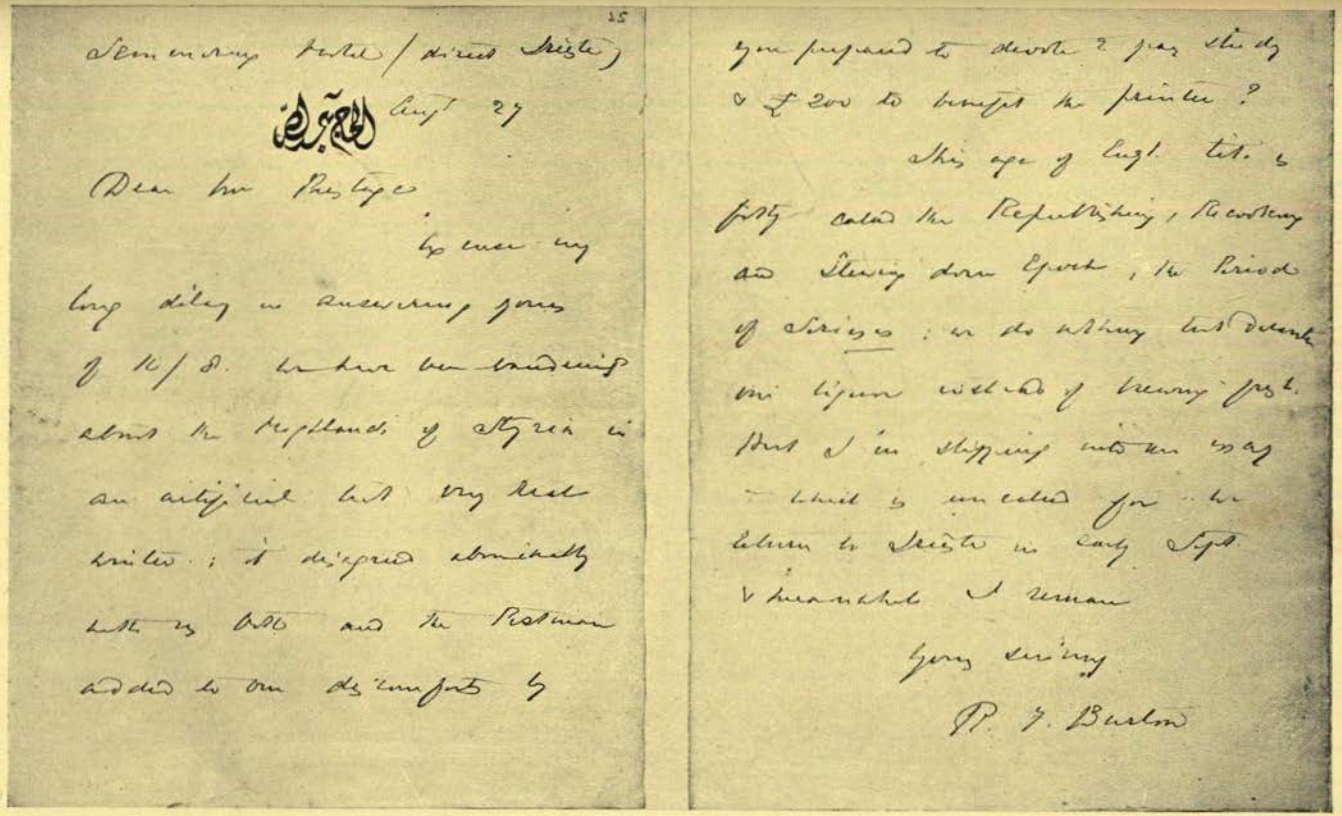
vam como o ar das montanhas, e acrescenta: «Quantas noites veladas, quantos dias sem esperança passei com Camões, meu camarada, meu conselheiro, meu amigo; a-bordo da jangada e da piroga, do veleiro e vapor, sôbre o camelo ou a muar; sob a tenda, sob as árvores da floresta, nas encostas de vulcões ou em serranias nevadas; na planície, na estepa, no deserto!» Camões e Burton tiveram carreiras semelhantes. Os melhores anos das suas vidas foram passados na África e no Oriente, em perigo do gentio, sob as intempéries do extremo frio e do extremo calor, ou do miasma tropical; ambos padeceram fome, sêde e miséria; por seus actos mal compreendidos, ambos foram vítimas do desfavor e desdém oficial. Um e outro morreram como homens desapontados, extenuados por uma vida dispendida no serviço da sua pátria e da sciência. Burton gastou uma fortuna pessoal de, pelo menos, £ 20.000 em explorações.

Desconhece-se onde jaz Camões, mas os corpos de Ricardo e Isabel Burton estão sepultados no cemitério católico de Mortlake, perto de Londres, numa capela que tem a forma duma tenda árabe, como em vida tantas vezes haviam usado; e fora o vento faz tinir chocalhos de camelo.

Numa carta que me dirigiu, Burton diz: «Não há palavra de Camões que eu não traduzisse, mas o público inglês ainda não me convidou com grande empenho a mandar imprimir o trabalho.» Os seis volumes foram publicados a £ 2. 4. 0, e agora vendem-se a £ 5. e mais. Semelhante a seu mestre, Burton teve de esperar que a posteridade lhe rendesse justiça. Não há obra sua que hoje não seja procurada com afan; em vida, quási tôdas lhe causaram prejuízos monetários.

Parece que o manuscrito da versão inédita do resto das obras menores de Camões foi destruído, mas a colecção magna que Burton fêz de edições e traduções do Poeta em várias línguas, está conservada na Biblioteca Pública de Kensington, juntamente com um exemplar da sua própria tradução dos *Lusíadas*, com emendas autógrafas.

A Biblioteca Central de Cambererwell possui relíquias pessoais do grande viajante, tais como: a espada, fez, bôlsa, corrente de relógio, chinelas árabes, e dois retratos — um no traje em que realizou a peregrinação a Meca, o outro como esgrimista. Mas o melhor retrato dêle foi pintado por Lord Leighton e está na Ga-



CARTA DE BURTON AO PROFESSOR PRESTAGE

leria Nacional de Retratos, em Londres; a Academia de Sciências de Lisboa possui uma gravura dêste quadro, além duma caricatura por *Spy*. A face rugosa dêstes dois últimos retratos, tirados já na velhice de Burton, pouco sugerem o que êle fôsse como sua espôsa me disse uma vez: «o homem mais belo que jamais conheci», mas é facto provado que na juventude a sua beleza excepcional cativou o coração de muita dama. Vale a pena citar a opinião do autor do artigo sôbre Burton no *Dicionário de Biografia Nacional:* «As feições caracterizavam o homem. Tisnadas pelo Sol e cicatrizado por feridas, davam a impressão que Burton nunca conhecera o que fôsse o Mêdo. Os lábios duros e não sensuais, o nariz e o queixo rijamente delineados. Quando em repouso, o olhar perdia-se em contemplação, mas podia também lampejar com paixão ou abrandar com meiguice. O peito hercúleo e os ombros atestavam bem a robustez do corpo, e davam-lhe até uma aparência atarracada que tirava da sua altura. Os pés e as mãos eram pequenos, os gestos tinham dignidade». É uma suposição popular que o carácter é revelado pela caligrafia, mas poucos adivinhariam, pelo estudo da carta cujo fac-simile vai aqui publicado, que tão minúscula letra, que parece escrita com a ponta dum alfinete, proviesse dum indivíduo tão viril.

Burton não foi só um grande homem de acção; foi também o mais eminente de todos os tradutores de Camões, e pode-se talvez afirmar que por ser seu discípulo ajuntou mais uma fôlha aos louros do Mestre.

EDGAR PRESTAGE.

TAPEÇARIA DE TÂNGER

A CAVALARIA PORTUGUÊSA ÁS PORTAS DA CIDADE

A TAPEÇARIA DE TÂNGER

QUANDO em 1915 fui pela primeira vez a Pastrana com o Dr. José de Figueiredo, reconhecemos várias séries de Tapeçarias a mais antiga das quais, e para nós a mais interessante, era a de Arzila [1].

Quando em 1924 voltei de novo a Pastrana tive apenas tempo e luz para estudar os três grandes panos que se referiam indubitávelmente a Arzila e que fizeram o objecto da minha Conferência para os Amigos do Museu depois publicada com o título «*As Tapeçarias da Tomada de Arzila*» (1925). Dentre os outros panos porém (compreendendo a série de Bruxellas com o monograma de F. Geubels e uma outra muito bela do começo do século XVI, de assunto desconhecido) intrigavam-nos, numa dependência anexa à sácristia, dois panos do séc. XV. Bastante confusos e remendados, mal iluminados num canto escuro, deixavam todavia entrever tais afinidades com os de Ar-

1 É o momento de restabelecer um ponto de justiça quanto à prioridade das referências e identificação destas tapeçarias em Espanha:

O Sr. D. Elias Tormo couhecia os panos de Pastrana *desde 1906* e no *Bol. de la Soc. Española de Excursiones*, (Tomo XIV, Enero a Dic. 1906) de que só recentemente tive conhecimento, escreveu a pág. 33 sob o título *Las Tapicerias de la Corona y de otras coleciones españolas*, o seguinte:

«En el passado mes de Abril tuve ocasión de examinar la notable coleción de tapices, de un interés historico excepcional, que los Pastranas recibirian probablemente de Felipe II cuando la conquista de Portugal — pues una serie, con toda seguridad, y otra, según yo acerté a creer, fueron trabajadas para la casa real portuguesa en Flandes en el siglo XV, ensalzando las glorias de D. Alfonso V *el Africano* la primera, y quizá, en mi opinion, las todavia más trascendentales del Infante D. Enrique *el Navegante* la segunda; — uno de los hijos de la de Éboli, Arzobispo, Obispo de Sigüenza, dejó, con mil otras riquezas, á la Iglesia Colegiata

zila que logo de começo tivemos tentação de os ligar à série portuguesa. A ausência porém das personagens principais, como o rei e o principe, que figuravam nas outras composições, a falta dos escudos, emblemas e estandartes de Portugal que dominavam nos panos de Arzila como uma obcessão, o aspecto, emfim, muito diverso da cidade que a tapeçaria não identificada oferecia, levaram-me a exclui-la da série da tomada de Arzila, deixando-a como um dos problemas que Pastrana encerrava.

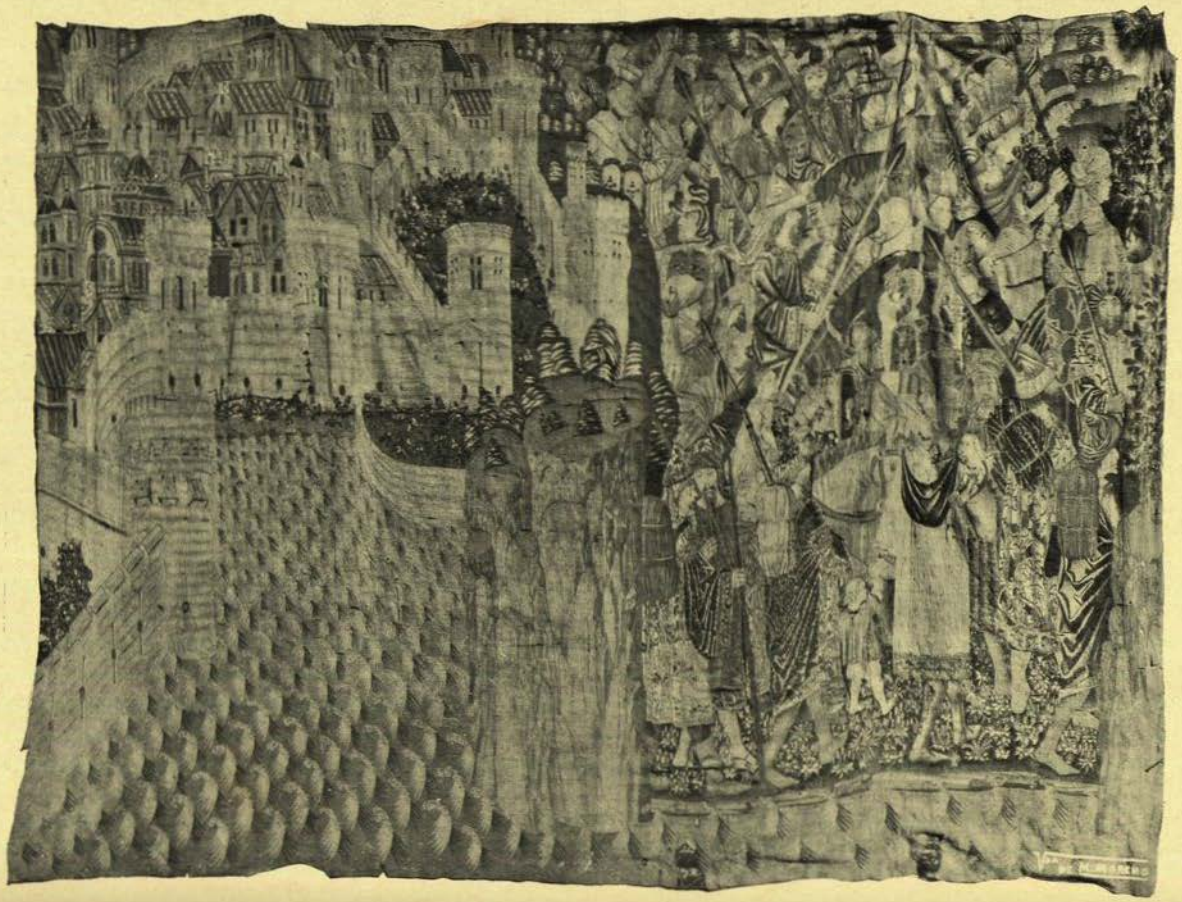
Só mais tarde quando, em Fevereiro de 1926, uma interpretação grotesca comunicada à Academia das Sciências de Lisboa me chamou de novo a atenção sôbre ela, levando-me mais uma vez a Pastrana, é que reconheci claramente o tema da composição como sendo, não um novo episodio da tomada de Arzila como ali se afirmara, mas *a ocupação de Tanger* — complemento aliás bem conhecido da queda daquela praça berbére.

A verdade surge por vezes mais depressa da contestação dos erros que de uma primeira e directa análise dos problemas.

Hoje, não nos resta a menor dúvida sôbre esta identificação a-pesar da falta da legenda que outr'ora certamente encimava esta tapeçaria como as outras da mesma série. Tânger foi ocupada dias depois da queda de Arzila por uma pequena expedição sob o comando de D. João, filho do 2.º duque de Bragança, após a notícia do abandono da cidade pelos mouros, no pânico de um assalto eminente que a victoria de Arzila tornara temido.

reducida á parroquial, de la villa de Pastrana. Hoy están colgados todos en varias piezas de la sacristia, en el cuarto del tesoro y en el presbiterio; pero antes solamente se colgaban á la calle en dias de procesión del Corpus».

É de facto, feita por pessoa competente, a primeira referência digna de nota na história da revelação dos panos do Africano. O ilustre historiador só afirma *con seguridad* a identificação dos panos de Arzila; dos outros colheu apenas uma primeira impressão na qual o seu alto espírito crítico lhe não permitiu voltar a insistir. E se a recordo, é apenas para não deixar de citar integralmente uma nota que, dentre as referências contemporâneas, lhe confere uma indiscutível prioridade na identificação dos panos de Arzila. Se essa revelação não teve maior repercussão foi porque passou despercebida naquêle pequeno artigo do *Boletim* de que, pela minha parte, só tive conhecimento recente, quando o Sr. Sanches Cantón, teve a gentileza de mo indicar.



TAPEÇARIA DE TÂNGER

A TAPEÇARIA DE TÂNGER

O texto de que esta tapeçaria pode considerar-se como uma ilustração *avant la lettre*, é o cap. 167 da crónica de D. Afonso V por Ruy de Pina cuja transcrição me parece sugestiva para a leitura desta composição, cheia de poder evocativo como passo da história gloriosa do *Africano* e bela como decoração mural, das mais preciosas pela indumentária, pela côr e pelo estílo, entre os panos flamengos do século xv.

A tapeçaria de Tânger é um complemento dos de Arzila como o capítulo de que agora transcrevo o inicio, remata os anteriores da mesma crónica.

CAPITULO CLXVII

De como El-Rei foi certificado que os mouros de Tangere tinham leixado a cidade, e do que sobr'isso logo proveu, e de como se foi a ella, e de hi para o reino.

El-rei em provendo as cousas da villa que cumpriam, com fundamento de se volver para o reino, foi por dois mouros a gram pressa certificado que os moradores da cidade de Tangere esquecidos da grande fortaleza d'ella e de si mesmos, principalmente temendo que a mortindade e estrago de Arzilla, de que por uma velha segundo se disse, foram avisados, não viesse tambem sobre elles, a tinham desamparada de todo. A qual leixaram vazia de suas pessoas e fazendas, e cheia de muito fogo, que as casas e reliquias d'ella sem proveito dos christãos se destruissem e queimassem. E após a primeira nova d'esta tamanha e não crida gloria, vieram logo outros que sem duvida o confirmaram, pelo qual El-Rei com muita gente de pé, e com os de cavallo que foi possivel, enviou logo á dita cidade D. João, filho do duque, que depois foi marquez de Montemór, aos XXVIII dias d'Agosto, dia de Santo Agostinho, que segundo se affirma foi já bispo d'ella.

E ao outro dia o dito D. João sem alguma contradição entrou na cidade, em que achou certas bombardas grossas, e muita outra artilharia e polvora, a que os mouros por desacordo e cegueira, ou por causa de mais seu damno não poseram o fogo, e o punham andando ás palhas e cousas pequenas das casas».

Tal é o passo que a tapeçaria representa.

Examinemos agora os tres aspectos essenciais desta composição que, a querer observar a cronologia histórica dos episódios, peveria ser lida como um triptico e da direita para a esquerda:

1) *A saida dos mouros.* — 2) *Tânger abondonada.* — 3) *A chegada dos cavaleiros portuguêses.*

*
* *

A saida dos mouros: A parte direita da composição representa o abandono da cidade pela mourama e é notável a riquêsa da indumentária e dos tecidos, o gôsto decorativo da composição. Os homens, nobres ou ricos mercadores, com turbantes de várias côres, alguns de veus ondulando ao vento, a cavalo, empunhando lanças, carregados de brocados, acompanhados de mulheres e crianças, transportando em fardos os haveres, marcham em massa compacta, fugindo ao captiveiro pelo exodo. Uma das mulheres, no primeiro plano, com um cesto à cabeça e um cofre, conduz ainda tres crianças, uma pela mão, outra ao cólo, outra emfim na sacóla que lhe pende às costas. O arranjo das cabeças mouras é por vezes de uma grande elegância como o daquela que, ao alto e na extrema direita, se envolve num véu com requintes de gôsto oriental e em que se sente a própria finura do tecido. Tudo contribui, nesta parte mourisca da tapeçaria, para exaltar a essência do seu valôr decorativo, feito do exotismo dos trajes, da riquêsa dos tecidos e da distribuïção admirável das côres.

Os tons dominantes — vermelhos, azuis, castanhos e verdes — são realçados pelos amarelos que douram os brocados e sêdas; e o que deveria sêr a perturbação confusa de um exodo enobrece-se com calma e magnificências de um cortejo oriental.

Tânger ao meio: perfumada de jardins e laranjais, é um aglomerado de casaria dentre a qual se destaca a mesquita maior com várias tôrres e minaretes. Surge completamente circundada de muralhas ameiadas, com baluartes nos ângulos, e excavada por uma profunda enseada onde se encrespam, frisadas de espuma, as ondas estilisadas do mar.

A-pesar da fantasia com que na época se representavam cidades, aliás conhecidas, Tânger tem aqui nesta figuração schemática particularidades que a permitem aproximar de outras representações da iconografia do século XVI, como a gravura do livro de Braunio. O que é impossível é confundi-la com Arzila, tal como o plano desta aparece nas gravuras do mesmo Braunio e nas ta-

TAPEÇARIA DE TÂNGER

PORMENOR DOS MOUROS ABANDONANDO A CIDADE

peçarias que indubitávelmente a representam, vista do lado da terra, e com o mar ao fundo, orlado pelo friso das náus.

A chegada da cavalgada portuguesa representada à esquerda, é a parte mais interessante da tapeçaria, a de mais palpitante evocação e aquela, emfim, que pela composição, caracter das armaduras e estilo das atitudes e das mascaras, mais afinidades revela com as primeiras tapeçarias descritas. A hoste está às portas da cidade e um alferes com um balsão vermelho e amarelo enrolado na haste, adarga às costas, gibanete azul, transpõe uma delas. Seguem-se-lhe outros cavaleiros, uns a pé com lança ou espada desembainhada no ar, gibanetes azuis, calças de malha vermelha, outros a cavalo empunhando lanças, todos revestidos de armaduras e celádas identicas às que já vimos e descrevemos nas tapeçarias de Arzila.

Mas desta brilhante cavalgada que desfila do fundo e vem dando volta às muralhas para entrar na cidade, destaca-se como figura primacial, um cavaleiro elegantíssimo de gibanete vermelho, capacete com *aigrette*, arnez de aço coberto de reflexos azulados, longo sapato ponteagudo *(à la poulaine)* firmado em estribos góticos. Monta um cavalo branco admiràvelmente desenhado (cabeça emplumada, gualdrapa de brocado vermelho e ouro) e estende o guante direito como o príncipe D. João na tapeçaria do cerco de Arzila, enquanto a mão esquerda segura a larga brida de sêda. Novo ainda, cara rapada, busto elegante, ricamente armado e montado em atitude de destaque na composição, é evidentemente D. João, condestabre do reino desde 1460, filho do duque e que segundo o cronista, comandava a cavalgada, tendo-a conduzido por encargo do rei que só alguns dias depois foi visitar a cidade. Por isso não figuram aqui nem D. Afonso V nem o príncipe, e entre os estandartes azuis, vermelhos e amarelos, não figuram os de Portugal ou o pendão régio, ao contrário do que sucede em tôdas as tapeçarias de Arzila, em que desde o mar coalhado de naus e fustagem até à tranqueira eriçada de balsões, com os castelos, as quinas e o rodízio espargindo lágrimas (ou a roda de S.ta Catarina) por tôda a parte domina a evocação dos emblemas nacionais. Foi esta ausência de personagens e pendões reais (que a identificação agora explica), que me levou a afastar, logo de início, uma ligação directa com Arzila, embora hesitando na sua interpretação.

O alferes que, a cavalo e ao lado de D. João, sustenta um balsão amarelo torrado, e logo atrás outro cavaleiro com um grande estandarte quadrado de brocado ou damasco da mesma côr, empunham certamente a bandeira da casa ducal de Bragança á qual o moço D. João pertencia. E o séquito vem surgindo do fundo, dos lados de Arzíla, vendo-se por detrás das muralhas da cidade a ondulação longínqua dos últimos capacetes da expedição.

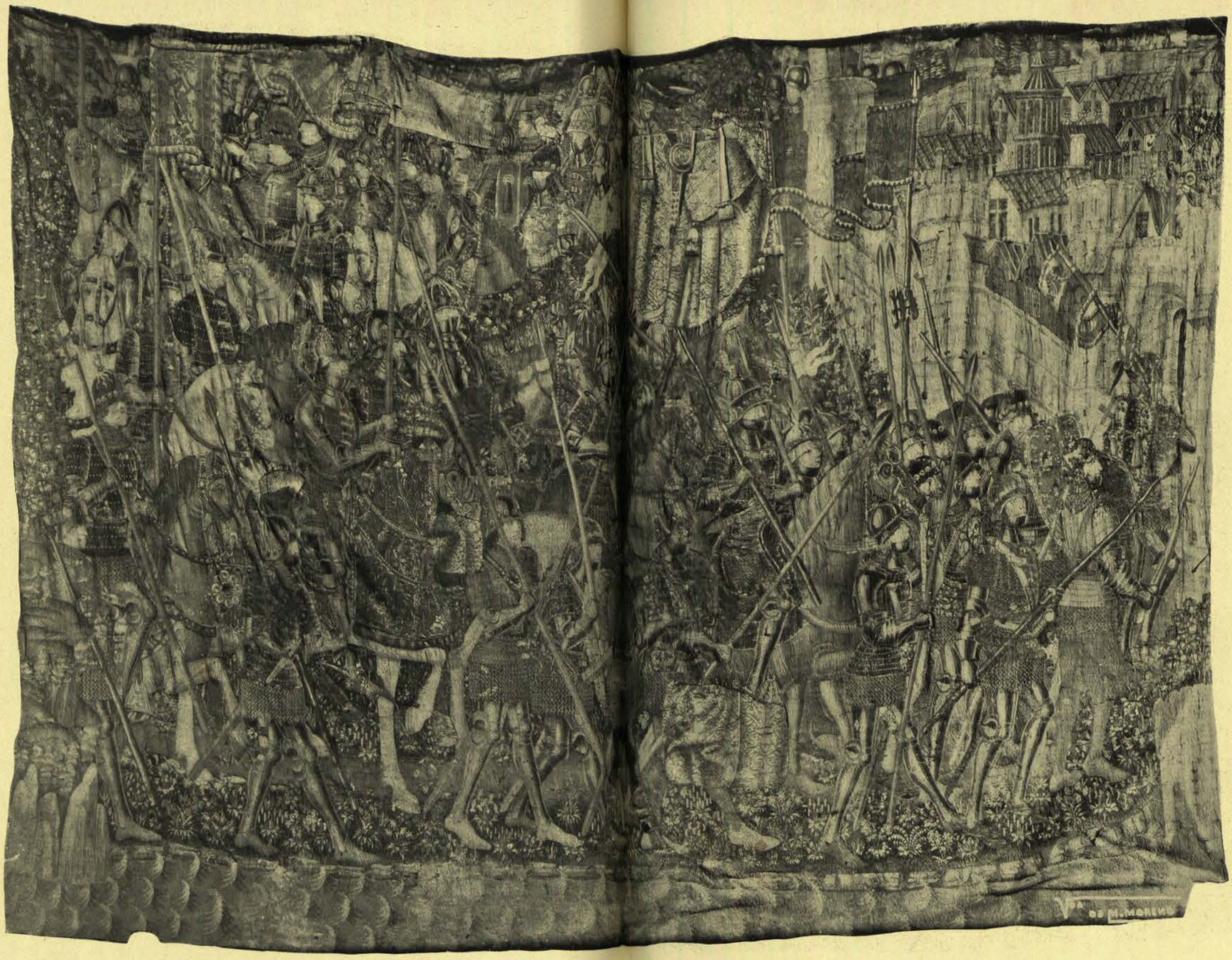
A tapeçaria está hoje cortada em dois pedaços que reunidos constituiam um só pano de ca. $10^m \times 4^m$ como os de Arzila. Bastante escurecidos, sem orla nem legenda, é ainda, como os outros, uma *haute-lisse* tecida a lã e seda, ponto bastante apertado. Dominam os tons vermelhos, amarelos, azuis, verdes e castanhos, estes os mais atacados pelo tempo.

A estas tapeçarias falta, mais ainda que às de Arzila, unidade de composição, cuja clara repartição em três partes permite, como já disse, lê-la como um tríptico.

Mais uma vez, como nas grandes composições da época (particularmente na tapeçaria), factos que não foram simultâneos como a saída dos mouros e a ocupação dos portugueses, são aqui representados a par. Assim víramos no mesmo pano de Arzila, momentos diversos do desembarque — como a chegada das naus, o transporte do rei e dos cavaleiros nos bateis, o episódio do naufrágio e por fim, já em terra, a marcha dos mesmos a caminho dos muros de Arzila — tudo representado na mesma composição. A tapeçaria quatrocentista, com o seu carácter narrativo e dimensões consideráveis, compunha juxtapondo passos diversos do mesmo feito como capítulos sucessivos da mesma crónica. Mas as deficiências de composição do conjuncto, que são em grande parte as da época e as do género, desaparecem na composição dos pormenores onde há efeitos decorativos do maior gôsto e riqueza de côr (como no grupo dos mouros), a par de trechos de grande estilo como o desenho equestre do futuro marquês de Montemor e dos cavaleiros que o rodeiam.

É neste grupo que se surpreende mais uma vez, e melhor que em qualquer outro pormenor, o estilo do artista que concebeu e desenhou os cartões, tão diferente do gosto de outras tapeçarias da época, mesmo se as compararmos com algumas das mais belas, como as de Zamora, que ainda recentemente examinei.

O espírito desta composição, a forma especial de desenhar as



TAPEÇARIA DE TANGER

CHEGADA DA CAVALARIA PORTUGUÊSA ÁS PORTAS DE TANGER

figuras, um pouco hirtas nas pernas, bustos cintados, marchando como hastes de aço, o próprio canon das suas proporções de uma elegância flamejante, a maneira de tratar armaduras, tecidos e arreios, com escrupulosa exactidão e sem mesquinhez, o caracter das mascaras emfim, nobres e sem a durêza caricatural da expressividade nórdica, tudo marca mais uma vez e em aspecto superior o estilo de Nuno Gonçalves.

Emfim, sob o ponto de vista da iconografia berbère, a indumentária do exodo é do maior interêsse além de que temos certamente aqui a mais antiga representação de Tânger, com os seus pomares, a cinta ameiada das muralhas cavadas pela enseada, e a evocação da mesquita maior, aliás traçada com um sabôr mais cristão do que musulmano.

Esboçada esta rápida e sumária descrição, como comentário às gravuras juntas, identificado o tema e mais uma vez o estilo do mestre que concebeu esta tapeçaria, como as outras de Arzila a cuja série pertence, é logico concluir que é ainda aos ateliers de Tournai, que devemos esta nova maravilha da *haute-lisse* flamenga.

REYNALDO DOS SANTOS.

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

ARTE E ARQUEOLOGIA

OS PORTUGUESES E A QUESTAO DE GLOZEL

HÁ mais de vinte anos, nas páginas monumentais da «Portugália», o rev. José Brenha e Ricardo Severo publicavam um largo estudo sôbre numerosos dólmens do concelho de Vila Pouca de Aguiar, explorados pelo primeiro daqueles articulistas e pelo rev. Rafael Rodrigues, e sôbre o espólio, em parte de-veras estranho, que fôra obtido naquelas explorações da vasta e importante necrópole transmontana. Além dos objectos vulgares nas jazidas megalíticas, registavam-se certas peças arqueológicas que o território português, tão rico em monumentos dolménicos, não fornecera ainda em nenhum dêstes nem haviam até então aparecido em estações similares doutros países.

No escasso mobiliário de fisionomia habitual figuravam alguns objectos de silex (como pontas de seta, facas e raspadores), vários machados polidos, carvões, pequenos fragmentos de cerâmica (todos lisos, menos um com mamilo), um amuleto de osso e pequenas pedras furadas que faziam, talvez, parte dum colar. Surgiram, porém, numerosas pedras insculpidas, não só as de cóvinhas e figuras ramiformes, que não são invulgares na cultura megalítica, mas também várias em que se haviam insculpido ou gravado representações heliomórficas e zoomórficas, algumas das quais são análogas ás figurações do ídolo feminino do neolítico e outras sugeriram a impressão de se tratar de animais quaternários da Europa, extintos ou

emigrados antes do período da pedra polida, como o *Elephas*, o *Rhinocerus*, porventura a rena. Mas o mais estranho eram ainda algumas pedras, quási tôdas com orifício de suspensão e em que se viam gravados sinais alfabetiformes, alguns mesmo dispostos em inscrições mais ou menos longas, em sucessivas linhas horizontais.

Já Estácio da Veiga, nas «Antiguidades Monumentais do Algarve», ao ocupar-se das inscrições ibéricas do sul de Portugal, afirmara a sua convicção de que as origens da escrita deviam remontar ao período neolítico, baseando-se sobretudo na aparição de poucos sinais num fragmento cerâmico da caverna dos Morcegos, Espanha, conquanto Gongora não tivesse dado tal significação a êsse achado seu e os restos arqueológicos encontrados na caverna atestassem não já o neolítico puro, mas o período inicial da idade dos metais, o eneolítico.

As descobertas da serra transmontana de Alvão conduziam, naturalmente o rev. Brenha e Ricardo Severo a apoiarem a tese de Estácio da Veiga, formulando a suposição da existência dum alfabeto neolítico no ocidente europeu. Recuava-se a antiguidade do alfabeto em alguns milénios e deslocava-se do oriente para o extrêmo ocidente ibérico o lugar da sua aparição que até aí se supunha correntemente sêr a Fenícia, e também alguns imaginaram no Egito, na Assíria, na Palestina, em Creta, ou mais vagamente na bacia do mar Egeu, etc.

Mas, nos meios cultivados da especialidade, os estranhos achados de Alvão suscitaram um scepticismo quási geral. Recordo-me ainda da descrição que o saudoso dr. José Fortes me fez do ambiente hostil que os Portugueses encontraram num congresso internacional em que o assunto foi pôsto em discussão. Apenas alguns Ingleses lhes deram a sua solidariedade nesse debate. A opinião dominante era a de que os nossos investigadores tinham sido victimas ingénuas duma grosseira mistificação. Alfabeto e animais quaternários de Alvão — era tudo falso. Poz-se um ponto final no assunto. Deixou-se, quási por completo, de falar no caso. Fez-se um silêncio funéreo...

Eis que, há poucos meses, os achados de Alvão ressuscitam, trazidos à tela da discussão por Salomon Reinach, Leite de Vasconcelos, Camille Jullian e tantos outros arqueólogos eminentes. Repara-se a injustiça feita aos investigadores portugueses, e, se muitos discordam da cronologia neolítica dos objectos tão discutidos, todos reconhecem a sua autenticidade e seu interêsse arqueológico.

Como se deu tal mutação? Como se explica êste autêntico «golpe de teatro»?

É que em 1925, em Glozel, pequena localidade francesa do Allier, perto de Vichy, se descobriu uma jazida arqueológica que despertou grande curiosidade, e até sensação, no mundo culto, e na qual apareceram objectos estranhos com certas afinidades com os documentos de Alvão. Houve também, a princípio, um movimento do scepticismo, falou-se mesmo em falsificação, mas, a breve trecho, se reconheceu a autenticidade arqueológica da estação e dos objectos encontrados e as analogias com as aquisições trasmontanas apareceram a muitos espíritos. Salomon Reinach, a princípios scéptico, determina-se e exclama: «Glozel e Alvão confirmam-se mutuamente. Duvidei, já não duvido». E escreve a José de Figueiredo, acentuando o facto de terem sido os Portugueses verdadeiros precursores nesta ordem de descobertas relativas às origens do alfabeto.

E o que aparece em Glozel? Primeiro, uma fossa oval de perto de 3.m de comprimento, construida em tijolo, argila crua e calhaus e contendo escórias vítreas, alguns objectos em pedra polida e fragmentos de cerâmica; depois, a pequena distância, mais objectos de pedra, osso e argila, como fragmentos de sílex, machados polidos, aneis de schisto, punções, arpeus, vasos grosseiros, lâmpadas muito simples, esferóides com apêndices e particularmente tijolos com inscrições alfabetiformes, pedras com animais gravados e ídolos fálicos ou bisexuados em argila.

O dr. Morlet, que, com E. Fradin, descobridor da jazida, fez as explorações, e que publicou já três fascículos e vários artigos no «Mercure de France» sôbre a estação e seu espólio, separa cronológicamente a fossa dos objectos encontrados fora dela, especialmente dos tijolos com sinais alfabéticos, que, com o recente apoio de Breuil, diz pertencerem a um nível muito mais antigo. Suposta a princípio uma sepultura neolítica, a fossa foi depois considerada um fôrno para o fabrico do vidro, em vista da aparição de escórias vítreas e duma camada vitrificada nos tijolos expostos ao fogo, bem como pela contextura gresosa da cerâmica ali encontrada, da qual difere a restante no facto desta última ser muito mal cozida.

Dos objectos supostos mais antigos, os sílices recolhidos são fragmentos atípicos, pouco ou nada retocados, em grande parte restos de utensílios, como machados, que teriam sido utilizados talvez para enterrar tijolos de inscrições e os objectos votivos. Os arpéus de osso, que a princípio sugeriram paralelismos com os arpéus madalenenses, são, na autorizada opinião de Breuil (o qual acaba de publicar em «L'Anthropologie» uma

das melhores descrições da jazida e do seu espólio, que até agora apareceram na já vasta literatura sôbre o assunto), muito diferentes dos tipos madalenenses: »Je ne connais actuellement aucun harpon d'aucun âge qui soit aussi mal réussi», escreve o eminente arqueólogo, acentuando a imperfeição grosseira dêsses objectos de Glozel.

As gravuras de animais, que despertaram também reminiscências madalenenses, falando-se em que a rena figurava entre elas e evocando-se a arte animalista quaternária, têem sido muito discutidas. A determinação da rena foi posta de parte, mas não se chegou a acôrdo entre os paleontologistas sôbre a espécie de Cervídio de que se trata. A verdade é que, confirmando o meu juizo sôbre os espécimes animais de Alvão, Breuil considera as gravuras de animais de Glozel como duma nítida «imprecisão zoológica», «grafites elementares e obscuros», «*sem a menor semelhança com qualquer arte naturalista.*»

Numa gravura que representa uma scena de aleitamento, um quadrúpede, talvez uma cabra, está amamentando um pequeno animal que, como com razão afirma aquele arqueólogo, mais parece um canídeo do que um cabrito...

A cerâmica, simples, grosseira e mal cozida, não tem vestígios de utilização. Não se assemelha à cerâmica neolítica vulgar, nem à cerâmica comum da época romana. É inferior a ambas. Alguns vasos apresentam, em relêvo e depressões, o rosto humano (arcadas supraciliares, olhos, nariz), faltando a bôca, o que foi interpretado como significando o silêncio dos mortos. Estas figurações foram consideradas pelos seus descobridores análogas às de vasos eneolíticos de Hissarlik e aos ídolos dos dolmens ocidentais. Aparecem também em Glozel estatuetas grosseiras, com o rosto humano já descrito e representações dos orgãos sexuais externos masculinos, aos quais se associa também, nalgumas, a indicação da vulva.

Sôbre alguns animais gravados, sôbre algumas pedras e machados, e sobretudo em numerosas placas de argila aparecem sinais alfabetiformes que constituem o detalhe mais interessante e sensacional do espólio arqueológico de Glozel. O dr. Morlet conseguiu encontrar cêrca de 100 caracteres diferentes, considerando-os como pertencentes a um primitivo alfabeto neolítico ocidental, do qual teriam derivado, com as simplificações necessárias, vários alfabetos mediterrâneos, os quais estariam assim longe de se deverem considerar os mais antigos.

Ora, foi todo êste curioso pecúlio de aquisições que suscitou ao dr. Leite de Vasconcelos, Reinach, Jullian e outros a ideia de analogias com os achados portugueses de Alvão. Lápides com inscrições em sinais alfabéticos desconhecidos, calhaus com gravuras animais, figurações do ídolo feminino (embora

apresentando boca, e com ausência das representações fálicas e bisexuadas de Glozel), tudo de envolta com objectos de pedra polida e, para mais, encontrado na proximidade dum regato e ainda num meio megalítico, que, não sendo o caso da estação francesa, concordava, no entanto, com a data atribuida a esta — fôram os aspectos de Alvão que os achados glozelianos logo fizeram evocar em natural associação ideativa.

Nos «Trabalhos» da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (vol. III, fasc. II) e numa conferência perante esta Sociedade em 18 de Dezembro de 1926, expuz com o possível desenvolvimento a seqüência dos debates em tôrno de Glozel e Alvão, debates algumas vezes cheios de vivacidade e calor, que passaram do âmbito das monografias, das revistas especializadas e das Academias scientíficas para o domínio da imprensa noticiosa e dos magazines ilustrados, destinados ao grande público. Não reeditarei aqui essa exposição na qual registei, em dada altura, o meu próprio juizo pessoal sôbre os documentos de Alvão, por mim examinados na Póvoa de Varzim, juizo que transmiti a Camille Jullian, em resposta a um bilhete seu, alguns dias antes das suas comunicações na Academia das Inscrições relativamente a Glozel. Tive, nessa visita à Póvoa, ensejo de trocar também impressões com o Rev. Brenha, a quem devi depois a gentileza de trazer os discutidos objectos à sessão da Sociedade de Antropologia em que fiz a minha conferência.

Da exposição referida limito-me a extraír a indicação sumária das principais téses em presença, adicionando-lhe, porém, a notícia de alguns pontos de vista apresentados posteriormente e a referência a uma visita que fiz há poucas semanas aos dolmens d'Alvão.

Van Gennep, Salomon Reinach, Loth, Espérandieu, Morlet, e outros investigadores pronunciam-se abertamente pela data neolítica de Glozel, onde não encontraram vestígios dos metais e, muito menos, da época romana. Reinach fala de 3500 anos antes de Cristo. Os sinais alfabéticos, até agora indecifráveis, são ali três vezes mais numerosos do que em qualquer alfabeto conhecido.

No polo opôsto, Camille Jullian decidiu-se pela data romana dos achados: simples *bric-à-brac* de feitiçaria, de cêrca de 300 anos depois de Cristo, dos tempos de Probo e Diocleciano; simples *bas-fonds* do paganismo romano nas vésperas da sua queda. O alfabeto seria apenas um cursivo latino, as inscrições conteriam nomes de demónios e fórmulas mágicas, como as dos papiros, sobretudo os de Oslo e as placas do deus Setk. «Tôda a equipagem mágica: os sílices de cabeças de macha-

dos prehistóricos em *ex-voto*, os desenhos de animais fantásticos (corça e pavão cornudos, o «animal terrificante» com o peito servindo de cabeça, tôdas essas figuras monstruosas que excitavam a cólera de S. Jerónimo); as bonecas de bruxaria (que mostram ainda o vestígio da agulha que as perfurou e dos fios de lã que as prenderam), e êsses rostos famosos, sem bôca, dos enfeitiçados — *envoûtés* — (donde proveiu a palavra *vultus*, significando face de *envoûtement*, em francês *envoûter*; depois tôda a cerâmica familiar às feiticeiras (ornada com essas figurações talismânicas, como os bronzes gregos de que estas vasilhas e grés são o equivalente vulgar: figuras da cabeça de gavião, da estrêla do mar, da planta de hipomanes, etc.); ainda, falos em estado de depressão, calhaus com iniciais de demónios, etc., etc.».

Jullian teria conseguido lêr «algumas fórmulas de imprecação, ou de ordem, ou de oração ás divindades misteriosas ou aos seus devotos: *sta*, para! *sali*, salta!, etc. etc. Conseguira lêr expressões como estas: *movete oblatos* (trazei as oferendas), *huc xali*, ao lado duma escada (salta a escada), *(liga oxum)* liga o osso). Alvão, Baarburg (Suíça), Tell-Sandahana (Palestina), são estações do mesmo género, porém menos abundantes. Sôbre Alvão prometeu Jullian um estudo especial, que espero com interêsse.

A tese do insigne autor da «Histoire de la Gaule» foi perfilhada, entre outros, pelo conde Bégouen, em recentes conferências na Universidade de Toulouse, e, num artigo na «Revue Scientifique» fornece-lhe também apoio L. Franchet, para quem o fôrno de vidraria seria contemporâneo dos tijolos com inscrições, o que não permitiria atribuír a estes últimos uma data anterior a La Tène III, ou seja à última fase da idade do ferro. Segundo Franchet, não só o fabrico do vidro, como também a presença de certos objectos polidos e dum afiador, implicaria a presença de metais. Para o mesmo autor, os rostos esquematizados da cerâmica não são privativos do eneolítico de Hissarlik, antes os vasos de Glozel teriam maiores afinidades com espécimes de La Tène. Acrescentarei, pela minha parte, a menção duma urna androprósopa de Pulcará de Tilcara (Jujuy, Argentina), figurada na estampa XIII de «La esfinge indiana», de J. Imbelloni. Falta-lhe a bôca, como nas de Glozel, e figuram os seios, como em Alvão. Emfim, os ídolos fálicos, segundo Franchet, seriam uma anomalia no neolítico e na idade do bronze. Aparecem na segunda idade do ferro e tornam-se muito comuns na época romana.

As objecções formuladas a Jullian pelos partidários da cronologia neolítica são numerosas. As principais fundam-se na ausência em Glozel

de objectos de metal, duma moeda, de qualquer fragmento de cerâmica romana bem típica. Acresce a afirmativa de que os caracteres de Glozel são irredutíveis aos dum cursivo latino. Nêles «não é possível a sério ler latim... mesmo de feiticeira», afirma Reinach.

Alguns arqueólogos manteem uma atitude de reserva. Capitan, por exemplo, declarou-me pessoalmente em Roma que não se pronunciava por enquanto na matéria. O Dr. Leite de Vasconcelos acha insuficientes e pouco sistemáticas as escavações realizadas e não se admirará se aparecer ainda metal, o cobre. É também o ponto de vista de Breuil, que, no entanto, se não inclina para a tese de Jullian e acentua a fisionomia exótica dos achados glozelianos, que aparecem tão extranhos perante a cultura ordinária da região, como seriam para as tríbus indígenas os Espanhois de Cortez, ao visitarem no México a côrte de Montezuma. Um machado polido com espigão, encontrado na jazida do Allier, sugere a Breuil reminiscências de tipos indo-chineses... Em qualquer caso, nada de paleolítico, de azilense, de tardenoisense, de megalítico, do nosso neolítico normal!

Nada de megalítico: eis um juízo autorizado em favor da tese que tenho defendido de que os achados também aberrantes da serra de Alvão pertencem a uma cultura diversa da dos dolmens e decerto posterior a ela, talvez muito posterior. O carácter exótico que Breuil salienta no espólio de Glozel e que se poderia notar em Alvão, a sua feição extranha, anómala, aberrante, é um facto que confirma, a meu vêr, a natureza mágica dos achados. A tese de feitiçaria é admissível. Ambiente de mistérios chocantes, práticas de magia, na penumbra, na calada da noite, a ocultas do vulgo. Não admira que os estudiosos se sintam perplexos e hesitantes perante factos que se desenrolaram à margem da existência ordinária, sem a luz clara do dia.

As gravuras animais e as inscrições mais evidentemente alfabetiformes de Alvão apareceram apenas num dos trinta e tantos dolmens explorados pelo rev. Brenha naquela área. Trata-se, sem dúvida, a meu ver, a despeito do parecer em contrário do rev. Brenha, duma sobreposição cultural ulterior à época megalítica. Nada apareceu de análogo nos muitos outros dolmens portugueses. Nada de extranhar que tivesse sido depois do neolítico e até muito depois do eneolítico, utilizado um dos dolmens de Carrezedo de Alvão para antro ou *officina* de feitiçaria rústica. Tôda a nossa arte megalítica difere da imperfeita arte animalista ali descoberta, como da de Glozel.

Visitei há algumas semanas aqueles dólmens, tirando algumas fotografias e fazendo o meu companheiro de excursão, sr. Rui de Serpa Pinto, alguns levantamentos topográficos. Traçarei noutro lugar o relato pormenorizado da excursão. Registarei agora apenas o facto de, num regato próximo, ter encontrado calhaus de variada natureza mineralógica, que, com pequenos retoques da sua morfologia natural, dariam a impressão de figurações humanas ou animais. O rude escultor e gravador de Alvão teve à sua disposição êsse material, e a fórma dos animais por êle representados seria em grande parte função dos caprichos da Natureza, pródiga, ali, em calhaus das fórmas mais fantásticas. É a absoluta «imprecisão zoológica», na justa expressão de Breuil, imprecisão que torna vão o esfôrço dos zoólogos e paleontologistas para a determinação rigorosa de espécies nessas tôscas figurações.

Nos artigos que escrevi e na conferência que fiz, com tôdas as reservas que a natureza do assunto — fóra do âmbito da minha especialização — me dictava, manifestei-me contrário à aproximação dos alfabetos de Glozel e Alvão, inclinando-me antes a crêr êste último muito semelhante ao alfabeto ibérico, conhecido pelas inscrições do sul de Portugal, pelas legendas dalgumas moedas autónomas e por inscrições da Andaluzia, de Luzaga, etc. Conclui que, a não ser da época romana (como quere Jullian), o espólio anómalo de Alvão será, quando muito, um pouco anterior ao princípio da segunda idade do ferro (cêrca de 500 anos antes de Cristo), data presumida daquelas inscrições. É preciso notar, porém, que o alfabeto ibérico é ainda empregado na época romana, como se depreende das moedas bilingues.

Mas a abundância de materiais líticos em Alvão, o carácter rude do seu espólio, a falta — será, em parte, casual? — de metais e de cerâmica típica, são factos que levam a crêr, como em Glozel, que ainda ali se não tinha atingido a cultura romana ou que havia sobrevivências locais de culturas muito primitivas, em que a pedra não fôra ainda amplamente substituida pelos metais como matéria prima.

Tive a satisfação de receber de Jullian e outros ilustres investigadores palavras de concordância com a minha opinião de que os sinais de Alvão eram afins não dos de Glozel mas dos caracteres ibéricos, que Jullian diz escritos ali por mão inexperiente.

Nas suas conferências em Toulouse, o conde Bégouen referiu-se à cronologia que atribuí aos objectos de Alvão. Pela sua parte, êle pronunciou-se, estudando directamente o respectivo material, pela data romana dos documentos de Baarburg, cuja antiguidade a imaginação de investigadores inglêses tinha recentemente exagerado.

BIBLIOGRAFIA

Aguardemos o estudo de Jullian, já anunciado. Aguardemos sobretudo novos achados. Por enquanto mantenho os meus juizos, formulados entretanto com as necessárias reservas.

Não era de estranhar que a fantasia se tentasse apoderar de documentos, que são, na verdade, de aspecto fantástico. Não faltaram os teósofos e os paladinos da realidade da mítica Atlântida a reclamar largo quinhão na interpretação dos famosos achados.

Quanto ao continente da narrativa platónica, creio que ninguem duvidará da sua nova submersão depois dum estudo profundo e sério que Paul Coussin publicou no «Mercure de France» e que vem victimar de nova catástrofe não o continente atlântico, muito remoto, admitido pelos geólogos, mas uma Atlântida quási histórica, país de fantasia, Terra da Promissão de tantos romancistas, poetas e devaneadores.

Nada de confusões. Glozel e Alvão pertencem à Sciência autêntica. A reconstituição do passado exige imaginação. Mas não há o direito de concluir sem provas documentais suficientes e partindo de premissas vagas e fantasiosas, quási gratuitas.

Ao revêr as provas das linhas anteriores, escritas há mais de quatro mêses, verifico que nêsse lapso de tempo a questão de Glozel e a de Alvão revestiram novos aspectos que convém arquivar nesta notícia, em-obra em brevíssimo aditamento.

Um eminente zoólogo norueguês, o Dr. Brinckmann, habituado a vêr em abundância renas vivas, não hesitou em dar a Loth a opinião de que, sem a menor dúvida, a rena era um dos animais representados pelos gravadores glozelianos. Sobreviveu, pois, a rena em França aos últimos tempos quaternários? E até quando? Intrincado problema!

O conde Bégouen veiu a Portugal há poucas semanas fazer conferências sôbre a arte quaternária francesa, documentando-as com numerosas projecções, muitas das quais relativas a importantes descobertas suas. Ocupou-se também dos achados de Glozel, definindo novamente uma atitude favorável à tese de Jullian. O conferente, como dias depois o seu ilustre compatriota Pierre Paris, teve ocasião de examinar no Instituto de Antropologia da Faculdade de Sciências do (Pôrto, onde foram depositados pelo rev. Brenha), os objectos de Alvão que se encontravam na Póvoa de Varzim. Confirmou na sua conferência a minha opinião de que êsses objectos são certamente post-megalíticos, e mostrou-se disposto a ocupar-se dêles numa comunicação à Sociedade Prehistórica de França.

Durante a visita do conde Bégouen a Portugal, saíu no «Mercure de France» uma carta sua em resposta a umas críticas ali feitas às suas conferências de Toulouse, e últimamente na mesma revista foram insertas cartas de Loth, Espérandieu, Morlet e Audaulent replicando a algumas considerações do seu compatriota.

Entrementes, Camille Jullian teve a bondade de me enviar as *Notas galo-romanas* que sôbre «O campo mágico de Glozel» vem publicando na «Revue des Études Anciennes». Alí procura decifrar algumas inscrições, dando-as como escritas num cursivo latino, e trata igualmente de interpretar os diferentes objectos encontrados em Glozel, dentro da sua concepção de que pertencem ao espólio dum feiticeiro galo-romano. É grande a erudição revelada nessa interpretação, sendo para notar que não é fácil pôr limites ao capricho ou à fantasia de feiticeiros.

Num dos números da mesma revista, o eminente académico ocupa-se do nosso folheto sôbre «Glozel e Alvão», com cujos pontos de vista relativamente à independência das inscrições de Alvão e dos dólmens, concorda, declarando igualmente que as inscrições parecem simples variedades, deformadas num semi-cursivo, dos alfabetos ibéricos. Afasta-se, porém, da minha opinião sôbre a data, que, para êle, é muito vizinha da era cristã e dos tempos romanos. Quanto às gravuras, diz serem imagens mais ou menos fantasistas de que usavam e abusavam os feiticeiros dos tempos clássicos, e procura interpretar algumas, dentro dessa orientação.

Quàsi simultâneamente, Van Gennep ocupava-se também do meu artigo no «Mercure de France», resumindo as suas conclusões, discordando apenas dos argumentos opostos à tese do «neolitismo» de Glozel, que, de resto, regista serem anteriores a certos «factos novos», como a identificação da rena, que modificaram alguns elementos do problema. Manifesta extranheza pela importância que liguei às interpretações de Jullian, importância aliás devida, por quem, como eu, não é epigrafista nem especialista em assuntos de magia galo-romana, nem estudou *in loco* o espólio e a estação de Glozel, a um membro ilustre da Academia Francêsa, autor da «Histoire de la Gaule» e director da «Revue des Études Anciennes», publicada por várias Universidades francesas. E, embora Jullian não tivesse vizitado Glozel, não lhe faltariam elementos de informação.

Van Gennep transcreve uma carta que lhe dirigi em 11 de Abril de 1927, na qual resumo as minhas opiniões, nessa data, sôbre Alvão: diferença do alfabeto de Alvão relativamente ao de Glozel; sua analogia com o alfabeto ibérico; *terminus post quem* para a cronologia das ins-

crições de Alvão — a época megalítica; *terminus ante quem* ainda não determinado; emfim (como as inscrições ibéricas são em geral atribuídas à segunda idade do ferro), talvez as de Alvão sejam um pouco anteriores a essa época, quere dizer da época de transição da primeira para a segunda idade do ferro (cêrca de 500 a. C.).

O eminente etnógrafo conclui que, se Alvão não constitui assim um argumento em favor da cronologia de Glozel, não pode tambem ser utilizada em favor da tese de Jullian, pois entre Alvão dum lado e Glozel datada por Jullian, haveria uma diferença de 800 a 1000 anos. Van Gennep também não encontrou afinidades estreitas entre o alfabeto de Glozel e os sinais ibéricos e celtibéricos publicados por Tylor e outros, e por outro lado com os sinais tírios. O mais acertado, escreve por fim, é esperar o termo das escavações e a publicação integral dos achados.

Escrevi de novo a Van Gennep, com data de 20 Junho, e da minha carta extráio os seguintes períodos:

« O dr. Morlet teve a amabilidade de me enviar todas as suas publicações sôbre Glozel (entre as quais figura um 4.º fascículo muito recente) e disse-me a respeito de Alvão que, em seu parecer, não poderá auxiliar-nos a datar Glozel. A precisão que procurei dar à cronologia dos objectos da estação portuguêsa é apenas *provisória*. Fundei-a sôbre a data que tem sido atribuída às inscrições ibéricas do sul de Portugal. Tudo o que se pode dizer de *positivo* é que o *terminus post quem* para os objectos é a época megalítica...

« Não tenho uma opinião definitiva sôbre a cronologia e os objectos de Glozel... O que me impressiona ali vivamente é a profusão, a abundância de inscrições. Se não é uma *officina feralis*, seria uma verdadeira biblioteca, ou melhor um verdadeiro arquivo. Mas que diremos dos objectos evidentemente votivos?

« Conheceis bem a raridade das inscrições egípcias antes da época Atinita. A escrita ordenada, regular (contendo muitos sinais dispostos sucessivamente em inscrições mais ou menos extensas) não aparece no Egito senão tardiamente. Em Glozel nós não vemos sòmente sinais isolados ou em pequeno número, inscrições curtas como as da escrita linear muito antiga do Egito, da qual nos fala Flinders Petrie. Temos ali longas inscrições, seguidas, ordenadas, que até hoje ainda se não encontraram em nenhuma outra estação tipicamente neolítica (e estas são inúmeras...).

« Primeiro afastei absolutamente a hipótese de Elliot Smith que rejuvenescia o madalenense e o neolítico da Europa ocidental... Dais firmemente a rena como um dos animais figurados nos calhaus de Glozel.

Êsse facto e os caractéres arcáicos de muitos objectos dessa estação levam-me, assim, a pensar em *sobrevivências*, em épocas relativamente pouco antigas, não só de tipos animais que até agora se consideravam do quaternário da região, mas também de culturas muito antigas poupadas pela distância ou pelo isolamento geográfico às influências civilizadoras exteriores. Seria um fenómeno de *segregação* biológica e cultural... »

Já no meu artigo citado (v. p. 24) falava eu da hipótese dessas sobrevivências.

Mas, poucos dias depois, a imprensa parisiense e uma nova carta do dr. Morlet anunciavam-me a abertura, em Glozel, de duas sepulturas que continham um abundante mobiliário do género do encontrado nas escavações anteriores : vasos de argila com máscara, calhaus com gravuras animais e inscrições alfabéticas, arpeus de osso, tijolos com inscrições, ídolos bisexuados, etc. Espérandieu comunicou êstes resultados à Academia das Inscrições.

Aguardemos a publicação dos relatos dos novos achados.

Mas, não aparecendo ali os ritos funerários banais da época romana e não se descobrindo nenhum objecto de metal ou de cerâmica típicamente romana, poderá manter-se a interpretação de Jullian ?

Em vista da falta do metal, em vista da presença de cerâmica grosseira, em que avulta a chamada máscara neolítica, em vista das gravuras animais, entre as quais a da rena (como declara Brinckmann), em vista, em suma, da fisionomia dum arcaísmo remoto, com que sob o aspecto tipológico (inscrições áparte) nos aparece Glozel, será a cronologia absoluta desta estação igualmente remota, será ela, como diz Morlet, dum *neolítico antigo* ?

Ou, emfim, devemos admitir, como aventei, *sobrevivências* de tipos e formas arcáicas, em épocas relativamente pouco remotas, comquanto anteriores à época romana ?

Van Gennep tem razão em aconselhar que se espere. A verdade é que estamos numa hora crítica da história desta sciência. Glozel e Alvão aparecem fora dos quadros comuns. Teremos porventura de refundir classificações e cronologias cujo estabelecimento tantos e tão porfiados esforços requereu.

Seremos forçados talvez a admitir para o início do alfabeto ibérico, como do alfabeto em geral, datas muito anteriores às que usualmente se admitiam. Isso implicará, entretanto, uma duração extremamente longa do alfabeto ibérico, e dum modo geral dos alfabetos primitivos, ou a sua aparição em duas épocas separadas por muitos séculos de esquecimento e abandono.

BIBLIOGRAFIA

São problemas que temos de deixar em suspenso. Registemos apenas a interferência dos investigadores portugueses neste debate. Van Gennep faz precisamente notar, nas suas considerações sôbre o meu artigo, que as descobertas de Alvão tiveram por conseqüência que o problema de Glozel interessasse mais directamente aos nossos compatriotas do que aos estudiosos doutros países.

A. A. MENDES CORREIA.

HISTORIA E FILOLOGIA

JACOB SAMUEL WIJLER: *ISAAC DE PINTO, SA VIE ET SES ŒUVRES*, s. d., Apeldoorn, 116 pág.;

SAMUEL SCHWARZ: *OS CRISTÃOS NOVOS EM PORTUGAL NO SÉCULO XX*, Lisboa, 1925, XXII e 110 pág.;

FRANCISCO MANUEL ALVES, REITOR DE BAÇAL: *OS JUDEUS NO DISTRITO DE BRAGANÇA*, Bragança, 1925, CXIV e 209 pág.;

LUCIEN WOLF: *REPORT ON THE MARRANOS OR CRYPTO-JEWS OF PORTUGAL*, Londres, 1926, 20 pág.

ISAAC Pinto, ou de Pinto, consoante se assinava por afectação de nobreza, é a figura proeminente do judaísmo português no século XVIII, e a última de realce entre os correligionários de Holanda. Homem superior pela inteligência e cultura, afamado pela riqueza, não há dúvida que foi no seu tempo uma das pessoas em evidência nos meios ilustrados da Europa.

O estudo de Wijler, tese para doutoramento em Letras e Sciências na Universidade de Amsterdão, é principalmente consagrado às opiniões do judeu famoso, manifestadas em seus escritos. Uma das partes versa as ideias económicas, políticas e religiosas; outra a célebre controvérsia com Voltaire, acêrca do valor moral da raça hebraica; mas uma divisão preliminar, com a resenha biográfica, oferece-nos algumas notas não destituídas de interêsse para o conhecimento da individualidade.

Os de Pinto — diz-nos o autor — eram uma antiga família honrada e

rica, possuidora de títulos de nobreza. A verdade é que um antepassado cristão novo tinha ido, em 1607, com mulher e filhos, da Península para Antuérpia, onde provàvelmente, como tantos outros, praticava o judaísmo a ocultas. O primeiro da família a estabelecer-se em Holanda foi um filho dêste, de nome Gil Lopes Pinto, residente algum tempo em Roterdão e depois passado a Haia. Seria talvez seu neto David Pinto, pai de Isaac, segundo génito, que veio ao mundo em 1717, já em Amsterdão. Não se sabe ao certo, se provinham de Portugal ou de Espanha; mas um e outro país eram pátria comum dos hebreus, e estes, de qualquer das partes, designados no estrangeiro por portugueses. Quanto à nobreza hereditária, a qualidade de cristãos novos e o corriqueiro apelido, aniqüilam a pretenção. O que não embaraçou os reis de armas de Holanda, quando lhes riscaram o brasão pomposo — de ouro com cinco crescentes de vermelho — que figura em várias obras heráldicas, entre as quais a *Armaria das famílias distintas holandesas*, por onde a fidalguia da estirpe em todo o tempo se provará.

Os crescentes de vermelho eram o emblema dos Pintos de Portugal, e data o brasão do século XIII. O primeiro a usá-lo, assim como ao apelido, foi D. João Garcia de Sousa, senhor de Alegrete, governador de Lamego em 1250, a quem, dizem alguns linhagistas, por ser mui bizarro e gentil de figura, chamaram o *Pinto*. Outros contam que o nome lhe deu o rei Afonso III, quando o viu tornar ensangüentado de certo combate com os mouros no Algarve. Em suma, Pinto lhe ficou por alcunha, e êle a tomou para apelido de família. Na mesma ocasião adoptou por armas os crescentes, em memória de cinco estandartes, que seu pai, o Conde Mendo de Sousa, tinha arrancado em Mértola aos mouros. Por êste fácil meio o judeu de Amsterdão entroncaria na estirpe nobilíssima dos Sousas, e, se não mentem os nobiliários, através dela no rei Egica, grande perseguidor de seus maiores no tempo dos godos.

Mais plausível será que o sangue de Isaac Pinto andasse nas veias de Lopo Dias Pinto, de Beja, que abjurou em forma o judaísmo e foi incluído no perdão geral de 1605, comprado por um milhão e setecentos mil cruzados de dádiva dos cristãos novos à coroa (o primeiro dos Pintos chegou a Antuérpia em 1607, como sabemos); ou de António Lopes Pinto, de Santarém, que deixou viúva a Beatriz Pinto, queimada no auto de 28 de Novembro de 1621, em Lisboa, por diminuta, devido isso a não ter denunciado nas confissões os filhos e o segundo marido. Gil Lopes Pinto se chamava o avô de Isaac, que introduziu a família em Holanda; e, se tão vulgar apelido é frágil indício de parentesco, a coïncidência do

sobrenome cria já uma aproximação. Como quer que fôsse, todos os Pintos de Portugal e Brasil — e são legiões dêles — poderiam reivindicar as cinco luas do senhor de Alegrete, com direito igual ao dos homónimos da Holanda. E com a circunstância de serem poucos dêles descendentes de conversos, entre os quais não era freqüente o apelido, como se vê das listas dos autos-de-fé.

Parecerá frívola nos tempos de agora a discussão. Neto de Egica e dos Sousas, ou dos correligionários que há mil e duzentos anos se rebelaram contra o rei gôdo, Isaac Pinto é o mesmo homem. Cada um vale por suas acções e pensamentos e não por genealogias, embora concorram estas para fabricar a individualidade. Ás vezes é necessário rejeitar a herança e romper por novos rumos. Tal foi o caso de Espinosa. Êste de Isaac Pinto merece nota como sintoma de psicologia colectiva. Não contentes, êle e muitos outros judeus peninsulares, de se julgarem o escol da raça, por descenderem da tribu de Judá, (« Diante de ti, Judá, se prostrarão os filhos de teu pai »; assim Jacob diz no *Genesis*), emquanto as demais provêm só de Benjamim, o último dos filhos; não satisfeitos dessa alegada superioridade entre os da mesma estirpe, buscam também adquirí-la, e por meios parecidos, entre os que são de outro credo e outro sangue. Não sou eu o que trago à praça o ridículo. Foi Pinto; são os israelitas de brasão de armas; são os da casta que, desvanecidos, como o biógrafo de Isaac Pinto, crêem a estes só pela palavra.

Pinto, que figura no conto do *Homem dos quarenta escudos*, de Voltaire, residiu por algum tempo em França, onde entretinha relações de amizade com pessoas de alta jerarquia. As que teve com o Duque de Richelieu facultaram-lhe intervir, quando êste era governador da Guiena, na perseguição que os judeus portugueses de Bordéus moviam aos correligionários de Avinhão, invocando seus privilégios para os fazer expulsas da cidade e da província. A carta de súplica, dirigida ao Marechal, foi publicada na obra de Th. Malvezin, *Histoire des juifs à Bordeaux*. Outra, de recomendação a favor de Marat, como homem de letras por êle apreciado, e que a êsse tempo fazia parte da criadagem do Conde de Artois, irmão de Luís XVI, é dos poucos documentos que restam de sua mão.

Os judeus holandeses, sempre nas melhores relações com a casa de Orange, prestaram-lhe bons serviços. Os de Isaac Pinto não foram insignificantes. Por suas diligências o *Stadhouder* Guilherme IV foi eleito Director Geral das duas Companhias das Índias neerlandesas, Orientais e Ocidentais, o que, sendo útil às sociedades, favorecia a acção política

do Príncipe e lhe proporcionava vantagens pecuniárias. Também por sua intervenção e conselhos, se acomodaram as divergências, entre as Companhias das Índias inglêsa e francesa, facilitando assim a paz das duas nações competidoras, em 1763. Como capitalistas, êle e parentes seus participaram largamente em empréstimos aos governos neerlandês e britânico, serviço notável em uma época na qual nem o crédito dos Estados tinha como hoje a primazia, nem a finança internacional se achava organizada ainda. Desta arte de uma e outra banda do Canal Inglês a raça adquiria proeminência.

Segundo a voz corrente, a riqueza de Isaac Pinto, herdada e aumentada com sua indústria, devia ser imensa. Certo viajante inglês, que visitou em 1709 a casa onde êle nasceu, refere ter visto lá uma sala com o pavimento de moedas de ouro. Mas outro visitante, desta vez alemão, indo cinqüenta anos depois, debalde procurou o assoalho maravilhoso. Certo é, todavia, existirem na casa muitas preciosidades. A residência de verão, no arrabalde, denominada Tulpenburg, Mansão das Túlipas — que riqueza da flor prezada na Holanda ostentariam os jardins! — excitava a admiração dos visitantes, e estimulava a musa de poetas aduladores do proprietário.

Em 1767 Pinto deu à estampa o *Ensaio sôbre o luxo*, obra estimável, incluída mais tarde no *Tratado da circulação e do crédito*. Um e outro escrito alcançaram grande voga, para que contribuiu o interêsse votado na época aos assuntos económicos. A obra completa, publicada em 1771, foi traduzida em alemão e inglês. Mas não só esta espécie de literatura ocupava os ócios do autor. Em 1771 saiu a lume o seu *Compêndio dos argumentos contra o materialismo*, com pretensões a refutar o *Sistema da natureza*, do Barão de Holbach. Como bom hebreu, não podia furtar-se Isaac Pinto a meditar nas relações do homem com o seu criador. Contudo, fugindo à tradição da sinagoga, não duvida mostrar-se indulgente para com os incrédulos. — «Tolerância é a minha divisa (diz êle). Lastimo os ateus, mas não está na mão de ninguém ser crente só por ter vontade disso. O ateu pode ser homem de bem, humano, caridoso e compassivo; tenho visto alguns exemplos». Todavia em outro lugar afirma: «Debalde fazem os materialistas o elogio da moral; carece de base a virtude se porventura Deus não existe». Na opinião de Wijler, Pinto era deísta. Em nenhuma parte do livro alude à Bíblia nem a religião revelada. Em todo o caso não faltava às práticas exteriores do culto, e em Amsterdão freqüentava a sinagoga, de que foi um dos administradores *(Parnassim)* em 1748.

Dessa época é o escrito *Reflexões políticas tocante a constituïção da nação judaica*, em português, de que o título, assim expresso, pode enganar os desprevenidos, mas cujo significado o seguimento explica: exposição do estado económico da associação cultural, suas desordens, meio de as remediar. Nada de política, no sentido mais comum da palavra. Nação judaica no significado que lhe davam os israelitas da terra: grémio dos da estirpe; e, em acepção menos lata, a sinagoga, centro da vida espiritual, pela qual de facto constituiam nação à parte.

Obra realmente de feição política são as *Cartas americanas*, em francês, como os demais escritos do autor, excepto o antecedente: três panfletos, publicados em 1776, contra os revolucionários das colónias britânicas. No parecer de Pinto não passavam êles de uma irrequieta minoria; zelantes calvinistas, animados do espírito de Cromwel, a tiranizarem a gente de bem. A uma de suas invectivas, pelo menos, não se deve negar o fundamento. Referindo-se a episódios da vida colonial: «Nada iguala os acessos de fanatismo e os paroxismos de superstição, que reinavam na baía de Massachussets. Leiam-se as cruezas bárbaras ali praticadas por tanto tempo, e os assassínios que pretendiam ser judiciários, de supostos feiticeiros!» Mais bárbaro, se possível, era ainda o trato infligido aos nativos, em que não sei se o autor insistiria. Estas publicações suscitaram contraditores, e um dêles acusou a Pinto de vendido aos inglêses. O motivo era uma pensão de 500 Libras, com que a Companhia das Índias lhe remunerava serviços prestados anteriormente, para a paz com França. Mas o adversário dos americanos obedecia apenas a razões de sentimento: amigo da Inglaterra seria com certeza, e a fortuna que possuia, de todos conhecida, o punha ao abrigo da acusação.

É provável todavia que nem as obras literárias, nem a riqueza de Isaac Pinto lhe conservassem a nomeada, se não fôsse o escrito, com que saíu a reclamar, contra os motejos de Voltaire, a consideração devida à sua raça. Certamente que ao fazê-lo excluia os irmãos de crença não oriundos da Península, plebe desprezível. Já vimos como usou do seu crédito para fazer expelir de Bordéus os israelitas de Avinhão, a pretexto de não estarem compreendidos no privilégio outorgado pelos reis de França aos judeus portugueses. Estes, argüia Pinto na polémica célebre, em todo o tempo se têm distinguido dos demais, que sempre viveram no opróbrio e na miséria. Não por culpa própria — acrescenta em guisa de atenuação — mas pela de seus perseguidores. Não é sem ironia que Moisés Mendelssohn, a águia da raça no mesmo século, propõe não tome a mal o escritor aproveitarem do seu esfôrço também os correligionários tudescos.

Porque em suma — diz êle — filhos de um mesmo pai somos todos, ainda que tal a apologia não queira.

Na realidade o escrito de Pinto (*Réflexions critiques sur le premier chapitre du 7e tome des Œuvres de M. de Voltaire*), embora pretendendo ser a defesa do povo judaico na generalidade, tinha por objecto principal justificar o acto pouco recomendável dos judeus burdigalenses, com respeito aos correligionários de Avinhão. A êsse fim mira a demonstração dos dotes superiores dos portugueses, que lhes facultavam direito ao privilégio. É natural que o exclusivismo dos homens de Bordéus desse causa à reprovação geral, e a protestos entre os judeus de origem diferente; a êsses respondia Isaac Pinto, com o pretexto de refutar a Voltaire. Tal é a opinião de Wijler, confirmada pela circunstância de ser o escrito feito, como declara o autor, a solicitação de Jacob Rodrigues Pereira, agente dos israelitas de Bordéus, e a pedido de quem Isaac Pinto interviera anos antes para alcançar a expulsão. Se o motivo da apologia fôsse ùnicamente defender a casta de refêrencias ofensivas em uma obra literária, não teria o escritor esperado seis anos, que tantos decorreram entre a aparição do volume de Voltaire e a réplica, para se defrontar com o injusto agressor. Alguns trechos das *Reflexões criticas*, transcritas por Wijler, elucidam quanto basta sôbre o sentido daquela, aliás geralmente conhecido.

Já vimos como Mendelssohn considerava a obra do correligionário: útil à raça, mas presunçosa. Menos indulgente é o anónimo que, dizendo-se judeu veneziano, responde: « A superioridade que pretende ter a nação portuguesa sôbre as demais nações [entenda-se que de israelitas] dia a dia diminui, e tempo há de vir em que de todo se desvaneça, e até da mesma fantasia dos homens se evapore ». Os factos justificaram a insinuação, que na época se podia atribuir a despeito. Hoje o judeu hispânico, o Sefardi, possui quási só valor histórico. O expoente da raça passou ao Askenasi, da Alemanha e da Polónia, o tudesco do tempo de Isaac Pinto.

Passados mais de dois séculos de perseguição intensa; sustida esta e aplicada a outros fins a actividade do Santo Ofício; eliminados pelo exílio voluntário os inadaptáveis, o judaísmo parecia ter desaparecido da Península. O próprio nome de cristão novo, designação de opróbrio, fôra excluido da fraseologia oficial. Os róis das fintas, com que por diversas vezes, no passado, os do sangue precito haviam ganho tratamento mais

suave, achavam-se destruídos, e com êles a certidão, perpétua de vileza das famílias. Nada agora separava os habitantes do país em duas classes, quanto à origem: cristãos velhos, portugueses lídimos, cristãos novos, ou, como se designavam e eram designados, gente da nação.

E contudo, em certas regiões, naquelas justamente onde a perseguição se desenrolou com mais fúria, Israel conservou e conserva seus adeptos. No íntimo das famílias, no recesso dos lares provincianos, aquelas mesmas práticas pelas quais tantos haviam padecido prisões, tormentos, mortes, exílios, indigência: candeia acesa em sexta-feira de tarde, pães ázimos pela Páscoa, jejuns, abstinências, rezas sem o nome de Jesus, singularidades com os defuntos e lutos; tudo em suma que da fé antiga puderam guardar nos tempos da opressão os perseguidos, tudo permanece ainda entre os descendentes como uso tradicional.

Á volta dêles não deixou de pairar, como outrora, uma desconfiança hostil, de que se resguardam pelo mistério. Em 1808, a indignação popular pelas depredações da soldadesca, envolveu no mesmo ódio o francês invasor e o judeu, supondo a êste cúmplice do inimigo. Em várias terras rebentaram tumultos, e alguns indivíduos da raça dos cristãos novos perderam a vida.

Sucede por isso que ainda agora, na Beira e Trás-os-Montes, os que de uns para outros se dizem judeus, não declaram fàcilmente as suas práticas. Foi a custo que o Sr. Samuel Schwarz, israelita polaco, autor do livro estimável *Os cristãos novos em Portugal no século XX*, conseguiu lograr a confiança dêstes — seus irmãos de crença, direi, posto-que degenerados. Isto porém sòmente quando lhe ouviram pronunciar, em certa prece hebraica, o nome santo de Adonai, único vocábulo que da língua sagrada entendem.

A descrição do encontro e dos usos locais; muitas orações, a maior parte em verso, e em algumas das quais o Sr. Schwarz pretende ver influxo do idioma da Bíblia, mas que evidentemente têm o cunho do nosso folclore, e da poesia religiosa popular; um prefácio do Dr. Ricardo Jorge, onde estuam entusiasmos por Israel e seu génio, dão considerável interêsse ao volume.

Algumas observações são verdadeiramente curiosas. A solidariedade que em tôda a parte distingue a raça, e em virtude da qual suas desditas e triunfos se propagam pelo mundo fora como as de nenhuma outra gente, existe também entre as congéneres da nossa terra. O nome de judeu,

dizia um dêles, morador em Belmonte, ao Sr. Schwarz, vem de nos ajudarmos uns aos outros. Etimologia susceptível de se abonar nos costumes, se a rejeitam as gramáticas.

Talvez por isso mesmo, ainda hoje, aquela atmosfera de hostilidade, a que me referi, mais ou menos declarada, rodeia os conhecidos por judeus. Uma de suas manifestações é a tradição local dos *abafadores* ou *afogadores*, indivíduos que tinham por funções apressar a morte dos correligionários agonizantes, pelo modo que a palavra indica. Calúnia? ¿Interpretação malévola de visitas suspeitas ao moribundo? O autor consagra um capítulo a refutar a acusação. Em todo o tempo os judeus foram argüidos de crimes singulares. O rapto de crianças, e o assassínio designado por morte ritual, para lhes beber o sangue, às vezes pondo-as na cruz em mofa ao suplício do Salvador, continua a ser-lhes atribuído, o intento pelo menos, em certos lugares da Europa oriental. Na Península a imputação é mais rara; mas já o acto se encontra previsto nas leis das Partidas de Afonso X, e em 1491 dois judeus foram pelo crime executados em Avila e três queimados em efígie. A tradição do *Santo niño de La Guardia*, suposta vítima, de que nunca se provou a existência, venera-se ainda agora em Espanha. Em Portugal não há notícia de semelhante delito.

Tornemos porém aos *abafadores*. Ministros da morte ou não, a lenda ou memória dêles não se extinguiu por emquanto nas comarcas onde mais perdurou o judaísmo. Em Castelo Branco, Penamacor, Covilhã — nesta última terra uma porta sim outra não é de judeus, disseram ao Sr. Schwarz — é fama que certas pessoas, ainda vivas, exerceram outrora o mister. Pode também ser que não só os cristãos novos seguissem a prática. Em Castelo de Vide, localidade onde actualmente não consta haver judeus, a tarefa cabia a mulheres designadas por *acabadeiras*.

Refere-nos isto o autor do estudo *Os judeus no distrito de Bragança*, Padre Francisco Manuel Alves, Reitor de Baçal, em Trás-os-Montes, grande investigador das memórias da sua província. O livro recomenda-se aos curiosos, noviços no assunto, por uma relação suficiente dos usos judaicos; aos iniciados pelo extracto das listas dos autos-de-fé, relativo às pessoas de Bragança e seu têrmo, processadas na Inquisição por judaísmo. De perto de 1800 nomes, que ali se encontram, alguns evocarão ao leitor outros de agora, porventura muito de sua familiaridade, e de que não suspeitava a origem.

BIBLIOGRAFIA

O estudo do sr. Samuel Schwarz acordou intuitos de propaganda na sinagoga lisbonense. Êle próprio, oriundo de terra em que pululam os doutores da Lei, e com zêlo minucioso se observam os ritos mosaicos, cedeu a impulsos de propagandista. Do influxo do seu escrito, e da sua acção pessoal, creio, resultou um apêlo às comunidades israelitas do estrangeiro, para que auxiliassem o renascimento de Israel em seus antigos lares. Cumpria não deixar perder de modo definitivo as reminiscências cultuais, de que êle encontrara os vestígios em certas povoações portuguesas. As grandes associações judaicas, que velam pelos destinos da religião e da raça, a *Aliança Israelita Universal*, de Paris, e a *Associação Anglo-Judaica*, de Londres, interessaram-se pelo caso, e acordaram mandar a Lisboa um delegado, para que o estudasse. Foi êste o conhecido publicista Lucien Wolf, que em circunstanciado relatório deu conta de suas impressões às sociedades comitentes.

Era propósito dos israelitas de Lisboa promoveram a difusão do judaísmo fundando um colégio, aonde pudessem vir os filhos daquelas famílias de cristãos novos, em que permanecem ainda as recordações dos ritos de seus maiores. Os alunos, educados na atmosfera do judaísmo, tornando às suas terras, fariam desabrochar, pelo exemplo e pela persuasão, o sentimento religioso, latente em muitas almas, e que por falta de ambiente apropriado não ousa declarar-se.

O efeito da visita de exame não correspondeu às esperanças dos que o tinham provocado. O colégio seria instituïção dispendiosa; da propaganda podiam seguir-se perigos. Nem o número nem a qualidade dos prosélitos em perspectiva justificaria o esfôrço pecuniário, requerido aos correligionários de fora. O autor do relatório não concorda com a suposição de existirem em Portugal 10.000 famílias de marranos, que o Sr. Schwarz aventura. Se se trata das que ainda praticam os resíduos dos ritos mosaicos, o número é sem dúvida excessivo; se dos que de feito descendem de antigos conversos, temos de o considerar muito abaixo da realidade. Sucede mais que nunca estes híbridos crentes buscaram aproximar-se da sinagoga, prova da sua indiferença em matéria cultual. Não o diz o relatório, mas tenho por sem dúvida, e assim pensará talvez o autor, que os ritos de que o Sr. Schwarz viu a persistência, não passam de superstições herdadas, efeito de hábitos adquiridos, e na actualidade sem nenhum fundamento espiritual.

O Sr. Lucien Wolf não limitou a sua informação ao que podia colhêr entre os correligionários. Portador certamente de recomendações poderosas, quis ouvir o Presidente da República e o do Ministério. Um e outro

lhe seguraram tôda a sua simpatia pela obra que tinha em vista, digamos, pela maior difusão do judaísmo em Portugal[1]. Também os interessados no assunto lhe certificaram poderem contar os propagandistas com a protecção do govêrno, e dos partidos anticatólicos. Aqui o Sr. Lucien Wolf, observador subtil, reconheceu que por tal caminho deslisava a sua causa para chão escorregadio. — « Tanto basta (assim escreve) para claramente se enxergar a gravidade da questão. Importaria em tornar a causa judaica apanágio dos inimigos da Igreja, motivando ressentimentos dentro e fora de Portugal, e até provàvelmente manifestações da Sé de Roma ».

Muito judiciosamente o emissário das associações judaicas temeu despertar o antisemitismo em Portugal; talvez também em Espanha; quando em um e outro país verificou existirem disposições simpáticas para com os da sua raça. Ao Dr. Ricardo Jorge não se lhe daria de ver difundido o culto antigo, entre os descendentes daqueles que em outro tempo o professaram e por êle padeceram. Seria como que uma restauração do *lusitanismo arcaico*, vivendo em paz e lado a lado a Toura e o Evangelho, como diz no citado prólogo. Por mim não sei se valeria a pena, só por amor do pitoresco, e sem nenhuma vantagem espiritual ou material, introduzir mais êsse fundamento de discórdias, que certamente viria a ser, na já tão dividida sociedade portuguesa. O Sr. Lucien Wolf, sujeito de representação no judaísmo contemporâneo, e que ama as soluções práticas, cuido que assim julga também. Pelo menos, e por emquanto, módica é a sua confiança na utilidade e êxito das conversões.

J. LÚCIO D'AZEVEDO.

TRAVEL AND TRAVELLERS OF THE MIDDLE AGES, edited by Arthur Percival Newton, Rhodes Professor of Imperial History in the University of London. Londres, Kegan Paul, Trench, Trubner e Co., Ltd, 1926.

ÊSTE belo volume de mais de duzentas páginas, formato « royal octavo », magnificamente encadernado e ilustrado, além de impresso em óptimo papel, faz parte da nova série « The History of Civilization », com razão chamada pelos seus editores « satupendous undertaking » e « one of the

[1] Respectivamente os Srs. Dr. Bernardino Machado e António Maria da Silva.

most ambitious adventures in the annales of book publishing». Bastará dizer-se que o objecto da admirável emprêsa consiste em apresentar de modo acessível os resultados da moderna investigação e erudição em todo o âmbito das Siências Sociais, sumulando em ampla síntese as mais recentes descobertas e teorias de historiadores, antropologistas e arqueólogos, sociólogos e mais perscrutadores do caminho que tem seguido através de todos os séculos a civilização humana.

Na série «The History of Civilization» está sendo incorporada em traduções a nova e conhecida colecção francesa «L'Évolution de l'Humanité»; são porém numerosos os volumes originais ingleses, publicados já ou planeados e em via de publicação: «Social Organization», por W. H. R. Rivers; «Woman's Place in Simple Societies», por J. L. Myres; «The Migration of Symbols», por D. A. Mackenzie; «The Life of Women in Medieval Times» por Eileen Power; etc., etc.

O presente volume, *Viagens e viajantes na Idade-Média*, compõe-se de dez capítulos, incluindo neste número a Introdução, elaborada pelo ilustre editor sciêntífico ou organizador, Prof. A. Percival Newton, e subordinada ao título de «Concepção do mundo na Idade-Média». Segue-se o capítulo consagrado à «Decadência dos conhecimentos e explorações geográficas» que abrange os dois séculos de 3oo a 5oo d. C., e foi escrito pelo professor W. Laistner, da universidade de Cornell, em Nova-Iorque. O terceiro capítulo, «Peregrinações cristãs nos séculos VI a IX», vem assinado pelo Rev.º Cláudio Jenkins, professor de História Eclesiástica no Colégio Real de Londres; o quarto intitula-se «A era dos Viquingues» e é seu autor o sr. Allen Mawer, professor de Língua e Filologia Inglesa na universidade de Liverpool; no capítulo 5.º versa o professor de Arábico na universidade de Londres, *Sir* T. W. Arnold, êste interessantíssimo assunto: «Viajantes e mercadores árabes nos séculos XI a XVI».

«Comércio e comunicações na Europa Oriental» constitui o tema do cap. VI, tratado pelo barão de Meyendorf, «leitor» de Leis e Instituições Russas na universidade de Londres; e a êste seguem-se os capítulos que mais directamente se ligam à história das navegações e descobrimentos portugueses, como se verá dos respectivos títulos:

VII. *Abertura dos caminhos terrestres para o Catai*, por Eileen Power, «leitor» de História Económica Medieval na universidade de Londres; VIII, *Histórias maravilhosas e fantásticas de navegadores*, e *Viajantes europeus em África durante a Idade-Média*, por Artur Percival Newton; IX. *O Prestes João e o Império Etiópico*, por *Sir* E. Denison Ross, professor de Língua Pérsica na universidade de Londres. Finalmente o cap. X inti-

tula-se *A busca do caminho marítimo para a Índia* e sua autoria pertence ao eminente lusólogo Prof. Edgar Prestage, a quem foi tão felizmente confiada a cadeira de Camões na universidade de Londres. Encontra-se aí uma excelente súmula histórica dos trabalhos náuticos, navegações e descobrimentos dos Portugueses, desde a captura de uma frota moura diante do cabo Espichel pelo almirante D. Fuas Roupinho, até à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia. O artigo é ilustrado com duas reproduções dos painéis de S. Vicente e os pontos mais detidamente versados são a viagem de Malocello às Canárias; a legislação de D. Fernando I, sob cujo influxo tanto se desenvolveu a marinha nacional; o carácter moral e histórico do Infante D. Henrique; a encarniçada luta que êste grande príncipe travou com Castela para reivindicar a posse das Canárias; a demontração de que as viagens e descobrimentos portugueses tiveram por alvo, desde princípio ou quási, a chegeda à Índia por mar, etc.

Baseando-se no trabalho que o nosso ilustre colaborador dr. Jaime Cortesão publicou no fascículo I de *LVSITANIA*, o prof. Edgar Prestage dedica muita atenção à política de segrêdo que Portugal adoptou para se defender de competências náuticas estrangeiras, especialmente castelhanas e venezianas. Acentua o carácter scientífico perfeitamente consciente da grande emprêsa henriquina, mostrando como Azurara, ao enumerar os estímulos que determinavam o Infante — conhecer as terras existentes para além do Bojador, estabelecer relações com os cristãos que por-ventura lá vivessem, averiguar a extensão da influência muçulmana em África, encontrar um rei cristão que o ajudasse a combater os infiéis e, finalmente, dilatar a Fé — põe em primeiro lugar o objectivo geográfico e scientífico. Rejeita, como gratuitas ou não provadas nem prováveis, as hipóteses de descobrimentos pre-henriquinos por parte dos marinheiros de Dieppe e do inglês Roberto Machin. Lamenta que os biógrafos do Infante não tenham acompanhado os seus trabalhos de mapas suficientes, onde se apontem, com as respectivas datas, os sucessivos descobrimentos feitos ao longo da costa africana em vida daquele príncipe. Defende êste da malévola e caluniosa acusação de « puro negreiro », que lhe teem assacado alguns historiadores, mostrando como êle via nos primeiros negros trazidos pelas caravelas bons guias, informadores e intérpretes, e como foi a opinião pública, e não o Infante, quem os encarou como fonte de receita e trabalho barato. E acrescenta: « Deve dizer-se que, segundo o testemunho de Azurara, os senhores tratavam os captivos como outros quaisquer servidores, ensinando ofícios aos mais moços, libertan-

do-os e casando-os com mulheres portuguesas. Quási todos se tornaram cristãos e foram absorvidos pela população branca. Aos portugueses não repugnava o sangue negro, de modo que a escravatura raramente assumiu entre êles o duro aspecto que teve quando praticada pelas raças norte-europeias».

Refere-se o sr. Edgar Prestage, como não podia deixar de ser, ao trabalho do dr. Sofus Larsen sôbre o descobrimento da América do Norte por dinamarqueses e portugueses em 1472-1473; e mostra as grandes probabilidades que apoiam a hipótese de que o Brasil fôsse conhecido dos portugueses seis ou mais anos antes da viagem de Cabral em 1500.

Em mais de um ponto contesta ou corrige o autor o historiador francês Vignaud; e trata severamente o inglês Payne, lamentando que o seu « distorme retrato » *(distorted picture)* do Infante D. Henrique corra mundo em publicação tão espalhada e acessível como a *Cambridge Modern History*.

Fica assim pálidamente noticiado e resumido o novo estudo em que sr. Edgar Prestage mais uma vez faz justiça às glórias de Portugal, e sempre com aquele estilo tão elegante e cristalino, que o torna num dos mais aprazíveis escritores actuais de língua inglesa.

A. DE C.

VALORACIONES. Revista bimestral de Humanidades, Crítica y Polémica. Organo del grupo de estudiantes *Renovacion de La Plata*. N.º 7. Septiembre, 1925. La Plata (Argentina).

ESTA Revista é órgão de um dos mais recentes (e por ela própria se vê que mais vivazes) movimentos espirituais da culta, progressiva e próspera República Argentina, jovem e grande nação que, entre as vinte que a Península semeou ou chocou na América Centra e do Sul, foi das primeiras que em si criaram organizadores intelectuais, e tiveram o bom-senso ou a felicidade de os seguir. Um dêsses organizadores, Alberdi, foi o que disse nas suas *Bases*, bússola que serviu para nortear três ou mais gerações de estudiosos, de patriotas e de governantes: « Hay siempre una hora dada en que la palavra hnmana se

hace carne. Cuaudo ha sonado esa hora, el que propone la palavra, orador o escrito, hace la ley.» A «lei» de Alberdi era um materialismo histórico antes de Marx, e um «enrichissez-vous» apropriado à nação que nascia num solo rico, mas se distraía de explorá-lo, deixando ao estranjeiro imigrante o proveito material do trabalho pacífico e entretendo-se estèril ou destrutivamente no desporto das competências militares e políticas. Êsse tempo é hoje passado, a lei de Alberdi caducou em parte e as gerações novas reclamam uma nova filosofia social. Em nome delas, e no próprio fascículo presente da revista *Valoraciones*, Alexandre Korn insurge-se contra a «cópia simiesca da civilização europeia», contra «a crise do carácter e o culto do êxito»; pregunta se não há mais que fazer «do que esperar, de braços cruzados, que nas ruas de Paris ou Londres se decida a sorte do povo argentino»; e conclui o seu excelente artigo *Nuevas Bases* proclamando que «o progresso material pode ennobrecer-se pelo conceito ético da justiça social» e que a evolução económica não há-de ser um fim, «mas deve conceber-se apenas como meio para realizar uma cultura nacional».

Embora vivam e prosperem tantos portugueses na República Argentina, o nosso público está mal informado da evolução mental que tem acompanhado naquele país o mais estupendo desenvolvimento económico a que o mundo vem assistindo nos últimos tempos. No entanto, graças sôbre tudo à informação inteligente de dois diplomatas, o sr. José Maria Cantilo numa conferência recentemente feita em Lisboa, e o sr. Alberto d'Oliveira nas suas *Memórias da Vida Diplomática*, sabemos todos que já hoje se nota e impõe uma cultura nacional argentina, expressa em instituições educativas modelares, em progressos sociais importantíssimos e em obras de civismo, sciência, filosofia, literatura e jornalismo, que fizeram dregar até nós os nomes aureolados de Sarmiento e Alberdi, de Ingenieros e Justo, de Ricardo Rojas, Henrique Larreta, Leopoldo Lugones, Francico Romero, Manuel Galvez, Jorge Mitre, sem falar dos vários poetas da vanguarda actual, apresentados em boa hora pelas recitações de Berta Singermann.

Esta revista *Valoraciones*, órgão de um grupo de estudantes, é documento eloqüente de que na República Argentina se estuda a valer. De entre o excelente sumário dêste seu fascículo devemos relevar ainda o artigo de Artur Costa Alvarez sôbre a última edição do *Dicionário da Academia Espanhola*, trabalho magistral de que deve socorrer-se quem quer que em Portugal tenha ou venha a ter função de cooperar na organização de um léxico scientífico da nossa língua.

LVSITANIA lamenta que o seu programa, circunscrito aos «Estudos

Portugueses», lhe não permita espraiar-se em assunto que melhor ficaria numa revista portuguesa de estudos hispano-americanos, se tão bela cousa existisse entre nós, como de-certo virá a existir quando se nos torne possível uma administração inteligente, activamente cultural e diplomática, a trabalhar na paz e na ordem.

As palavras que aí ficam pretendem ser apenas um abraço de solidariedade intelectual e moral à nossa bilhante irmã de La Plata.

A. DE C.

RELIGIÃO E FILOSOFIA

JUAN DE VALDÉS: *DIALOGO DE DOCTRINA CRISTIANA. (Reproduction en fac-similé de l'exemplaire de la B. N. de Lisbonne avec une introduction et des notes par Marcel Bataillon).* Coimbra, 1925.

NO gabinete dos *Reservados* da Biblioteca Nacional de Lisboa, existe com a cota 741 um impresso de pouco mais de 100 fôlhas, intitulado *Dialogo de Doctrina christiana, nueuamente compuesto por vn Religioso.* É obra dedicada a D. Diogo Lopez Pacheco, marquês de Vilhena, e foi publicada em Alcalá de Henares, por Miguel de Egacia em 1529.

O rosto do livro tem o carimbo a tinta de óleo da referida biblioteca, colocado bàrbaramente na portada. Reconhece-se, pela legenda do sêlo, que a entrada do livro deu-se posteriormente a 1834, porque os entrados anteriormente têm o monograma R. B. P. ou seja Rial Biblioteca Pública. O *ex-libris* ms. da livraria de S. Vicente, confirma isto; portanto o livro entrou depois da extinção dos institutos monásticos em 1833 e figura já nos antigos catálogos do convento.

A obrita acha-se em 1547 no índice dos livros proïbidos em Portugal; e as diversas inquisições já muito antes, desde 1531 ou 1532, impediam a circulação dela. Não é, portanto, maravilha, que o livro se tornasse tão raro que nenhum exemplar tivesse aparecido até agora, a-pesar de severas e tenazes buscas, até que o sr. Marcel Bataillon veio a descobri-lo no nosso estabelecimento, mais rico em obras antigas do que em modernas. Graças talvez ao seu inocente título e à falta de cultura dos bons padres de S. Vi-

cente de Fóra, o livro ali passou beatificamente três séculos da sua existência, sem que a parte herética dêle fizesse prejuízo entre os augustinianos olisiponenses. A livraria de S. Vicente era rica também em manuscritos e na Torre do Tombo conservam-se numerosas peças provenientes de lá.

Batidos e revolvidos como já estão todos os depósitos de livros e mss. da Europa Central, os eruditos lançaram-se a explorar os campos por inventariar da península hispanica e a colheita tem sido, e sê-lo há por muito tempo, frutuosa.

Não se diga, porém, que esses estudiosos vêm só em busca de novas questões; não. Há ainda além dos Pirineus alguns pontos a esclarecer, que só aqui na península encontram a sua resolução, devido à extraordinária influência que nos séculos transactos, os povos que nela habitavam exerceram na civilização europeia. A internacionalização sciêntífica e literária não é só de hoje.

O cristianismo ocidental, que tinha Roma por centro da fé, entrou claramente no começo do séc. XVI em ebulição e se nuns logares a agitação foi grande, noutros foi mais calma; em parte nenhuma, porém, êle descansou e conservou o passado integralmente. Em Castela os espíritos mais radicais caíram presos pela Inquisição ou expatriaram-se, mas em Portugal não chegou a haver os extremos dos seus vizinhos, devido ao perigo que para todos os cristãos representava a espantosa abundância de judeus, aparentes e convertidos. O movimento religioso mais importante nascido no séc. XVI em Portugal foi de natureza messiânica, já estudado pelo sr. Lucio de Azevedo.

O erasmismo teve em Portugal alguns contados e prudentes representantes, como foi Damião de Góis. É, possível, porém, que uma minuciosa investigação possa fazer distinguir algumas correntes religiosas entre os teólogos e escritores portugueses daqueles tempos, mas como os estudos religiosos e filosóficos estão entre nós quási abandonados, nada ainda se pode dizer de definitivo sôbre o caso.

Volvendo ao começo desta pequena nota sôbre o *Diálogo*, direi que o sr. Marcel Bataillon, assistente na Faculdade de Letras de Lisboa, agora professor do Liceu de Bordéus, não só descobriu o único exemplar até agora conhecido do pequeno volume que se atribui a Juan de Valdés, apelido usado em português sem a preposição, mas estudou-o amplamente.

É pouco o que se tem apurado da vida de Juan de Valdés. Sabe-se que era filho do regedor de Cuenca, Ferrando, e nascido nos fins do séc. XV, e parece que era irmão gémeo de Alonso, que se empregou na chancelaria de Carlos V e foi um humanista notável. Juan foi criado do Marquês de Vi-

lhena, a quem dedicou o livro citado. Antes de ter entrado na Universidade de Alcalá, que era um foco erasmiano, pertenceu a um pequeno grupo de iluminados, seita religiosa, que então progredia em Castela.

Em Alcalá, debaixo da influência de Erasmo, com quem se correspondia, escreveu o *Diálogo*, que lhe é atribuido com todos os visos de verdade, e que foi publicado em 1529.

Em 1531 encontramos Juan de Valdés em Itália, fugido da pátria, onde já se lhe movia um processo pela Inquisição, hoje desaparecido, mas que se conhece ter existido pelas referências dos processos de outros prêsos. Em Portugal, como se sabe, ao contrário do país vizinho, conservamos os nossos processos inquisitoriais na sua quási totalidade.

Juan de Valdés é uma revelação dos nossos dias; os antigos biógrafos pouco nos deixaram da sua vida, e esta tem sido recomposta arduamente peça por peça por alguns meritórios investigadores.

Levar-nos hia longe sumariar o trabalho do sr. Bataillon, que encarou Valdés e o seu *Dialogo* sob variadissimos aspectos, tanto gramaticais como históricos e religiosos, com a clareza a que se presta o seu idioma e com o rigor scientífico e a calma adqüiridos nos primeiros institutos francêses.

O *Dialogo* é um trabalho erásmico, desprovido de todo o aparato patrístico, e figura um colóquio entre três personagens, um dos quais é Fr. Pedro de Alba de santa memória, um cura ignorante chamado Antronio e um frade de nome Eusébio. O diálogo versa sôbre assuntos a que a nossa mentalidade se manifesta estranha, pelo menos em Portugal.

O sr. Bataillon, em lugar de nos dar uma reprodução do trabalho em caracteres modernos, reproduz zincográficamente o texto, e assim o estudioso tem ocasião de examinar o texto de Valdés, sem suspeita que a reprodução, nalgum passo mais obscuro, esteja viciada.

Não foi só êste livro único que o sr. Bataillon encontrou na Biblioteca de Lisboa: ainda achou um outro da pena de Fr. Juan de Cazolla, intitulado *Libro llamado lumbre del alma*, impresso pela primeira vez em 1528, de que tinha um exemplar o P.e Cuervo, dominicano, antigo frequentador da nossa biblioteca. O exemplar achado pelo sr. Bataillon é datado de 1542 e tem nos *Reservados* a cota 254.

Vê-se quanto é rica a nossa biblioteca, e como um moço professor ilustrado e inteligente pôde profundar um problema que há muito preocupava os meios religiosos e histórico-literários não só de Espanha, mas também da Europa.

PEDRO DE AZEVEDO.

MARGINALIA

PARA A PSICOLOGIA DE D. CAROLINA MICHAËLIS

O MAIOR e mais subtil encanto da sábia era que esta havia ficado *mulher*, por haver conservado, através de estupenda erudição, as mais preciosas qualidades do carácter feminino, no que êle contém de afectividade e doçura. Sentia-se que provinha de uma Alemanha onde se mantinha vivo o lirismo dos seus grandes românticos da Poesia e da Música, antes que a hegemonia da Prússia guerreira viesse a fazer murchar a flor azul do *lied*. Espôsa, mãe, avó, dona de casa, sempre o rosto e a alma desta Senhora se iluminaram de sorriso simpático, ainda diante dos que menos podiam acompanhar a alteza do seu saber vastíssimo.

De-certo esta frescura de sentimento a serviu grandemente em seus estudos, ajudando-a a compreender e permitindo-lhe penetrar, nos velhos textos, a palpitação interior que a intelecto sêco escaparia.

Ninguém que de mais perto a houvesse conhecido, deixava de ser tocado pela graça do seu coração, pelo sorriso das suas maneiras. Era êste coração que sempre palpitava junto dos seus discípulos, e até dos que a importunavam ou que ela tinha de julgar como membro de um júri. Crescera esta bondade, nos últimos tempos, até ficar perene caridade que santidade já era.

Também mestre algum se mostrou mais generoso em ensinar, nem que mais linda satisfação sentisse em dar aos outros o que sabia. Quem escreve esta nota pediu-lhe uma vez que o informasse acêrca de um estudo publicado num fascículo da *Revue Hispanique* custoso de adquirir, e cujo conhecimento de-veras lhe importava. Passados dias, recebeu treze largas fôlhas cobertas com a sua tão nítida e miúda letra, nas quais resumia os pontos principais do ensaio, sublinhados a lápis azul e vermelho os passos capitais. Estes feitos de santidade intelectual praticava-os com a maior simplicidade a admirável Senhora. E pode afirmar-se que não existe nem existiu no seu tempo em Portugal um estudioso que não houvesse recebido da sua generosidade o particular conselho ou o seguro auxílio.

Da sua casa de Cedofeita — lar sagrado de trabalhadores do Espírito — o encanto da feminilidade jamais desertara porém, ao longo de vastos anos de inegualável labor. Aí a ouvimos,

certo dia, responder a uma senhora que lhe pedia receitas de doces portugueses:

— Dar-lhe hei com muito prazer algumas de que tanto gostavam os nossos amigos Antero de Quental e Oliveira Martins...

D. CAROLINA MICHAËLIS E GASTON PARIS

EM uma carta particular dirigida à, então, jovem erudita, o ilustre filólogo francês exprimia-se nos termos seguintes: «Où donc avez-vous appris à dix-neuf ans ce que nous autres, après douze ou quinze ans de travail, nous ne savons pas encore? Vous êtes comme la *donzella que vai à guerra* du romance portugais, — qui dés son début l'emporte sur tous les chevaliers... Il ne nous reste, à nous autres, hommes, qu'à baisser la tête et à nous humilier.»

LUÍSA EY

ENTRE os bons espíritos que de longe acompanhavam com devotada amizade e veneração a vida e a obra da Senhora D. Carolina Michaëlis, conta-se o da Senhora D. Luísa Ey, fiel amiga ela-própria do nosso País e das nossas Letras, aos quais tem prestado serviços excelentes. Na revista *Die Frau*, de Berlim, (Fevereiro de 1926) publicou a distinta *leitora* da Universidade de Hamburgo um artigo notável acêrca da nossa antiga Directora. Por isto, e porque é da maior justiça citar o seu nome no *In Memoriam* de D. Carolina Michaëlis, que ela tanto admirou e estimou, aqui o deixamos inscrito, ao mesmo tempo que à Senhora D. Luísa Ey apresentamos os nossos cumprimentos de afecto e gratidão.

D. CAROLINA MICHAËLIS E OLIVEIRA MARTINS

DO discurso que o Sr. Dr. João da Providência Costa pronunciou, em nome do Instituto Alemão da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no funeral da eminente Professora, extraímos o seguinte interessantíssimo passo:

«No Cenáculo que no Hotel Avenida de Coimbra se reunia à volta da grande Mestra nos dias das suas lições universitárias, deduzi duma leve referência sua, quando da historiografia portuguesa falávamos, que não fôra sem interferência de D. Carolina que Oliveira Martins deixara o seu pessimismo de historiador derrotista para ser o cantor entusiasta da epopeia de 400 e 500. Aproveitei a primeira oportunidade para esclarecer tão interessante caso. E soube então como, invocando perante Oliveira Martins o heroísmo de D. Nuno, de D. João I e seus filhos, e

ainda, no tempo da dinastia tão rudemente julgada, da epopeia lusíada à volta de 1640, e exprobando ao grande historiador a injustiça de tão grande parte da sua obra; soube então que o calor sagrado das suas palavras cheias de verdade causara tal impressão em Oliveira Martins, que êste, saindo pensativo, lhe apresentava tempos depois trechos da primeira das suas grandes obras reconstrutivas».

LISBOA

NA ocasião em que se discute a vinda a Lisboa de um arquitecto estrangeiro especializado em obras de estilo e conjunto urbanos, recordaremos o que se passou há pouco com um dos mais belos monumentos de Lisboa, e do mundo.

A incongruência, o desamor mais feio, a mais absoluta míngua de gôsto e de respeito pelos aspectos de civilização da capital portuguesa, patenteiam-se com horror a nossos olhos em Campolide, o átrio de Lisboa. O que aí se nos depara, e foi urdido com desusada pressa sob a aprovação das estâncias oficiais, é verdadeiramente atentatório do decôro da cidade.

Um bairro miserável, de desordenadas barracas, projecta-se sôbre o Aqueduto das Águas Livres. Eis aí, do lado da terra, o facto paralelo ao que se produziu da banda do mar com o gazómetro e a Tôrre de Belém, numa época em que o constitucionalismo rematava os seus imensos malefícios em os nossos monumentos e paisagens, mas os quais havíamos por impossíveis já hoje.

« Êste Aqueduto — escreveu o ilustre Murphy, entre muitos outros estrangeires que o celebraram — pode ser considerado como um dos mais magníficos monumentos da construção moderna na Europa, e, sob o ponto de vista da grandiosidade, não é por-ventura inferior a nenhum dos aquedutos que os antigos nos deixaram. »

É, pois, êste monumento de universal importância, obra de engenheiros e arquitectos portugueses, que a miséria da mentalidade contemporânea reduziu a pano-de-fundo de gaiolas ignóbeis.

ANTÓNIO SARDINHA

AOS 10 de Janeiro último realizou-se em Elvas a inauguração da bela homenagem que a Câmara Municipal daquela cidade promoveu em honra da memória do nosso antigo camarada e amigo António Sardinha. Na tarde dêsse dia, na presença do elemento oficial e de muitos amigos de Sardinha acorridos em romagem, descerrou-se a lápide que o município mandou incrustar no Aqueduto da Amoreira, e foi desenhada pelo ilustre arquitecto Raúl Lino, com a inscrição: *A António Sardinha, bom Português, pelo muito que amou e serviu Elvas.*

No acto da inauguração usaram da palavra o presidente da Câmara de Elvas, sr. Nunes da Silva, o alcaide de

Badajoz, Eugénio de Castro e Afonso Lopes Vieira.

O espírito de António Sardinha alça-se, pois, na fronte do grande monumento de civismo, que é aquele Aqueduto. E a nós-outros, que tanto o estimámos e admirámos, esta homenagem contenta-nos no seu significado singular.

PETROGLIFO

O ILUSTRE professor Mendes Correia publicou em a *Brotéria* (fasc. I, 1927) um artigo em que revela a existência, no Monte do Castelo de Penafiel, do notável petroglifo que «rude e singelamente representa o contôrno de uma figura humana, de pé, com o tronco e parte dos membros inferiores revestidos de uma túnica comprida...» «De face voltada ao inimigo, na mão direita a arma, na esquerda o escudo, os braços estendidos, junto de restos arqueológicos das armas de combate, ali naquele baluarte formidável, ela pareceu-me traduzir a arrogância de um desafio ou o entusiasmo da vitória. Nenhuma das rudes e maciças estátuas conhecidas de guerreiros calaico-lusitanos apresenta uma tal expressão, com uma arte tão singela e rudimentar.» Quanto à época dêste petroglifo e do espólio castrejo do Monte do Castelo de Penafiel, julga o Sr. Mendes Correia poder concluir que são anteriores à época luso-romana, e que datam do primeiro período da segunda idade do ferro.

ANTOLOGIA MEDIEVAL

A BIBLIOTECA do Instituto Ibero-Americano de Hamburgo acaba de enriquecer o valioso catálogo das suas publicações com a *Anthologie der Geistigen Kultur auf der Pyrenäenhalbinsel (mittelalter)*' organizada pelo Dr. Wilhelm Giese, bibliotecário do mesmo Instituto. Por nos haver chegado tarde para nos referirmos a êste magnífico volume como a sua importância requeria, limitamo-nos a assinalar aqui a sua publicação como uma excepcional boa-nova dada a todos os estudiosos da Idade-Média.

Os textos portugueses são numerosos e de feliz selecção, abrangidos desde o século XII ao XV.

NOTA DA REDACÇÃO

CIRCUNSTÂNCIAS especiais nos obrigaram a publicar êste fascículo antes do anunciado acêrca dos Painéis de S. Vicente. Pela importância, porém, que ligamos a êste *In Memoriam*, — ex-voto de religião intelectual, — não nos penaliza o forçado adiamento da publicação do fascículo dos Painéis. Aqui buscamos manifestar a nossa grande gratidão — a da Nação Portuguesa e a de *LVSITANIA*, — para com a antiga Directora desta Revista.

MARGINALIA

LVSITANIA

A REDACÇÃO de *LVSITANIA* tem a honra de apresentar os seus melhores agradecimentos aos ilustres colaboradores dêste *In Memoriam*, cuja devoção sciêntífica e gentileza de ânimo tornaram possível a realização de um voto, entre todos caro, da nossa Revista.

SOMMAIRE DU NUMÉRO 10

A LA MÉMOIRE DE LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

HOMMAGE à la mémoire du savant professeur de l'Université de Coimbre, que des travaux sur *l'Astronomie des Lusiades* et *L'art nautique des Portugais depuis l'Infant jusqu'à D. João de Castro* avaient placé au premier rang des historiens des sciences.

CAROLINA MICHAËLIS ET LA PHILOLOGIE ROMANE, par W. MEYER-LÜBKE, Professeur à l'Université de Bonn.

L'ÉMINENT romaniste a voulu marquer les deux aspects essentiels de l'œuvre accomplie par D. Carolina dans le champ de la philologie romane : solidité et finesse de son sens étymologique, révélé dès son livre de début *(Studien zur romanischen Wort schöpfung*, 1876) et qui lui permit d'élaborer toute sa vie tant de matériaux précieux pour une grande *etymologie hispano-portugaise ;* — précision et don de synthèse appliqués avec bonheur à l'*Histoire de la littérature portugaise ancienne* (dans le *grundriss* de Gröber, 1896) et plus spécialement à la poésie médiévale des *Cancioneiros*, mais qui se retrouvent dans ses magistrales monographies sur Sá de Miranda et Camoëns.

BIBLIOGRAPHIE DE D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS par M. GERHARD MOLDENHAUER, Privatdozent à l'Université de Halle.

PRÉCIEUX répertoire, d'autant plus indispensable que la plus grande partie de la production de M.me Michaëlis est éparse dans les publications les plus diverses.

LVSITANIA

D. CAROLINA MICHAËLIS ET LES ÉTUDES CAMONIENNES

par J. M. RODRIGUES, Professeur à l'Université de Lisbonne.

NUL n'était mieux qualifié que le savant professeur d'études camoniennes de la Faculté des Lettres de Lisbonne pour dire comment l'exégèse des poèmes de Camoëns fut renouvelée en 1880 et dans les années suivantes par la traduction allemande avec notes du Prof. Storck et par les articles publiés à cette occasion par D. Carolina dans la *Zeitschrift für romanische Philologie*. Le texte de Camoëns publié par le Vicomte de Juromenha était encore défiguré en maint endroit par l'incompréhension des éditeurs anciens on récents, les recueils lyriques étaient encombrés de pièces apocryphes, œuvres d'autres poétes illustres ou médiocres. Le travail d'épuration de Storck, poursuivi par M^me^ Michaëlis, fut un progrès décisit. La biographie de Camoëns ne leur doit pas moins, et son importance est capitale puisque l'interprétation de Camoëns lyrique en dépend. M. J. M. Rodrigues rappelle les vues profondes de M^me^ Michaëlis sur *Camoëns amoureux*, pour les rectifier sur certains points : Catarina de Ataïde lui semble a rayer de la liste des amantes du poète ; par contre la passion de celui-ci pour l'Infante D. Maria, alla assez loin pour l'obliger à quitter Lisbonne pour Ceuta, et finalement à s'embarquer pour l'orient.

L'HISTOIRE DU JAPON du P. Luis Frois, par M. E. A. VORETZSCH,

Ministre d'Allemagne en Portugal.

L'ÉMINENT orientaliste qui représente l'Allemagne à Lisbonne met en relief l'intérêt de cette *Histoire du Japon* (1549-1578) dont il vient de publier à Leipzig une traduction allemande avec commentaire, en collaboration avec M. G. Schurhammer. Le manuscrit de cet ouvrage, conservé à la bibliothèque d'Ajuda dans la précieuse collection des *Jésuites en Asie*, fut découvert il y a une trentaine d'années par le P. Joseph Marie Cros : utilisé par l'historien de S. François Xavier et par divers autres érudits il n'avait pas encore fait l'objet d'une publication et d'une étude d'ensemble. Luís Fróis est une des plus attachantes figures qui gravitent, dans les missions d'extrême-Orient, autour de François Xavier. Ses dons d'historien font de lui un témoin précieux sur un moment décisif

SOMMAIRE

de l'histoire du Japon: l'époque d'Oda Nobunaga et de Toyotomi Hideyoshi et les péripéties de la lutte entre le moyen-âge des Ashikaga et la renaissance de l'Empire des Tokugawa. Il ne faut pas demander à un jésuite du XVI[e] siècle d'entrer dans la pensée religieuse asiatique. Mais le vieil écrivain portugais a su comprendre la valeur intellectuelle et morale du peuple japonais dont il s'est fait le chroniqueur; et pour quiconque s'intéresse à l'histoire des religions, l'image qu'il nous offre d'une communauté chrétienne naissante au sein d'une vieille civilisatien est d'nne incomparable valeur psychologique.

LES LUSIADES, Gama et la Critique Moderne par W. J. ENTWISTLE, Professeur à l'Université de Glasgow.

LA grandeur de Camoëns poète lyrique, découverte et confirmée avec éclat depuis un demi-siècle, a fait tort aux *Lusiades*. La critique moderne a vu dans le grandiose poème une épopée sans unité et sans héros, où la personnalité de Vasco de Gama ne se détache pas avec le relief nécessaire. Epopée d'un peuple avec tous les risques inhérents à la nouveauté de l'entreprise: Non plus «arma *virimque* cano», mais «as armas e *os varões* assinalados». M. Entwistle marque ingénieusement la filiation des *Lusiades* par rapport à l'*Enéide* et leur radicale originalité. Il prétend que l'«âme lusitanienne» dont Camoëns a fait sa véritable heroïne est bien douée de la personnalité d'autant plus vivante qu'elle se confond avec l'âme de Camoëns, avec ce meilleur «lui-même» qui s'efforçait pour triompher de tant d'épreuves et de tant d'erreurs. Donc si Camoëns a sa place parmi les plus grands lyriques de l'Europe, il peut prétendre aussi à la gloire plus rare du poète épique, aux côtés de Virgile et de Milton sinon à l'altitude d'Homère et de Dante.

UNE LETTRE DE D. CAROLINA MICHAËLIS publiée par J. LEITE DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Lisbonne.

AVEC quelques paroles émues qui rendent hommage à la bonté de celle que confrères et amis vénéraient pour la fermeté du caractère et la générosité du cœur autant qu'ils admiraient son labeur et sa science.

LVSITANIA

ART PORTUGAIS PRIMITIF = Gregorio Lopes et l'Infante D. Maria, par M. JOSÉ DE FIGUEIREDO, Directeur du Musée National d'art Ancien.

GRÂCE â M. de Figueiredo l'histoire de la peinture portugaise au XV^e^ et au XVI^e^ siècles se dessine avec une netteté croissante, et l'œuvre du peintre royal Gregorio Lopes y prend une place plus importante encore que celle qu'on attribuait jusqu'ici au « maître du retable de S. Bento », avec lequel il s'identifie. Son réalisme serein et gracieux est bien loin du réalisme dramatique de Cristóvão de Figueiredo, son contemporain.

Les nobles images qu'il peignit — comme peintre officiel — des membres de la famille royale, ont-elles toutes disparu lors du grand tremblement de terre qui détruisit le palais « da Ribeira » ?

Le beau dessin en noir et sanguine conservé au Musée de Chantilly et représentant l'nfante D. Maria ne peut être que de lui, en dépit de l'attribution qui en a été faite jusqu'à ce jour aux Clouets. L'examen technique de l'œuvre révèle à n'en pas douter l'exécution d'après nature, et de plus la facture si dessinée, si « écrite « des grands artistes français ne s'y voit guère, alors qu'on y reconnaît la composition et le mouvement du peintre royal portugais. D'autre part la tradition selon laquelle l'infante aurait résidé à la cour de France auprès de sa mère est à rejeter absolument ; il est établi que la princesse ne quitta qu'une fois le sol portugais en 1538 pour aller voir sa mère à Badajoz. Les Clouets n'étant jamais venus en Portugal, tout s'accorde pour désigner Gregorio Lopes comme auteur du dessin de Chantilly ainsi que du portrait à l'huile que la mère de l'infante reçu en France en 1541 ou 1542. Ce portrait étant aujourd'hui perdu et les très médiocres copies qui en sont probablement issues ne pouvant guère en donner l'idée, c'est le dessin de Chantilly qui fixe pour la postérité la jeunesse de l'infante, dont la grâce, célébrée par Brantôme, fit naître de si hautes passions. Le portrait des Descalzas Reales, de Madrid, qui représente une princesse de âge un peu plus avancé. a toutes chancer d'être, selon l'identification de D. Elias Tormo, la copie du portrait que Moro fit de D. Maria pendant son séjour à Lisbonne (1552).

LE POÈME DU CID. Continuation et conclusion de la geste castillane du XII^e^ siècle, par AFONSO LOPES VIEIRA.

SOMMAIRE

TRANSCRIPTIONS.

JUGEMENTS portés sur M.me Carolina Michaëlis par G. Le Gentil, Gaston Paris, la *Revista de Filologia Española*, João Ribeiro.

GLOZEL par M. SALOMON REINACH, Membre de l'Institut.

POUR M. Salomon Reinach, les célèbres découvertes de Glozel, si ardemment discutées, mais dont l'authenticité ressort de plus en plus clairement, donnent enfin leur vrai sens aux découvertes faites dès 1894 à Alvão (Tras os Montes) par les R. R. P. P. Brenha et Rodriguez. Elles viennent confirmer l'existence, dès le néolithique ancien, d'une écriture de type « protoibérique », et remettre en question le préjugé selon lequel l'écriture vint de l'orient. Les fonilles de Glozel n'ont pas dit leur dernier mot. Dès maintenant, les inscriptions qu'elles ont mis au jour peuvent être considérées comme « la grande révélation archéologique et historique de notre temps ».

SIR RICHARD FRANCIS BURTON; l'écrivain, le voyageur et le Camoniste par M. EDGAR PRESTAGE, Professeur à l'Université de Londres.

M. PRESTAGE évoque cette très attachante figure d'aventurier passionné, qui né environ trois siècles après Camoëns, le découvrit sur la route des Indes et en fit son maitre. Explorateur hardi, doué prodigieusement pour les langues, il a laissé derrière lui une œuvre variée de polygraphe, parmi laquelle restent précieuses ses traductions de Camoëns et ses annotations des *Lusiades* qui ont le grand mérite de reposer sur une profonde connaissance de l'Orient.

LA TAPISSERIE DE TANGER par le DR. REYNALDO DOS SANTOS, Président de la Société des Amis du Musée d'Art Ancien.

EN outre des admirables tapisseries de la Prise d'Arzila, dont le Dr. Reynaldo dos Santos, aprés le Dr. José de Figueiredo, a montré le haut intérit historique et artistique dans son livre : *As Tapeçarias da Tomada de Arzila*—Lisbonne, 1926, l'ancienne collégiale de

Pastrana possède une autre tapisserie mutilée, sans légende, mais dont la provenance est la même et qui se rattache evidemment au même cycle. L'épilogue de la prise d'Arzila fut l'occupation de Tanger, abandonné par les musulmans, par une petite expédition que commandait D. João, fils du second Duc de Bragance. Cet épisode, raconté par Ruy de Pina au Chap. 167 de la Chronique de D. Afonso V, fournit une interprétation très satisfaisante de la tapisserie jusqu'ici mystérieuse, et où manquent les emblèmes portugais dont la profusion caractérise celles d'Arzila. Différence explicable par l'absence du roi et du prince royal dans l'expédition de Tanger, qui fut d'importance secondaire. La tapisserie se présente comme un triptyque : 1°) La sortie des musulmans, à droite, traitée avec une richesse de couleur et un sens de l'exotisme fort remarqnable ; 2°) Tanger, parmi ses vergers, au centre, différant nettement d'Arzila, et, malgré la stylisation, reconnaissable pour qui a vu l'inage de la ville dans les *Civitates Orbis Terrarum* de Braun ; 3°) l'arrivée des Portugais, à gauche, admirable morceau, digne du maitre qui composa les cartons des tapisseries d'Arzila : parmi les cavaliers se detache sur un cheval blanc un personnage qui doit être le jeune connêtable D. João. Le style de Nuno Gonçalves, reconnu dejá par le Dr. José de Figueiredo dans la serie d'Arzila, se reconnait encore dans ce beau espécimen de la haute-lisse flamande, exécuté sans doute, comme les tapisseries d'Arzila, dans les ateliers de Pasquier Grenier, à Tournai.

BIBLIOGRAPHIE.

LES PORTUGAIS ET LA QUESTION DE GLOZEL par M. MENDES CORREIA, Professeur à l'Université de Porto.

LES controverses suscitées par les fouilles de Glozel ont remis en vive lumière les découvertes, trop nègligées en leur temps, des RR. PP. José Brenha et Rafael Rodrigues a Alvão. Le mystérieux gisement de Tras-os-Montes, comme celui de Glozel, avait donné des pierres gravées de signes alphabetiformes voire même de véritables inscriptions, des cailloux à gravures d'animaux, des idoles féminines et des fragments de céramique, le tout parmi des objets de pierre polie. Le. rapprochement s'imposait à des archéologues aussi avertis que M. M Leite de Vasconcellos, Camille Jullian et Salomon Reinach. Pour ce der-

nier, même, Glozel et Alvão se confirment mutuellement et attestent l'existence d'une écriture alphabétique dans l'Europe occidentale dès le néolithique ancien.

On conçoit que le Portugal savant ait suivi la question de Glozel avec une attention passionnée, et qu'il ait tenu à préciser dans quelle mesure les découvertes d'Alvão pouvaient servir à interpréter celles de Glozel. C'est à quoi s'est attaché M. Mendes Correia dans une conférence à la Société portugaise d'anthropologie et d'ethnologie, le 18 Décembre 1926, en présence des objets découverts aux dolmens d'Alvão. Entre la thèse des partisans de l'attribution au néolithique (Morlet, Reinach, Van Gennep, etc.) et celle de Jullian (suivi par le Comte Bégouen) pour qui le site de Glozel est une officine de sorcière de l'époque gallo-romaine, une attitude de réserve est possible à l'égard des trouvailles récentes. M. Leite de Vasconcellos attend que les fouilles aient épuisé le gisement pour savoir si vraiment il ne s'y trouve aucun métal. L'abbé Breuil en souligne le caractère aberrant, exotique. Or ce même caractère distingue au plus haut point, pour M. Mendes Correia, le gisement d'Alvão. Sur une trentaine de dolmens explorés dans la région, un seul a fourni les objets litigieux. D'autre part, les inscriptions d'Alvão rappellent non l'alphabet de Glozel, mais celui des inscriptions ibériques. Aussi M. Mendes Correia qui considère les trouvailles d'Alvão comme nettement postérieures aux monuments mégalithiques parmi lesquels elles apparurent, inclinerait-il à en rapprocher la date, sinon jusqu'à l'époque romaine, du moins jusqu'au seuil de l'âge du fet. Récemment un éminent zoologue norvégien, le Dr. Brinckmann, affirmait reconnaître le renne parmi les animaux gravés sur les cailloux de Glozel, alors que jusqu'ici ces représentations d'animaux avaient frappé l'abblé Breuil par leur «imprécision zoologique». M. Mendes Correia, dont les conclusions ont été discutées de deux points de vue opposés par M. M. Jullian et Van Gennep, insiste sur le caractère hypothétique et provisoire de la chronologie qu'il propose pour les inscriptions d'Alvão, en se fondant uniquement sur l'analogie de leur alphabet avec celui des inscriptions ibériques. Le seul point définitivement acquis, à ses yeux, est qu'elles sont postérieures à l'époque mégalithique. En ce qui concerne Glozel, la découverte récente de sépultures où rien de romain n'apparait semble ébranler la thèse de Jullian L'archaïsme du gisement s'explique-t-il par son origine vraiment très ancienne, contemporaine du néolithique ancien? est-il dû à un phénomène de segrégation, à une survivance isolée de formes de civilisation très primitives? et une hypothèse analogue ne serait-elle pas admissible

pour expliquer la prêsence du renne à une époque relativement rapprochée ? Plus que jamais il importe d'attendre que Glozel ait révélé tout son contenu pour en tenter l'interprétation la plus sûre. Dès maintenant Glozel et Alvão apparaissent étrangers aux cadres présents de l'archéologie préhistorique, qu'ils obligeront peut-itre à remanier profondément.

De M. Lúcio d'Azevedo sur Jacob Samuel Wejler : *Isaac de Pinto, sa vie et ses œuvres* ; Samuel Schwarz : *Os cristãos novos em Portugal no século XX ;* Francisco Manuel Alves : *Os Judeus no distrito de Bragança ;* Lucien Wolf : *Report on the Marranos or Crypto-jews of Portugal ;* intéressante revue des travaux récents sur la question des juifs portugais et sur l'aspect qu'elle revêt dans la société portugaise actuelle ; de M. Agostinho de Campos sur le volume *Travel and Travellers of the Middle Ages* de la collection anglaise *The History of Civilization,* dans lequel M. Edgar Prestage a consacré un beau chapitre à la recherche de la route Maritime de l'Inde ; de M. Pedro de Azevedo sur Juan de Valdés : *Dialogo de Doctrina Cristiana,* reproduction en fac-simile de l'exemplaire de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne, avec une introduction et des notes par Marcel Bataillon.

MARGINALIA.

Sur M.me Carolina Michaëlis, Luisa Ey, António Sardinha ; sur l'acqueduc de Lisbonne ; sur un pétroglyphe de la montagne do Castelo de Penafiel, signalé par M. Mendes Correia ; etc...